

005

DISCURSOS

III SÉRIE

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

O IMAGINÁRIO DA CIDADE



DISCURSOS.
Língua, Cultura e Sociedade

III SÉRIE, Nº 5

O IMAGINÁRIO
DA CIDADE



Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares

Dezembro 2003

Directora

Prof. Doutora Maria José Ferro Tavares

Coordenadores deste volume

Prof. Doutor João Luís Cardoso

(Vice-coordenador do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares — CEHI)

Prof. Doutora Adelaide Pereira Millán da Costa

(Secretária do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares — CEHI)

Edição e propriedade:

UNIVERSIDADE ABERTA

Execução Técnica:

GRÁFICA EUROPAM, LDA.

Mira Sintra – Mem Martins

Depósito legal: 182206/02

ISBN: 972-674-280-3

Dezembro 2003

ÍNDICE

Apresentação	5
A Cidade e a Escrita nas Origens da História	7
<i>A. Augusto Tavares</i>	
A Cidade e os seus múltiplos olhares	21
<i>Maria José Ferro Tavares</i>	
A Alma da República (da cidade tensional aos princípios da ideia de Cidade)	47
<i>Maria Teresa de Noronha</i>	
Da Aldeia à “Cidade”: alguns exemplos da Pré-História Portuguesa	65
<i>João Luís Cardoso</i>	
<i>Alexandrea ad Aegyptum</i> . Protótipo da metrópole universal	83
<i>José das Candeias Sales</i>	
O espaço urbano como encruzilhada de sinais	107
<i>Isabel Barros Dias</i>	
O burgo medieval revisitado por um romântico ou a procura da identidade portuense	117
<i>Adelaide Pereira Millán da Costa</i>	
Da Polis e Utopia da Cidade do Renascimento em narrativas de Quinhentos	131
<i>Ana Paula Avelar</i>	
Imagens da Cidade — os fundos de arquitectura na escultura retabular em pedra do Renascimento em Portugal (1500-1550)	143
<i>Pedro Flor</i>	
Lisboa reencontrada: registos iconográficos na azulejaria de Setecentos	167
<i>Alexandra Gago da Câmara</i>	
AL.: dedicatória à cidade-mulher na Lisboa de Cesário	181
<i>Rosa Maria Sequeira</i>	
A Cidade de Eça, Cesário e alguns do “Orpheu”: da topografia d/escrita à transfiguração poética	195
<i>Ana Nascimento Piedade</i>	
A Cidade no romance português (1874-1974)	215
<i>Luís Martins</i>	
Cosmópolis e cosmopolitismo	255
<i>Maria Isabel João</i>	
Abordagens do conceito de cidadania	277
<i>Maria Inês de Magalhães</i>	

APRESENTAÇÃO

Vai o Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta publicar mais um volume da Revista *Discursos — Língua, Cultura e Sociedade*, subordinado ao tema **O Imaginário da Cidade**.

Nele constam quinze trabalhos, que são quinze olhares diferentes sobre a cidade e os seus habitantes, onde a história, o urbanismo, a literatura se cruzam, definindo perspectivas, conceitos e metalinguagens sobre a mesma temática.

Apesar de debatido, o tema surge aqui marcado pela diferença de outras leituras, de outras interpretações que reflectem o interesse pelo carácter inter e transdisciplinar da investigação apresentada.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2003

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

A CIDADE E A ESCRITA NAS ORIGENS DA HISTÓRIA

A. Augusto Tavares*

Da palavra latina *civitas*, vem *cidade* e daí deriva *civilização*, o que nos faz pensar que a humanidade civilizada tem como cenário próprio da sua realização a cidade. Assim sendo, parece que civilização consiste no viver em cidade; ser civilizado poderá não equivaler a cidadão mas, seguramente, a urbano¹.

Na história do processo civilizacional, atribui-se com razão grande importância à época que alguns persistem em chamar “revolução neolítica”, a fase da sedentarização, que é acompanhada no nosso território pelo aparecimento de monumentos megalíticos, dos quais não importa falar agora. Também não entram no nosso objecto de estudo as chamadas “cidades” do Neolítico no antigo Médio Oriente, como por exemplo Jericó, na Palestina, Jarmo na Síria, Çatal Hüyük e Hacilar na Anatólia, entre outras². Optamos por nos situar exclusivamente no início da época já considerada *história*, por ter a documentá-la as fontes escritas.

Se tivermos presente que os primeiros documentos escritos aparecem nas primeiras cidades que surgiram no sul da Mesopotâmia, concluímos que não só a escrita mas também a cidade marcam o início da história. Quando Samuel Kramer escreveu que “a história começa na Suméria”, poderia completar da seguinte forma a sua afirmação: “porque aí teve início a escrita e a cidade”. Neste momento, situamo-nos especificamente nas origens da cidade, aparecendo apenas circunstancialmente referências à escrita.

* Prof. Cat. aposentado da UNL.

¹ Entre a extensa bibliografia sobre a cidade, importa destacar a obra publicada pela Universidade Aberta, em dois volumes, com o título *A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, (sob a coordenação de Maria José Ferro Tavares), Lisboa 1993.

² A. A. TAVARES, “Nas origens da cidade”, na obra citada, vol. I, pp. 11-26.

Ainda como observação preliminar, convém observarmos que o simples povoado é diferente da cidade não só fisicamente mas cultural e socialmente. Um conjunto de cabanas primitivas ou de casas está longe de constituir uma cidade. Nesta, existe um traçado urbano com ruas mais ou menos largas, com edifícios de maiores dimensões, praças públicas, mercados, templos, edifícios públicos, etc. E, na remota antiguidade, seriam também elementos distintivos da cidade, normalmente, as muralhas defensivas. No nosso imaginário estas são características da cidade.

Mas, para além do aspecto físico, a cidade tem outras diferenças: a interação mútua das pessoas umas com as outras, na vida de trabalho, nas actividades culturais ou de lazer. A vida real no quotidiano assume também características próprias que a distinguem do vulgar povoado. Por tudo isso é que a cidade está no centro da história, pelo menos, nos últimos seis milénios.

O primeiro grande surto urbano

Se o ponto de partida das cidades pré-históricas que antes referimos se situa no ambiente neolítico do Mediterrâneo Oriental, o primeiro grande surto urbano que se conhece surge no sul da Mesopotâmia no IV milénio a. C. Segundo a expressão corrente depois de Gordon Childe, foi essa a época da *revolução urbana*. Devemos entretanto notar que não se trata de revolução mas de uma nova etapa no progresso normal da sociedade, após a sedentarização. É isso que se pode constatar no sul da Mesopotâmia. Entre 3500 a 3000 a. C., conhecem-se na Suméria cerca de uma dúzia de cidades com uma população que deveria oscilar entre os 10.000 e os 50.000 habitantes. Contribuiu certamente para tal a própria geografia. De facto essa região situada a sul do território limitado pelos rios Eufrates e Tigre, foi um berço geograficamente propício ao desenvolvimento da vida urbana. É terra de férteis planícies que produzem alimentos em abundância. Ali abundava o trigo e a cevada e não faltava a carne, o peixe e as aves selvagens das lagoas, condições naturais que facilitavam a fixação das populações e o estabelecimento de povoados e posteriormente de cidades. Havia ainda outras circunstâncias de grande importância: estava situada entre a costa oriental do Mediterrâneo e o Irão, com as suas montanhas e desfiladeiros, sempre aproveitados como rotas naturais das caravanas para o Afeganistão e para a Índia. Era pois natural que matérias primas provenientes das regiões de Leste e outras do Mediterrâneo chegassem cedo à Mesopotâmia. O comércio

interno e externo, as actividades agrícolas, o cultivo da terra, a diversificação do trabalho, o sustento da população, a organização social, a burocracia que também não podia faltar, tudo isso ficou testemunhado na documentação escrita em tabuínhas de argila que perduram nos arquivos da época e que a arqueologia, com as ciências afins, tem posto a descoberto³.

Eis-nos perante uma realidade habitualmente silenciada e que importa não perdermos de vista: a cidade foi o contexto natural em que nasceu a escrita. A necessidade de instituir títulos de propriedade, de registar vendas e compras, de anotar as quantidades de cereais e de diversos bens destinados aos templos e aos palácios, os dois grandes centros do poder económico, exigia o registo. Tudo isso incitou à invenção da escrita que se tornava necessária para a organização da vida na cidade. Queremos com isto afirmar que foi a necessidade que criou o órgão? Talvez não valha a pena discorrermos sobre este tema de conotações darwinistas, mas não parece haver dúvida de que a primeira escrita surgiu por necessidade de registar, de conservar, de comunicar⁴.

Foi na cidade de Kish que se encontrou a mais antiga tabuínha, ainda pictográfica e por isso de difícil interpretação (figs. 1 e 2). Estamos ainda no início de um caminho longo mas que teria êxito num processo de escrita cuneiforme que se havia de generalizar em toda a Mesopotâmia ao serviço da língua suméria e acádica. É entretanto em Uruk, cidade que a Bíblia recorda com o nome de Warka, que se encontra a mais antiga colecção de documentos escritos em tabuínhas de argila.

Esta cidade situada na Suméria, junto do rio Eufrates, já revela pelos meados do IV milénio a. C., um considerável desenvolvimento no plano cultural de que é testemunho não só a escrita mas a própria arquitectura e as artes em geral, manifestando já conhecimento da metalurgia.

É bem curiosa a planta desta cidade, que ficou representada em relevo numa tabuínha de argila, onde são assinaladas as muralhas e vários templos (fig. 3). Mas Uruk era apenas uma das várias cidades mesopotâmicas da época, como por exemplo Ur, Eridu, Lagash e Nipur. Desta última chegou-nos também um mapa desenhado numa tabuínha de argila, do século XV a.C., que pretende representar o rio Eufrates e a localização de alguns templos (fig. 4).

³ SPIRO KOSTOF, *História de la Arquitectura*, Madrid, Alianza Editorial, 1988. Tem particular importância para o nosso tema o cap. 3 "El origen de la ciudad: La Arquitectura en Asia Occidental", pp. 79-179.

⁴ A.A.V.V., *La Naissance des Écritures, du cunéiforme à l'alphabet*, Paris, Ed. Seuil 1990, pp. 27 ss.

Uma constante nestas cidades é, como vamos explicar, a existência de vários templos, sendo um deles o principal, por nele se adorar a divindade principal, que era titular e senhora da cidade. Cada cidade era defendida por poderosa muralha, com portas imponentes, a ostentarem a importância do seu rei. Não esqueçamos que cada cidade constituía, com os campos e povoados à sua volta, um reino.

Obviamente que esta cidade-estado revela características que a distinguem dos povoados e pequenos aglomerados populacionais de raiz pastoril e agrícola: tem sempre um centro religioso, exerce funções administrativas, apresenta um traçado nas suas praças e ruas que obedecem a algum plano urbanístico, com um racional aproveitamento do espaço. Além disso, a sociedade assenta numa clara divisão do trabalho, diversificação de profissões e diferenciação social. Para se caracterizar a primitiva cidade, conta necessariamente o aspecto social e organizativo. As actividades que anteriormente se realizavam no âmbito doméstico ou no interior do grupo, executam-se agora com novas práticas e técnicas. Já não é necessário dedicarem-se todos à procura directa dos bens alimentares, pois os excedentes agrícolas permitem a diversificação das profissões e uma nova organização social.

Os dois grandes centros são o complexo da zigurate, com o templo na parte superior, e o palácio do rei. Entre esses grandes edifícios encontra-se a arquitectura residencial e ainda outros templos menores. A actividade comercial e industrial exerce-se em pequenas lojas e está dispersa por toda a cidade. Apenas em Ur se encontrou uma concentração de pequenos postos de venda ao lado de uma rua, à maneira de um bazar, como os que ainda hoje existem nas cidades árabes. Pelas ruas estreitas e tortuosas destas primeiras urbes circulavam as pessoas e os burros, tradicionais animais de carga na antiguidade oriental. Para facilitar o tráfego pelas ruas bastante estreitas, que só por excepção atingiam três metros de largura, as esquinas eram arredondadas. Mas, quanto a urbanismo e formas de cidade nada parece definido, parecendo antes que tudo era ditado pelas circunstâncias.

As casas na sua maioria têm apenas um piso térreo com os vários compartimentos à volta de um pátio central. Em climas quentes, as habitações são voltadas para o interior. A única abertura para o exterior era a porta de entrada. Entretanto na cidade de Ur as famílias mais ricas habitavam em casas grandes, com dois pisos, tendo por vezes uma dúzia de compartimentos. Não é necessário descrever em pormenor a arquitectura doméstica destas primeiras cidades, mas diremos que as escavações arqueológicas revelam que, nalguns casos, tinham inegável beleza. A construção nor-

malmente era de tijolo, muitas vezes cozido ao sol, pois a pedra era rara na Mesopotâmia. A pedra era praticamente usada apenas nas ombreiras das portas e nos alicerces dos templos. Para ornamentar as paredes, empregavam-se pregos de barro com a função de cones decorativos. As cabeças desses “pregos” pintadas de vermelho, de preto e de branco, imitavam pétalas de flores que, ao cobrirem as paredes, desempenhavam uma função semelhante à dos nossos azulejos (fig. 5)

A cidade pertencia ao deus

Mas, para além do aspecto físico, merece-nos especial atenção o que poderíamos classificar de alma destas primeiras cidades do sul da Mesopotâmia. Afirmámos que, dentro da mesma cidade se adoravam vários deuses e, por isso existiam vários templos, mas é necessário termos presente que apenas um desses deuses era considerado o senhor, o proprietário, aquele que tinha a posse. Na concepção dos habitantes, a cidade era algo de sagrado. Um deus era o seu senhor e, por isso todos deviam adorá-lo. Acreditavam que o rei exercia o poder em nome dessa divindade. Não será exagerado dizermos que as primeiras cidades eram teocráticas.

Se o seu templo viesse a ser destruído, seria uma calamidade. Tudo ficava sem sentido, pois a divindade, sem a sua casa, ficava a vaguear errante, como uma ave que voava sem destino, visto não ter sítio onde repousar, segundo se lê numa antiga inscrição. Não havendo deus, também não podia haver o seu “vigário”, ou seja o rei.

O templo principal estava situado num lugar especial, no cimo da zigurate. Na prática, esse emblemático monumento das antigas cidades da Mesopotâmia desempenhava a função de uma imponente plataforma sobre a qual assentava o templo. A zigurate era idealizada como uma substituição da montanha, para sobressair na planície (figs. 6 e 7). Por vezes conservava um nome que lhe definia o sentido e talvez recordasse a sua remota origem. Acreditava-se que os Sumérios teriam a sua origem nas montanhas do norte, numa área próxima do Mar Cáspio. Assim se explica provavelmente que uma das zigurates tivesse o nome de “Casa da Montanha, Montanha da Tormenta, Vínculo entre o céu e a terra”.

Realçando ainda a ideia de que a cidade era algo de sagrado, notemos que o próprio sítio em que assentava era dedicado à divindade por um ritual de fundação, que poderia consistir na oferta de um sacrifício à divindade, exactamente no local em que iria erguer-se a porta principal. São bem

elucidativos a este respeito os depósitos de fundação enterrados debaixo das construções. Eram compostos por uma pequena placa de pedra e por uma figura em cobre que segurava nas mãos uma ponta, digamos uma estaca destinada a espetar-se no chão para fixar, para “amarrar” o edifício naquele lugar.

Conhecem-se vários tipos de depósitos de fundação da época de Gudeia, príncipe de Lagash (cerca de 2125-2110 a. C.), época do renascimento sumério em que se retomam as antigas tradições. Vejamos por exemplo uma figura de cobre que segura nas mãos uma ponta destinada a ser espetada na terra para “amarrar” o templo de Ur-Ba’u a um lugar donde nunca poderia sair (fig. 8). Noutros casos, vemos representado esse soberano que leva um tijolo num cesto para ele próprio iniciar a construção, ou poderemos vê-lo, a levar a figura de um touro deitado, representando como se supõe um sacrifício de fundação. Gudeia cumpria afinal um dever sagrado, que era comum aos reis: construir templos e velar pelo culto.

No museu do Louvre, conservam-se duas dezenas de estátuas de Gudeia encontradas em Tello, a antiga Girsu, que põem em destaque a actividade de construção de templos por parte deste soberano. Ele mesmo é representado como *arquitecto* que ostenta sobre os joelhos o plano de um edifício que vai construir. As inscrições que acompanham esta estatuária e bem assim aquelas que figuram nos “pregos” de argila espetados nas paredes informam-nos de que templos se trata⁵.

O templo era na realidade o coração da cidade e a zigurate, concebida como um substituto da montanha, era a sua base, o seu suporte. Constitua também um símbolo da sociedade, que se poderia designar por um socialismo teocrático. Nos seus degraus cresciam árvores e flores por onde todas as pessoas poderiam andar; no cimo estava o santuário onde se encontrava a estátua da divindade titular. A zigurate era pois uma escada, como no caso de Ur ou de Babel, ou uma rampa, como no caso de Uruk, que tanto servia para a divindade descer à cidade como para o acesso dos humanos seus servidores. O famoso historiador grego do século v a. C., Heródoto, conhecedor e admirador das civilizações pré-clássicas, considerava também o templo como um leito matrimonial para a divindade, ao descrever-nos a zigurate da Babilónia. Eis o seu testemunho: “No extremo mais alto da torre há um templo espaçoso e dentro do templo um leito maior que o habitual, ricamente adornado com uma mesa de ouro ao lado. Não há nenhuma espécie de estátuas neste lugar e a câmara está ocupada unicamente por uma

⁵ Sobre esta estatuária de Gudeia que se pode admirar no museu do Louvre, em Paris, ver *Les antiquités orientales, guide du visiteur*, Louvre, 1998, pp. 45-49.

mulher nativa... eleita pela divindade para si entre todas as mulheres do lugar. Também dizem que o deus baixa em pessoa até esta câmara, e dorme sobre o leito”⁶.

A presença sistemática de templos nas primeiras cidades faz-nos pensar que os seus construtores, ao deixarem a vida nómada para se sedentarizarem, sentiram necessidade de construir casas para eles próprios e para os seus deuses. Quando a terra estava preparada para ter cidades e quando estas cresciam, tornava-se necessário pensar nas casas para os deuses. É natural que estes sentimentos fossem generalizados entre os que deixavam a vida nómada e passavam a viver em povoados que cresciam e se transformavam em cidades. cremos que, entre os Hebreus, algo de semelhante se havia de verificar como poderá depreender-se do episódio referido na Bíblia, quando o rei David ficou devidamente instalado no seu palácio e começou a pensar que era necessário construir um templo para Javé. Chamou o profeta Natan para lhe expôr a sua preocupação e disse-lhe: “Como vês, eu habito num palácio de cedro, enquanto a arca da aliança do Senhor está numa simples tenda”. Natan respondeu-lhe: “faz tudo o que tencionas fazer, porque terás o apoio do Senhor” (II Sam. 7,2). E David iniciou os preparativos para a construção que afinal só seria concluída por seu filho Salomão.

Não só a fundação da cidade era devida à escolha da divindade, mas também a ordem de construir o templo vinha do alto. As próprias medidas do templo eram por vezes indicadas ao rei em segredo. A este propósito ficou-nos um relato cheio de interesse na história de Gudeia, soberano de Lagash de que antes falámos. Conta-nos ele próprio como interpretou a vontade do deus a partir de um sonho: ao verificar que o Tigre deixara de crescer na época habitual, compreendeu que o deus lhe pedia um templo. E o deus Marduk deu-lhe mesmo informações precisas para realizar os trabalhos.

Uma tabuínha cuneiforme informa-nos do papel activo que o próprio rei Gudeia teve na construção: mediu o terreno, mandou escavar os alicerces, realizou as cerimónias de purificação do lugar, transportou sobre a sua cabeça alguns ladrilhos e terra purificada para o lugar escolhido, despiu-se das suas roupas “símbolo do meu sangue real” e iniciaram-se os trabalhos.

As zigurates posteriores foram geralmente torres com vários terraços. Para os habitantes da Mesopotâmia, a zigurate mesmo depois dos Sumérios foi sempre uma escada ou uma rampa, em qualquer dos casos um caminho para os humanos se pôrem em contacto com o poder sobre-humano.

⁶ A citação lê-se em SPIRO KOSTOF *ob. cit.* pp. 110.

Se na época suméria foi o centro da cidade, iria posteriormente perder essa função de centralidade em favor do palácio real, que foi crescendo em tamanho e em importância. Digamos por outras palavras que, no início da história da Mesopotâmia, o rei vivia no recinto do deus e ele próprio podia ser o sumo sacerdote, mas nos tempos finais dessa história, a zigurate converteu-se num acrescento ao palácio real que agora domina completamente a paisagem urbana. Tal pode observar-se de modo especial nas cidades do norte, na época neo-assíria, nomeadamente a partir do século IX a. C.

Como é conhecido, os reis assírios levaram para as suas cidades capitais enormes riquezas, graças às guerras de conquista e à política de deportação das populações válidas das terras conquistadas. Mas, curiosamente, para além do gosto do sangue revelado na crueldade dessas guerras de conquista, eles ficaram também conhecidos pela actividade construtora. É comum aos reis assírios “a paixão do tijolo”, como lhe chama G. Roux⁷. Após a coroação, o novo rei empenhava-se em construir uma nova capital ou em tomar mais opolenta aquela que herdara do pai. Pela sua riqueza e pelo seu poder, ele deveria ultrapassar o seu antecessor.

Entre os exemplos que se poderiam apontar, está o caso de Assurnasirpal (883-859 a. C.) que nos deixou uma longa e pormenorizada descrição da cidade e do palácio real em Calah, actual Nimrud. Para além da grandiosidade do palácio e das grandes festas de inauguração, criou aí uma verdadeira extravagância para a época: o primeiro jardim botânico de que temos conhecimento, com as várias espécies de plantas e de sementes que foi coleccionando para levar das terras conquistadas. O seu filho Salmanasar III continuou a mesma política de enriquecimento da cidade com grandes monumentos, onde se distingue o obelisco negro, actualmente no museu Britânico a comemorar as suas conquistas.

Outros reis continuaram a edificar cidades pelas províncias do império, embora a residirem em Kalhu, que não deixou de ser a verdadeira capital militar até 717 a. C. A partir de então, o rei Sargão II decidiu construir para si próprio uma nova capital que ficou conhecida por Dur-Sharrukin (que significa fortaleza de Sargão), a 24 km a noroeste de Nínive, perto da actual Corsabad. Essa nova cidade que actualmente se pode admirar, após as escavações realizadas por P. Émile Botta, já em 1847, tem cerca de mil metros de lado com fortes muralhas onde se abrem sete portas de cada lado do recinto quadrado, guardadas por figuras de gigantes touros de

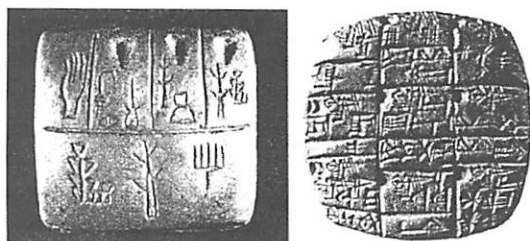
⁷ G. ROUX, *La Mésopotamie*, Paris, Ed. Seuil, 1985, p. 257.

pedra com cabeça humana quais demónios ameaçadores. No interior da cidadela levanta-se a residência real, que é o maior de todos os palácios assírios. No seu interior, tudo nos fala da grandeza do império e da magestade do rei seu fundador. Para nos impressionarmos, basta visitarmos no museu do Louvre a sala do trono, onde um baixo relevo representa o rei Sargão no seu carro de guerra que avança sobre os corpos dos que tinham sido mortos, enquanto os seus soldados amontoam pirâmides de cabeças diante dele. É a ostentação do rei e do poder humano. A zigurate, como base em que assenta o poder do deus, ocupa agora um lugar secundário (fig. 9).

Seria caso para meditarmos se não teremos aqui um símbolo dos caminhos da história que pode ser lida através da arquitectura enquanto expressão da sociedade.

Conclusão

Não nos permite o tempo nem as presentes circunstâncias desenvolver este tema, que exigiria uma longa viagem, com demoras obrigatórias não só na Mesopotâmia mas também no Egipto, em Creta e noutras ilhas mediterrânicas do II milénio a. C., em Micenas, antes de chegarmos a Atenas no século de Péricles. Nessa história da cidade, veríamos não apenas diferenças urbanísticas e arquitectónicas, mas ideológicas, conceptuais, sociais, políticas, humanas. Passaríamos da cidade do deus, a cidade “teocrática”, para a cidade do rei (chamemos-lhe “basileucrática”) até chegarmos à *polis* grega, por suposto a cidade “democrática” ou cidade do povo.



Figs. 1 e 2 — A primeira tabuínha contém escrita pictográfica.
A segunda já contém escrita cuneiforme arcaica c. 3500 a. C.



Fig. 3 — Planta em relevo da cidade de Uruk, na Suméria. Extraída de M.E.L. Mallowan, *Mesopotâmia e Irão*, Lisboa, Verbo, 1965, p. 14.

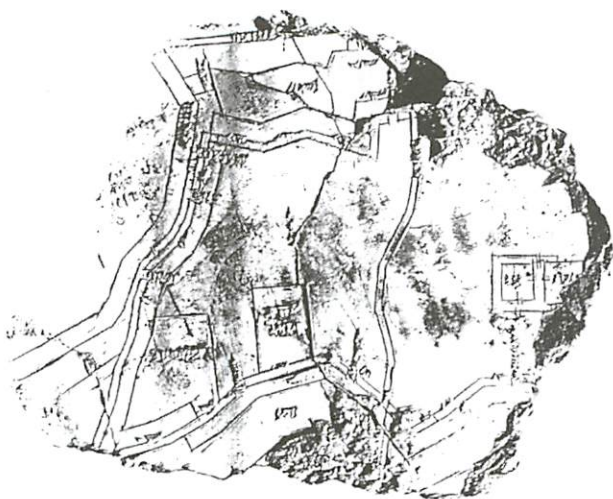


Fig. 4 — Mapa da Cidade de Nipur, c. 1550 a. C. Extraída de S. Kostof, *ob. cit.* p. 101



Fig. 5 — Prego de barro com cabeça pintada a várias cores para decorar paredes

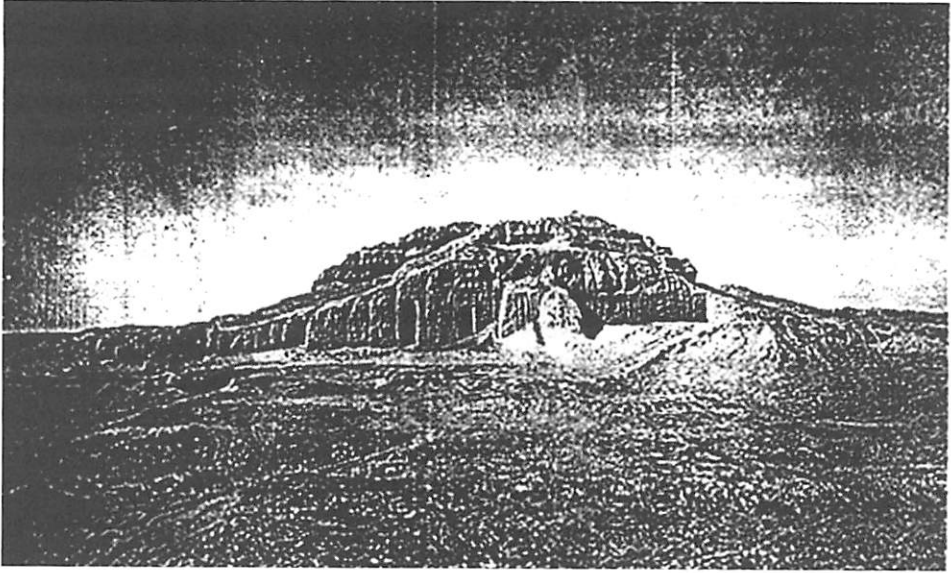


Fig. 6

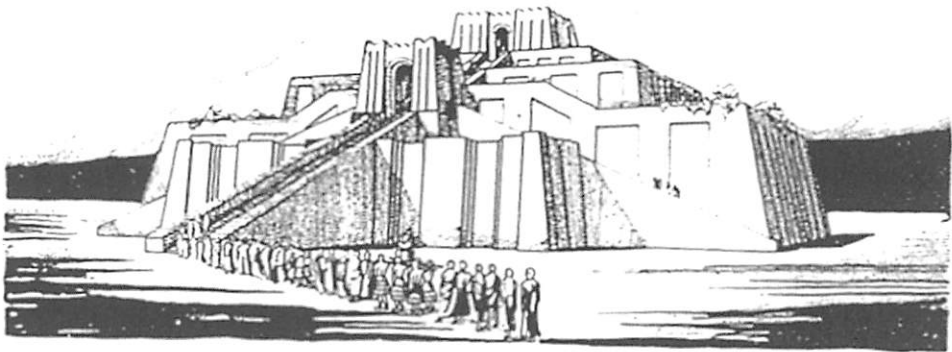


Fig. 7 — Ziguarte de Ur: ruínas e hipótese de reconstrução



Fig. 8 — *Figura de fundação que representa um deus ajoelhado.*
No Museu do Louvre.

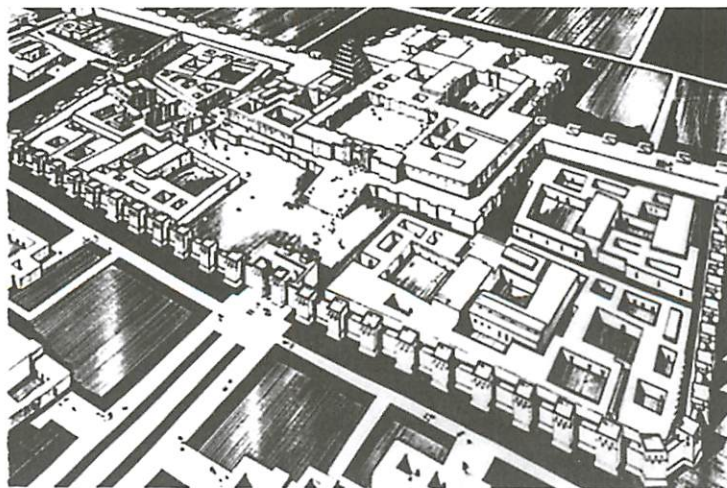


Fig. 9 — *Corsabad, cidade com palácio real e zigurate*
de pequenas dimensões, século VIII a. C.

A CIDADE E OS SEUS MÚLTIPLOS OLHARES

Maria José Ferro Tavares*

O objecto do nosso estudo é o *olhar* sobre a cidade, expresso em fontes literárias de índole diversa: crónicas, poesia, teatro, livros de viagem, literatura de apologética, durante o período medieval e o início da modernidade¹. Verificámos que a cidade aparece integrada entre dois arquétipos que são também formas estereotipadas de a ver. Dialecticamente entendida como *Bem* ou *Mal*, a cidade surge, ora identificada com a Jerusalém celeste, o paraíso, ora associada a Babel, a cidade das múltiplas línguas e gentes, ora a Sodoma e a Gomorra, as cidades do pecado. A cidade surge, assim, no imaginário do homem medieval como a cidade de Deus, um local de felicidade e de paz, ou como a cidade do Demónio, um local de confusão, perversão e perdição.

Não foi fácil encontrar a descrição da *cidade* nas fontes que trabalhámos. O espaço urbano aparece identificado nas fontes literárias e históricas por três nomes distintos, que procurámos caracterizar, porque eles representam modos diferentes de entendimento desse mesmo espaço. Se a vila pode ser facilmente confundida com a cidade, na sua descrição, tal já não sucede com o lugar.

Numa primeira abordagem, verificámos que o núcleo urbano nos aparece designado de várias maneiras:

- *Lugar*, como o “*lugar que chamão Val de Vez, entre Monção, e Ponte de Lima*”, ou Leiria, com um castelo muito forte, ou Trancoso²,

* Universidade Aberta

¹ A base deste artigo é uma selecção aleatória de fontes narrativas e em verso, onde procurámos analisar o “olhar” sobre a cidade, através do “olhar” do autor.

² Duarte Galvão, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques...*, Lisboa, 1727, cap. VIII, p. 10, cap. XI, p. 15, Cap. XXXVII, p. 49.

- *Vila*, como Guimarães, Leiria, Torres Novas, Arronches, Santarém³,
- *Cidade*, como Toledo, Coimbra, Porto, Sevilha, Lisboa, Tui⁴.

Por vezes, o mesmo documento, como a carta de foral de Bragança, usa indistintamente o termo *vila* e *civitas*⁵. Constatámos também que a “cidade” é uma praça forte de perímetro variável e habitado, geralmente amuralhada, oferecendo assim protecção e segurança aos habitantes que nela residem como aos do termo que a ela se acolhem. Polifuncional, ela é também mencionada como centro de poder político, militar, municipal, jurídico e religioso, por vezes, também como centro económico através da menção ao mercado. Nela é referido o paço, onde o rei estanca, como em Toledo ou em Coimbra, ou em Tui, ou o lugar onde a corte e as cortes se reúnem, como em Leão, ou o espaço onde habita o bispo ou o arcebispo, cabeça da diocese ou arquidiocese, como Toledo, Santiago, Sevilha ou Lisboa e Silves, ou o centro urbano onde os seus representantes são ouvidos pelo rei e onde se exerce a justiça. A cidade é guardiã de riquezas várias, possibilitando aos seus conquistadores honra e fortuna.

Este espaço urbano é descrito de modos diferentes, consoante a fonte é uma crónica, cristã ou muçulmana, que narra a guerra de conquista. Aqui é o olhar do guerreiro/conquistador sobre a presa que transparece. Ora difícil, ora fácil de conquistar, o narrador detém-se na descrição da muralha, o baluarte que o impede de lançar a mão à presa que ambiciona e deseja, e perde-se na minúcia dos artifícios bélicos e artimanhas usados para a possuir. A cidade de difícil conquista tem os seus habitantes passados a fio de espada, decapitados; para com aquela que se rende, o conquistador é misericordioso e permite-lhe que fique com parte dos bens e das riquezas. Outras vezes, neste espaço de conquista e reconquista, a cidade e os seus habitantes são o elemento menor da narrativa, porque ao cronista apenas interessa exaltar o herói/ conquistador e o valor da “presa” ganha.

Na poesia, o olhar sobre a cidade oscila entre o local de perversão e de corrupção de costumes, e a sensualidade: a cidade é um espaço de atracção que se admira e se receia, que se deseja e quer conquistar, personificando-a numa mulher, seja ela a prostituta, ou a mulher amada/desejada, ambas identificadas pelo desejo de conquista/posse.

³ Duarte Galvão, ob. cit., cap. VIII, pp. 11, 12, cap. XI, p. 15, cap. XXI, p. 29, cap. XXIII, pp. 30, 31.

⁴ Duarte Galvão, ob. cit., cap. VII, pp. 10, 11, cap. XII, p. 17, cap. XXIII, p. 30, cap. XXX, p. 41, cap. XXXVIII, p. 50.

⁵ *Portvgaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Lisboa, p. 464.

Por sua vez, a literatura de viagens apresenta-nos a cidade no seu espaço, interno e externo. Muralhas, águas, campos de cultivo, templos religiosos e escolas, edifícios emblemáticos pela sua antiguidade ou história, mercados, prevalecem sobre as pessoas, actores insignificantes na narrativa do mercador e viajante, curioso perante a diversidade geográfica, de costumes e de riquezas.

Excepcionalmente, a cidade surge-nos representada pelo seu povo, um povo que fala, que age, tem querer. Ao contrário da *Crónica Geral de Espanha*, onde os reis se identificam com as suas cidades, o território que as cerca e o povo que o habita, ou da *Crónica de Portugal de 1419*, Fernão Lopes dá-nos, na primeira parte da *Crónica de D. João I*, uma cidade viva, uma cidade que sabe o quer e se dispõe a lutar pelo seu eleito. Essa cidade, Lisboa, vive pela voz e pelo pulsar dos seus habitantes, que querem viver ou morrer pelo seu “senhor”. A cidade anima-se, chora e alegra-se. A cidade é as suas gentes.

Sintetizado o nosso propósito, vamos então observar os diferentes *olhares* que a literatura, os relatos dos viajantes e as crónicas nos oferecem sobre a cidade, não sem que antes devamos referir como uma característica de algumas das nossas fontes a não contemporaneidade com os acontecimentos que narram. Apesar desta circunstância, iremos utilizar as crónicas dos primeiros reis de Portugal e procurar encontrar a cidade nas respectivas narrativas.

*

Partindo destes pressupostos, procurámos a cidade no olhar de cada narrador. Verificámos que o modo de observar é diverso, consoante este é o estrangeiro que olha para a cidade como presa a conquistar, tal sucede com a descrição de Lisboa feita pelo cruzado Osberno ou com o cruzado anónimo que descreve a conquista de Silves, ou é o viajante e mercador que a descreve pelas belezas naturais e pelas características arquitectónicas, culturais, religiosas e económicas, como Idrisi ou Ibn Battuta, ou é o autóctone que, retrospectivamente, vê a cidade como cabeça de um território, que é identificado com um reino, como Leão, Córdoba ou Toledo, por exemplo, como sucede na *Crónica Geral de Espanha* ou nas crónicas portuguesas. Interesses e objectivos diferentes apresentam a cidade sob diversas perspectivas.

A *Crónica Geral de Espanha* deu-nos vários exemplos de *olhares* sobre os centros urbanos peninsulares, quer cristãos, quer muçulmanos.

Numa introdução, o cronista limitou-se à descrição espácio-geográfica que relembra as narrativas dos autores islâmicos sobre a Península ⁶. Aqui surgia a cidade e o seu território circundante. Mas, na generalidade da obra, a preocupação do cronista foi mencionar a cidade aferindo-a a um centro de poder, identificado com um rei, e a um espaço religioso, fosse ele o cristão ou o muçulmano. Uma terceira interpretação, não dispicienda, foi a da cidade entendida como um poder militar e aqui a(s) muralha(s) merecera(m) uma atenção detalhada. A cidade aparecia descrita como um lugar defeso, onde se acolhiam as populações mas, sobretudo, o rei e os seus companheiros, lugar onde se preservavam os mortos e as relíquias dos santos. Era também o espaço onde se exerciam os ofícios. Vejamos alguns exemplos.

O reino de Leão destacava-se, nos primeiros tempos, por alguns centros urbanos: Leão, onde a família real mais estanciava, Astorga e Santiago de Compostela, esta última apenas referida como local de peregrinação, “romaria”, a Santiago. Por sua vez, a cidade de Burgos era, no condado de Castela, pertencente àquele reino, a única urbe a ser mencionada. Ela também era um centro de poderes: o do conde de Castela e o do bispo, centrado na sé.

A conquista de Almansor por terras cristãs da Hispânia obrigou o cronista a preocupar-se com uma lacónica descrição de alguns destes lugares, talvez porque o avanço islâmico derrubou o símbolo da força e poder de cidades antigas, cuja memória remontava ao tempo dos romanos e dos godos: as muralhas.

O cerco a Leão terminou com a destruição dos antigos baluartes e das suas torres: primeiro a muralha ocidental, depois a do sul. Em seguida, derrotados já os cristãos, Almansor *mandou logo quebrantar e destruyr todallas portas da cidade, que eram bem obradas de pedra marmor, e a mayor torre da alcaçova, que estava sobre a porta descontra ouriente. Outrossy fez derribar e destruyr todallas outras torres dos muros e desfez ataa os fundamentos. Pero mandou leixar huma torre que estava contra a porta do septentriom — e aquella porta leixou por memorya dos que vehessem depois.*

Idêntico acto foi praticado em Astorga, onde a muralha e as torres foram derrubadas, até metade da sua altura, assim como em Valença, antes do vencedor ter decidido regressar a Córdova⁷. Mais tarde, numa entrada em

⁶ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. crítica de Lindley Cintra, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954, vol. II, pp. 43-75. Por comodidade, referiremos os seus prováveis autores sempre no singular.

⁷ *Crónica Geral...*, vol. III, pp. 180-183.

território cristão feita pelo filho e sucessor de Almansor, seria derrubado o que restava da muralha e das torres de Leão *ataa o fundamento, por tal que o não podessem fazer os cristãos*⁸. O cronista repetia, assim, o sentido de catástrofe que estes tinham sentido com a destruição dos vestígios das antigas muralhas, mas também transmitia o desejo de destruição e de impossibilidade de recuperação que o senhor de Córdova pretendia impor aos inimigos, afirmando-se como o único senhor de um território onde não admitia adversários.

Se a velha e forte muralha identificava a cidade de Leão e o seu prestígio, não eram nela menos importantes as relíquias dos santos e os corpos dos reis falecidos que aí se encontravam sepultados. Por isso, os *cidadãos* de Leão assim como os de Astorga decidiram colocar as relíquias de S. Paio (Pelágio) e dos reis em Oviedo, nas Astúrias, enquanto outras relíquias veneradas eram depositadas nos Pirinéus⁹. Mais tarde, quando os cristãos se afirmavam já como senhores indiscutíveis do território leonês, Fernando III construiria um mosteiro dos cónegos regnantes na cidade, para nele albergar o novo mausoléu com as relíquias de Sto Isidoro de Sevilha e o transformar em panteão da família real¹⁰.

Toledo merecia ao autor da *Crónica Geral* uma atenção especial, pois fora a capital dos Godos e a sua origem remontava aos Romanos: a primeira, na introdução, de conteúdo geográfico-histórico e a segunda inserida no reinado de Afonso VI, seu conquistador. A primeira menção integrava-a no seu território de campos férteis e produtivos banhados pelo rio Tejo, o qual aparecia descrito como a sua defesa natural, e remetia-a para a sua fundação histórica no tempo de César e para a sua importância como capital dos Godos. O cronista, conhecedor de uma tradição histórica narrada pelos escritores árabes, não se esquecia de mencionar a existência da mesa de Salomão, na cidade, quando os mouros a conquistaram, e que teria sido trazida pelos judeus quando aqui se fixaram na sua diáspora, segundo os cronistas muçulmanos peninsulares¹¹.

⁸ *Crónica Geral* ..., vol. III, pp. 189-190.

⁹ *Crónica Geral* ..., vol. III, p. 179.

¹⁰ *Crónica Geral* ..., vol. IV, p. 324.

¹¹ *Crónica Geral* ..., vol. II, pp. 59-60; Idrîsî, *La première géographie de l'Occident*, Flammarion, Paris, 1999, p. 271. «La ville de Tolède est à l'est de Talavera. Elle a un immense territoire et une population nombreuse. Elle est fortifiée, entourée de belles enceintes et défendue par une citadelle très solide. L'époque de sa fondation est ancienne et remonte aux Amalécites. On voit peu de villes qui lui soient comparables par la solidité et la hauteur des édifices. Elle est sur une éminence, dans un beau site fertile, au bord du grand fleuve que l'on appelle Tage. On y voit un aqueduc de construction admirable, composé d'une seule arche au-dessous de laquelle les eaux coulent avec une grande violence et font mouvoir une noria qui fait monter l'eau à quatre-vingt-dix

“E Tolledo foy camara de todollos reis dos Godos e todos a escolherom ainda pera sua morada (...). E esta foy huma das quatro cidades que Cesar teve por camaras em Espanha.

E Tolledo jaz sobre o ryo de Tejo. E sobre o Tejo ouve huma muy rica pôte e muy maravylhosa. E tanto foy sotilmente lavrada que nunca homen pode esmar cõ verdade que outra tam boa avya feyta em Espanha. E foy feyta quãdo reynava Maffomede Elimen e esto foy quando andava a era dos mouros en duzentos e quatro ãnos. E quando os mouros entraron en Tolledo, filharon hy a mesa de Sallamõ, filho del rey Davyd.

Tolledo he muy boa cidade e de muy grande prazer e mui forte e muy defesa, ca, pero que a cercarom muytos poderes per muytas vezes, sempre se teve muy ben. E sempre foy muy proveytosa a seus lavradores e sempre foy de boa conteença. E he de boa sementeyra e he terra de boo aar...”.

Com o avanço dos cristãos para sul e a desagregação do poder muçulmano na Península, a cidade de Toledo seria ambicionada por aqueles pelo seu prestígio, pela sua memória, pela sua grandiosidade e pela riqueza dos seus arrabaldes. Naturalmente defendida pelo Tejo, Toledo viria a render-se a Afonso VI pela fome, provocada pela destruição dos seus campos. Na preitezia negociada pelas autoridades toledanas, foi requerido ao rei cristão que os muçulmanos permanecessem com as suas casas e os seus bens, assim como com a mesquita maior. O alcácer e a horta do rei mouro seriam entregues para paço do conquistador e seu novo “senhor”. Afonso VI estabeleceu nela o trono e recuperou o alcácer que era construído em taipa. Reuniu cortes e restaurou o arcebispado, tornando a sé da cidade, primaz de Espanha como fora no tempo dos Godos¹². Rodeada de hortas e de vergéis, a cidade muçulmana aparecia como um horto deleitoso. A tal se comparavam os arredores de Toledo, apreciados pelas suas águas, jardins e bosques pelo exilado rei Afonso de Leão.

Mas Toledo era, também, o baluarte forte e o apoio natural para as incursões em terras da moirama. Por isso, nela foi colocado grande tesouro em ouro amoadado, para pagamento de nobres e exércitos. Quando da invasão do Miramolim, Afonso VIII recebeu nela os cruzados que o iam apoiar na guerra contra os muçulmanos do norte de África. Os guerreiros

coudées de hauteur». Vd. António Borges Coelho, Portugal na Espanha árabe, eds. Caminho, Lisboa, 1989, 2.ª ed., vol. II, pp.49-50.

¹² *Crónica Geral ...*, vol. IV, pp. 10-14.

estrangeiros eram em número tão elevado que o soberano receou algum levantamento, pois roubavam os naturais e matavam os judeus. Propôs-lhes, então, que fizessem o acampamento nas hortas de Toledo, pois nelas o clima era mais agradável do que no interior da cidade. “*E a elles prougue muyto e foronse pera ella e poseron suas tendas pella orta e cortaron todallas arvores que non leixaron nenhuma*”¹³.

Sevilha espantava pela sua beleza e grandiosidade. Cercada de muralhas altas e fortes e com uma boa barbacã, a cidade era admirada pela Torre do Ouro “*que he fundada no mar e composta e feita de tam sotil obra que he maravilhosa cousa; e a torre de Santa Marya que he de tanta altura e nobreza qual outra non ha en Espanha*”. A mesquita maior, o conquistador, como era usual, consagrou-a como sé e criou nela um arcebispado¹⁴.

Mais a norte, Zamora era uma pequena urbe admirada por D. Sancho, rei de Castela, como lugar forte e bem defeso, quer pelo rio quer por uma muralha com torres bem espessas¹⁵.

O território que viria a ser Portugal também foi olhado como um espaço de conquista e observado pela sua riqueza natural. Santarém era mencionada na introdução geográfica da *Crónica Geral de Espanha* pela riqueza dos seus campos, adubados pelas cheias do Tejo: “*Enno termo de Santarem ha muytas e boas bondades e he muy saborosa terra. E, quanto he no chãao, nã sayram hy alqueevan nem na lavrarom duas vezes se nã quiserem, tanto he de boa terra naturalmente.*” E o cronista acrescentava o outro elemento importante: a defesa natural. “*E o castello de Santarem jaz em hum monte muy grãde e muy alto e muy forte e nã ha logar per honde o possam combater se nã a muy grãde perigoo*”¹⁶. Já, na narrativa da conquista de Santarém por Afonso Henriques, o autor apenas se prendeu com a tomada ardilosa do castelo sem qualquer referência à cidade e ao seu termo¹⁷.

Por sua vez, o autor anónimo da *Crónica de Portugal de 1419* foi parco na descrição da cidade e arredores, mostrando-se mais preocupado com o ardor da conquista e com os prenúncios da vitória, pré-anunciada na estrela cadente que riscou os céus na noite da sua tomada. A cidade aparecia cercada de olivais, tantos e tão cerrados que neles se esconderam homens e cavalos para não serem vistos nem sentidos pelas sentinelas muçulmanas. No

¹³ *Crónica Geral* ..., vol. IV, pp. 320-321.

¹⁴ *Crónica Geral* ..., vol. IV, pp. 488-489.

¹⁵ *Crónica Geral* ..., vol. III, p. 375.

¹⁶ *Crónica Geral* ..., vol. II, p. 66.

¹⁷ *Crónica Geral* ..., vol. IV, p. 230-232.

entanto, não se esqueceria de referir a fonte de Tamarma, fonte de onde brotavam águas “*que nom som doces*”¹⁸.

Acenheiro na *Crónica dos Reis de Portugal* aproximava a sua narrativa da conquista de Santarém da do autor anónimo da *Crónica de Portugal de 1419*. Mais uma vez encontramos a referência aos olivais e à fonte de Tamarma, agora traduzida por “*as agoas que sam doces*”, assim como ao acontecimento da estrela cadente, sem grandes acrescentamentos em relação a este texto, excepto na referência à grande mortandade de mouros, de tal modo as ruas de Santarém pareciam um rio tinto de sangue¹⁹.

Duarte Galvão, na *Crónica de D. Afonso Henriques*, apresentava a cidade, como um espaço urbano de média superfície e população, que aparecia naturalmente protegida por muralha e torres, assentes a Ocidente em barrocas muito altas, a zona do Alfão, a Oriente, do lado do rio, por um outeiro artificial, que os mouros chamavam Alfalfa e que fizeram erguer com a terra que os prisioneiros acarretavam, e pelo próprio rio de forte corrente. Também inexpugnáveis pela própria natureza pareciam os lados Sul, o Alfange, e Norte da vila²⁰. O cronista quinhentista não esquecia de olhar para os arredores e descrevê-los pelo longo alcance do território que se observava da muralha altaneira: de Oriente a Ocidente, a formosura dos campos de cereais cortados pelo Tejo, estendendo-se para Norte a linha do horizonte até às montanhas que cercavam campos de vinhas e de olivais, campos que, segundo a tradição, D. Afonso Henriques, designava por “o paraíso deleitoso”²¹.

Da época da sua conquista cristã, chegou-nos o olhar de um homem do norte sobre a cidade de Lisboa. Osberno, o cruzado, escrevia na sua crónica as primeiras impressões que a cidade lhe dava: as muralhas, a sua opulência económica, o seu território. “*A norte do rio, no topo de um monte redondo, fica a cidade de Lisboa, cujas muralhas descem em socacos até à margem do rio Tejo, dele ficando separadas apenas por um pano de muralhas que assentam no chão. No momento da nossa chegada era a mais rica e opulenta em provisões de toda a África e de grande parte da Europa. (...) Os seus territórios, no perímetro em redor, se forem comparados com os melhores não ficam atrás de nenhum, pela fartura dos produtos do solo, se atendermos*

¹⁸ *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998, pp. 41-43.

¹⁹ Cristóvão Rodrigues Acenheiro, “Chronicas dos senhores reis de Portugal”, in José Correa da Serra, *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926, vol. V, pp. 30-35.

²⁰ Duarte Galvão, ob. cit., cap. XXIII, p. 31.

²¹ Duarte Galvão, ob. cit., cap. XXIII, p. 31.

à produtividade quer das árvores quer das vinhas. É rica em qualquer mercadoria seja de artigos de luxo seja de uso corrente. Tem ouro e prata e nunca faltam produtos de ferro. Predomina a oliveira. Nada fica nela por cultivar ou é improdutivo nem fica sem trazer uma messe abundante. Não amanhã o sal, mas escavam-no. É de tal modo rica em figos que dificilmente seremos capazes de consumir uma ração. Até os terrenos áridos estão recobertos de pastos. É famosa por muitos géneros de caça. (...) É saudável de ares. Tem, por outro lado, esta cidade banhos quentes”.²²

Referindo o número de habitantes, cerca de 60 000 famílias de *dimmis*, ou seja, moçárabes e judeus, Osberno descrevia a esse propósito os arrabaldes e referia a *medina*, no alto do monte, o conhecido castelo “*cingido por uma muralha em redondo*” de onde desciam outras, em declive, até à margem do rio. “*Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado. (...) Os edifícios formam aglomeração tão apertada que dificilmente se conseguirá encontrar ruas com mais de oito pés de largura a não ser nas dos mercadores*”. E rematava, explicando a razão de tal aglomeração: a falta de regras. Acrescentava ainda, que a sua densa população, a maior parte proveniente de outros lugares, fazia da cidade um “*viveiro de toda a licenciosidade e imundície*”²³. Sem sombra de dúvida o olhar de um cristão sobre uma cidade infiel, qual Sodoma ou Gomorra...

Ruelas estreitas, mais carreiros que estradas, conduziam aos bairros dos arrabaldes, dispostos em declive. Ruas estreitas e múltiplas emaranhavam-se entre o casario dos arrabaldes. Silos, cheios de provisões, encontravam-se na encosta do monte, enquanto no vale havia abundância de águas. As muralhas abriam-se por três portas, duas laterais e uma defronte do mar. A mesquita, o único espaço minimamente descrito, era apresentada como um templo com sete ordens de colunas e outras tantas abóbadas²⁴.

Lisboa aparecia, também, aos olhos de Osberno, o homem do norte, com uma beleza e riqueza muito características, a que se juntava o verde variado dos olivais, das vinhas, das figueiras e dos pastos contraposto ao azul do rio e ao branco das salinas.

Também a *Crónica Geral de Espanha* descrevia Lisboa com os olhares do visitante, que observa a cidade e o território que a rodeia, e com os olhos dos guerreiros. O primeiro olhar via-a nas suas riquezas: as

²² *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, ed. de Aires de Nascimento, ed. Vega, Lisboa, 2001, p. 77.

²³ *Ibidem*, p. 79.

²⁴ *Ibidem*, pp. 80-147.

“saborosas fruytas”, as “bondades do mar e da terra”, a formosura dos açores que nela se criam e a caça, o mel “muy bõo e he tam branco que nõ semelha se non açucar e sabe melhor que o açucar”, a negrura das águas do Tejo e os fios de ouro das suas águas em Almada²⁵.

O seu espaço aparecia, desde o início, designado por “cidade” “muy guerreyra das principaes de Espanha, de que por maar, e por terra se fazia muita guerra, e dano ahos Christãos, ha qual tinha muy fermoso porto”, e assim permaneceu nos cronistas portugueses dos séculos XV e XVI, que não esqueciam de exaltar a sua conquista pelo primeiro rei de Portugal, assim como a purificação da mesquita tornada sé catedral²⁶.

A única excepção permanecería no anónimo autor da *Crónica de Portugal de 1419*. Aqui, mais uma vez, temos a narrativa da conquista em ávaras palavras sobre a cidade e as suas riquezas. Apenas a construção de igrejas e mosteiros lhe interessou, para além do feito bélico praticado por guerreiros ou dos milagres realizados por alguns dos “mártires”, ou seja, os guerreiros mortos pela fé, passando rapidamente pela referência ao espaço amuralhado da cidade moura: o da cerca velha²⁷.

O cruzado anónimo que participou na conquista de Silves, descreveu-a tomando como paralelo a sua cidade natal: Goslar. Cidade fortemente amuralhada, despertava o interesse do guerreiro: “*todavia tem muito mais casas e mansões amenissimas; he cingida de muros e fossos de tal arte que nem hum só choupana se encontra fora dos muros, e dentro delles havia quatro ordens de fortificações, a primeira das quaes era como huma vasta cidade estendida pelo valle chamado “Rovale”. A maior estava no monte, e davão-lhe o nome de Almedina (cidade) tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das aguas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; (...); e sobre o canal ha quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre d’agua em abastança a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de “Coirasce” (Coiraça). As entradas pelas portas erão de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguem por ellas....*”²⁸.

²⁵ *Crónica Geral...*, vol. II, pp. 66-67.

²⁶ Duarte Galvão, ob. cit., cap. XXX e XXXI, pp. 41-43.

²⁷ *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 48-54.

²⁸ *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, ed. fac-simile da ed. de João Baptista da Silva Lopes (1844), com introd. de Manuel Cadafaz de Matos, eds. Távola Redonda, Câmara Municipal de Silves, Lisboa, 1999, pp. 15-16.

A conquista da cidade na *Crónica de Portugal de 1419* era comparada com a conquista de Jericó, tão difícil se mostrara até à rendição final, tanto mais que a cidade não era só bem amuralhada como bem abastecida de água²⁹.

A cidade de Silves era descrita por Rui de Pina, como “lugar grande”, junto da costa marítima de onde saíam corsários para atacar o litoral cristão. Estava rodeada de arrabaldes, amuralhados, com ricas casas que os cruzados pilharam e incendiaram. Ao interior da cerca que rodeava a cidade se acolheriam as populações muçulmanas. Silves estava bem aprovisionada de água por via de uma couraça bem amuralhada num torreão, onde estava um poço de água doce. Tomada a couraça, os mouros refugiaram-se no interior da cidade e fecharam as portas. No exterior da cidade, Sancho I e os cruzados ergueram uma igreja para sepultura dos mortos. Rendida a cidade, mandou o rei construir uma catedral³⁰. Na reconquista da cidade pelo mestre D. Paio Correia, temos notícia da porta da Azóia, junto da igreja de Santa Maria dos Mártires, porta que estava numa torre “que he sayda em arcos para fóra”. O alcácer amuralhado foi o último reduto dos mouros de Silves que acabariam por se render e manter-se na cidade, para que esta não se despovoasse³¹.

Mas estes mesmos territórios e outros foram descritos por autores muçulmanos, que viriam a ser conhecidos e traduzidos pelos cristãos, como a crónica do mouro Razi. Ahmede Arrazí viveu no século X. Ao contrário dos autores cristãos que narraram as cidades, séculos após a reconquista, ele descreveu-as no seu próprio tempo. Santarém e Lisboa eram apresentadas como terras muito ricas e produtoras de bons frutos e cereais. O Tejo aparecia como uma das causas da sua riqueza natural. Enquanto a defesa de Lisboa não lhe despertou qualquer interesse, tal não sucedeu com Santarém. “*E o castelo de Santarém jaz em um monte mui grande e mui alto e mui forte e não há lugar por onde o possam combater senão a mui grande perigo*”³².

A Santarém muçulmana estava natural e artificialmente defendida, chamando a atenção de viajantes como Idrisi, que a descreviam deste modo: “*Santarém é uma cidade construída sobre uma alta montanha, ao sul da qual há um grande precipício. Não tem muralha, mas no sopé do monte há uma aldeia, ao longo do rio*”. Apesar da contradição sobre a inexistência de

²⁹ *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 89-98.

³⁰ Rui de Pina, *Coronica do muyto alto e esclarecido principe D. Sancho I, segundo rey de Portugal*, Lisboa, 1727, caps. IX-XI, pp. 21-29.

³¹ Rui de Pina, *Chronica de D. Affonso III*, Lisboa, 1728, cap. IX, pp. 18-19.

³² Borges Coelho, ob. cit., vol. I, pp. 48-49.

um espaço defensivo, se tivermos em atenção Razí, Idrísî não se esquecia de mencionar, também, a riqueza da planície que a cercava, quer em cereais — constava que de uma semente se extraíam cem grãos —, quer em pomares e hortas, onde se produziam frutos e legumes de toda a espécie³³.

Apesar de historiadores contemporâneos, como Christophe Picard, não saberem explicar o empolamento sobre a conquista de Lisboa por parte dos cristãos, uma vez que Santarém e Alcácer do Sal seriam estrategicamente mais importantes que a cidade onde o Tejo desaguava³⁴, a verdade é que muitos autores muçulmanos, Almunine e Idrisi, salientaram a beleza de Lisboa e a sua fortaleza.

As mais antigas descrições de Lisboa conduzem-nos até aos viajantes muçulmanos. Os seus olhos apresentaram-na como uma cidade bela e rica em produtos agrícolas, recortada por colinas e banhada pelo mar. Razi descrevia-a e ao seu termo como um espaço rico *de muitos bens* e de *muitas saborosas frutas*³⁵. Por sua vez, Almunine Alhimiri identificava-a pelas suas muralhas, junto das quais as vagas do mar vinham bater e terminava afirmando: *“A cidade de Lisboa é, por sua própria natureza, bela...”*³⁶.

Idrísî, na sua geografia do Ocidente, mencionou-a várias vezes, quer anotando a proeza dos aventureiros que, saindo de Lisboa, situada no litoral do “mar Tenebroso”, atingiram Safim, quer referenciando-a a par de outras cidades da Hispânia, como Toledo. Este viajante muçulmano, natural de Fez, descrevia-a assim: *“Lisboa ergue-se na margem de um rio que se chama Tejo ou rio de Toledo. A sua largura junto de Lisboa é de 6 milhas e a maré a encher e a vazar faz-se sentir aí violentamente. Esta bela cidade estende-se ao longo do rio, está cercada de muralhas e tem uma forte cidadela. No centro da cidade correm fontes de águas quentes, tanto no Verão como no Inverno”*³⁷. E acrescentava: *“Foi de Lisboa que partiram os “Aventureiros” (al-Mugharrirûn) quando partiram para o Oceano Tenebroso a fim de saber quais eram os seus limites... Eles têm em Lisboa, perto da zona dos banhos quentes, uma ruela (darb) que tem o seu nome e é designada por “ruela dos Aventureiros” para todo o sempre”*³⁸.

³³ Idrísî, ob. cit., p. 269; Borges Coelho, ob. cit., vol. I, p. 70.

³⁴ Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIII-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve & Larose, Paris, 2000, pp. 208-211.

³⁵ Borges Coelho, ob. cit., vol. I, p. 49.

³⁶ *Ibidem*, vol. I, pp. 59-60.

³⁷ Idrísî, ob. cit., p. 267; Borges Coelho, ob. cit., p. 69. Idrísî não deixava de descrever aquilo que ele considerava uma das maravilhas do mundo: o ouro que, todos os invernos, o Tejo lançava na praia de Almada, “a mina”, já na altura um lugar fortificado (*Ibidem*, ob. cit., p. 267).

³⁸ Idrísî, ob. cit., p. 267.

Grande era como Almacarí a sentia³⁹. Todos acrescentavam à sua beleza, as riquezas naturais: ouro e âmbar. Mas não só. O seu território era rico em caça, pesca, frutos, mel e aves raras como os falcões .

Silves foi outra cidade descrita por muçulmanos e cristãos. Almunime e Idrisi exaltaram a sua beleza, reflectida na muralha sólida, na construção elegante e no mercado bem fornecido, sem esquecer os arredores cobertos com pomares e hortas nem o rio e as suas azenhas. As montanhas que a rodeavam eram cobertas por árvores frondosas de onde se extraía a madeira, utilizada na construção naval. Por fim, Idrîsî recordava as suas gentes: árabes do Iemen e da Arábia, que se exprimiam num árabe puro e eloquente⁴⁰. Ibn Muzayn escrevia a seu respeito: *“a cidade de Silves tem uma situação elevada e possui um aspecto maravilhoso, de nobreza, beleza, um sistema defensivo... De superfície média, de estilo elegante, ela tem ruas largas e edifícios harmoniosos. Está bem defendida. Todos os seus mercados, as suas vias e as suas ruas estão pavimentadas com mármore”*. O palácio dos balcões, à semelhança de outro existente em Bagdad, era cantado pelos poetas⁴¹.

Se formos para outras paragens e outros cronistas das guerras santas que atravessaram a época medieval, veremos que a cidade continuava a ser retratada como um espaço defensivo e um objecto de conquista. Tal aconteceu nos cronistas muçulmanos que contaram as cruzadas e a vitória de Saladino ao reconquistar Jerusalém.

Ibn al-Qalânisi narrou a queda de Tripoli às mãos dos cruzados e dos genoveses. Na pilhagem que se seguiu à conquista da cidade, não se esqueceu de referir o cativo de homens, mulheres e crianças assim como os roubos, incluindo os das bibliotecas das famílias importantes da cidade⁴². Ao contrário desta, Beirute e Sidon sofreram cercos, por terra e por mar, até que foram conquistadas pelos cruzados. Os instrumentos de guerra necessários ao ataque, utilizados pelos cristãos, eram alvo da curiosidade do cronista⁴³.

Por sua vez, Jerusalém aparecia como a cidade santa, um lugar de peregrinação para cristãos e para muçulmanos. Após a conquista de Beirute, Balduíno regressou a Jerusalém para uma peregrinação⁴⁴. O mesmo acon-

³⁹ Borges Coelho, ob. cit., vol. I, p. 74.

⁴⁰ Borges Coelho, ob. cit., vol. I, pp. 62 e 66; Idrîsî, ob. cit., pp. 262-263; C. Picard, ob. cit., p. 202.

⁴¹ C. Picard, ob. cit., pp. 202-203.

⁴² *Chroniques arabes des croisades*, trad. de Francesco Gabrieli, eds. Sindbad, Actes Sud, 1996, pp. 49-50.

⁴³ *Ibidem*, pp. 51-53 e 58-59.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 52.

teceu com os cruzados que integraram a segunda cruzada, os quais cumpriram a peregrinação quer regressassem aos seus países quer ficassem ao lado do imperador Conrado III da Alemanha para combater os muçulmanos⁴⁵.

Usama lembrava uma Jerusalém, onde os Templários praticavam a tolerância religiosa, permitindo aos muçulmanos a oração na mesquita de al-Aqsa, onde aqueles tinham erguido uma igreja⁴⁶. A conquista do reino e da cidade por Saladino foi narrada em função do herói Saladino, justo/cruel para com os infiéis vencidos mas misericordioso. Jerusalém aparecia sob o alo da Vera Cruz e dos seus guardiães, que causavam desprezo aos muçulmanos, de tal modo que a destruição da cruz sobre a cúpula da mesquita do Rochedo ressoou com os gritos a *Allah Akbar* dos muçulmanos e os gritos de dor e de raiva dos cristãos⁴⁷.

A marcha de Saladino sobre Jerusalém foi descrita por Imad ad-Dîn desta maneira poética: *“O Islão pedia em casamento Jerusalém, pronto a oferecer-lhe vidas como presente de núpcias, bens para lhe fazer esquecer as suas infelicidades, um rosto feliz para expulsar as faces coroadas”*. Na narrativa do cronista, Jerusalém aparecia como a cidade onde o cristianismo surgia como um insulto ao Islão⁴⁸. Saladino restaurou a cidade santa, colocando casas de oração muçulmanas e madarsas onde antes tinham estado igrejas e conventos. A recuperação para os muçulmanos da mesquita do Rochedo, libertando a rocha do altar, dos ícones e dos baixo-relevos cristãos, pondo-a descoberto, foi saudado nestes termos pelo cronista: *“Ele fez extrair a pérola da concha, romper a luz das trevas, demolir a prisão, comprar a liberdade, mostrar a beleza,...”*⁴⁹.

Ibn al-Athîr narrou a terceira cruzada em que participaram Frederico Barba Ruiva, Ricardo Coração de Leão e o rei de França, assim como o confronto daqueles com Saladino. De certa maneira censurava veladamente a atitude do sultão que permitiu a defesa de Tiro pelos cruzados, comandados pelo marquês de Montferrat⁵⁰. A entrega de Jerusalém com uma trégua de dez anos ao imperador por al-Malik foi a de uma cidade sem defesas e com o compromisso de não erguer muralhas, devendo os muçulmanos abandoná-la⁵¹. Em torno da cidade santa de cristãos e de muçulmanos, Ricardo

⁴⁵ *Ibidem*, p. 83.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 106; Amin Malouf, *As cruzadas vistas pelos Árabes*, Difel, 6.ª ed., 1993, pp. 155-156.

⁴⁷ *Chroniques arabes ...*, p. 170.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 173-187.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 195.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 202-207.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 295-302.

Coração de Leão procurava negociar, alguns anos mais tarde. Se o rei cristão afirmava que “*Jerusalém é o nosso lugar de culto e jamais aceitaremos renunciar a ele ... A cruz, essa, não representa para vós senão um pedaço de madeira, ao passo que para nós o seu valor é inestimável. Que o sultão no-la dê, e que se ponha cobro a esta luta extenuante*”, Al-Adel respondia: “*A cidade santa é tanto nossa quanto vossa; ela é mesmo mais importante para nós, pois foi na sua direcção que o nosso profeta realizou a sua miraculosa viagem nocturna, e é lá que a nossa comunidade será reunida no dia do Juízo Final. Está portanto posto de parte que a abandonemos....*”⁵².

A conquista de Jerusalém teve um impacto psicológico em todo o mundo cristão. No extremo da Europa, Sancho I fazia escrever a memória da sua conquista, ao datar o foral de Valhelhas: “*Reinando elRey dom sancho tomada a terra de Jerusalem delRey Saladim*”⁵³.

Mas outros olhares observavam a cidade, analisando a riqueza dos seus profissionais, das suas autoridades e a sua organização interna. As pessoas começavam a tomar parte no olhar com que se descrevia a urbe. Ibn ‘Abdun escreveu um tratado sobre a vida urbana e a organização dos mesteres. O modelo para este tratado foi a cidade de Sevilha. A cidade era aqui observada de dentro, com as suas prescrições organizativas de contornos religiosos e regulamentos económicos⁵⁴.

Foi um pouco com os olhos de quem via a cidade como centro de riqueza e de produtividade, que Fernão Lopes descreveu Lisboa, no prólogo da *Crónica de D. Fernando*. A cidade não se distinguia do seu porto de mar nem dos barcos, marinheiros e mercadores de diferentes paragens que a ela chegavam, “*gentes de desvairadas mesturas e tantas*” que as autoridades municipais decidiram criar um corpo de polícia para defesa dos seus habitantes e moradores⁵⁵. Lisboa aparecia como uma cidade *grande*, onde a criminalidade coabitava com a riqueza. Mas Lisboa era também a cidade, centro de decisão política onde o rei e a família real habitavam. Foi aqui que D. Fernando casou por palavras de presente com Leonor de Aragão, na igreja de S. Martinho, próxima dos paços dos Infantes⁵⁶ e, mais tarde, os povos tomavam posição contra o seu casamento com Leonor Teles, amotinando-se na rua, estendendo-se a oposição a outros “*logares do reino*”⁵⁷.

⁵² Amin Maalouf, ob. cit., pp. 248-249.

⁵³ P.M.H., *Leges et Consuetudines*, p. 472.

⁵⁴ E. Lévi-Provençal, *Séville musulmane au début du XI^e siècle. Le traité d'Ibn 'Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers*, eds. Maisonneuve & Larose, Paris, 2001.

⁵⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Civilização, Barcelos, 1966, Prólogo, pp. 5-6.

⁵⁶ Fernão Lopes, ob. cit., cap. XXIX, p. 83.

⁵⁷ Fernão Lopes, ob. cit., caps. LX e LXI, pp. 161-164.

Na sua obra, Fernão Lopes apresentou-nos a cidade de Lisboa como “cabeça” do reino, mas, sobretudo, deu-nos uma cidade colorida, viva na voz e no pranto dos seus homens e mulheres, os “*martires ... moradores de Lixboa*”, porque a cidade era como a viúva de um rei que teve o Mestre de Avis por defensor e “*esposo*”. A cidade era uma mulher que escolheu marido, o seu herói e defensor.⁵⁸

Ao contrário dos cronistas, os viajantes tinham outras preocupações e interesses. A curiosidade pela observação de novos lugares, costumes e gentes levava-os a olhar os vários espaços urbanos de um modo diferente. Estes apareciam inseridos num território, numa paisagem natural ou construída, que, por vezes, se estendia à população que os habitava, através da narrativa de uma “estória”.

Assim, iremos atentar nos olhares de Idrîsî, Ibn Batuta e do autor anónimo do *Livro dos Arautos*. Escritos com objectivos diferentes, estes textos souberam traduzir a curiosidade e o interesse por outros espaços e outras populações, embora religiosamente antagónicas. Os primeiros souberam apresentar, sobretudo, o território sob o domínio do Islão, enquanto o terceiro apresentava a Europa, na sua riqueza e diferença de costumes, sob a égide do cristianismo romano.

O anónimo autor do *Livro de Arautos* era um curioso da história dos vários reinos e cidades europeias que conhecera. Por isso, ele não esquecia de referir os reis, as igrejas e o seu rendimento, assim como as riquezas naturais das várias regiões que visitara. Pelo conteúdo descritivo, aproximava-se mais das narrativas dos viajantes. Por isso, soube associar a paisagem construída com a paisagem natural. Na primeira, não se esqueceu de enumerar as muralhas, igrejas, paços e outros monumentos “*dignos de admiração*”. Assim, com os olhos do nosso arauto os nossos olhos conseguem recriar Roma das sete colinas, com os seus edifícios antigos e modernos, as grossas muralhas, o rio Tibre; ou a cidade de Burgos com a catedral e as quatro pontes que atravessam o rio, o paço real de Miraflores ainda em construção; ou Toledo ou Lisboa. As cidades surgiam sempre integradas no seu meio natural e enaltecidas pelas suas riquezas naturais e pelos seus edifícios⁵⁹.

Idrîsî (séc. XII) e Ibn Batuta (séc. XIV) percorreram o norte de África, de Ocidente para Oriente, tendo o primeiro viajado também por algumas

⁵⁸ Fernão Lopes, *Crónica delRei dom João I da boa memória*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, nomeadamente os caps. CLX-CLXII.

⁵⁹ *Livro de Arautos*, ed. de Aires A. Nascimento, Lisboa, 1977, pp. 168-180, 192 e ss.

regiões da Europa mediterrânica, enquanto o segundo se alargou pelas paragens asiáticas. Com dois séculos de distância, ambos andaram pelas mesmas cidades, os mesmos oásis e os mesmos desertos. Ambos viram com olhares diferentes os mesmos territórios.

Idrîsî era um geógrafo. Preocupava-se com as paisagens natural e construída. Por isso, os seus olhos, atentos observadores, pousaram curiosos sobre os territórios, anotando a vegetação e os animais, o relevo, os cursos de água e as suas margens, as fontes, os recursos naturais, as vias de comunicação terrestres e os dias de jornada entre territórios, as cidades e as aldeias, os oásis e os desertos, as construções mais significativas, o comércio e o artesanato.

Assim, ao descrever o Egipto não deixou de mencionar os desertos e o Nilo, nem tão pouco as cidades do Cairo, Alexandria, Fustat, entre outras. Assim, caracterizou o Cairo pela produção de tecidos preciosos, Kuft pela religião xiita seguida pelos seus habitantes e pela reputação de alta qualidade do sabão aí produzido, Dalâs pelo trabalho do ferro e a antiga Antinópolis, agora chamada Ansinâ, pela sua beleza patente nos jardins e nos frutos que cresciam em abundância. Em Alexandria, o farol empolgou-o, ao defini-lo: *“Este farol é uma das maravilhas arquitecturais do mundo, devido à sua altura e à solidez da sua construção”*. Por isso, achou importante descrevê-lo piso a piso. Em seguida mencionou a muralha da cidade, os pomares e os jardins, os mercados e as ruas largas, acompanhadas por construções sólidas, ornadas de mármore e colunas, sem esquecer os obeliscos⁶⁰.

Ibn Batuta era um viajante mais preocupado com o fenómeno religioso. Na sua viagem, foi assinalando as mesquitas, as madrasas, as pequenas histórias sobre pessoas e lugares, ou rememorando poemas sobre os mesmos. Era um erudito em viagem de peregrinação, poderíamos dizer. Por isso, as suas descrições eram acompanhadas de alegorias poéticas, como aquela com que começa por descrever a cidade de Alexandria, que o soube fascinar. *“Esta cidade é uma pérola resplandecente e luminosa, uma donzela fulgurante com os seus adereços, cuja beleza ilumina o Magreb”*⁶¹. Nela, também o farol, já em ruínas, o entusiasmou. Por isso, no regresso, em 1349, ao pretender revisité-lo, verificou que ele tinha ruído, lamentando o sucedido⁶².

⁶⁰ Idrîsî, ob. cit., pp. 118-124, 217-220.

⁶¹ Ibn Battuta, *A traves del Islam*, trad. de Serafin Fanjul e Federico Arbo, ed. Nacional, Madrid, 1981, p. 117.

⁶² *Ibidem*, p. 118.

A cidade do Cairo era lembrada pela voz de um dos seus poetas que a comparou ao Eden na terra e o Nilo ao rio do paraíso, pela sua mesquita maior, escolas e hospital. As pirâmides e os templos do antigo Egipto mereceram-lhe algumas considerações⁶³.

Jerusalém, a cidade santa, a terceira das cidades para o crente muçulmano depois de Meca e de Medina, apareceu-lhe como uma cidade com parte da sua muralha destruída por ordem de Saladino e de al-Malik, mas enobrecida pelas grandiosas mesquitas que descreveu ao pormenor⁶⁴. E a viagem prosseguiu sempre com o mesmo objectivo, sendo as cidades, das mais pequenas às maiores, exaltadas pela voz dos seus poetas, dos seus notáveis e, sobretudo, das suas instituições religiosas e de estudos corânicos.

Mas a cidade não era só um espaço de conquista ou a sede do poder religioso, fosse ele o cristão ou o muçulmano. A urbe era também um espaço em que se disfrutava o lazer, fosse ele o de uma festa de coroação de um soberano, ou do seu casamento, ou a festa profana que acompanhava o religioso, fosse ele uma procissão ou uma romaria. Burgos acolheu o conde Fernão Gonçalves e a infanta D. Sancha, recebendo-os com muita alegria, com armas e trebelhos e procissões. A entrada na “vila” obedeceu ao cerimonial costumeiro, acompanhando os habitantes os seus “senhores” até à sé, onde rezaram. Aqui casaram, organizando-se muitas festas: *“baffordavã e britavã tavolados e filhavã escudos e lanças. E outros lidavã com touros e outros faziam jograrias de muytas maneiras”*⁶⁵.

Espaços de lazer eram nas cidades conquistadas aos mouros, os banhos. Em Toledo existiam vários que proporcionavam gozo aos cavaleiros cristãos, em vez das lides militares com que se adestravam para a guerra. Conta a *Crónica Geral de Espanha* que, estando Afonso VI doente e após a derrota cristã que terminou com a morte do infante Sancho e de muitos nobres, perguntou as físicos qual a razão porque os fidalgos não amavam a luta. *“E elles lhe disserõ que por que entravã ameude em os banhos e se davã muito aos viços. E el rei mãdou logo derribar os banhos da terra e fez trabalhar os cavalleiros em armas ennas guerras”*⁶⁶.

Mas a *Crónica* narrava-nos outras festas como as maias que as raparigas cantavam, quer em Coimbra, quer em Castela⁶⁷.

⁶³ *Ibidem*, pp. 132-138.

⁶⁴ *Ibidem*, pp. 152-154.

⁶⁵ *Crónica Geral ...*, vol. III, pp. 37, 80 e 283.

⁶⁶ *Crónica Geral ...*, vol. IV, p. 37.

⁶⁷ *Crónica Geral ...*, vol. IV, p. 362.

Muitas foram, certamente, as festas em que os soberanos mostraram ao povo a sua magnificência e liberalidade. As crónicas e outros relatos narraram-nos algumas como os festejos de luz, música e dança organizados por D. Pedro I em honra do conde D. João Afonso Telo que ia ser armado cavaleiro⁶⁸. D. João I casou-se com D. Filipa no Porto que se embelezou para receber tal cerimónia. Justas, jogos, danças, “*trebelhos e matinadas de noute*”, assim como cantigas cantadas pelas mulheres da cidade, fizeram parte da alegria que o povo sentia em tal enlace⁶⁹. Durante quinze dias a festa estalou na cidade do Porto e noutras cidades e lugares do reino.

Os embaixadores do imperador Frederico III ao entrarem em Lisboa, aplicaram-lhe o qualificativo de *notável, e muito maior que Viena, na Austria*. O primeiro impacte da cidade foi a colina alta com o forte castelo e a sé e os muitos mosteiros. O cerimonial e os festejos foram exaltados pela beleza e excentricidade. Jogos, danças, teatros, touradas e outros festejos foram narrados com exaustão por estes visitantes ilustres.⁷⁰ Terminavam os festejos as distribuições de alimentos: vinho, pão e a carne dos bois ou dos touros, toureados e mortos. A cidade descrevia-se pelo olhar e pelos cheiros que dela exalavam, ou pela brisa marinha que pôs doentes os embaixadores imperiais.

As crónicas falam-nos, também, de cidades ermas e do seu repovoamento. Foi o caso de Palença que, na altura em que Sancho de Navarra a encontrou, estava coberta de matos e era covil de javalis. Descoberta, durante uma caçada, o soberano povoou-a e fez uma sé no local de um altar em honra de Santo Antoninho mártir⁷¹. Outras tinham ficado despovoadas com o avanço dos mouros como Zamora, a quem Fernando III deu carta de foral, ou Ávila⁷². Outras apareciam como resultado de um povoamento, como Sória, que viria a ser dada por Aragão a Castela, ou Teruel⁷³, ou Salamanca, Segóvia ou Sepúlveda⁷⁴. Outras vezes a cidade aparecia identificada por dois espaços com uma história diferente, como Sevilha: Sevilha, a velha, a cidade goda onde estava a sepultura de

⁶⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, ed. Civilização, Barcelos, 1965, cap. XIV, pp. 61-63.

⁶⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, Porto, 1949, vol. II, caps. XCV-XCVI, pp. 223-224.

⁷⁰ *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, ed. de Aires de Nascimento, eds. Cosmos, Lisboa, 1992.

⁷¹ *Crónica Geral ...*, vol. III, pp. 249-250.

⁷² *Ibidem*, pp. 321, 329.

⁷³ *Ibidem*, pp. 260, 265.

⁷⁴ *Crónica Geral ...*, vol. IV, p. 7.

St.º Isidoro antes de ser transferida para Leão, e Sevilha, a nova urbe, a cidade muçulmana⁷⁴.

O centro urbano, independentemente da dimensão, era também o local onde se exercia a justiça e onde esta se publicitava, para exemplo de todos os súbditos. Tal aconteceu com o rico homem Fernando Lainez, a quem a infanta D. Sancha fez executar dura justiça sobre o traidor e mostrá-la com pregão em todas as “vilas e mercados” de Castela e Leão⁷⁵.

A cidade era, também, o espaço onde conviviam as três religiões. Daí a referência aos judeus nas cidades cristãs, como Burgos, Sevilha ou Ávila⁷⁶, ou aos muçulmanos que, embora vencidos, continuavam a habitar na sua antiga cidade e a trabalhar as terras. Era na cidade que moravam os judeus ricos que emprestavam dinheiro aos reis e aos nobres. Foi aos judeus de Burgos que Rodrigo Dias de Bivar recorreu, enganando-os, quando se malquistou com o rei Afonso VI⁷⁷. Aqueles eram, na cidade medieval, a marca da diferença, mas também da riqueza e da proximidade ao poder⁷⁸.

Mas os poetas também “olharam” a cidade. Lugar de peregrinação ou de romaria, local para onde os homens se ausentavam à procura de trabalho, a cidade era vista com desconfiança como o espaço onde outros perigos espreitavam os homens, afastados das suas namoradas. Faro era recordada pelos trovadores galego-portugueses pela romaria a St.ª Maria; Guarda e Lugo como as cidades da tardança masculina, que incendiava os corações femininos com as saudades e os ciúmes das mulheres das cidades que eram formosas; Granada pela guerra que levava os homens a *lidar con mouros e muitos prender*”; Lisboa pela armada real; Toledo pela prostituição, etc.⁷⁹.

No *Romancero Viejo*, a cidade continua a ser um espaço de conquista, quer de luta fratricida como a do cerco de Baeza, durante a guerra entre Pedro o Cruel e Henrique de Trastámara, quer de luta entre cristãos e muçulmanos.

*“Cercada tiene a Baeza — ese arráez Andalla Mir,
con ochenta mil peones, — caballeros cinco mil.
Con él va ese traidor, — el traidor de Pero Gil.*

⁷⁴ *Ibidem*, p. 323.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 251.

⁷⁶ *Crónica Geral ...* vol. III, pp. 420, 502, 505.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 420-421.

⁷⁸ *Crónica Geral ...*, vol. IV, pp. 31-32.

⁷⁹ *Cantigas de amigo dos trovadores galego-portugueses*, ed. José Joaquim Nunes, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1973, vol. II, pp. 447-451, 458-459, 454-455, 355, 349, etc.; *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, ed. Rodrigues Lapa, ed. Galaxia, 1970, pp. 582, 545

*Por la puerta de Bedmar — la empieza de combatir;
ponen escalas al muro, — comiéndanle a conquistar;
ganada tiene una torre, — no le pueden resistir,
cuando de la de Calonge — escuderos vi salir. (...)”⁸⁰*

Noutro cerco a Baeza, agora por muçulmanos, o cancionero referia-se a Baeza, — *esa ciudad torreada*”⁸¹.

Jaén, atacada por Granada, que a pretendia reconquistar, era cantada em versos que mostravam a riqueza e a magnificência dos guerreiros granadinos:

*“— Reduán, bien se te acuerda — que me diste la palabra
que me darías a Jaén — en una noche ganada.
Reduán, si tú lo cumples, — daréte paga doblada,
y si tú no lo cumplieres, — desterrarte he de Granada;
echarte he en una frontera — do no goces de tu dama.
Reduán le respondía — sin demudarse la cara:
— Si lo dije, no me acuerdo, — mas cumpliré mi palabra.
Reduán pide mil hombres, — el rey cinco mil le daba.
Por esa puerta de Elvira — sale muy gran cabalgada.
¡Cuánto del hidalgo moro! — ¡Cuánta de la yegua baya!
¡Cuánta de la lanza en puño! — ¡Cuánta de la adarga blanca!
¡Cuánta de marlota verde! — ¡Cuánta aljuba de escarlata!
¡Cuánta pluma y gentileza! — ¡Cuánto capellar de grana!
¡Cuánto bayo boeceguí! — ¡Cuánto lazo que le esmalta!
¡Cuánta de la espuela de oro! — ¡Cuán estribera de plata!
Toda es gente valerosa — y experta para batalla;
en medio de todos ellos — va el rey Chico de Granada.
Míranlo las damas moras — de las torres del Alhambra. (...)”⁸².*

Também o romanceiro sabia cantar a alegria da festa e a alegria da vitória, depois da tristeza da derrota. Foi o caso do romance de Antequera, conquistada pelos cristãos, em 1410, cuja notícia foi transmitida ao rei de Granada, durante uma festa na manhã de S. João.

⁸⁰ *El Romancero viejo*, ed. de Mercedes Dfaz Roig, Catedra, Madrid, 1994, p. 85.

⁸¹ *Ibidem*, p. 86.

⁸² *Ibidem*, p. 87.

*“La mañana de San Juan — al tiempo que alboreaba,
gran fiesta hacen los moros — por la vega de Granada.
Revolviendo sus caballos — y jugando de las lanzas,
ricos pendones en ellas — broslados por sus amadas,
ricas marlotas vestidas — tejidas de ora y grana.
El moro que amores tiene — señales de ello mostraba,
y el que no tenía amores — allí no escaramuzaba.
Las damas moras los miran — de las torres del Alhambra,
también se los mira el rey — de dentro de la Alcazaba.
Dando voces vino un moro — con la cara ensangrentada:
— Con tu licencia, el rey, — te daré una nueva mala:
el infante don Fernando — tiene Antequera ganada;
muchos moros deja muertos, — yo soy quien mejor librara,
siete lanzadas yo traigo, — el cuerpo todo me pasan,
los que conmigo escaparon — en Archidona quedaban.
Con tal nueva el rey — la cara se le demudaba;
manda juntar a los suyos, — hace muy gran cabalgada,
y a las puertas de alcalá, — que la Real se llamaba,
los cristianos y los moros — una escaramuza traban.
Los cristianos eran muchos, — mas llevaban orden mala,
los moros, que son de guerra, — dádoles han mala carga,
de ellos matan, de ellos prenden, — de ellos toman en celada.
Con la victoria, los moros — van de vuelta de Granada;
a grandes voces decían: — ¡La victoria ya es cobrada!”⁸³.*

A cidade era também entendida como um espaço feminino, ou seja, a cidade desejada era uma mulher. A ela, Granada, o rei cristão prometia-lhe em arras Córdoba e Sevilha, e a mulher/Granada respondia-lhe que não era viúva, mas sim mulher de um rei mouro.

*“(…) — Yo te agradezco, Abenámar, — aquea tu cortesía.
¿Qué castillos son aquéllos? — ¡Altos son y relucían!
El alhambra era, señor, — y la otra la mezquita,
los otros los Alixares, — labrados a maravilla.
El moro que loa labraba — cien doblas ganaba ao día,
(…)*

⁸³ *Ibidem*, p. 91.

*El otro es Generalife, — huerta que par no tenía,
el otro Torres Bermejas, — castillo de gran valía.
Allí habló el rey don Juan, — bien oiréis lo que decía:
— Si tú quisieres, Granada, — contigo me casaría;
daréte en arras y dote — a Córdoba y a Sevilla.
— Casada soy, rey don Juan, — casada soy, que no viuda;
el moro que a mí me tiene — muy grande bien me quería.”⁸⁴.*

Espaço feminino, a cidade aparecia no arcipreste de Hita como:

— o espaço de luxúria:

*“(…) Fueron por la loxuria çinco nobles çibdades
quemadas e destruidas; las tres por sus maldades,
las dos, non por sua culpa, mas por las veçindades”⁸⁵;*

— da justiça inoperante, exemplificada na fábula da cidade de Bugia, no norte de África, cujo alcaide era um macaco⁸⁶, do rei dinheiro a quem tão pouco escapavam Roma e o clero, a justiça ou as mulheres⁸⁷,

— das mulheres elegantes e belas, conquistadoras de homens

*“ Toda muger del mundo e dueña de alteza
págase del dinero e de mucha riqueza”⁸⁸;*

— ou o espaço da conquista masculina

*“!Ay, Dios, e quán hermosa viene Donã Endrina por la plaça!
¡Qué talle, qué donaire, qué alto cuello de garça!
¡Qué cabellos, qué boquilla, qué color, qué buenandança!
Con saetas de amor fiere quando los sus ojos alça.”⁸⁹,*

que utilizava as alcoviteiras para atrair uma jovem mais recatada e difícil:

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 93-94.

⁸⁵ Juan Ruiz, arcipreste de Hita, *Libro de buen amor*, ed. Alberto Blecuá, ed. Catedra, Madrid, 1996, p. 71.

⁸⁶ *Ibidem*, pp. 84-98.

⁸⁷ *Ibidem*, pp. 128-137.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 133.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 164-165.

*“Fallé una tal vieja qual avía mester,
artera e maestra e de mucho saber;
Doña Venus por Pánfilo non pudo más fazer
de quanto fizo auésta por me fazer plazer.*

*“Como lo han de uso estas tales buhonas,
andan de casa en casa vendiendo muchas donas;
non se reguardan d’ellas, están con las personas,
fazen con mucho viento andar las atahonas”⁹⁰.*

A cidade era o espaço do boato, da maledicência

*“De pequeña cosa nasce fama en la vezindat;
desque nasce, tarde muere, maguer non sea verdat,
siempre cada día creçe con enbidia e falsedat
poca cosa le enpeçe al mesquino en mesquindar”⁹¹.*

Na literatura de pendor religioso, a cidade traduzia o mito estereotipado de dois espaços antagónicos: o paraíso e o inferno ou o Bem e o Mal. Jerusalém opunha-se a Babel ou a Sodoma e Gomorra. Remetendo-as para descrições bíblicas, os textos medievais descreviam simbolicamente essas cidades. Assim, Jerusalém era evocada nos seguintes termos pela abadessa Hildegarde de Bingen: *“cidade de ouro, ornada de púrpura real”, “luz jamais obscurecida”, “as tuas janelas, ó Jerusalém, / foram especialmente decoradas / de topázio e safira”, “Também as tuas paredes / lançam o brilho das pedras vivas / e que, levadas pelo supremo zelo / da boa vontade, / voaram como nuvens no céu.”⁹².*

No *Conto de Amaro*, ou na vida de St.º Amaro, o paraíso tem a forma de um castelo ou, melhor dizendo, de uma cidade fortificada tal era a sua área, à qual Amaro chegou depois de ter deixado a barca num porto. O castelo ficava no cimo de uma montanha. Era de mármore e era fortalecido por cinco torres de onde saíam cinco rios. Ali não havia trevas, nem chuva, nem frio, nem calor. Tendas coloridas espalhavam-se no seu interior, rodeadas de belas árvores, flores e muitos perfumes, e de belas aves de canto mavioso. Jovens criaturas tocavam guitarras, violas e outros instrumentos musicais, ou não

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 173-174.

⁹¹ *Ibidem*, p. 175.

⁹² In *A cidade de Silves* ..., pp. 125-127.

fosse a música celestial. “E Amaro vyo dentro tantos prazeres e tantos sabores e tantos viços quantos nom poderyam contar”.

St.º Amaro pediu ao porteiro do paraíso um pouco de terra e regressou ao porto, onde deixara o barco e os seus companheiros. E nele encontrou uma grande cidade, onde antes deixara um porto e quatro casas. Acolhido pelos novos habitantes, descendentes dos seus companheiros, pois passaram-se mais de dois séculos, Amaro pediu um território para povoar e partiu. Então “começou de deitar da terra que trouxera do parayso terreal que cheirava mais e melhor de todallas cousas do mundo”, e dela nasceu uma nova cidade “com muy nobres casas e muitas viinhas e pumares e muitas ortas e creciam aly as arvores em huum anno mais que em outro logar em cinco”⁹³.

Mas a literatura moralizante utilizava a cidade empolando certos estereótipos que lhe eram comuns: o avarento usurário, o mau juiz, os novos-ricos, os mercadores, as mulheres e a sua maldade, os pobres, os leprosos, as feiticeiras⁹⁴.

Em conclusão, o olhar sobre a cidade acompanhou a evolução da própria sociedade, permitindo diferentes olhares sobre aquela. Lugar de salvação ou lugar de perdição, a cidade era o símbolo da sociedade em mudança e em crescimento, permitindo que outros olhares sobre ela pousassem. Empolados e admirativos ou marcados por estereótipos negativos, os olhares aparecem-nos sempre em função do sujeito e do sentimento que o objecto, a cidade, lhe auto-gerava, quer fosse a curiosidade ou o desejo, quer o receio.

⁹³ Mário Martins, *Estudos de literatura medieval*, Braga, 1956, pp. 28-29.

⁹⁴ *Le rire du prédicateur*, ed. de Albert Lecoy de la marche, ed. Brepols, 1992, pp. 93-141.

A ALMA DA REPÚBLICA

(da cidade tensional aos princípios da ideia de Cidade)

Maria Teresa de Noronha*

*“(...) o outro, que não é, e, portanto que é
preciso não ser
este então, eu te digo, é atalho incrível;
pois nem conhecerias o que não é (pois não
é exequível)
nem o dirias...”*

(Parménides, Poema, II. Farândola. Paris)

Introdução

O trabalho que ora se apresenta realizou-se tendo em conta o *Imaginário Simbólico da Cidade* compreendido à luz de uma reflexão filosófica.

Assim uma análise axiomática orientada sob a premissa que atende à cidade e ao seu *imaginário simbólico colectivo* e humano que em primeira mão se reflecte como sevicia do desenvolvimento industrial, ocupará o primeiro momento da discussão. Nesta linha o recurso às investigações da sociologia (do princípio do séc. xx) como ciência positiva, bem como a outras ciências sociais, então em embrião, confirmará o paralelo entre industrialização / urbanização e consequente realidade imagética do tecido social. A segunda premissa revela na análise e como que por oposição à primeira o imaginário simbólico do espaço social que se deixa ver pelo pensamento utópico tanto, como pela literatura que a esse nível se produz e produziu. De Homero, Píndaro, Ovídeo, Horácio a Vergílio e a Tomas More será discutida a função da Utopia e explicada como “remediação” e como

* Universidade Aberta.

transporte intelectual, ideal e teórico que arrastou consigo quer os aspectos de uma certa pragmaticidade quer aqueles outros que “protenso”¹, exercem sobre filosofia política e a filosofia da história influências decisivas.

A análise-síntese da *Républica* de Platão e o aprofundamento do seu comportamento teórico ao longo dos séculos, conduziu por último à confirmação do princípio que prevê que em certo sentido “o mito vai à frente da história”, revelando que o poder *tensional* encerrado no conteúdo semiótico de pensamento utópico é uma realidade que não só reclama e exprime a Saudade de um lugar (*ou -topos* ou *eu-topos*) como também, denuncia situações menos dignificantes do percurso da história humana.

A *Républica* como projecto político ou como forma utópica, complexa na realidade do ser e do *Dasein* (o ser-aí), não esconde a procura do lugar ideal onde a situação dos seres sociais se reveja numa maior aproximação à Verdade e à Justiça. Mas, o que nesta sobra e sobrará sempre com evidência é a denúncia à cidade, à polis da injustiça, da desigualdade, da alienação, da separação entre o ser e o cidadão.

Lugares próprios como o espaço sagrado, o espaço político e o comercial, o espaço público na maioria das urbes na antiguidade clássica, perderam as suas raízes no longo desenvolvimento da história económica e política, bem como no processo evolutivo das sociedades em geral.

O Imaginário simbólico colectivo da cidade que se miscesnava na identidade quer de princípios arquitectónicos quer antropométricos foi a partir da modernidade transformado e, lentamente, integrado numa lógica que atenderá primeiramente ao plano da economia florescente e remanescente do liberalismo, do mercantilismo e do fenómeno da mobilidade social.

E, é do consumo de todas estas vertentes que podem dar hoje testemunhos as nossas cidades cujo imaginário diluiu já a ideia da imensa “casa colectiva”, “o grande tecto”, lugar da luz que anularia a noite e a solidão, lugar onde o grande corpo vivo e simbiótico procuraria o equilíbrio e a harmonia.

¹ Sobre a concepção de tempo protenso deverá consultar-se Joaquim de Carvalho que compreendeu o termo na aplicação directa que dele faz ao tempo da saudade. Tratando-se de um tempo simétrico, será ainda de consultar os últimos trabalhos de física teórica como o *Nascimento do Tempo* de Ilya Prigogine ou *Assymetries in Time* de Horwich.

Campo/cidade.

As interpretações sobre o fenómeno da urbanidade que se conduzem através da dicotomia campo-cidade confundem vezes sem conta o conceito de ruralidade. A distinção entre natureza ou meio natural e sociedade rural exige assim a compreensão de fronteiras.

Partiremos, portanto, do princípio que estabelece que quer *ruralidade* quer *urbanidade* são fenómenos de fixação humana sendo que o que melhor os distingue é o modo de organização espácio-temporal. (cf. Raison, 1986:313-340). Todavia, sob a questão dos limites entre o urbano e o rural o conceito de “rurbanização”, tal como este se apresenta explicado e utilizado em autores como Roncayolo melhor define a situação. (cf. Roncayolo, 1986:397)².

A nostalgia que durante o século XIX caracterizou a geração de românticos e ultraromânticos no desejo de retorno à terra-mãe, às origens e ao belo, (suposto residir na natureza que o campo ainda preservaria) mais não afirma senão o profundo descontentamento sobre o modo como as cidades se organizavam, se desenvolviam e cresciam. Mas compreender este descontentamento exige, também, a compreensão do fenómeno urbano como fenómeno intrinsecamente ligado ao processo crescente da industrialização e da tecnização que as sucessivas revoluções industriais e tecnológicas produziram.

Paralelamente se é verdade que entre a vaga romântica do sul da Europa e o idealismo alemão do séc. XIX a dicotomia cidade/campo enraizou protestos e alimentou o sentimento resgatador que exigia a recuperação da presença humana no plano do desenvolvimento das cidades, facto é que o séc. XX pela escalada incontrolável da produção, aceitará a intercepção das forças motrizes da economia de mercado mesmo em sectores considerados terciários admitindo, sem discussão, a intervenção da mecanização e industrialização no espaço rural sem contrapartida humana, aceitando assim o risco de ultrapassagem de algumas das suas características vitais de identidade.

² Escreve este autor: “Nas sociedades técnicas actuais, por outro lado, tornou-se banal a constatação do desaparecimento da oposição cidade/campo, bem como da passagem à urbanização generalizada, ou ainda àquele complexo rural-urbano a que às vezes se dá o nome de “Rurbanização”. Na mesma linha de pensamento o mesmo autor deixa como indicador as dificuldades em estabelecer os limites precisos da cidade e do campo fazendo referência ao modo como as interpretações, que se obrigam a reconhecer a ausência de uma teoria geral das cidades, a explicam sob modelos naturalistas ou sob modelos organicistas; um e outro compreendidos à luz do princípio da causalidade e do determinismo físico. Perspectivas que se podem considerar redutoras nos seus modos estreitos de interpretação aos fenómenos humanos. (cf. idem: 398)

No seu artigo “Fixação”, — Raison explica que a *fixação rural* e a *fixação urbana* que aparentemente aparecem com diferenças nítidas, não podem oferecer na verdade nenhum critério, nem absoluto nem referencial, acerca das suas linhas limite. “Os anuários estatísticos internacionais — escreve — renunciam a fixar um limiar numérico (e quantitativo) entre estas duas formas de fixação” (cf. Raison, 1986:312).

Urbanização e Industrialização

As primeiras manifestações da sociologia, filha do espírito positivista emergente nos finais de novecentos, dão conta de uma preocupação muito específica em torno do fenómeno crescente da urbanidade cujos limites e definições, explicados à luz do mecanicismo social, produzirão algumas das linhas de interpretação predominantes.

Max Weber apontou o modo como os conceitos de: *urbanização*, *industrialização* e *burocratização* se imiscuíam na configuração da cidade contemporânea desenhando-lhe os principais contornos estruturais, materiais e sociais.

Ainda durante os meados do séc. xx, na mesma linha, Hauser e Schnore (1965) em *The Study of Urbanization* reflectem do mesmo modo o paralelismo entre *industrialização* e *urbanização*, contribuindo em certo grau, para a crescente confusão em torno dos conceitos de cidade e industrialização. (idem:399).

Na verdade a lógica que traçou o tipo de investigação social sobre o fenómeno da urbanidade não se afastará, efectivamente, *do espírito da época* ao compreender como o processo de *urbanização* é à imagem e semelhança da *Lei dos Três Estados* (contiana), um modo evolutivo. Tal, poderia tão somente querer significar que a cidade industrializada deveria ser vista como o último e mais completo estágio de uma longa cadeia de evolução. Em Lampard (1965) isto é muito nítido: “As fases de urbanização a partir das primeiras formações urbanas propõem uma interpretação aliciante: a cidade surgia como uma forma nova e colectiva de adaptação ao ambiente a (*primordial urbanization*) e afirmar-se-ia como forma alternativa de organização (*definitive organization*). (cf. ibidem).

A *urbanização definitiva* afirma-se segundo este ainda em duas fases: a *fase clássica* e a *fase industrial* sendo esta última compreendida como a superação dos limites naturalmente impostos pela fase dos primórdios do desenvolvimento das cidades enquanto fixação, adaptação e desenvolvimento de mercados. (cf. idem).

Também Reissman (1964), investiga a relação do *urbano* e do *industrial* quer com o aparecimento da classe média e numa relação mais complexa com o aparecimento das nações. Mas mantendo-se dentro da mesma lógica (idem) deixa do mesmo modo confusa as relações originais do espaço e do tempo presentes no fenómeno urbano.

Ora a perspectiva filosófica e historiográfica deixa-nos hoje ver, com clareza, que o interesse crescente em torno do fenómeno urbano que desde o princípio do séc. xx se desenvolveu, se por um lado trouxe ao consenso alguns dos seus mais significativos elementos de compreensão e categorização, como o de *população, ambiente, nível técnico e organização social* (tal como se vêem em Reissman), como o de *fixação e migração, habitação e recursos, território e paisagem*, fomentou, ao mesmo tempo, a ideia de que a cidade é resultado da industrialização, sendo esta a sua marca caracterizadora mais definitiva. Escusado será recordar que, nesta perspectiva, a **História** e o **Imaginário Simbólico** da cidade perderam não apenas as suas raízes como também a sua própria literacia e cultura identificativa.

Assim a cidade que assistiu à fuga das *elites intelectuais* para um almejado refúgio no campo/natureza, combinou **cultura** com **ileteracia** adaptando-as à industrialização e mecanização e dando início assim a um processo novo: **a mercantilização e a rentabilização da cultura, das artes e da própria literatura, que a partir daqui se devem entender como indústrias culturais.**

E se a cidade nos alvares das revoluções industriais, constituiu para a maioria dos poetas, pensadores, escritores e artistas, a confirmação de um progresso de direcção duvidosa e definitivamente oposta aos princípios de uma sonhada harmonia humana sob os paradigmas do *Humanismo Universal*, para outros “essa desilusão” confirmaria o lucro rápido, a mais valia, e tal como “A Parábola dos Cegos” de Pieter Brughel, a irracionalidade do percurso afirmará essa espécie de cegueira.

Na verdade essa seria a cidade que inventaria diária e vertiginosamente uma nova forma de *Ecce Desumano*, esse mesmo que constituiu para o cerne de todas as filosofias, desde há duzentos, uma preocupação central. E desde o materialismo dialéctico de Marx e Engels e das filosofias políticas que lhe subjazem, às fenomenologias de Husserl de Heidegger até às filosofias da existência de Nietzsche a Sartre — que as hipóteses se vêem exauridas, frente não propriamente à *dúvida do cogito* mas antes à certeza da sua ausência como medida e qualidade da razão humana.

Com efeito, o formato de *Razão* e de *Imaginação* que a “mostra urbana” pode dar, explica-a bem Marcuse³ assim como toda a escola de Frankfurt através da ideia de como pode a “racionalidade ser irracional” e a mesma mostra é ainda, como explica Deleuze-Gautari em *O Anti-édipo*, aquela que deixa ver sem pruridos o humano como “máquina-desejante”; figuração que vaticina as “perdas”, talvez irrecuperáveis, da dimensão do “homem universal”. (cf. Badiou 1999; Pascoes, 1984).

Projecto de ninguém, as cidades actuais são grosso modo e na sua grande maioria um sempre crescente puzzle ao qual se vai acrescentando mais um módulo que temporalmente e de forma suficiente satisfaça; um puzzle que vai deslizando segundo normativos económicos e ideológicos.⁴ Será pois nessa volta histórica que o plano da investigação e dos achados da semiologia⁵ se oferecem como instrumentos de uma valiosa hermenêutica antropológica que poderá confirmar que entre a *invenção das utopias* e a *criação das cidades reais* uma mesma intenção original reside, essa que cativa nos símbolos, no signo e no simbólico, revela como o imaginário humano e colectivo pode constituir uma sempre igual gramática submersa, uma linguagem própria que a historiografia e mais especificamente a semiologia histórica deve procurar descodificar atendendo aos sinais ou os índices dos seus modos identificativos.⁶

As relações entre a *utopia* e a *saudade* surgem, de alguma forma a partir daqui justificadas se atendermos quer às suas naturezas *Evocativas* quer às causas da *Evocação*.

Pensamos assim que a perspectiva que remete para que se pense hoje no *Imaginário Simbólico* da cidade deva ser *histórica* sem deixar de ser, nessa condição, indiferente à realidade filosófica-existencial que de todo não pode omitir mais vastas realidades como as que se expressam assim: “Quero perscrutar o imaginário, quando me faltam condições para simplesmente viver...” (cf. Pimenta: 1986:401).

³ Lei-se de E. Marcuse *O Homem Unidimensional*.

⁴ Referência às questões da sociologia e urbanismo e compreender-se o esforço que desde o princípio do séc. xx teóricos e arquitectos manifestam na interpretação do fenómeno urbano posindustrial e respectiva resolução. Castell e escola de Chicago passam a ser marcos inconformáveis bem como as diferentes tentativas do planeamento urbanístico.

⁵ Importa aqui salientar o valor e a importância quer dos desenvolvimentos da semiótica (desde Saussure) quer os da filosofia da linguagem a qual desde Wittgenstein têm alimentado esta ciência.

⁶ A este propósito será conveniente recordar o princípio que orientou quer a Fenomenologia de Husserl quer a filosofia analítica e a filosofia da linguagem de Wittgenstein, que recolheram de Frege e dos desenvolvimentos da matemática da Escola de Yena a existência do significado profundo reconhecido como a *Bedeutung* do signo.

Intencionalidade e Tensão. Cidade e Utopia

Cidade-corpo, cidade-texto, cidade-sentimento, cidade-matéria seguindo Dubois ela melhor se recolhe pelas origens da cidade-ideia.

Compreende-se por isso que a cidade entre outras variáveis seja desde a sua origem um **polo de tensão**, tanto mais se recordarmos como esta desde os primórdios persegue as linhas da **racionalidade**, da **ordem**, da **simetria** e da **justiça**.

A tensão existente entre a *cidade real* e a *cidade ideal* virá a reforçar as utopias como pensamentos redutores dessa velha tensão.

As relações entre a *autenticidade* e a *representação* no espaço urbano bem como os problemas do seu enquadramento empírico representado sob formas jurídicas, deixam assim ver uma curiosa resistência no curso do tempo através de múltiplas formas que assistem a uma *intencionalidade* explícita; e, estas formas deixam ainda ver não só resistências ao nível microsocial como se manifestam no fenómeno macrosocial através da “opinião institucionalizada” e do poder político e da sua manipulação mediática.

A existência de uma *intencionalidade*, diríamos, precatégorial e prelogica está presente à ideia original da cidade, todavia não restam dúvidas que ideias/ideais, como permanências, como *indícios* de todas as utopias, são facilmente ultrapassados, vilipendiados por uma outra ordem de valores antagónicos

Falamos assim da cidade como espaço privilegiado ao desenvolvimento da consciência dos “não lugares” que ao reclamar as ausências e as falhas inventa e reforça a Utopia. Com efeito, o registo do simbólico não esconde a necessidade de presentificar uma memória e de a presentificar evocando-a.

E na verdade *o poder* das utopias resultante da *intencionalidade* da ideia original de cidade, que muito cedo se vê gorada, repõe em teoria e no plano abstracto essa *intenção* primordial.

Utopia e Logos Poético

Todavia e neste contexto, convém ter-se presente que o que aqui se entende por *imaginário simbólico* não se deve confundir com *utopia* na medida em que o primeiro se presentifica no real através de uma específica empiricidade cuja gramática possibilita, como já referimos, a leitura das

intermitências históricas e, a segunda, ao pertencer ao plano das ideias resiste à variedade das formas almejando no interior da sua construção sempre e do mesmo modo *arquétipos* que se poderiam pensar como *universais* (cf. Noronha, 2001).

Historicamente o sentido da *utopia* surge quase em paralelo temporal com a emergência do pensamento racional ou com o *Logos*, sendo, por isso, contemporânea da filosofia. Sabemos ainda que a *utopia* propõe de um modo teoricamente sustentado a *alteridade* (cf. Lévinas, 1993) à realidade social. E refere Baczkó: “A utopia (...) em determinadas épocas não passa de um fenómeno marginal isolado. Noutras porém a criatividade utópica intensifica-se. À medida que o número de textos utópicos aumenta, uma singular afinidade une as utopias às estruturas mentais e às ideias mestras da época. A utopia mantém, pois, relações múltiplas e complexas, com as ideias filosóficas, as letras, os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o simbolismo e o imaginário simbólico.” (cf. 1985:346).

Na verdade os relatos de uma sociedade ou de cidades perfeitas encontraram sob o registo da utopia as mais diversas formas de representação. E, desde as descrições de Homero quando introduz Ulisses no jardim de Alcínoo às de Hesíodo onde homens e mulheres não conhecem o sofrimento nem o envelhecimento à *Ilha dos Bem Aventurados* de Píndaro, ou das *Ilhas do Sol* de Plutarco, ou a retoma da *Idade do Ouro da Humanidade*, de Ovídio ou o que nas *Odes* de Horácio se traduz pela demanda do abandono da cidade e a procura das *Ilhas Afortunadas* —, que a matéria do desejo se rebela sobre a ordem das cidades. E afinal o que representam as descrições do paraíso que a Cristandade medieval alimentou não só como oficiosa verdade e recompensa como também *milénarista* profecia conjugada com as do *Apocalipse* na prefiguração do Espírito Santo sobre a terra,⁷ como se vêem em Joaquim de Fiorine e nos seus discípulos?

Será, porém a partir de Tomas More⁸ que o termo *utopia* se viu conglobado no *Pantagruel* (1532), por Rabellais. Desde aí credibilizada a literatura utópica, passa a entender-se não só com alguma relevância política, mas também como pensamento que não sendo apenas o da “boa rebeldia”,

⁷ Também as perspectivas que compreendem a *utopia* resultado de um resíduo inconsciente onde ideias e arquétipos veiculam um *Desejo* e uma *Lembrança* de ordem transtemporal podem aceder à filosofia da Saudade como explicação originária. Mas se assim é, há que também considerar como princípio integrante do arquétipo a existência de uma *Mathesis Universalis* tal como é vislumbrada, claramente, em Leibniz. (cf. Leibniz, 1993).

⁸ Ninguém, em boa verdade, pode contestar as influências que a Utopia de More produziu em todo o Renascimento e sobretudo no espírito da Revolução Francesa.

veicula as possibilidades de uma nova ordem no mundo, propondo para isso não só modelos teóricos e práticos como também abrindo espaço à liberdade individual de criação e de invenção, — à *Abertura* (Erschlossenheit) e à experimentação do sonho.

A *Cidade do Sol* (1602) de Campanella ou a *Nova Atlântida* (1627) de Bacon dão claros exemplos disto constituindo-se por abundantes reflexões técnicas e experimentais.

A verdade é que a emergência dos pensamentos utópicos são cada mais e parecem acompanhar em ordem proporcional o desvio das sociedades daquele seu curso ideal. Como escreve Freitas: “Da constelação de utopias que gravitam em torno da revolução inglesa de Cromwell emergem o *Leviathan* de Hobes (1651), aliança técnica e do mecanicismo, e *The Commomn Wealth of the Ocean* de J. Harrington (1656), projecto constitucional de direito natural.” (cf. Freitas: 1992:367).

Do mesmo modo *As Aventuras de Telemaco* de Fénelon (1699), o *Candide* de Voltaire e a *Arcádia* de Bernardin Saint-Pierre (1781) constituem não apenas marcos do utopismo francês como afirmam uma acesa crítica ao absolutismo político. Na realidade os pressupostos críticos, políticos e sociais como os científicos e técnicos que formam a matéria dos pensamentos utópicos consolidarão não só as filosofias políticas do romantismo alemão como a de Hegel, por exemplo, como constituirão as bases do socialismo científico de Engels e Marx em *a Miséria da Filosofia* (1847) e *A Evolução do Socialismo da Utopia à Ciência* (1882). Poderemos pois compreender como o pensamento utópico configura uma realidade social e intelectual que como afirma Morin representa: “O princípio de progresso: (...), prefigura as sociedades futuras como as alquimias prefiguram as químicas e as asas de Ícaro prefiguram as asas do avião.” (cf. Morin, 19?? : 213).

Ora a utopia que não renegou nunca o seu estatuto imaginante deve poder compreender-se pertencente ao *modus operis* daquilo que se designa no pensamento Ibérico como *logos poético*⁹ cuja presença não só se distingue pela categoria da *saudade* como pela razão imaginante e sobretudo pela *intuição* como grau essencial do pensamento.

⁹ Entenda-se aqui por Logos poético o que em autores como Teixeira de Pascoaes, Maria Zambrano ou António Machado referem como processo de conhecimento integral.

A República da Alma

Do exposto fica clara a ideia que o fio condutor entre cidade ideal e cidade real é também da matéria da Saudade. Pois a perspectiva da cidade como polo de *tensionalidade* deixa ver a realidade dos seres sociais que transportam, justamente, a *consciência intencional* de uma ideia de cidade ideal.

Ora da problemática e complexidade crescente deste diferencial são testemunhos directos os projectos da filosofia política e as utopias elas próprias. E o passo onde se pode ver que a filosofia é filha da cidade, filha da polis, compreende-se clara e justifica-se plenamente. Todavia, é importante que se compreenda que a emergência das utopias não é contemporânea da necessidade das filosofias, bem ao contrário, elas são antes consequência da perda de poder daquelas frente aos obstáculos existentes no tempo e no espaço do tecido social.

Curiosamente a *República* de Platão pensada em pleno funcionamento da Polis grega ao acumular uma forte margem utópica não deixou de quer ser também um projecto político.

A concepção platónica da sociedade (real) não deve ser vista, por esta razão, de forma leve, tal como é corrente pela predominância do anti-platonismo contemporâneo.

O amor à verdade em Platão colocava o pensamento puro acima da significação, o inteligível anterior à inteligência e tal como o *Demiurgo* (que é inteligência criadora) o homem, participante dessa energia pode criar em função do inteligível, utilizando a inteligência como acção até à contemplação da obra perfeita.

Como explica Lévinas a lógica actual ao separar a *inteligência* do *inteligível*, arrasta consigo não apenas a subordinação do *intelecto* à *expressão* como domina a *consciência intencional* e original às leis da *significação*. (cf. Levinás, 1972).

De regresso à *República* para além dos aspectos que possam à primeira vista parecer nela redutores ou limitativos da liberdade individual dessa sociedade idealizada, aspectos que apenas uma discussão mais alargada poderia esclarecer, importa fazer sobressair como este projecto político atendendo à identidade do colectivo urbano não o compreende sem a componente da sua significação espiritual sem a sua Alma.

Não se coloca em questão que Platão tenha sido doutrinador político, nas *Leis* a *sophia* apenas se completaria fazendo parte da constituição da

areté grega, pelo conhecimento quer da *themis* quer da *Dyke* ou seja, pelo conhecimento da autoridade do direito e pelo conhecimento das formas do cumprimento da justiça. (cf. Jaeger, 1979).

O cidadão da *polis* é educado para a compreensão da *tecnê* política tendo tomado consciência que o seu eu está englobado num cosmos político que rege a sua vida colectiva e particular.

Na *Política II*, Aristóteles designa o homem como um ser político e distingue-o assim do animal pela sua qualidade de cidadão. Ora na *humanitas*, esta identificação homem-estado, compreende-se apenas na estrutura vital da antiga cultura da *polis* grega, para a qual a vida em comum é a súpula da vida mais alta e adquire até uma qualidade divina; tais princípios são reforçados nas *Leis* de Platão. Embora a democracia de Estado emergente da Tirania, perseguisse esse ideal de Justiça como testemunham Tucídes e Péricles, o ideal de *aretê* do grego, que abarca o homem total, o homem na plenitude destas faculdades, parece ficar um pouco aquém do almejado para a *polis* e, contudo, como refere Jaeger a *cidade-estado* grega é o primeiro estágio da caminhada para um ideal humanista e para uma educação ética e política ocidental. É que os princípios da *Polis* fundam-se na *politeia* e é o gozo da eudomia grega que melhor a pode representar.

Mas como Sócrates, Platão vê no progressivo caminho da *polis* e na democracia erros de princípio que ainda que reversíveis impedem o legítimo e único exercício do Estado: a Justiça.

Será entre estas preocupações e a procura do *Estado Justo* que poderemos penetrar nos conteúdos formais e materiais do projecto político presente na *Republica*.

Assim a *República* — cidade, como aglomerado de humanos deverá antes de mais ser o espelho das Ideias e, neste sentido, ao aglomerado humano deverá corresponder o aglomerado de Almas.

A cidade possui uma alma e esta é para Platão a extensão da *Alma Humana* que guarda em si a memória das Ideias. O redescobrimento da *polis* pela afirmação *Alma* pressupõe uma cidade justa sendo por esta *que o Estado* resgata o poder das *Ideias* e combinará a expressão de uma sociedade harmoniosa. A cidade será assim um fenómeno resultante das Ideais mas das *Ideias da Alma*.

Na *República*, o *Estado* será então a representação da Alma dos seus cidadãos e a sua estrutura deverá ser à imagem e semelhança da Alma Humana. Assim o Estado não é senão uma espécie precisa de transmutação

do individual no colectivo.¹⁰ Uma transposição sem obstáculos de tal modo que essa natural e necessária decorrência compreendia que o Estado tivesse tal como a Alma humana a mesma constituição.

Estado, Ideia, Alma

No início da República, muito no início, antes de começar pode ler-se: “Serias capaz de convencer pessoas que não queiram escutar?” A pergunta encerra para além de outros sentidos esses mesmos que regem o campo das possibilidades, ficando por aqui também evidente que a *República* de Platão jamais se deixará ler sem o domínio e conhecimento dos fundamentos da Ontologia e da Lógica, como disciplinas e como ciências. Como compreender o princípio e o sentido da Ideia platónica sem o instrumento analítico da Gnoseologia? Compreender a *República*, como um projecto político mais do que uma utopia significa, portanto, penetrar na Teoria das Ideias e mais do isso compreender a fundamentação lógica da concepção da Alma.

De um modo geral recordaremos que as ideias sendo independentes da expressão e da significação são entes puros que possuem um domínio próprio para além do contexto e da realidade onde se fazem e representam. São portanto entidades abstractas e sendo realidades elas perfilham-se no absolutamente imaterial. De resto quanto a este princípio que define a existência de realidades imateriais, a viragem do séc. xx virá a confirmá-las como achados da *filosofia analítica* do *atomismo lógico* e da *física quântica*¹¹.

As Ideias, antes de mais não são conceitos. São entidades eternas e universais, que se afirmam no tempo, em qualquer tempo e no espaço em qualquer espaço. Reais absolutos, as Ideias modelam a axiomática de valores como a Bondade, a Beleza, Virtude e a Justiça, estando no topo desta pirâmide *O Bem* como ideal supremo.

¹⁰ Como se pode ler no prefácio da *Républica*, ed. F.C.G.de 1980, de Maria Helena da Rocha Pereira, tem sido objecto de acesa polémica saber onde Platão aceitava esta identidade e se, para ele, o ponto de partido era da cidade para o indivíduo ou do indivíduo para a cidade. Todavia se considerarmos a ordem seguida na *Républica* teremos que aceitar a primeira.

¹¹ Recorde-se a obra de Wittgenstein “*As Investigações Filosóficas*” bem como a questão do *Inefável* ou a questão do “*Domínio da Linguagem Privada*”; e, noutros domínios do saber a descoberta do Microcosmos, bem como a profunda alteração no quadro epistemológico das ciências.

Assim as *ideias* ao serem partes naturais e participantes da inteligência ordenadora do Demiurgo, que actuam eternamente sobre o espaço caótico, o *Chora* — estão do mesmo modo presentes no ser humano enquanto autor de uma criação, como a da ordenação da matéria física.¹²

O universo visto à luz da dialéctica platónica trata-se de uma matéria eterna e continuamente agitada de movimentos desordenados. A cosmologia platónica como escreveu Aristóteles, na *Metafísica*, assim como a de Leucipo tem por princípio que desde sempre houve movimento donde a actividade desde sempre existe. Não sendo nossa intenção descrever aqui o plano da cosmologia contida no *Timeu* não estaríamos neste ponto longe de Heidegger quando algures escreve que “Desde Platão não paramos de ser Platónicos”, tanto mais se tivermos presente as mais recentes afirmações epistemológicas da teoria física e da cosmologia geral.¹³

O *Mito do Destino das Almas* um dos diálogos mais belos do *Fedro* e também dos mais complexo, é usado para a explicação do problema da localização das Ideias. Assim é na *Alma* que estas residem e caberá à Alma a percepção das ideias perfeitas. Ora a Alma que contemplou as Ideias, contem delas *reminiscências* mas convém, agora, ter presente que a evidência da alma para Platão, tanto como para toda a filosofia grega é um princípio, uma realidade gnoseológica, e, a verdade é que nenhum filósofo grego negou tal evidência.

Resumidamente este mito ilustraria a alma como uma *carruagem* sendo esta carruagem (ou alma), puxada por dois cavalos: um branco, outro negro, um simbolizando o bem outro o mal. Ora esta carruagem é conduzida por um cocheiro, figura que ilustra a força da Razão. A Razão conduz a carruagem, elevando-a acima de todas as superfícies à altura das Ideias, e, em majestosa procissão liderada por deuses, as Almas sobem, para além dos universos, podendo aí contemplar o Bem supremo das ideias. Sabemos que o mito abunda como ferramenta filosófica nos sistemas da antiguidade, tanto mais se recordarmos que à altura a linguagem técnica da filosofia não era senão a linguagem de homens-comuns, mais ou menos ilustrados. Ora o que

¹² Esta linha de pensamento presente na mais recuada ciência atomista é curiosamente contemporânea da cosmologia e da física teórica; poderemos citar como defensores deste princípio os seguintes cientistas que destacamos: Prigogyne, Grunbaun, Mellor, Russel, Godel, entre outros.

¹³ E se recordamos Pascoaes sob o princípio de que ao homem: “Caberia concluir a imperfeita criação / Que Deus iniciou”, também compreenderemos as bases e o alcance do *Criacionismo* de Leonardo Coimbra, e destes, uma boa parte da produção filosófica da Península Ibérica que de Unamuno a António Machado revitalizam, em pleno Positivismo, o plano do idealismo e do princípio filosófico do Espírito. (cf. Noronha: 1999: 535-604).

por este mito melhor se exemplifica é que a origem da Ideia Platónica está vinculada ao exercício das virtudes da Alma sendo que esta não encontrará as Ideias senão conduzida pela Razão.

Sócrates que do mesmo modo vê a Ideia refere que sendo estas entes imateriais não podem ocupar espaço físico, o seu lugar é no interior do homem na voz do “oráculo interior”, o oráculo da alma.

A Alma espécie de energia ligada ao corpo constitui-se assim pela **razão**, (instrumento de controle) pelo **ânimo**, (a força a motriz e irascível, a coragem) e pelo **apetite** (o seu lado concupiscível, o dos desejos irracionais ou o prazer que se opõe ao bem racional). Ora sendo a cidade o seu reflexo, esta é consequentemente também a natureza do Estado.

É no *Livro IV* que melhor se compreende tais identificações. Assim as virtudes da Alma: **Razão**, **Ânimo** e **Apetite** que no plano social se transmutam em **Sabedoria** (Sophia) **Fortaleza ou Coragem** (andreia), **Moderação ou Temperança** (sophrosyne) encarnam-se no espírito das três classes: a dos **governantes** a dos **produtores ou artífices** e a dos **guardiões**. Aos segundos cabe a actividade económica e a produção dos bens bem como a actividade do comercio, aos **guardiões**, tal como indica o nome cabe a defesa e a guarda da ordem e da harmonia, e aos **governantes** (ou guardiões perfeitos) cabe, por último, a missão de conduzir, pela sabedoria, a cidade das ideias à justiça (Dikaiosyne). (IV. 472d).

Escreve Platão “E assim assentámos suficientemente em que existam na cidade e na alma dos indivíduos os mesmos elementos, e no mesmo numero”. (IV. 441c). Claro fica ainda que a tripartição funcional do Estado reflecte não apenas a Alma da Cidade como a própria estratificação social, e, bastaria um simples olhar para se compreender que a *República* talvez tenha sido o primeiro projecto político onde a Alma humana, assim compreendida, assinala correspondências operativas no aparelho do Estado.

A Justiça do Estado — Os Fundamentos Morais da Justiça

A cidade idealizada por Platão seria a concatenação espiritual dos seres em colectividade, orientados ao princípio de Justiça.

Ora para se entender a importância da República bem como a sua proposta social que tem como meta última um Estado Justo, importa observar os **fundamentos morais da justiça**. Por esta razão se insiste em todo O *Livro II* na demonstração de que a Justiça é intrinsecamente Boa (II. 358b.) e sempre se manterá em articulação com a Verdade como uma realidade e um facto.

Será ainda durante o *Livro II* que as descrições em torno da Cidade tecem a crítica à educação (376. c) e completam o princípio que esta não pode depender nem dos poetas nem dos deuses uma vez que o exemplo destes e o que de melhor propõem se afasta da Verdade, e da Justiça. De resto a polémica acerca da expulsão dos poetas da cidade expressa claramente no *Livro X* (595b) pode desfazer-se à luz da leitura atenta do *Livro II* onde se insiste que a educação não pode apenas suporta-se sobre as fábulas dos poetas nem sobre a memorização de versos que revelam as condutas dos deuses afastadas da Justiça e da Verdade.¹⁴ Será ainda neste passo que se demonstra que cada indivíduo tem direito à educação cuja função se destinaria a apurar e conduzir as apetências naturais. Em consequência a formação social implica-se à necessidade da coesão natural entre os grupos prescindindo de leis externas (coercitivas) e institucionais (vislumbra-se aqui o Imperativo Categórico kantiano).

Importa ainda recordar que na *República* está explícito a igualdade absoluta de direitos entre homens e mulheres (*Livro IV*, 423e-424.^a) e importará ainda salientar que neste princípio moral não se compreende a necessidade nem da propriedade privada nem do exercício de poder sobre a liberdade individual dos seres sociais. Será no *Livro IV* que o Novo Estado, o Estado das Almas, se explica pela Sabedoria das Ideias sendo ainda aí que expressamente se afirma que a condição necessária à realização de tal sociedade seja a do governo dos filósofos.

A discussão e a análise ao conceito de governação articula-se com o exercício da sabedoria como o mais alto grau de conhecimento. (*Livro VI e VII*). Caberá a estes a aplicação da Razão com vista à aplicação da Justiça e não apenas à contemplação do Bem como ideia última, mas ao trabalho da sua demonstração e da sua aplicabilidade — A sabedoria.

O governo dos sábios, a ideia do filósofo rei, compreende para além da manipulação de conhecimentos teóricos todo um vasto domínio de conhecimentos práticos. “— Ora pois! Concordais que não são inteiramente utopias o que estivemos a dizer sobre a cidade e a constituição; que embora difíceis, eram de algum modo possíveis, mas não de outra maneira que não seja a que dissemos, quando os governantes, um ou vários, forem filósofos verdadeiros (...).” (*Livro VII*, 540-e). O filósofo possuiria a Alma que se desprende dos poderes terrenos e se elevou à altura das Ideias através de uma vida continuada e dedicada ao estudo: das matemáticas, das ciências,

¹⁴ São desta opinião os estudos de especialistas como P. Shrey e F.M. Cornford em respectivamente: *What Platon said?* e *The Republic of Platon*.

através ainda do processo continuado da *dianóia* e dialéctica, que levará à compreensão da Grandeza da Alma e à incomensurável ordem universal do Bem, na Verdade que é incompatível com o apego às breves e aparentes realidades materiais.

Conclusão

O facto de termos contemplado o estudo da utopia platónica surgida e nascida no tempo duma cidade que no dizer de Jaeger: “Em tempo algum o Estado se identificou em tão alto grau com a dignidade e o valor do homem” não é alheio ao propósito de querer identificar exactamente os opostos na sua mais elevada expressão. Na verdade o que importou recordar da *República* foi a face oposta presente na cidade pré e pós industrial tal como esta se nos apresenta. A proposta é, portanto, a dum negativo fotográfico.

Aristóteles na *Política II, Livro II* refere sobre o conceito de cidade: “N’avoir rien en commun, c’est évidemment impossible, car la constitution d’une cité est une certaine forme de communauté, et tout d’abord il faut bien qu’ils aient un lieu en commun: c’est, en effet, l’unité de lieu qui fait l’unité de la cité, et les citoyens sont ceux qui ont en commun leur unique cité.” (§.2.). O fio condutor das cidades hoje, com efeito parece residir no plano duma mesma identidade mas o que diferencia os seus cidadãos pode na escala da axiologia ética revelar verdadeiros paradoxos.

O traço de unidade que o imaginário simbólico colectivo pode marcar mais do que nunca está ao nível das ideias mas de tal sorte que estas do anterior tecido platónico apenas deixam ver um farrapo que se embrulha no papel dos sonhos.

Na verdade, do fenómeno das cidades e respectiva industrialização fica-nos a visão do homem precário que procura alguma coisa, não já a sua espiritualidade ou a alma que como *fleuma* poderia iluminar dando vida aos espaços por si mesmo criados mas talvez apenas essa procura venha de um chamamento interior, numa voz antiga, que também dá pelo nome de Saudade.

Por vezes o lado negativo ou sem sentido dos grandes temas do pensamento podem parecer-nos à primeira vista *inactuais* ou desajustados mas sossegam-nos as palavras de Lévinas (cf. 1987) que como filósofo afirma: “O inactual significa aqui e sempre o outro do actual”.

BIBLIOGRAFIA

- Aristóteles (1998) *Politique II*. Paris. Les Belles Letres
- Badiou, A (1999) S. Paulo. El Universalista. Madrid. Antropos.
- Baczko, B. (1985) "Utopia". Enc. Einaudi. Vol 5. Lisboa. IN-CM
- Deleuze-Gautari. (1995) *O anti-édipo*. Lisboa. Assírio & Alvim
- Freitas (1992) "Utopia". Logos Enc. Vol 5. Lisboa-S. Paulo.
- Horwich, P. (1978) *Assymetries in Time*. Cambridge. MIT Press.
- Kant, E. (1985) *Critique de la raizon pratique*. Paris. Galimard.
- Leibniz (1993) *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Lisboa. Colibri.
- Lévinas, E. (1987) *De outro modo que ser, o más alla esencia*. Salamnca. Sígueme
- Lévinas, E. (1972) *Humanismo del outro hombre*. Madrid. Caparrós
- Marcuse, E. (1969) *El Hombre Unidimensional*. Barcelona. B.B. de Bolsillo
- Noronha, T. (1999) *A Saudade*. Tese de Doutoramento. Lisboa. U,A.
- Noronha, T. (2001) *Revista Discursos*. Lisboa. U.A
- Pascoes, T. *O homem Universal*. Lisboa. Assírio & Alvim.
- Parménides (1993) *Poema*. Paris. Farândola.
- Pimenta, A. (1986) "A Cidade N" in *O imaginário Simbólico da Cidade*. Lisboa. FCG-ACARTE.
- Platão (1980) *A Republica*. Lisboa. F.C.G.
- Platão (1988) *Fédon*. Lisboa, Lisboa Editora
- Prigogine, I. (1993) *Nascimento do Tempo*. Barcelona. Tusquets
- Raison, J-P. 1986 *Fixação*. Enc. Einaudi Vol, 8. Lisboa. In-CM
- Raison, J-P. (1986) "Habitação". Enc. Einaudi Vol, 8. Lisboa. In-CM
- Roncayolo, M. (1986) "A cidade". Enc. Einaudi Vol, 8. Lisboa. In-CM
- Wittgenstein, L. (1992) *Philosophical Investigation*. Oxfor. Blackwell.
- Yager, W. (1979) *A Paideia*. Lisboa. Aster

DA ALDEIA À “CIDADE”: ALGUNS EXEMPLOS DA PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA

João Luís Cardoso*

O ambiente cultural de carácter predominantemente mediterrâneo, e francamente aberto aos estímulos culturais oriundos daquela região, pre-
valescentes durante todo o Calcolítico na Estremadura e no sul do actual
território português — facto justificado pela sua posição geográfica —
teriam propiciado evolução cultural similar e fenómenos de convergência
em regiões muito afastadas, que não são, porém, incompatíveis com a
efectiva difusão de novas formas de viver e de novas tecnologias, talvez
veiculadas por interesses económicos complementares observáveis na bacia
mediterrânea durante todo o terceiro milénio a. C. Aliás, a valorização de
componente comercial na difusão da tradição arquitectónica, da metalurgia
do cobre e mesmo dos objectos ditos “de prestígio”, foi anteriormente
sublinhada por PARREIRA (1990, p. 29).

Numa altura em que se assiste à recuperação, por parte de alguns
arqueólogos portugueses, de doutrinas difusionistas de décadas passadas —
as quais tiveram, em Portugal, por parte de Eugénio Jalhay, impressionado
com a semelhança tipológica de peças recolhidas no povoado calcolítico
fortificado de Vila Nova de S. Pedro, com outras, do Mediterrâneo Oriental,
o seu mais antigo e explícito defensor (JALHAY, 1943) — e depois de uma
década marcadamente “indigenista” (os anos 80), vale a pena fazermos uma
revisão da questão. Vejamos duas recentes citações:

“Não se trata de uma complexa evolução social de um grupo há muito
estabilizado mas da entrada maciça numa nova região de um grupo
socialmente complexo e já hierarquizado” (GONÇALVES, 1993, p. 196);
“Não se trata, forçosamente, de uma colonização maciça e influências
restritas e localizadas podem desencadear movimentos muito mais amplos,
alterando os equilíbrios de forças autóctones” (idem, p. 202). Conclui-se

* Universidade Aberta.

que, para o autor, o processo de calcolitização da Estremadura passaria pela presença de indivíduos alóctones; nesta perspectiva, a emergência dos povoados fortificados explicar-se-ia, naturalmente, pela necessidade de defesa das pessoas e haveres dos seus habitantes, que assim se protegeriam das populações autóctones, as quais, em estágio cultural inferior, sem uma fixação efectiva ao território, assolariam ciclicamente tais locais de vida sedentária e estável. Tal dicotomia entre autóctones (as populações do Neolítico Final ou as suas descendentes) e alóctones, encontra-se bem explicitada em outro texto do mesmo autor (GONÇALVES, 1994a).

Esta opção do autor, após ter enunciado anteriormente, sem se decidir por nenhuma, outras hipóteses (GONÇALVES, 1988), recupera ideias que, em décadas anteriores tinham sido defendidas, tanto por investigadores ingleses como alemães, com especial destaque para E. Sangmeister e H. Schubart, que de 1964 a 1973 dirigiram trabalhos de escavação no Zambujal (Torres Vedras). Transcreveremos algumas das mais expressivas afirmações que consubstanciaram (consubstanciam?) o pensamento dos autores:

“Los fundadores, constructores y primeros habitantes de las fortificaciones de Vila Nova y Zambujal fueron o colonizadores del Mediterráneo oriental o, cuando menos, comerciantes em metales, compradores cuyos clientes radicaban en la zona oriental del Mediterráneo. Las piezas de tal procedencia en esta época hablan en favor de una inmigración directa, por lo menos de un pequeño grupo, el cual determinó el carácter de las fortificaciones y de muchos otros elementos culturales (...). Eran lugares de tránsito para la riqueza metalúrgica del interior” (SCHUBART, 1969, p. 203). Salienta-se, em outro estudo, o papel do Zambujal como “a production and a trade centre. We suggest that copper objects were manufactured there from ores brought to the site, these objects were then traded. The site would obviously require fortification and its situation in relation to the ocean supports this interpretation” (SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 196, 197). A presença de colonizadores perpassa ao longo destes textos, bem como a de populações indígenas, contra as quais se ergueriam tais muralhas...

A última versão daqueles dois autores que corporizam, entre nós, o expoente da doutrina colonialista — uma das poucas vertida para português — pode decompôr-se em duas hipóteses distintas, mas não incompatíveis. Transcrevê-las-emos na íntegra:

“Qual a origem dos construtores das fortificações de que nos ocupamos? Qual a identidade dos seus inimigos? Alguns indícios parecem assinalar o Próximo Oriente como ponto de origem dos primeiros. Não são

porém suficientes para assegurarmos que eram navegantes vindos em busca do cobre e que, ao depararem-se (sic) com a existência de minério, animaram os indígenas na sua pesquisa. Por sua vez, ao verem-se enriquecidos graças a esta nova mercadoria poderiam ter erigido fortificações para se protegerem de grupos que consigo competissem. Poderiam ter aprendido as técnicas e as tácticas dos estrangeiros da mesma forma que deles receberam os objectos importados, ou criado imitações dos que haviam visto.

Partindo de uma mesma situação, e com algumas variantes, ambas as hipóteses são viáveis. Sem dúvida, perdura a sensação de que, com estas fortificações, algo de estranho e inteiramente novo surgiu, sendo inegável a sua semelhança com alguns povoados do Próximo Oriente" (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987, p. 12). A segunda hipótese dos autores aceita que as fortificações possam resultar de um processo de competição interno, entre grupos autóctones, o que não estaria longe da nossa perspectiva, não fosse atribuir aos pretensos grupos exógenos a responsabilidade directa pela edificação de tais fortificações, e ao cobre o *leit-motiv* da sua presença. Note-se, ainda, que não está minimamente reconhecida, em termos arqueológicos, a coexistência, na Estremadura, de dois ou mais grupos socio-culturais distintos, no decurso do III milénio a. C. Ao contrário, o próprio registo arqueológico sugere uma evolução "in situ" da formação social calcolítica da Baixa Estremadura a partir das populações que aqui viviam, e pujantemente deixaram os traços da sua presença, no Neolítico Final, ao longo da segunda metade do IV milénio, segundo datações de radiocarbono já disponíveis para Leceia, tanto em povoados, como em necrópoles (grutas naturais, grutas artificiais e monumentos megalíticos).

Num dos seus derradeiros contributos para a Pré-História peninsular, BOSCH-GIMPERA (1969, p. 65, 66), resumiu o estado da questão e a sua opinião a tal respeito em termos que, ainda hoje nos parecem actuais e que por isso subscrevemos: "Almería entonces debió tener una intensa relación con las islas del Mediterráneo Occidental, en donde Malta es el puesto avanzado de la relación egeo-anatólica. A esta relación se debe el nuevo tipo de ídolo de forma humana de Los Millares (...), y, sin duda un perfeccionamiento de la técnica arquitectónica, que se manifiesta en las murallas con torres de Los Millares — que llegan a Portugal — (...) y la generalización de la falsa cúpula en los "tholoi", sostenida a veces por una pilastra o columna.

No cremos que estos influjos representan, como creen Almagro, Arribas, Pigott, Sangmeister y otros, una "colonización" a la que, según ellos, había que atribuir los "tholoi", con falsa cúpula, y las ciudades o

grandes poblados rodeados de murallas con salientes en forma de torre como Los Millares y en Portugal Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro. Que en la cultura del Eneolítico peninsular exista la influencia de las relaciones forasteras, mediterráneas, lo hemos reconocido y de ello hemos tratado en otros lugares. Pero ni los sepulcros megalíticos son un tipo introducido por gentes forasteras — y probablemente tampoco la idea de la falsa cúpula — ni lo que hay en la península de influencia mediterránea autoriza para hablar de “colonización” propriamente dicha y se explica por simples relaciones comerciales todo lo intensas que se quiera, pero que no revelan el establecimiento en el país de “colonizadores” que en él se establecen”. Vemos como, há já mais de 30 anos, se valorizavam os contactos indirectos, catalisados por força de relações de carácter comercial, tal como hoje parecem confirmar os elementos disponíveis, segundo cremos.

A pretensa semelhança vislumbrada entre os povoados fortificados da Baixa Estremadura e outros, do Mediterrâneo Oriental, foi abordada por BLANCE (1957, 1961). Do primeiro dos estudos referidos, destaca-se a seguinte passagem:

“Desta breve análise podemos concluir que o uso dos bastiões ou cubelos com finalidade defensiva não era desconhecido na região do Mediterrâneo Oriental, se bem que, por outro lado, não fosse coisa vulgar. Tais construções não estão, porém, confinadas a uma determinada zona, mas sim, de um modo geral, espalhadas por toda essa área. É todavia interessante verificar que, ao lado de todos os exemplos referidos de torres rectangulares, apenas as de Chalandriani e de Buhen apresentam a forma semicircular” (op. cit., p. 175). Sem entrar na discussão das cronologias destas fortificações — a maioria, senão a totalidade, é ulterior aos meados do III milénio a. C. e, portanto, mais recentes que as fases mais antigas dos três grandes povoados fortificados melhor conhecidos do território português — Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), Zambujal (Torres Vedras) e Leceia (Oeiras) — outro argumento deverá ser invocado. Com efeito, necessidades idênticas de defesa requereriam soluções técnicas semelhantes. Deste modo, aceitamos que diferentes civilizações calcolíticas e da Idade do Bronze da bacia mediterrânea se tenham caracterizado pela edificação de fortificações, ditadas por condicionantes económico-sociais específicas. Tais fortificações, fazendo uso de dispositivos elementares — muralhas, torres, bastiões — mostrariam, naturalmente, certas semelhanças entre si...

Obviamente, não rejeitamos aos três grandes povoados fortificados aludidos, um certo “ar de família”, ditado pela sua inserção em um ambiente meridional e mediterrâneo, de que faziam parte integrante ... aliás também

aplicável às grandes edificações da Idade do Bronze nurágicas da Sardenha ou talayóticas das Baleares, sem que tal possa significar mais do que a simples semelhança formal que evidenciam entre si. É, ainda, a BOSCH-GIMPERA (1969, p. 67) a quem podemos recorrer para explicar tal situação:

"Alcanzada la vida sedentaria normal y comenzada una vida de tipo urbano (...), las fortificaciones primitivas para defensa de los poblados se convierten naturalmente en murallas, y ellos en fortalezas; pero en todas partes, y tanto en Los Millares como en Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro, los hallazgos revelan una cultura indígena que no deja de serlo apesar de las transformaciones singulares de sus rasgos, nunca una cultura masiva como la de los lugares de origen de las relaciones e influencias". Tais palavras parecem, ainda, ecoar nestas outras (JORGE, 1994a, p. 459): As semelhanças estilísticas que aglutinam muitos artefactos e arquitecturas do mundo mediterrânico não devem ser ignoradas, mas terão de ser interpretadas no âmbito de outros mecanismos difusores — interacções em larga escala — cuja natureza requer uma avaliação contextualizada (...)"

Na óptica das pretendidas semelhanças arquitectónicas, poder-se-iam justificar, mesmo, influências orientais em dois cubelos quadrangulares reconhecidos em 1993 na primeira linha defensiva de Leceia, do Calcolítico inicial, defendendo interiormente uma das entradas ali existentes, ao que cremos os primeiros deste tipo reconhecidos no Calcolítico peninsular.

De facto, cada povoado fortificado, mesmo os de uma mesma região cultural, embora adoptando soluções arquitectónicas comuns, ter-se-á comportado e evoluído de forma independente, adaptando-se às condicionantes geomorfológicas específicas de maneira distinta; a solução defensiva encontrada em Vila Nova de S. Pedro, com uma imponente fortificação central (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, b), é distinta da de Leceia e Zambujal, sendo estas, por seu turno, diferentes entre si. Claro que o tamanho da área construída influenciava as soluções arquitectónicas adoptadas em cada caso. Tal variável é directamente proporcional, como é evidente, ao número de habitantes de cada sítio. Tal facto leva-nos à questão de saber qual aquele número, em Leceia e nos povoados de maiores dimensões da Baixa Estremadura.

No caso de Leceia, o cálculo demográfico proposto por CHAPMAN (1991) conduz à estimativa de 200 habitantes, considerando a área da estação (cerca de 1 ha), valor ligeiramente inferior ao obtido pela relação proposta por RENFREW (1972) para povoados do Egeu, que foi de cerca de 300 habitantes por ha. A ser assim, Leceia teria idêntico número de habitantes de Vila Nova de S. Pedro e cerca de um terço mais que o Zambujal (com 0,7 ha),

apesar de ainda não se conhecer exactamente a área ocupada pelo dispositivo defensivo. Outros cálculos, baseados no número de ocupantes de cada unidade habitacional, ou por metro quadrado de área coberta não são aplicáveis, visto desconhecermos, em boa parte, as estruturas habitacionais na altura existentes naqueles sítios fortificados. Em todo o caso, a grande desarmonia que se patenteia, em qualquer dos citados povoados, entre a imponência das estruturas de carácter defensivo e as habitações coevas, sugere que a parte mais importante da população viveria extramuros, procurando apenas o abrigo das muralhas no decurso de situações de maior tensão social.

Para alimentar uma população de 200 a 300 habitantes, número que julgamos adequado à realidade observada em Leceia, não seria necessária uma área de captação de recursos superior à que se poderia atingir em duas ou três horas de marcha. Dentro de tal território não se reconheceram, até ao presente, através de cartografia arqueológica e actualizada (CARDOSO & CARDOSO, 1993), quaisquer núcleos activos no Calcolítico inicial ou pleno, susceptíveis de constituírem ameaça à segurança dos habitantes de Leceia. Esta afirmação continua válida considerando a eventualidade de sobreposição parcial de tal território com o de outro hipotético povoado situado fora daquele limite. Com efeito, a cartografia arqueológica disponível para o concelho de Cascais (CARDOSO, 1991), conquanto assinala vários povoados calcolíticos, nenhum corresponde à importância do de Leceia, ao menos considerando o registo conservado. Os habitantes daqueles poderiam, no entanto, constituir uma ameaça latente, a par com as populações disseminadas em pequenos núcleos calcolíticos, situados a Norte, tanto no concelho de Amadora como no de Sintra, cuja existência é segura. Em consequência, e embora não se possa invocar a ameaça corporizada por um outro povoado de grandeza análoga, de expressão regional, o conjunto de núcleos de menor expressão identificados em um raio de 15 km em redor poderiam constituir uma pressão constante, ainda que difusa, sobre as terras usufruídas pelos ocupantes de Leceia; e idêntica afirmação será válida para os restantes sítios fortificados estremenhos de primeira grandeza. Assim, cremos que a construção destas fortalezas se terá devido mais a razões de ordem preventiva. A simples presença de uma fortificação com tal imponência, constituindo um marco bem evidenciado na paisagem, longe de nela se dissimular, corporizaria a posse e os direitos sobre um determinado território envolvente, servindo ao mesmo tempo como elemento dissuasor (ou intimidatório, cf. SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 197) de qualquer grupo, oriundo ou não da região, que ousasse invadir tal domínio.

Ao mesmo tempo, serviria como elemento de reforço da coesão interna, revendo-se os seus habitantes em tais prestigiantes quanto grandiosas construções, servindo de marcos que monumentalizavam a paisagem, e que, afinal, eram pertença de todos os que nelas viviam e tinham construído.

Cremos, pois, que Leceia, como Zambujal ou Vila Nova de S. Pedro, constituem exemplo flagrante em como, na Baixa Estremadura, no decurso do Calcolítico, é possível correlacionar os conceitos tradicionais de "fortificação", "interacção" e "intensificação" (cf. para os dois últimos, JORGE, 1994a, p. 473 e 475). Quanto a nós, é incontornável tal interdependência: embora possa haver interacção e intensificação sem fortificação, a inversa não cremos ser possível, para a época e região em causa.

Começam, aliás, a conhecer-se povoados calcolíticos, fortificados ou não, de forma cada vez mais insistente, tanto na Beira Baixa (Charneca de Fratel, Vila Velha de Ródão), como na Beira Alta, no Alto Douro e em Trás-os-Montes (SENNA-MARTINEZ, 1991; JORGE, 1994b; SANCHES, 1992, 1996, 1997; VALERA, 1994, 1997, 2000), para já não falar do Baixo Alentejo (SILVA & SOARES, 1987) e do Algarve, onde são conhecidos há mais tempo (GONÇALVES, 1989, 1991). No conjunto, a distribuição geográfica de tais estações, de norte a sul do actual território português, denuncia, acima de tudo, a evolução económico-social *in situ* das respectivas comunidades regionais (SILVA, 1983, 1990), que nada têm a ver com o comércio do cobre, e muito menos com a sua exploração e metalurgia, como ficou cabal e definitivamente demonstrado pela estratigrafia identificada em Leceia (CARDOSO, 1994).

Com efeito, ao longo do III milénio, na região entre Chaves e Vila Pouca de Aguiar, uma intensificação de carácter sócio-económico, conduziria à restrição progressiva do espaço habitado e, com ela, ao incremento da sua potencialidade defensiva (JORGE, 1990) ... exactamente a mesma evolução que entrevemos na Estremadura. No mesmo sentido se poderá considerar a recente afirmação de VALERA (1994, p. 166), a propósito da génese dos povoados fortificados calcolíticos da bacia do Alto Mondego:

"Tratam-se de povoados fortificados localizados no Centro/Norte, em áreas bem no interior, obrigando à reformulação de algumas ideias tradicionalmente expostas sobre o problema dos habitats fortificados no Calcolítico. A sua interpretação como o resultado da inserção destas comunidades do interior num circuito transregional de ideias e concepções (com provável origem mediterrânica) deverá ser entendida num quadro de

mudança cultural onde operam os fenómenos da evolução e da difusão, esta última aqui entendida como um processo cumulativo e não de substituição. A adopção do que vem de fora é vista como fazendo parte do constante processo adaptativo da comunidade, permitindo conceber a difusão como um processo de aculturação selectiva. A aceitação da influência (surja ela sob forma material ou de ideias) dependerá da sua utilidade e compatibilidade dentro da cultura receptora. A justificação para a ocorrência destas fortificações deverá, pois, ser investigada numa evolução local, procurando perceber as alterações que a sua incorporação terá provocado sobre as ideias, concepções e significados originais”.

Assim, a génese dos povoados fortificados calcolíticos da Baixa Estremadura, do Alentejo e do Algarve, tal como os da Beira Alta ou os de Trás-os-Montes e Alto Douro, resultaria da evolução interna do sistema agro-pastoril herdado do Neolítico Final: a exploração crescente de territórios, de forma cada vez mais organizada e eficiente, reforçada pela melhoria das tecnologias de produção, conduziu à ocupação e demarcação efectiva de territórios e às consequentes formas de tensão, cada vez mais intensas, onde, de início, a metalurgia do cobre não teria qualquer expressão. Os estímulos mediterrâneos, sem dúvida importantes, embora sempre expressos de forma indirecta, teriam sido determinantes na introdução daquela metalurgia, numa fase de consolidação do sistema agro-pastoril, cuja progressão para regiões cada vez mais setentrionais, a partir da Andaluzia, parece comprovada pelas datações absolutas disponíveis. As populações, sediadas e repartidas por povoados-fortaleza, com o usufruto de determinadas parcelas do território, evidenciam um esboço de organização social crescentemente organizado e hierarquizado, francamente aberto a estímulo externos, veiculados por intensas trocas comerciais das quais dependia, em parte, o sucesso do grupo (caso da importação de rochas duras para as tarefas do quotidiano).

No Calcolítico Pleno da Estremadura, cuja cronologia foi possível precisar em Leceia cerca de 2600 anos a. C, com base nas análises de C14 efectuadas (CARDOSO & SOARES, 1996) abundam, mais do que no período anterior, os grandes vasos esféricos de armazenamento (“vasos de provisões”), agora providos, em torno da boca, de exuberante decoração em “folha de acácia” e em “crucífera”. No instrumental lítico, são de realçar as numerosas lâminas ovóides de sílex, na larga maioria (senão totalidade) utilizadas como elementos de foices, em proporção cerca de seis superior à verificada, em Leceia, no Calcolítico Inicial, balizado cronologicamente naquela estação entre 2800 e 2600 anos a. C. Tais factos são expressivos

quanto à melhoria dos níveis de produção e de consequente armazenamento possibilitados pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, a par da introdução de novas actividades visando a exploração mais completa dos recursos, comprovada por artefactos quase ou mesmo desconhecidos no Calcolítico inicial: é o caso dos "elementos de tear" rectangulares e dos cinchos para o fabrico do queijo, com paredes perfuradas, além do cobre. A RPS estava ainda em franca afirmação, na Baixa Estremadura, no decurso do Calcolítico pleno, tal como acontecia, tanto no Nordeste, como no Sudoeste; para o o Alto Algarve Oriental dá-nos GONÇALVES (1991, p. 409) explícito testemunho.

Tendo presentes as anteriores considerações, a eclosão das cerâmicas campaniformes, observada no decurso do Calcolítico Pleno da Estremadura, poderá, tão-somente, ser entendida como simples moda, rapidamente copiando os artesãos locais protótipos importados, como sugerem as análises feitas às pastas dos fragmentos de Porto Torrão (ARNAUD, 1993), sugerindo fabricos locais, aliás já mencionados por SAVORY (1970) para Vila Nova de S. Pedro.

A verdade é que a introdução das cerâmicas campaniformes na Baixa Estremadura não respeitou a um modelo uniformemente seguido. No Zambujal, as primeiras cerâmicas surgem em 4055 ± 40 BP e 3995 ± 45 BP (SOARES & CABRAL, 1993), a que correspondem datas calibradas de momento muito pouco precisas, ainda na primeira metade do III milénio, para o intervalo de confiança de 2 sigma, correspondendo a 95 % de confiança. Aliás, tais datas são consonantes com as obtidas para alguns contextos funerários campaniformes.

Naquela altura, o Zambujal estaria em franca reorganização, vindo ainda a conhecer diversas remodelações defensivas. Ao contrário, em Vila Nova de S. Pedro e em Leceia, os fragmentos campaniformes exumados jaziam de mistura com derrubes das fortificações, indicando que, em ambos os casos, aqueles dispositivos já se encontrariam francamente arruinados aquando da passagem, por aqueles locais, dos portadores de tais cerâmicas.

Quanto a Vila Nova de S. Pedro, A. do Paço é claro; na campanha de 1955, "verificou-se mais uma vez a carência total da cerâmica campaniforme (...). Tais cerâmicas só começam a aparecer por altura de uma camada que contém vestígios de desmoronamento de muralhas, com abundância de pedras e terras um tanto soltas" (PAÇO & SANGMEISTER, 1956a, p. 106). As referidas observações foram ulteriormente confirmadas, entre outros, por GONÇALVES (1994b).

Esta evolução culmina o lento processo de declínio observado nas construções de Leceia no decurso do Calcolítico Pleno, em que se assiste, também, a uma contracção da área habitada, em torno da zona nuclear do povoado. Tais constatações, confirmam e reforçam o que já antes fora referido: cada grande povoado terá conhecido uma evolução própria, o que não impede, antes torna aliciante, o estabelecimento das correlações possíveis, numa perspectiva diacrónica e integrada.

Em Leceia, nas campanhas de 1994 a 1996 obtiveram-se, a tal respeito, importantes elementos: ali se identificaram e escavaram duas cabanas de planta elipsoidal, definidas por alinhamento de blocos calcários, ambas implantadas no exterior do dispositivo defensivo. O interior destas duas unidades habitacionais forneceu conjuntos coerentes de cerâmicas campaniformes, muito importantes, se atendermos à penúria de fragmentos campaniformes recolhidos na parte restante do povoado, ilustrando, pela primeira vez em Portugal, a tipologia das cerâmicas utilizadas no interior de duas unidades habitacionais de época campaniforme. Alguns restos faunísticos permitiram, também pela primeira vez, a datação de dois contextos domésticos campaniformes em Portugal. Os resultados obtidos, que fazem remontar a ocupação destas duas unidades domésticas, respectivamente, aos finais da primeira metade do III milénio a. C. e aos inícios da segunda metade do mesmo milénio (CARDOSO & SOARES, 1990/1992), são estatisticamente idênticos aos correspondentes à fase de ocupação mais tardia do interior da fortificação, de onde as cerâmicas campaniformes, repita-se, se encontravam quase ausentes.

Por outro lado, a implantação de uma destas cabanas (a que deu datação mais recente) em níveis de derrube da primeira linha defensiva, no exterior da qual se situa, vem demonstrar que, aquando da sua edificação, já todo o dispositivo se encontrava em franca decadência, não tendo, outrossim, os ocupantes campaniformes, quaisquer preocupações em se defenderem de potenciais inimigos, ao contrário do verificado pela comunidade sediada intramuros. Assim sendo, admitindo-se que, para um mesmo local e época, a existência de culturas materiais diferentes, corresponda, de facto, a populações distintas, teríamos a demonstração, há tanto discutida, da efectiva individualização dos portadores das cerâmicas campaniformes, face aos derradeiros ocupantes da fortificação, descendentes directos daqueles que a construíram, duas ou três centenas de anos atrás (CARDOSO, 1997).

Seja como for, nestes derradeiros momentos calcolíticos, assiste-se à (re)ocupação de locais, na maioria desprovidos de condições naturais de

defesa, por toda a Baixa Estremadura. Qual o significado de tal facto? Significará que o clima de tensão generalizada a que se assistiu em todo o III milénio nesta mesma região e tão bem documentado em Leceia, pelos numerosos reforços das muralhas e bastiões, se tenha gradual ou bruscamente dissipado? Com efeito, como antes se disse, em Leceia há provas de um declínio das construções defensivas e, até, habitacionais, logo no início do Calcolítico Pleno; pode mesmo dizer-se que aparelhos monumentais, quase de carácter ciclópico, com blocos de muitas centenas de quilogramas, ou mesmo de 1 ou duas toneladas, só se utilizaram na fase de fundação da fortaleza, situada logo no início do Calcolítico Inicial, cerca de 2800 anos a. C.

Não obstante, é no Calcolítico Pleno que a prosperidade desta comunidade terá atingido o seu ponto mais alto, correspondendo, como atrás se disse, à plena adopção de todas as inovações características da RPS. Há, deste modo, uma aparente contradição entre o desenvolvimento económico e a necessidade defensiva. Assim, podemos concluir que a desagregação do modelo demográfico e económico da sociedade calcolítica, baseado na concentração da população em grandes centros proto-urbanos fortificados, teria começado logo no início do Calcolítico Pleno. Quais as razões da falência de tal modelo de desenvolvimento económico?

Para conseguir um razoável grau de aproximação às possíveis razões que determinaram tal situação teremos, antes de mais, de considerar o papel decisivo da crescente dificuldade da exploração/captação dos recursos potencialmente disponíveis em áreas de captação cada vez mais circunscritas em torno dos povoados, ditado pela própria lógica de competição inter-comunitária. Por outras palavras, as comunidades calcolíticas estremenhas passam, de administradoras de amplos territórios, onde, mercê de um grau de conflitualidade baixo, poderiam circular livremente, para detentoras de domínios cada vez mais restritos, com fronteiras bem definidas (JORGE, 1994a, p. 492), que seriam chamadas a defender pela força, se necessário fosse. Este foi o resultado a que conduziu uma sociedade cujas melhorias tecnológicas do sistema produtivo, conduziram ao crescimento populacional e ao superpovoamento de determinados núcleos, já de características proto-urbanas, como Leceia, Vila Nova de S. Pedro, ou o Zambujal, em que se evidenciam espaços de carácter social, vias de circulação principais e, mesmo, estruturas destinadas à acumulação de lixos domésticos, visando a manutenção da salubridade (CARDOSO, 1994, 2000). A breve trecho, a evolução social interna destas comunidades, caracterizada por intensa competição intercomunitária pela

posse dos melhores territórios, conduziu a situações de conflito generalizado, de que ainda no Calcolítico Pleno há provas evidentes neste povoado (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). Enfim, a ausência de um poder centralizado teria estado na origem daquilo que por outrem foi baptizado com a designação, talvez abusiva, mas expressiva, de “Guerra total” ou, melhor dizendo, de “guerra endémica”. Tal realidade concorreria, a prazo, para o abandono de tal modelo de sociedade, devido ao clima de instabilidade social então instalado. Assim, o abastecimento de cada uma das comunidades em produtos essenciais, captados ou produzidos no território envolvente, tornou-se problemático e cada vez mais difícil. Este “localismo”, que tão nefasto se viria a revelar para aquelas populações, cujo crescimento demográfico teria então ultrapassado as possibilidades de subsistência oferecidas pelo meio, não favoreceria de igual modo, as actividades artesanais não ligadas à produção, como a metalurgia: “a especialização artesanal “imperfeita” e a limitação da procura decorrente de um sistema económico excessivamente compartimentado bloqueavam o desenvolvimento daquela actividade que consideramos motora, atendendo à sua capacidade de indução de alterações estruturais na esfera produtiva e social” (SOARES & SILVA, 1995, p. 136).

A partir do Calcolítico Pleno, a nova nova ordem económico-social que então, progressivamente, se impôs, ao menos na baixa Estremadura, consubstanciava-se, no final do Calcolítico, pelo abandono quase generalizado dos antigos povoados fortificados e pela multiplicação de pequenos núcleos em locais abertos, sem condições naturais de defesa, onde pontificam as cerâmicas campaniformes.

Assim sendo, a desarticulação da estrutura social calcolítica que conduziu, aparentemente, ao retorno a formas de povoamento vigentes nesta mesma região no Neolítico Final, cerca de mil anos antes, visaria, tão-somente, a plena libertação das capacidades produtivas, até então coarctadas pelo próprio modelo de desenvolvimento insensivelmente trilhado ao longo de mais de quinhentos anos (entre cerca de 2800 e cerca de 2300 anos a. C.). Longe de constituir um retrocesso dramático, verifica-se, ao invés, o sucesso económico decorrente da adopção do novo modelo de povoamento, expresso pelo acréscimo do abastecimento de matérias-primas exógenas (anfíbolitos, cobre).

Assim, é possível compatibilizar o acréscimo de riqueza destas populações do final do Calcolítico Pleno com a desfortificação dos lugares habitados: as fortificações, erigidas para defesa desses mesmos bens, pelas suas antecessoras do Calcolítico Inicial, já não fariam então sentido.

A cisão das numerosas comunidades sediadas em cada um dos sítios fortificados, teria sido a resposta encontrada para a sua própria sobrevivência: ela en-contra-se sugerida pela nítida redução dos habitantes que permaneceram em Leceia, bem evidenciada pela retracção da área ocupada, na qual as estruturas defensivas do Calcolítico Inicial, se tornaram inúteis e por isso foram entrando progressivamente em ruína.

No estado actual dos nossos conhecimentos, afigura-se que a reorganização da sociedade calcolítica se exprimiu na Estremadura dos meados do III milénio a. C, por uma melhor flexibilização das modalidades de exploração de territórios: as comunidades abandonaram os diversos sítios fortificados, onde anteriormente se concentravam, guerreando-se mutuamente, e espalharam-se pelos campos, doravante pontuados de minúsculos núcleos, de carácter agrícola, e de raiz familiar. Com efeito, a manutenção de práticas agrícolas, de carácter cerealífero, por parte dos grupos portadores de cerâmicas campaniformes, comprovadas por elementos de foice de sílex de bordo serrilhado, mostram que a ocupação e exploração dos solos não foi interrompida, assumindo, ao contrário, mesmo carácter estável e mais intenso.

As redes de circulação trans-regionais anteriormente estabelecidas, foram, mesmo, reforçadas, acentuando-se, pela primeira vez, os produtos de grande difusão e standardização, de fabrico supra-regional, como são os artefactos que integram o chamado “pacote” campaniforme (vasos “marítimos”, pontas de Palmela, adagas, braçais de arqueiro, botões em forma de “tartaruga” ou com perfuração em “V”, entre outros).

Por outro lado, os artefactos ditos de “prestígio”, alguns de ouro, cuja presença na Estremadura é, pela primeira vez, evidente (brincos com decoração a repuxado, anéis em espiral, contas bicónicas, diademas, aplicações diversas), sugerem a presença, agora inquestionável, de “elites”, o que contraria a aparente dissolução da estrutura social pré-existente, baseada na existência de imponentes povoados fortificados, como poderíamos, ingenuamente, ser levados a pensar: a desarticulação do padrão de povoamento dominante (proto-urbano), no final do calcolítico mais não foi que uma adaptação a um conjunto de novas condições impostas pela própria sociedade, na qual as elites, cuja existência já se encontrava esboçada na sociedade igualitária anterior, reforçaram a sua presença e importância.

Em conclusão: a evidente mobilidade no território, característica das comunidades campaniformes, não significa forçosamente indício de igualitarismo: a diferenciação esboçada de forma nítida no Calcolítico Inicial, encontra-se plenamente afirmada na Estremadura logo a seguir, na

Idade do Bronze. Assim sendo, o fim do Calcolítico, representado pela plena afirmação das cerâmicas campaniformes, cujo epílogo se situará na região antes do fim do III milénio a. C., corresponde a transição, paulatina, para uma nova estrutura social. Neste contexto se inscreve a bem conhecida panóplia bélica campaniforme, antes referida, pertencente ao segmento guerreiro emergente de uma sociedade que também era de comerciantes, artífices, pastores e agricultores.

Trata-se, enfim, de estrutura social complexa e já hierarquizada, mas só plenamente afirmada ao longo da Idade do Bronze, correspondente a todo o milénio seguinte, baseada na figura do chefe e dos seus próximos, a quem competiria a defesa e administração de territórios bem definidos, numa conjuntura de “paz armada” e já não de competição generalizada ou de guerra endémica, que conduziu ao fracasso do modelo social anterior e ao abandono de tão imponentes fortificações, verdadeiros embriões da vida cubana, sem continuidade. Tal abandono constitui, afinal, exemplo, velho de mais de 4000 anos, porém expressivo da adopção de um modelo de desenvolvimento que hoje diríamos “não sustentado” e que por isso mesmo foi abandonado. Nesta medida, constitui motivo para sobre ele meditarmos. É que o modo como pensamos e repensamos o nosso relacionamento com o ambiente, traçando em cada momento os contornos dessa difícil mas vital convivência é, na sua essência, afinal, uma questão cultural (CARDOSO, 1998).

Estaríamos, então, já longe da sociedade tribal, baseada no princípio da consanguinidade, “por natureza, uma sociedade fechada e suspicaz, na qual o exclusivismo do vínculo que a realiza e mantém conduz internamente à solidariedade e externamente à discórdia” (CARVALHO, 1946, p. 17-18). A transição de uma sociedade igualitária e tribal, do tipo da descrita, para uma sociedade complexa, já estratificada socialmente, como a da Idade do Bronze, foi corporizada, gradualmente, pela sociedade calcolítica. As características proto-urbanas de alguns dos seus povoados, a diferenciação intracomunitária que se entrevê nalguns deles, a franca abertura que os respectivos habitantes mantiveram com o exterior, denunciada por artefactos, dos mais sofisticados aos mais simples — pontificando entre estes as cerâmicas — e, especialmente, com o mundo meridional e mediterrâneo, dele recebendo estímulos de vária ordem, fizeram da Baixa Estremadura, uma região privilegiada onde, ao longo de cerca de mil anos, se podem testemunhar as transformações internas de uma sociedade dinâmica, em permanente mutação, renunciadora das primeiras sociedades proto-estatais do Ocidente europeu.

Lisboa, Outubro de 2001

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, J. M. (1993) — O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 2, p. 41-60. Câmara Municipal de Aljustrel.
- BLANCE, B. M. (1957) — Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3.º milénio a. C. *Revista de Guimarães*, 57 (1/2), p. 169-178
- BLANCE, B. M. (1961) — Early Bronze Age colonists in Iberia. *Antiquity*, 35, p. 192-202.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1969) — La Cultura de Almería. *Pyrenae*, 5, p. 47-93. Barcelona.
- CARDOSO, G. (1991) — *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, 111 p.
- CARDOSO, J. L. (1994) — *Leceia 1983-1993. Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO (número especial), 164 p.
- CARDOSO, J. L. (1997) — *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1998) — O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a. C. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 16, p. 97-110.
- CARDOSO, J. L. (2000) — The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*, 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) — *Carta arqueológica do concelho de Oeiras*. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO, 4, 126 p.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990/1992) — Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1996) — Chronologie absolue pour le Néolithique et le Chalcolithique de l'Estremadura portugaise — la contribution de Leceia. *Revue d'Archéométrie*, Rennes, supplément 1996, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1983/84) — O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1.ª e 2.ª campanhas de escavação (1983 e 1984). *CLIO/Arqueologia*, revista da UNIARCH/INIC, 1, p. 41-68.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; & FERREIRA, O. da Veiga (1987) — Nota acerca de uma conta -amuleto encontrada no *tholos* da Tituária (Mafra). *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, p. 89-99.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) — *O homem pré-histórico no concelho de Oeiras*. Estudos de Antropologia Física. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO, 2, 85 p.
- CARVALHO, J. de (1946) — A cultura castreja. Sua interpretação sociológica. *Ocidente*, 29, suplemento, 32 p.
- CHAPMAN, R. W. (1991) — *La formación de las sociedades complejas. El Sureste de la Península Iberica en el marco del Mediterráneo Occidental*. Crítica. Barcelona.
- GONÇALVES, V. (1988) — Sobre a estratégia do povoamento calcolítico no Alto Algarve Oriental. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2, p. 29-40. INIC. Lisboa.

- GONÇALVES, V. S. (1989, 1991) — *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa/ INIC, 2 (2 vol.). Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1993) — Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. *História de Portugal*. Dos tempos históricos aos nossos dias (Direcção de J. Medina), p. 183-212. Ediclube. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1994a) — As sociedades camponesas da península de Lisboa (do 6.º ao 3.º milénio). *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea* (Lisboa, 1994), p. 39-48.
- GONÇALVES, V. S. (1994b) — O castro de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.º milénio. *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea* (Lisboa, 1994), p. 49-51.
- JALHAY, E. (1943) — O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o norte africano e o Mediterrâneo oriental. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Porto, 1942), 7, p. 107-117.
- JORGE, S. Oliveira (1990) — Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. *Portugal — das origens à Romanização*. Nova História de Portugal (dir. J. Serrão & A. H. de Oliveira Marques), 1, p. 163-212. Lisboa. Editorial Presença.
- JORGE, S. Oliveira (1994a) — Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectoria das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, série II, 11, p. 447-546. Porto.
- JORGE, S. Oliveira (1994b) — O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 1, p. 179-243.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956a) — Castro de Vila Nova de S. Pedro. VIII — campanha de escavações de 1955 (19.ª). *Arqueologia e História*, Série 8, 7, p. 93-114.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956b) — Vila Nova de S. Pedro — eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*, 34 (3/4), p. 211-230.
- PARREIRA, R. (1990) — Considerações sobre os milénios IV e III a. C. no centro e sul de Portugal. *Estudos Orientais*, 1, p. 27-43. Instituto Oriental, FCSH/UNL. Lisboa.
- RENFREW, C. (1972) — *Patterns of population growth in the prehistoric Aegean*. In *Man, settlement and urbanism* (P. Ucko et al., eds.), p. 383-399. Londres.
- SANCHES, M. J. (1992) — *Pré-história recente no planalto mirandês* (Leste de Trás-os-Montes). Monografias Arqueológicas, 3, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 170 p.
- SANCHES, M. J. (1996) — *Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. 100 p.
- SANCHES, M. J. (1997) — *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 vol. Porto.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1972) — Zambujal. *Antiquity*, 46, p. 191-197.
- SAVORY, H. N. (1970) — A section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 1, p. 133-162. Tradução portuguesa em *CLIO/Arqueologia*, Revista da UNIARCH/INIC, 1 (1983/84), p. 19-29.

- SCHUBART, H. (1969) — Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro, en Portugal. *X Congreso Nacional de Arqueología* (Zaragoza, 1967), p. 197-204.
- SCHUBART, H. & SANGMEISTER, E. (1987) — *Zambujal — Torres Vedras. Portugal*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1991) — *The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view*. Comunicação apresentada à American Anthropological Association, annual meeting (Chicago, 1991).
- SILVA, C. Tavares da (1983) — O megalitismo e os primeiros metalurgistas. *História de Portugal* (direcção de José Hermano Saraiva), 1, p. 83-89. Alfa. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da (1990) — Influências orientalizantes no Calcolítico do centro e sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*, 1, p. 45-52. Instituto Oriental, FCSH/UNL. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1987) — O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1 — Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 29-79.
- SOARES, A. M. Monge & CABRAL, J. M. Peixoto (1993) — Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do sul de Portugal. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 2, p. 217-235.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1995) — O Alentejo litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *Catálogo da exposição A Idade do Bronze em Portugal — discursos de Poder*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 136-139.
- VALERA, A. C. (1994) — Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da bacia do médio e alto Mondego. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 3, p. 153-171.
- VALERA, A. C. (1997) — O castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego. Câmara Municipal de Fornos de Algodres (Textos Monográficos, 1). 192 p.
- VALERA, A. C. (2000) — Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-História recente da bacia interior do Mondego. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 4, 147-160.

ALEXANDREA AD AEGYPTUM. PROTÓTIPO DE METRÓPOLE UNIVERSAL

José das Candeias Sales*

«A cidade de Alexandre», «a luz do mundo antigo», «a feitoria do mundo», «o templo do mundo», «a cidade amada dos deuses», «a amante do belo», «a terra das artes», «a pérola do Mediterrâneo», «a porta de África», «o trono apostólico» ... os inúmeros epítetos, mais ou menos metafóricos, usados para descrever as glórias da antiga cidade de Alexandria desfilam nos autores clássicos e medievais como uma litania de títulos que tenta dar conta das múltiplas facetas que a cidade conheceu e apresentou durante os séculos mais esplendorosos da sua existência.

Fundada em Janeiro de 331 a. C. por Alexandre Magno, na zona da antiga povoação egípcia de Rakotis, na embocadura ocidental do Nilo¹, Alexandria está, pelo seu nome e pela sua glória como grande cidade do mundo antigo, indelevelmente vinculada à figura do seu inspirador e fundador². Das inúmeras cidades fundadas pelo grande conquistador macedónico um pouco por toda a parte do seu imenso império, a Alexandria do Egipto foi a única que cresceu e prosperou e que subsiste no mesmo local de origem mantendo ainda a atmosfera do seu passado lendário, não obstante

* Universidade Aberta

¹ Cf. Michel Chauveau, «Rhakôtis et la fondation d'Alexandrie» in *Égypte, Afrique & Orient*, n.º 24, Centre Vaclusien d'Égyptologie, Villeneuve-les-Avignon, décembre 2001, pp. 13-16.

² Recorde-se que, de 334 a 332 a. C., Alexandre Magno realizou uma série impressionante de conquistas do mar Negro até ao vale do Nilo, que culminaria justamente com a fundação de Alexandria. Dessa forma, subtraiu ao jugo dos Aqueménidas grandes regiões de outrora como a Mísia, a Lídía, a Cária, a Paflagónia, a Frígia, a Pisídia, a Panfília, a Cilícia, a Sféria, a Fenícia, a Palestina e o Egipto, bem como grandes cidades como Sardes, Éfeso, Priene, Mileto, Mégara, Halicarnasso, Biblos, Sídon, Tiro, Gaza, Mênfis, etc. (Cf. José das Candeias Sales, «As campanhas de Alexandre Magno e a definição de uma (nova) identidade político-cultural no final do séc. IV a. C.» in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, n.º 1, Regiões/Identidade, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, pp. 60, 76).

as inevitáveis modificações que o tempo e as sucessivas dominações políticas e culturais lhe infligiram³.

A fundação de Alexandria é, de facto, historicamente atribuída a Alexandre. Segundo Arriano, foi o próprio Alexandre quem «fixou os limites da cidade, o lugar onde se devia construir a ágora, o perímetro dos muros e o número de santuários e de deuses que neles se venerariam, incluindo não só os gregos, como também o egípcio, dedicado a Ísis»⁴. Por seu turno, o relato de Plutarco sobre a fundação da cidade explicita que a localização exacta foi sugerida a Alexandre «quando à noite, dormindo, teve uma visão maravilhosa» por um ancião de cabelos brancos (identificado como sendo Homero)⁵ e que a marcação do traçado da cidade (feita com farinha) foi acompanhada por um extraordinário presságio: «subitamente, vêm do rio [Nilo] e do lago [Mareóti] inúmeras aves, de toda a espécie e grandeza, que descem sobre o local, como nuvens, e não deixam nem rasto da farinha»⁶. Tal augúrio perturbou o próprio fundador, mas os adivinhos tranquilizaram-no com uma interpretação favorável: a nova cidade a implantar naquele local asseguraria «abundância» e alimentaria «habitantes vindos de todos os países do mundo»⁷. Também Arriano⁸ e Quinto Cúrcio⁹ fixaram estes prodígios do momento da fundação de Alexandria, inscrevendo-a, assim, num destino excepcional de cidade predestinada¹⁰.

³ Há quem fale de 70 cidades fundadas por Alexandre com o nome de Alexandria. Há quem, porém, considere tal número um exagero e prefira outras cifras inferiores: 57, 34 ou 17 (Cf. Francisco Javier Gómez Espelosín, «Alejandría, la ciudad de las maravillas» in *Ciudades del mundo antiguo*, Madrid, Ediciones Clásica, 1997, p. 64; Pierre Lévêque, *L'aventure grecque*, Paris, Armand Colin, 1964, p. 346; André Bernand, *Alexandrie des Ptolémées*, Paris, CNRS, 1995, p. 32; André Bonnard, *Civilização grega III. de Eurípides a Alexandria*, Lisboa, Estúdios Cor, 1972, p. 192; C. M. Bowra, *Grécia Clássica*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1965, p. 168; J. M. Cook, *Os Gregos. Na Jónia e no Oriente*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972, p. 161; Henri van Effenterre, *A Idade grega. 550 a 270 a. C.*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979, p. 271; Matthieu de Durand, *História abreviada da Grécia antiga*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993, p. 180. Vide também P. M. Fraser, *Cities of Alexander the Great*, Oxford, Oxford University Press, 1996).

⁴ Arriano, III, 5.

⁵ Plutarco, 26. No Pseudo-Calístenes (*Romance de Alexandre*), o ancião que apareceu a Alexandre era o próprio deus Amon e a visão teria ocorrido no santuário íbico de Siuah.

⁶ *Ibid.*, 26.

⁷ *Ibid.*, 26.

⁸ Arriano, III, 2, 1-2.

⁹ Q. Cúrcio, IV, 8, 6.

¹⁰ Entre os relatos antigos é notória uma importante discordância: enquanto Arriano e Plutarco colocam a fundação de Alexandria antes da visita de Alexandre ao oráculo de Siuah, Diodoro e Cúrcio colocam essa fundação após o regresso do conquistador do deserto (Cf. Peter Green, «Alexander's Alexandria» in *Alexandria and alexandrinism*, Malibu- California, The J. Paul Getty Museum, 1996, p. 8). Os informes de Quinto Cúrcio dizem-nos ainda que as muralhas da cidade tinham um perímetro de 80 estádios, isto é, c. de 14.800 m (Quinto Cúrcio IV, 8, 2).

Ao prático e experimentado olhar militar de Alexandre Magno não teriam passado despercebidas as enormes possibilidades estratégicas oferecidas pelo lugar, mau grado o desafio geográfico que tal empresa constituía (face à inóspita e perigosa costa e às deficientes características da terra para a agricultura)¹¹. Daí o seu directo envolvimento nas cerimónias de fundação que os escritores antigos mencionam. Como diz André Bernand, «Si Alexandre, en fondant Alexandrie, défiait la géographie, il agissait au nom de l'histoire»¹².

Objectivamente, para concretizar o antigo projecto de Filipe II, depois de se apoderar das cidades da costa siro-fenícia e de dominar, assim, o litoral leste do Mediterrâneo, retirando ao Grande Rei dos Persas as suas principais bases de apoio marítimo, Alexandre precisava de fazer do Egipto, mais particularmente da cidade a fundar, uma das sedes do seu poder. O primeiro grande passo (o domínio do litoral) estava dado e cumprido com sucesso. Faltava dar o passo seguinte: a edificação de uma cidade-pólo do império, voltada para o Mediterrâneo oriental, que servisse como centro militar marítimo para toda essa região¹³. O Egipto era o objectivo moral e estratégico de Alexandre¹⁴, tal como o plano de construção da cidade pode muito bem ser encarado como um produto das lições de Aristóteles, seu antigo preceptor¹⁵.

Seria, contudo, com o primeiro dos Lágidas, Ptolomeu I Sóter (305-285 a. C.), que a cidade cresceria, em dimensão e em população, e se implantaria como primeira cidade cosmopolita, internacional, atraindo Gregos e Persas, Macedónios e Judeus, Indianos e Africanos, Sírios e Anatólios, Mesopotâmicos e Gauleses, a «desnorteante variedade de raças e culturas» típica do período helenístico pós-Alexandre¹⁶. O impulso econó-

¹¹ Cf. André Bernand, *Alexandrie la grande*, Paris, Hachette, 1996, pp. 27-37.

¹² *Ibid.*, p. 49.

¹³ Cf. P. Green, *Ob. Cit.*, pp. 7-8, e François de Polignac, «L'ombre d'Alexandrie» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C. Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Paris, Éditions Autrement, 1992, p. 40.

¹⁴ Cf. Ashraf Iskander Sadek, «Alexandrie, fille de Rakotis et fruit des relations égypto-grecques» in *Le Monde Copte. Revue trimestrielle de la culture copte*, n.ºs 27-28, Paris, S. I. P. E., 1997, p. 10.

¹⁵ O livro VII de *A Política* de Aristóteles apresenta, de facto, considerações sobre a instalação de uma cidade, a repartição da sua população («estado ideal») e a construção de edifícios que podem ter plausivelmente sido por ele instigados no jovem aluno. Aristóteles seria, nesta acepção, o verdadeiro urbanista e arquitecto de Alexandria e Alexandre Magno o simples condutor dos trabalhos (Cf. A. Bernand, *Alexandrie des Ptolémées*, pp. 8, 9 e 13).

¹⁶ Cf. M. H. Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica. I Volume. Cultura Grega*, 7.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 522.

mico que a posse e exploração de dois portos acarretou — o «Grande Porto», o porto oriental, e o «Porto Eunostos», o porto ocidental — possibilitou que Alexandria florescesse, redefinindo as iniciais motivações estratégicas de Alexandre. Em torno das competências económicas de Alexandria, deu-se a deslocação dos eixos comerciais do Mediterrâneo¹⁷.

Capital dos Ptolomeus e do Egipto Greco-Romano, cidade de militares, funcionários, negociantes, intelectuais e artistas, Alexandria viria a tornar-se a capital económica, industrial e cultural do mundo helenístico civilizado, verdadeiro empório do mundo aonde afluía toda a espécie de bens e mercadorias, substituindo Atenas como centro de irradiação do helenismo.

Como emblema do helenismo, Alexandria materializou o encontro entre a cultura grega e a cultura oriental-egípcia¹⁸. Com o passar dos séculos, o lendário farol de Alexandria — uma das sete maravilhas do Mundo, construída, em 280 a. C., por Sóstrato de Cnido, durante o reinado de Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a. C.)¹⁹ — tornou-se símbolo da luz cultural emanada da cidade²⁰.

Capital política do Egipto desde o fim do século IV a. C. até ao século VII d. C., isto é, durante cerca de mil anos, Alexandria manteria a sua importância comercial e cultural até à Idade Média²¹. No imaginário de cidade fixado pela historicidade e pela lenda, a partir de um caleidoscópio de imagens e noções progressivamente reelaboradas, Alexandria ocupará um lugar ímpar como a mais surpreendente, fascinante e importante cidade de toda a Antiguidade, não obstante os fortes argumentos e atributos apresentados no mesmo sentido por Atenas, Roma e Bizâncio-Constantinopla.

O facto de Ptolomeu I ter interceptado-roubado o corpo embalsamado de Alexandre e de, depois, Ptolomeu II o ter sepultado em Alexandria, constituiu, logo no final do século IV a. C., uma das principais fontes de atracção da cidade, despertando a curiosidade de ilustres viajantes-visitantes²².

¹⁷ Claude Mossé, Annie Schnapp-Gourbeillon, *Síntese de história grega*, Porto, Edições Asa, 1994, p. 447.

¹⁸ Sobre esta aproximação cultural entre oriente e ocidente ocorrida em Alexandria, Ashraf Sadek é peremptório: «C'est aussi Alexandrie qui, en dépit des tentations du syncrétisme et de l'hétérodoxie, parvint à préserver la qualité de cette union des cultures orientale et occidentale sans mélange ni confusion, dans le respect du génie de chacune. Alexandrie est (...) le seul exemple de ce type de civilisation» (A. I. Sadek, *Ob. Cit.*, p. 17).

¹⁹ O farol seria destruído, no século XIII, por uma erupção vulcânica.

²⁰ No Corão, o farol é um signo de procura da verdade e de benção divina (*baraka*).

²¹ O declínio de Alexandria começaria, a partir de 646, com a conquista árabe, mas só seria efectivo com o estabelecimento do Cairo como capital e centro cultural, em 968.

²² Como diz P. Green, «In death he ceased to be a tourist, and became a tourist attraction» (P. Green, *Ob. Cit.*, p. 17). O projecto inicial de Perdicas era que o corpo de Alexandre fosse inumado

A fama do grande conquistador granjeava poder e prestígio para os Ptolomeus e uma particular magia e aura para Alexandria²³. Em consequência, a antiga Alexandria foi celebrada por escritores gregos, romanos e árabes da Antiguidade e da Idade Média²⁴.

A ideia de riqueza da cidade e do próprio país não só marcou os espíritos da época e dos vindouros como foi concretizada em inúmeras produções artísticas. Os mosaicos romanos apostam na representação de paisagens nilóticas (ex.: grande mosaico de Palestrina) e de cenas alegóricas como símbolos da fecundidade egípcia e da sua capital ou mesmo em figuras que personificam a própria cidade de Alexandria (ex.: mosaico de Thmuis, em que uma mulher surge coroada com a proa de um navio com mastro e verga)²⁵.

na necrópole real macedónica de Aigai. Ptolomeu, ainda sátrapa do Egipto, interceptou na Síria o cortejo fúnebre saído de Babilónia e transportou o corpo de Alexandre para Mênfis onde estaria inumado cerca de 40 anos. Seria o faraó Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a. C.) a trasladar o corpo de Alexandre para o cemitério de Sema, situado na intersecção das duas principais ruas de Alexandria onde ainda se encontraria no tempo dos Romanos. Depois perdeu-se o traço da sua existência (Cf. Estrabão, 17. 1,8). O túmulo de Alexandre foi local obrigatório de visita em Alexandria. Júlio César, Augusto, Caracala, Calígula e Septímio Severo contam-se, por exemplo, entre os seus mais distintos visitantes. Em Roma, a partir de Augusto, Alexandre era considerado por muitos como o protótipo do soberano cujo Império se confundia com o mundo civilizado (Cf. Günther Grimm, «Le tombeau d'Alexandre le Grand» in *La gloire d'Alexandrie*, Catalogue générale de l'exposition «La gloire d'Alexandrie», Paris, Paris-Musées, 1998, pp. 92, 93), Sobre as duas formas normalmente utilizadas pelos estudiosos para se referirem ao túmulo de Alexandre (τὸ σῶμα, *soma*, «corpo» e τὸ σημεῖον, *sema*, «corpo morto») — «pequena diferença na forma, grande no significado» — vide Zeinab Tawfik, «Alexander's grave between the two idioms of σημεῖον καὶ σῶμα» in *Proceedings of the 20th International Congress of Papyrologists*, Copenhagen, Museum Tusculanum Press, 1994, pp. 598, 599.

²³ «Alexandre vivant avait fondé une ville; Alexandre mort donnait naissance au rêve de la métropole universelle» (François de Polignac, *Ob. Cit.*, p. 48).

²⁴ Sobre as descrições medievais de autores árabes como Ibn Jubayr, Al-Muqaddasi, Al-Mas'ūdī, Al-Idrisi, Ibrāhīm Wāṣif Shāh, Ibn Hawal, Abūl-Fidā e Ibn Battūta, vide Christian Décobert, «La vision d'Alexandrie chez les Arabes» in *La gloire d'Alexandrie*, pp. 304-306.

²⁵ Vide figs. destes mosaicos em A. Bernand, *Ob. Cit.*, pp. 11, 91 e 93. Alguns autores têm, porém, interpretado estes mosaicos como representações da rainha Berenice II, esposa de Ptolomeu III Evérgeta II (Cf. Ludwig Koenen, «The Ptolemaic king as a religious figure» in AAVV, *Images and ideologies. Self-definition in the hellenistic world*, Berkeley/ Los Angeles/ London, University of California, 1993, entre páginas 86 e 86, Figs. 2 a) e b).

Terminologia e história político-social

Os ecos da grandeza da mítica urbe helenística do Egipto devem também muito às importantes instituições culturais que aí estavam sediadas e que moveram e inspiraram, sob patrocínio e expensas reais, plêiades de poetas, filósofos, cientistas e investigadores, designadamente, a partir de 295 a. C., em torno do Museu²⁶ e da Biblioteca²⁷.

No mundo competitivo dos reinos helenísticos, os museus e as bibliotecas eram símbolos de prestígio e de poder para os seus fundadores²⁸. A fundação do Museu inscreveu-se numa política que ultrapassava os limites estritos de Alexandria²⁹. A Biblioteca de Alexandria, sobretudo no período áureo do seu funcionamento, comportou-se como um «lieu utopique, où tout savoir repose sur ce qui fut un jour écrit, lieu de mémoire totale et de visibilité absolue, observatoire intellectuel qui supplante les vertus épistémologiques du regard empirique»³⁰.

²⁶ O Museu, fundado por Ptolomeu I Sóter, cujo nome significa «templo das Musas», está estreitamente associado ao desenvolvimento da ciência no período ptolomaico. Verdadeiro centro de investigação e primeira instituição académica financiada pelo Estado, foi dirigido inicialmente, entre outros, por dois discípulos de Aristóteles, imbuídos da ambição aristotélica do saber universal: Demétrio de Falero e Estratão. O primeiro deles é mesmo considerado o principal instigador da criação do Museu e um experiente e influente «filósofo no poder» (Cf. José Ribeiro Ferreira, *Civilizações Clássicas I. Grécia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, p. 225; Claude Mosse, «Démétrios de Phalère: un philosophe au pouvoir» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.*, pp. 83-92; A. Bernand, *Alexandrie la Grande*, pp. 112-118; Mostafa El-Abbadi, «La bibliothèque d'Alexandre» in *La Gloire d'Alexandrie*, p. 112).

²⁷ A Biblioteca de Alexandria, também criada por Ptolomeu I Sóter, com o concurso de Demétrio de Falero, foi, sem dúvida, mesmo com a rivalidade da de Pérgamo, a mais famosa de toda a Antiguidade: «C'est grâce à (sa) bibliothèque, principalement, qu'Alexandrie a connu une vie intellectuelle si florissante et ce de manière durable, parce qu'elle se fondait sur l'étude et la compréhension profonde des valeurs du passé jugées dignes d'être préservées» (Mostafa El-Abbadi, *Ob. Cit.*, p. 116). Centro depositário do saber antigo e produtor da cultura helenística, onde se recolheu a maior colecção de livros até então (400.000 *volumina* ou rolos de papiro, segundo Calímaco de Cirene), contou entre os seus bibliotecários homens ilustres, de autêntico espírito enciclopédico, como Zenódoto de Éfeso, Apolónio de Rodes, Eratóstenes de Cirene, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia (Cf. J. R. Ferreira, *Ob. Cit.*, p. 224; A. Bernand, *Ob. Cit.*, pp. 118-121; Jean Lallot, «Zénodote ou l'art d'accommoder Homère» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.*, pp. 100-113; Christian Jacob, «Un athlète du savoir: Ératosthène» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.*, p. 127).

²⁸ Cf. Dorothy J. Thompson, «Cultura escrita y poder en el Egipto ptolemaico» in *Cultura escrita y poder en el mundo antiguo*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1999, p. 111; Vide também J. H. Cardinal Newman, «L'école d'Alexandrie, précurseur de l'université moderne» in *Le monde copte*, n.º 27-28, juin 1997, pp. 129-132).

²⁹ Cf. A. Bernand, *Ob. Cit.*, p. 114.

³⁰ Christian Jacob, «Un athlète du savoir: Ératosthène» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.*, p. 127.

Entre os vários contributos fornecidos à cultura ocidental tal como hoje a entendemos, Alexandria fez jus ao refinamento e difusão cultural que marcou o período helenístico e assistiu, a partir do século III a. C., às primeiras formulações científicas da teoria heliocêntrica (Aristarco de Samos), ao desenvolvimento da medicina (Praxágoras de Cós, Zenão, Mantias, Filino de Cós, Sarapião de Alexandria e Glaucias), à fundação da anatomia (Herófilo da Calcedónia) e da fisiologia (Erasístrato de Cós), ao estabelecimento das bases da matemática e da geometria (Euclides de Alexandria, Apolónio de Perga, Estratão de Lâmpsaco), da física e da mecânica (Arquimedes de Siracusa, Héron de Alexandria, Ctésibios e Fílon de Bizâncio), da geografia e da cartografia (Eratóstenes de Cirene), da astronomia (Aristarco de Samos, Eratóstenes de Cirene, Cónon de Samos, Dosítheos, Hipsicles de Alexandria e Hiparco de Niceia) e aos primeiros passos da história da literatura, da crítica textual, da filologia, da gramática e da lexicografia (Zenódoto de Éfeso, Calímaco de Cirene, Filitas de Cós, Eratóstenes de Cirene, Aristófanes de Bizâncio, Aristarco de Samotrácia, Teócrito, Herondas e Dionísio Trácio).

A época de florescimento cultural que Alexandria viveu sob a dinastia lágida marcaria para sempre a feição intelectual da cidade. A posteridade veneraria de diversas formas o brilhante desenvolvimento das ciências dessa época e o erudito e grandioso estatuto dos seus cientistas. Como metrópole e capital do saber, Alexandria foi um centro de atracção e de irradiação de sábios e letrados³¹.

Toda e qualquer tentativa de reconstituição imaginária da antiga Alexandria, além da referência obrigatória ao centro cultural ímpar que a cidade sempre foi, tem que considerar um primeiro indício das suas particulares e excepcionais condições e privilégios que é o seu próprio nome *Alexándreia pròs Aigyptôi*, isto é, «*Alexandria junto do Egipto*». Os Ptolomeus referiam-se a Alexandria como estando não «no Egipto», mas «junto do Egipto».

No período romano, as nomenclaturas *Alexandrea ad Aegyptum* ou *Alexandrea apud Aegyptum* ou *Alexandria in Aegypto* ou *Alexandrea quae est in Aegypto* consubstanciavam a mesma realidade e o próprio título do prefeito romano do Egipto era sintomático desta dicotomia: *praefectus Alexandreae et Aegypti*, «prefeito de Alexandria e do Egipto»³².

³¹ Cf. Luciano Canfora, «Le monde en rouleaux» in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.*, pp. 50 e 62.

³² Christine Favard-Meeks encara a expressão *Alexandrea ad Aegyptum* no âmbito da própria mundividência egípcia e conclui: «*Alexandrie ad Aegyptum* serait donc aussi une expression qui refléterait l'attitude que la civilisation égyptienne aurait en l'égard de son propre littoral» (Christine Favard-Meeks, «Le Delta égyptien et la mer jusqu'à la fondation d'Alexandrie» in *Studien zur Altägyptischen Kultur*, Hamburgo, Helmut Buske Verlag, 1989, p. 63).

A terminologia de referência testemunha, portanto, a situação excepcional de Alexandria. A cidade era, simultaneamente, o local de residência real³³ e a capital do reino ptolomaico — e, dessa forma, parte integrante do território do Egípto³⁴ — e um mundo à parte, separado e distinto, do país real (*chôra*). Geograficamente, o lago Mareótis separava naturalmente a capital do resto do Egípto tradicional e só com o estabelecimento de vias de comunicação artificiais (canais) se fez a sua ligação ao Nilo (a multissecular via de comunicação do Egípto dos faraós antigos) e através deste com o resto do país provincial e com Mênfis, a antiga capital faraónica³⁵.

Este afastamento entre a capital ptolomaica, centro nevralgico do país, e a *chôra* suplantava, porém, o factor geográfico-natural. Na verdade, duas outras importantes características segregavam a cidade: por um lado, era a única fundação urbana de significado do reino ptolomaico³⁶ e, por outro, apresentava uma população cosmopolita em que os Egípcios não eram, de todo, o grupo social dominante³⁷. No confronto político-social com os greco-macedónicos, os Egípcios saíam claramente prejudicados. Na expressão

³³ O palácio real dos Ptolomeus situava-se no cabo Lochias. Há inúmeras alusões a este palácio nos autores clássicos, mas nunca se encontraram provas arqueológicas da sua localização (Cf. A. Bernand, *Alexandrie des Ptolémées*, pp. 70, 71).

³⁴ É preciso, desde logo, não descurar que o «Egípto» dos Lágidas é um conceito que tem um sentido próprio, na medida em que excede os territórios que normalmente estão associados ao termo geográfico nas épocas mais antigas ou na actualidade. O território dos Lágidas é, portanto, mais extenso do que as áreas localizadas no continente africano. De facto, produto directo das relações político-militares-diplomáticas, o espaço territorial lágida foi uma área em permanente mutação, de que a Cirenaica e Chipre, além do Egípto propriamente dito, faziam parte integrante. Não obstante, para determinadas épocas, sobretudo os reinados do século III a. C., alguns enclaves no Mediterrâneo centro-oriental e nas costas da Ásia Menor (Cilícia, Lícia, Cária, etc.) e no corredor siro-palestinense (Tiro, Palestina, Gaza, etc.) são também abrangidos pela designação de «Egípto» ptolomaico.

³⁵ Cf. F. J. Gómez Espelós, *Ob. Cit.*, pp. 65, 66.

³⁶ A política urbana ptolomaica foi muito diferente da das *póleis* gregas que se esforçavam para criar colónias a partir da metrópole, da actividade de Alexandre Magno ou, por exemplo, da dos Selúcidas, seus vizinhos, que apostaram na proliferação de centros urbanos. Durante os cerca de três séculos de dominação do território egípcio, a única cidade fundada pelos Ptolomeus (criação de Ptolomeu I Sóter) foi Ptolemais, no Alto Egípto. Náucratis, antiga colónia milésia, era uma herança do passado helénico; Alexandria era uma herança de Alexandre e apenas Ptolemais era uma criação lágida (Cf. André Bernand, *Leçon de civilisation*, Paris, Fayard, 1994, p. 234, 235).

³⁷ Esta ideia não deve, contudo, toldar-nos a percepção e fazer esquecer que a *intelligentsia* egípcia, usando a língua grega, desempenhou um papel preponderante no desenvolvimento intelectual da cidade (Cf. Mounir Shoucri, «Alexandrie hier et aujourd'hui» in *Le Monde Copte*. n.º 27-28, p. 63; Dorothy J. Thompson, «Literacy and the administration in early ptolemaic Egypt» in *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyes to Constantine and beyond*, Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1992, pp. 324; Willy Peremans, «Le bilinguisme dans les relations gréco-égyptiennes sous les Lagides» in *Egypt and the Hellenistic World. Proceedings of the International Colloquium. Leuven. 24-26 May 1982*, Lovanii, 1983, pp. 255-258; *Id.*, «Sur le bilinguisme dans l'Égypte des Lagides» in *Studia Paulo Naster Oblata. II. Orientalia Antiqua*,

de Claude Vial, «les deux populations étaient dans le même pays mais ne vivaient pas exactement dans le même espace»³⁸. A opção voluntária dos Lágidas de não generalizar o sistema da cidade vedou a helenização da *chôra*³⁹.

Isto significa que a feição urbana e cosmopolita da cidade-capital favoreceu, sob patrocínio da administração central, sobretudo, os greco-macedónicos. O dualismo étnico autóctones-ocupantes estrangeiros manifestava-se na língua, na cultura e na consciência de cada grupo social⁴⁰. À etno-classe indígena, a maioria demográfica do país, estavam reservados os subúrbios da cidade e um usufruto mitigado dos direitos de cidadania. A periferia urbana correspondia, portanto, à periferia político-social-administrativa.

Em meados do século II a. C., o historiador grego Políbio (200-118 a. C.) verificou *in loco* esta situação quando teve a oportunidade de visitar Alexandria⁴¹. Estrabão relata-nos os sentimentos de Políbio da seguinte forma:

«Também Políbio, que visitou a cidade, expressa o seu desgosto pelo estado em que a encontrou no seu tempo. Três tipos de habitantes, diz ele, viviam na cidade: os Egípcios, ou seja, os nativos do país, inteligentes e submissos às leis; os mercenários, grosseiros, numerosos e indisciplinados que a nulidade dos príncipes ensinara mais a comandar que a obedecer (...) e o terceiro tipo, os Alexandrinos, que (...) não eram fáceis de governar, sendo, no entanto, melhores que aqueles

Leuven, Uitgeverij Peeters, 1982, pp. 143-144; Philippe Derchain, «Grecs et égyptiens en Égypte à l'époque hellénistique. Essai sur les rapprochements culturels» in *Bulletin de l'Association angevine et nantaise d'Égyptologie Isis*, n.º 5, Angers, 1998, pp. 7-17.

³⁸ Claude Vial, *Les Grecs de la paix d'Apamée à la bataille d'Actium, 188-31*, Paris, Éditions du Seuil, 1995, p. 24.

³⁹ Garantidos o controlo estreito do país e a recepção dos impostos através do sistema das tradicionais divisões administrativas, não era necessário transformar em metrópoles as cidades dos *nomoi*, nem criar novas cidades gregas para estruturar o espaço e organizar a sua população, nem tampouco atrair populações gregas para esses lugares (Cf. Jean Ducat, «Grecs et égyptiens dans l'Égypte dans l'Égypte lagide: hellénisation et résistance à l'Hellénisme» in *Entre Égypte et Grèce. Actes du colloque du 6-9 Octobre 1994*, Paris, Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1995, pp. 72,73).

⁴⁰ Cf. Barbara Anagnostou-Canas, «Rapports de dépendance coloniale dans l'Égypte Ptolémaïque I. L'appareil militaire» in *Bulletino dell'Istituto di Diritto Romano Vitorio Scialoja (BIDR)*, Vol. XXXI-XXXII, 1989-90, pp. 166, 167.

⁴¹ Políbio visitou a cidade durante o reinado de Ptolomeu VIII Evérgeta II, cujo segundo reinado se estendeu de 145 a 116 a. C. É verosímil que Políbio tenha estado na cidade em 140 a. C., acompanhando a embaixada de Cipião Emiliano, seu amigo. Nada, porém, permite confirmar com certeza estes dados (Cf. *Strabon, Voyage en Égypte Un regard romain*. Préface de Jean Yoyotte; trad. de Pascal Charvet; commentaires de J. Yoyotte et P. Charvet, Paris, Nil éditions, 1997, p. 96, nota 144).

[os mercenários], pois, embora constituídos por uma população mesclada, eram Gregos de origem e como eles não haviam esquecido os costumes comuns aos Gregos.»⁴²

Com o passar dos anos, a coabitação e coexistência social, mais ou menos forçada, das diferentes etnias conduziu a comportamentos ora unilaterais ora bilaterais de aceitação activa e passiva da dominação estrangeira⁴³.

Aglomerado populacional *sui generis*, com o seu *melting pot of all nations* incessantemente buliçoso e frenético, com uma permanente auréola de esplendor e glória, Alexandria atraiu povos de todos os lados, mas particularmente Gregos da Hélade, com os olhos postos na carreira administrativa dos Ptolomeus⁴⁴ e nas excelentes condições comerciais que os seus movimentados portos ofereciam⁴⁵. Como Gómez Espelosín, podemos concluir que «Alejandria era sin duda, como el resto de Egipto, la tierra de las oportunidades a la que afluyeron griegos desde todas partes de la Hélade»⁴⁶.

As revoltas dos Alexandrinos

Face às fortes clivagens político-sociais da capital tornam-se compreensíveis as frequentes revoltas populares que marcaram a história da cidade. Estes tumultos constituíam, na expressão de Claire Préaux, uma «revolution-fête», servindo de válvula de escape para as tensões e ressentimentos acumulados.

⁴² Estrabão, XVII, 1, 12. A tradução é nossa, a partir de Strabon, *Voyage en Égypte Un regard romain*, pp. 97 e 99. Para o quadro social de Alexandria ficar completo, deve-se acrescentar à enumeração de Políbio-Estrabão os habitantes do bairro Delta, isto é, os Judeus (Cf. A. Bernand, *Alexandrie des Ptolémées*, p. 43).

⁴³ Barbara Anagnostou-Canas analisa o caso concreto das aproximações sociais no meio militar (Cf. B. Anagnostou-Canas, *Ob. Cit.*, pp. 213, 221-223).

⁴⁴ Como defende A. Bernand, «Dans le domaine de la bureaucratie, on peut dire que tout part d'Alexandrie et y aboutit» (A. Bernand, *Ob. Cit.*, p. 74).

⁴⁵ Como deixam perceber vários autores — ex.: Claude Orrieux, *Les Papyrus de Zenon. L'horizon d'un grec en Égypte au III^e siècle avant J.C.*, Paris, Macula, 1983 —, as excepcionais possibilidades de enriquecimento na vida comercial ou de estabilidade socio-económica pela entrada na hierarquia burocrática do Estado lágida estavam entre os principais factores de atracção da cidade de Alexandria sobre os estrangeiros, particularmente sobre os Gregos e os Macedónicos. Doyen e Preys escrevem mesmo: «l'immigrant grec, venu en Égypte dans le but de s'enrichir ou de faire carrière, trouvait là, en sa faveur, une politique pro-hellène telle que l'ont développée les premiers Lagides» (Florence Doyen, Rene Preys, «La présence grecque en Égypte ptolémaïque: les traces d'une rencontre» in *L'atelier de orfèvre. Mélanges offerts à Ph.*, Leuven, Peeters, 1992, pp. 63-85).

⁴⁶ F. G. Espelosín, *Ob. Cit.*, p. 68.

As multid es imiscu am-se directa e abertamente nas querelas palacianas, tomando partido pelos seus candidatos preferidos. Tal aconteceu, por exemplo, após a morte de Ptolomeu IV Filopator, cerca de 205 a. C., quando a população de Alexandria respondeu violentamente  s extravag ncias pessoais do general Tlepolemo⁴⁷, seu anterior favorito, e o forçou a retirar-se da vida pública. O mesmo sucedera j  com Sos bios e Agat cles, os ministros de Ptolomeu IV que os Alexandrinos rejeitaram e puniram⁴⁸.

Durante o reinado de Ptolomeu VI Filometor, na primeira metade do século II a. C., Dionísio Petos ris, um oficial do exército e alto personagem da corte, amotinou a cidade de Alexandria contra o rei, arregimentando 4000 revoltosos e estendendo a insurrei  o ao Faium,   Tebaida e a Pan polis⁴⁹.

Ficaram t mbe m célebres, em meados do mesmo século, as lutas em Alexandria entre os partidários de Ptolomeu VI Filometor e de seu irmão, Ptolomeu VIII Evérgeta II⁵⁰. Este último, em 127-126 a. C., depois de recuperar o poder e regressar   capital, suprimiu todas as associações intelectuais (incluindo a Biblioteca e o Museu de Alexandria) e desportivas gregas como forma de represália pelo apoio e colaboração dos Alexandrinos ao seu irmão e   sua irm a (Cleópatra II)⁵¹. Muitos Alexandrinos foram, nesta ocasião, entregues   fúria dos soldados e os massacres sucederam-se.

Na viragem do século II para o século I a. C., a sucessão de Ptolomeu VIII, isto  , entre Ptolomeu IX Sóter II e Ptolomeu X Alexandre I, foi t mbe m marcada pela empenhada participação política dos Alexandrinos, favorável a Ptolomeu IX, o primog nito e governador de Chipre.

  morte de Ptolomeu IX, o único herdeiro legítimo do sexo masculino pertencente   Casa Real lágida era Ptolomeu XI Alexandre II, filho de Ptolomeu X Alexandre I e de uma mulher desconhecida, sobrinho de Ptolomeu IX Sóter II e protegido do ditador romano Sila.   rainha Cleópatra Berenice III (esposa de Ptolomeu X Alexandre I, filha de Ptolomeu IX Sóter II e de Cleópatra IV), habituada ao poder por mais de 20 anos, não agradou a ideia de oferecer de m o beijada o trono ao seu primo e enteado. Foi estabelecido casamento entre ambos, mas este s  duraria tr s semanas, tendo a esposa-rainha sido assassinada pelo marido-primo. A ira dos

⁴⁷ *Prosopographia Ptolemaica* I, 50.

⁴⁸ Cf. Políbio, XV, 31, 33.

⁴⁹ Cf. Diodoro, *Biblioteca Histórica*, XXXI, 17 b.

⁵⁰ Cf. Dieter Kessler, «Histoire politique des lagides et domination romaine sur l'Égypte» in *L' gypte. Sur les traces de la civilisation pharaonique*, Col nia, K nemann, s.d., pp. 290-295.

⁵¹ O honorável director da Biblioteca de então, por exemplo, Aristarco de Samotrácia, foi substituído por um militar sem cultura (Cf. Violaine Vanoyeke, *Les Ptolémées, derniers pharaons d' gypte. D'Alexandre   Cle patre*. Paris, Editions Tallandier, 1998, p. 265).

Alexandrinos, muito ligados à rainha, voltou-se, então, imediatamente, contra o jovem Ptolomeu que foi linchado pela multidão sublevada. Estava-se em 80 a. C.

É também conhecida a extrema hostilidade dos Alexandrinos contra Ptolomeu XII Auleta, o pai de Cleópatra VII, devido ao seu total e dispendioso comprometimento com os Romanos para se manter no trono como *socius et amicus populi romani*, «rei aliado e amigo do povo romano», e, assim, conseguir a autonomia do seu território. Esta excessiva dependência em relação a Roma foi conseguida a custo do aumento de impostos, da anexação de Chipre (*lex Clodia de Cypro*) à província romana da Cilícia e à condenação do irmão de Ptolomeu XII, que reinava em Chipre e que, em consequência do rumo dos acontecimentos, se suicidaria.

Exasperado, o povo de Alexandria forçou o rei ao exílio em Roma, durante quatro anos (58-55 a. C.), onde se colocaria sob a protecção do poderoso Pompeu. Após o regresso ao Egipto, em 55 a. C., Ptolomeu XII aprisionaria e depois assassinaria a filha Berenice IV que, entretanto, durante o seu exílio, assumira o poder com Arquelau da Capadócia (também eliminado com o regresso de Ptolomeu XII), o que acabou por reacender os ódios populares. O pai de Cleópatra VII ainda se manteria no poder, até 51 a. C., mas só pelo constante apoio das *Gabiniani*, as três legiões que Aulo Gabinio, o governador da Síria, cedeu a troco de novas remessas financeiras do rei do Egipto (10.000 talentos).

Servem estes episódios respigados da história política dos Ptolomeus para ilustrar a desordem da vida pública e a frequência e o alcance das revoltas e rebeliões populares em Alexandria. De simples demonstrações colectivas de desagrado e força chegaram a atingir directamente a pessoa do rei (morte; exílio), sem, contudo, arrasarem irremediavelmente a instituição monárquica.

Além da sua intervenção na política interna, os Alexandrinos manifestavam-se radicalmente contra determinadas ingerências exteriores decididas pela Coroa que pudessem pôr em perigo a estabilidade das instituições. Por tudo isto, as revoltas dos Alexandrinos são um sintoma dos (novos) comportamentos sociais que marcaram a Época Helenística⁵². Alexandria como residência do rei e da corte e sede da administração central era o alvo favorito e imediato de todas as revoluções⁵³.

⁵² Cf. F. J. Gómez Espelosín, «Las revueltas de Alejandría: Pautas de comportamiento de una masa urbana en época helenística» in *Estudios Humanísticos* 8, 1986, pp. 49-75. Sobre as diversas categorias sociais agrupadas sob a designação «alexandrinos», vide A. Bernand, *Ob. Cit.*, p. 41.

⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 75.

O espírito «difícil de governar» dos Alexandrinos contagiou os próprios Egípcios e as inúmeras rebeliões nacionalistas (*domestica seditio*) que deflagraram no Egito, a partir de 207-205 a. C., testemunham bem a tensão socio-política latente na sociedade ptolomaica.

Após a sua participação na batalha de Ráfia (217 a. C.), que terminou com a Quarta Guerra da Síria, entre os Ptolomeus e os Selêucidas, os indígenas tomaram consciência da sua força e do seu valor e passaram a reivindicar um outro tipo de tratamento. A «questão indígena» foi o produto de uma particular conjuntura de agitação social e o resultado paradoxal da vitória de Ráfia⁵⁴. Ao armar os naturais do Egito contra Antíoco III, Ptolomeu IV Filopator «avait pris une résolution convenant au présent, mais il avait compromis l'avenir»⁵⁵.

Os *machimoi* (soldados egípcios) queriam agora uma outra valorização social, consentânea com a quota-parte de importância militar que haviam adquirido. Revoltaram-se, assim, contra as inúmeras taxas entremetidas lançadas pelo poder central. É o despertar do sentimento e do orgulho nacional egípcio: sacerdotes, aristocracia e povo unem-se contra a dinastia estrangeira e promovem graves perturbações internas contra os opressores.

O território egípcio torna-se palco de uma luta endémica. A partir de 207 a. C., o Alto Egito escapa-se ao controlo de Alexandria. Como regista Políbio, os amáveis e pacientes egípcios eram capazes, quando se excitavam, de surpreendentes atrocidades⁵⁶.

Neste quadro, a tomada de consciência e o espírito de resistência dos indígenas provocou consideráveis alterações económico-sociais⁵⁷. «Ensinados» na rebelião pelos Alexandrinos, os Egípcios questionaram o funcionamento político-social. A «première mise en question (...) de la priorité du Grec en Égypte»⁵⁸ foi, no fundo, provocada pelos próprios Gregos. Melhor: foi promovida pela pressão explosiva das condições sociais na cidade de Alexandria.

Os Alexandrinos ficaram também célebres pelo seu *mocking spirit*, bem patente nas alcunhas com que mimosearam os soberanos lágidas. Pelo uso das alcunhas, percebemos que as camadas populares de Alexandria rejeitaram os actos a-sociais do poder, criticaram os soberanos e definiram *a contrario* o comportamento real ideal pretendido.

⁵⁴ Cf. B. Anagnostou-Canas, *Ob. Cit.*, pp. 186-188.

⁵⁵ Claire Préaux, «Esquisse d'une histoire des révolutions égyptiennes sous les Lagides» in *CdE 11*, Bruxelles, Musées Royaux d'Art et d'Histoire, 1936, p. 528.

⁵⁶ Cf. Políbio, XV, 33, 10.

⁵⁷ Cf. *Ibid.*, V, 107, 3.

⁵⁸ Cf. C. Préaux, *Ob. Cit.*, p. 375.

Para os soberanos lágidas podemos identificar na documentação 14 nomes-alcunhas: *Trifon*, «magnificante; generoso» (atribuído a Ptolomeu III, Ptolomeu IV, Cleópatra II e Ptolomeu VIII); *Físcon*, «gordo; barrigudo; obeso; inchado» (Ptolomeu III, Ptolomeu VIII, Ptolomeu IX, Ptolomeu X); *Koccé*, «obscena; prostituta» (Cleópatra III); *Koccés*, «filho da prostituta; o da prostituta» (Ptolomeu X Alexandre I); *Gallos*, «(tatuado) de Dioniso» (Ptolomeu IV); *tes Agathocleia*, «de Agatocleia» (Ptolomeu IV); *Memfites*, «menfita» (Ptolomeu VIII); *Kacérgeta*, «malfeitor; malvado; perverso» (Ptolomeu VIII); *Filólogos*, «amigo de falar; amigo da palavra» (Ptolomeu VIII); *Latiros*, «ervilha ou grão-de-bico» (Ptolomeu IX); *Potheinos*, «desejado» (Ptolomeu IX); *Pareisaktos*, «intruso» (Ptolomeu X Alexandre I), *Auleta*, «tocador de aulo (flauta); flautista» (Ptolomeu XII); *Nothos*, «bastardo; ilegítimo» (Ptolomeu XII); *Cesarião*, «pequeno César» (Ptolomeu XV)⁵⁹.

A opinião pública expressava e sublinhava as suas preferências e ódios pelas actuações dos reis. As alcunhas funcionam, objectivamente, como julgamentos e sentenças. O desdém popular assim expresso não se restringiu apenas às qualificações morais (ou ausência delas) — ex.: *Trifon*, *Kacérgeta*, *Koccé*, *Koccés* — ou ao carácter político (ex.: *Nothos*, *Potheinos*, *Pareisaktos*). As próprias características físicas foram usadas para rebaixar e até escarnecer dos soberanos lágidas (ex.: *Físcon*, *Latiros*).

É admissível que muitas das alcunhas tenham sido postas em circulação no decurso do reinado dos reis visados, demonstrando um atento acompanhamento da vida política e dos seus episódios (ex.: *tes Agathocleia*, *Potheinos*, *Nothos*, etc.).

Estrutura urbanística e imaginário

Através de Diodoro da Sicília, que visitou Alexandria no ano 60 a.C., quando a cidade contava já com mais de 300.000 habitantes, podemos obter algumas informações sobre a estrutura física da cidade:

«Deu-lhe [Alexandre] uma forma semelhante à de uma clâmide e está cortada mais ou menos a meio por uma grande avenida de dimensões e beleza admiráveis que a atravessa de porta a porta (...). Está adornada em toda a sua extensão com templos e edifícios muito luxuosos (...). A cidade tomou tal incremento

⁵⁹ Vide Cap. V. *Epítetos de culto dos Ptolomeus e qualidades reais* da nossa tese de doutoramento, *Ideologia e propaganda real no Egito ptolomaico (305-30 a. C.)*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 219 — exemplar policopiado.

durante os anos sucessivos que é considerada por muitos a primeira do mundo. Com efeito, pela sua elegância e pelo seu tamanho, pelo volume dos seus ingressos e pela quantidade de coisas que contribuíram para o seu luxo, supera em muito todas as demais.»⁶⁰

Até Cleópatra VII, inclusive, no século I a. C., todos os Ptolomeus se empenharam em embelezar Alexandria, acrescentando-lhe palácios e templos. Esta dimensão construtora valorizou extraordinariamente a cidade aos olhos da contemporaneidade e elevou-a ao estatuto de «primeira e mais brilhante cidade do mundo».

Na senda dos seus antecessores lágidas, também os imperadores romanos equiparam a cidade com variadas edificações de utilidade pública (teatros, ginásios, anfiteatros, estádios, hipódromos, tribunais, etc.)⁶¹.

O testemunho de Estrabão — que esteve na cidade na época de Augusto, entre 25 e 24 a. C. — menciona-nos que Rakotis, entre a costa mediterrânica e o lago Mareóti, a poucos km a oeste do braço de Canopo do Nilo que desaguava na foz de Roseta, fora o berço principal de Alexandria⁶² e ajuda-nos também a reconstruir a imagem urbana da antiga Alexandria:

«A cidade está cheia de edifícios públicos e sagrados, sendo o mais belo de todos o Ginásio, que tem pórticos com mais de um estádio de largura. No centro da cidade encontram-se o palácio da justiça e os arvoredos.»⁶³

A descrição de Estrabão demonstra que o autor concebia a cidade à maneira tradicional das poléis gregas e da grande urbe itálica, ou seja, como uma unidade de convivência e como uma entidade jurídico-política. Daí que tenha sido particularmente sensível ao Ginásio de Alexandria, que, com outros ginásios e com os respectivos atletas, sob patrocínio dos reis lágidas, havia feito também a celebridade internacional de Alexandria na Época Helenística.

⁶⁰ Diodoro da Sicília, XVII, 52, 1-7.

⁶¹ Cf. A. Bernand, *Ob. Cit.*, pp. 82-84.

⁶² Cf. Estrabão, *Geografia*, XVII, 1, 6.

⁶³ *Ibid.*, XVII, 1, 10. Estrabão refere-se também ao Sema de Alexandre (Cf. *Ibid.*, XVII, 1, 8). O estádio, unidade de medida grega, equivale em Estrabão a 400 côvados de 52,5 cm, ou seja, a 210 metros (Cf. Strabon, *Voyage en Égypte*, p. 276).

A lista dos esplêndidos edifícios e construções que adornavam a cidade a que os autores antigos aludem, integrava ainda o palácio real dos Ptolomeus, o hipódromo, o teatro, a *stoa*, o mercado, o museu, a biblioteca, o farol e, naturalmente, diversos templos consagrados a divindades gregas e egípcias⁶⁴.

Atravessando a cidade de leste a oeste, a Via Canópica era a principal rua de Alexandria⁶⁵. A estrutura urbanística de Alexandria, hipodâmica, isto é, em quadrícula, articulava as várias ruas com a Via Canópica, formando uma retícula⁶⁶. A cidade ficava, assim, dividida em cinco secções ou bairros, claramente diferenciados consoante a população que os habitava, designados, como indica Fílon de Alexandria (século I), pelas cinco primeiras letras do alfabeto grego, de α (alfa) a ϵ (épsilon). O bairro mais importante era, logicamente, aquele onde se situava o palácio real, na zona do Grande Porto, entre o mar e a Via Canópica⁶⁷.

À volta da cidade erguia-se uma muralha que delimitava o espaço urbano de Alexandria (com cerca de 15 km de comprimento no período ptolomaico) e que, além da sua protecção, era um eloquente símbolo do prestígio e da riqueza da cidade⁶⁸.

As construções realizadas em Alexandria são um índice da impressionante vitalidade da urbe e das suas populações, bem como um precioso auxiliar da nossa reconstituição imaginária da cidade. Ao mesmo tempo, possibilitam-nos compreender os elementos constituintes e os mecanismos de fixação e de difusão da cidade no (nosso) imaginário.

O percurso pelos edifícios importantes de Alexandria leva-nos directa e inevitavelmente para a acrópole da cidade, onde estava situado o *Serapeum*, o templo dedicado ao deus híbrido Serápis, e remete-nos para uma das mais importantes dimensões da cidade: a criação e «exportação» de divindades.

⁶⁴ Muitos destes edifícios são conhecidos através das moedas alexandrinas.

⁶⁵ A rua Canópica corresponde aproximadamente à actual rua Bab-Charkieh.

⁶⁶ O projecto urbanístico de Alexandria é atribuído a Dinócrates de Rodas. O tipo de estrutura regular de planta ortogonal chama-se hipodâmica em honra de Hipódamo de Mileto que, segundo parece, teria desenhado a planta da sua cidade natal segundo esse sistema (Cf. Juan Antonio Ramírez, *Construcciones ilusorias. Arquitecturas descritas, arquitecturas pintadas*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 16, 17).

⁶⁷ O bairro delta, como já referimos, era ocupado pelos Judeus, na parte oriental da cidade (Cf. A. Bernand, *Alexandrie la Grande*, pp. 241-257).

⁶⁸ No início do período romano, a muralha teria entre 30 a 40 estádios de comprimento e 7 a 10 de largura (Cf. A. I. Sadek, Ob. Cit., p. 13. Vide também Y von Garian, «Les murailles d'Alexandrie» in *La gloire d'Alexandrie*, p. 8; Jean Yves-Empereur, *Alexandrie rredécouverte*, Paris Fayard/ Stock, 1998, pp. 46-48).

«A cidade amada dos deuses»

Situada geográfica e historicamente na charneira de dois mundos, *Alexandria pros tou Aigypton* possuía um clima eminentemente propício ao nascimento de deuses «universais». Françoise Dunand denomina significativamente esta qualidade de Alexandria como «la fabrique des dieux»⁶⁹.

Foi, efectivamente, em Alexandria, no século III a. C., numa cidade que era, pela sua cultura e religião dominantes, uma cidade grega, que se elaborou uma imagem diferente, complexa e subtil dos deuses egípcios, nascida do encontro entre a religião tradicional egípcia e as técnicas e modos de expressão oriundos da Grécia. Daí o significativo título de glória que a cidade granjeou como «a cidade amada dos deuses»⁷⁰.

O caso mais relevante desta justaposição religiosa deu-se com o deus Serápis, criação ptolomaica que, sob aparência grega, congregava a essência egípcia. Reunindo atributos dos deuses helénicos Zeus, Hélios, Dionísio, Plutão, Hades, Poséidon ou Asclépio e dos egípcios Osíris e Ápis, o novo deus, misturava em si caracteres funerários, ctónicos e solares provenientes de diversas origens culturais. Em Alexandria, a iconografia inscrevia-se na *interpretatio graeca*, claramente favorável à imagética antropomórfica⁷¹.

A elevação de Serápis a deus principal de Alexandria visava juntar em torno de uma divindade híbrida e do seu culto os grupos étnicos greco-macedónico e egípcio⁷². A notável lição de civilização dada pela tolerância religiosa dos Ptolomeus é um facto realçado por inúmeros autores. Para os sacrifícios e petições dos Gregos havia um altar diante do templo. Para o culto rendido à estátua à maneira egípcia devia haver, em princípio,

⁶⁹ O título «La fabrique des dieux» para caracterizar Alexandria é usado por Françoise Dunand in *Alexandrie III^e siècle av. J.-C. Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Paris, Éditions Autrement, 1992, pp. 171-184.

⁷⁰ Sobre as várias divindades cultuadas em Alexandria, vide o cap. 5. «Religious life» in P. M. Fraser, *Ptolemaic Alexandria*, Vol. 1, Oxford, The Clarendon Press, 1972, pp. 189-301.

⁷¹ Em Mênfis, em contrapartida, preferiu-se sempre a tradicional iconografia taurina ou híbrida (corpo humano com cabeça de touro), expressando, assim, visualmente, a herança-descendência directa do antigo deus local, o boi Ápis.

⁷² A data de introdução do culto de Serápis em Alexandria (problema cronológico) é, ainda, alvo de viva controvérsia, sendo complicado pela própria flutuação e ambiguidade da terminologia usada pelos modernos estudiosos determiná-la com precisão, mas admite-se que o «período possível» corresponda à última década de Ptolomeu I Sóter, servindo as datas de 308/306 a. C. e 291 a. C. como balizas cronológicas (Cf. J. E. Stambaugh, *Sarapis under the early Ptolemies*, EPRO 25, Leiden, E. J. Brill, 1972, p. 6). P. M. Fraser opta pelo período entre 286 e 278 a.C., ou seja, final do reinado de Sóter/ inícios do de Filadelfo, para a instalação e dedicação da estátua de culto (Cf. P. M. Fraser, *Ob. Cit.*, p. 267).

capelas em estilo egípcio na área muralhada do templo⁷³. O *Serapeum* de Alexandria funcionava como autêntico santuário multicultural, onde a justaposição das devoções concorria para a conciliação e concórdia religioso-social.

Os reis lágidas tentaram judiciosamente realizar no plano religioso uma integração das etnias que recusavam noutros planos. É preciso lembrar que os casamentos mistos entre Gregos e indígenas, por exemplo, eram interditos em Náucratis e, durante muito tempo, em Alexandria e que houve sempre, como referimos, uma atitude favorável por parte do poder central à primazia dos Gregos na vida social da capital.

Ao mesmo tempo, a nova Casa Real do Egipto dotava a jovem cidade de uma divindade tutelar. Serápis transforma-se, assim, na divindade protectora de Alexandria, presidindo regularmente a actos políticos e sociais de grande significado na vida da pólis⁷⁴. O santuário rectangular do período polomaico, com 170 m de comprimento por 73 m de largura, impunha-se à cidade como um dos seus mais importantes pólos. Na época imperial romana, Serápis simbolizará a própria cidade de Alexandria, demonstrando como o seu culto e o seu templo se afirmaram na vida da cidade e, em consequência, na mentalidade mediterrânica⁷⁵.

Outro aspecto importante de frisar é o da própria localização escolhida por Ptolomeu I Sóter para o *Serapeum* de Alexandria. Ao optar pelo ponto mais elevado da colina de Rakotis (*Ra-ked*, em egípcio; actual Amud es Sawari, «sustentáculo de colunas»), a sudoeste de Alexandria, o fundador da dinastia lágida alcançou um triplo desiderato: 1) escolheu o mesmo sítio de um eventual culto local pré-existente, conferindo, dessa forma, uma continuidade simbólica e funcional à herança egípcia⁷⁶; 2) concretizou as sugestões aristotélicas que advogavam que o deus principal de uma cidade

⁷³ Cf. F. Dunand, *Le culte d'Isis dans le bassin oriental de la Méditerranée. I. Le culte d'Isis et les Ptolémées*, EPRO 26, Leiden, E. J. Brill, 1973, p. 57. É preciso considerar que os habitantes da egípcia Rakotis, não obstante a integração da sua localidade como «bairro indígena» da capital Alexandria, conservaram provavelmente os seus deuses, da mesma forma como os novos habitantes greco-macedónicos trouxeram as suas próprias divindades (ex.: Deméter e Dioniso), lhes construíram templos e capelas e lhes dedicaram festas específicas (Cf. F. Dunand, «La fabrique des dieux» in *Alexandrie III^e siècle av.J.-C.*, pp. 171, 172).

⁷⁴ Na época romana, um rito de passagem para a efebia levava os jovens a cortarem o seu cabelo em honra da cidade precisamente no *temenos* do *Serapeum*, atestando claramente o prestígio do santuário nas instituições da cidade (Cf. P. Ballet, *Ob. Cit.*, p. 155).

⁷⁵ Cf. P. M. Fraser, *Ob. Cit.*, pp. 27 e 116.

⁷⁶ Cf. François de Polignac, «Une ville singulière» in *Alexandrie III^e siècle av.J.-C.*, p. 136.

devia ser instalado numa localização elevada, tutelando e dominando simbolicamente a vida pública⁷⁷; 3) fez do templo de Serápis o elemento vital da organização do espaço urbano de Alexandria, dominando os dois portos marítimos da cidade, praticamente no enfiamento do pontão que dava acesso à ilha de Pharos.

O culto a Serápis tornou-se o culto da dinastia reinante e, em resultado das novas construções sagradas realizadas pelos Lágidas nas suas possessões exteriores, difundiu-se rapidamente por toda a bacia mediterrânica⁷⁸.

O omnipresente casal Osíris-Ísis da tradição faraónica deu lugar nos monumentos helenísticos à inseparável dupla Serápis-Ísis. Alguns autores não hesitam em considerar o novo casal divino como «les dieux dynastiques des Ptolémées»⁷⁹.

Em Alexandria, a antiga deusa egípcia assumiria as funções de protectora da navegação e dos marinheiros (*Ísis Pharia*, «Ísis, senhora do mar»; *Ísis Pelagia*, «Ísis, deusa do mar», e *Ísis Euploia*, «Ísis da feliz navegação»)⁸⁰. A «Ísis» de Alexandria seria representada ora com roupagens gregas (*chiton* ou *peplos* e *himation*), ora com vestes de origem egípcia, embora sob reinterpretção «à grega»⁸¹.

Apesar de já ser conhecida no mundo grego, no tempo dos primeiros Ptolomeus, Ísis prosseguirá a sua «carreira» em Alexandria um pouco à

⁷⁷ Cf. A. Bernand, *Alexandrie des Ptolémées*, p. 79.

⁷⁸ Cf. José das Candeias Sales, «A obra de Maneton e o culto alexandrino a Serápis: dois instrumentos de organização da memória ptolomaica» in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, n.º 3. Memória e Sociedade, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 61-87.

⁷⁹ R. Merkelbach, «Fêtes isiaques à l'époque gréco-romaine» in *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, Strasbourg, Palais Universitaire, 1962, p. 236.

⁸⁰ As formas de *Pharia*, *Pelagia* e *Euploia* como senhora do mar e da navegação, atestadas abundantemente desde a Época Helenística, são consideradas formas tipicamente gregas da deusa, pois, primitivamente, não se lhe conhece nenhuma relação com o mar. Artisticamente, a imagem da deusa, de pé, à proa de um navio, com o vento enfunando a vela, também não representa qualquer elemento da arte faraónica (Cf. Jean Leclant, «Isis, déesse universelle et divinité locale, dans le monde gréco-romain» in *Bulletin de Correspondance Hellenique. Supplément XIV. Iconographie classique et identités régionales*, Athènes, École française d'Athènes, 1986, pp. 346, 347. Na numismática alexandrina há testemunhos das três facetas da deusa (*Ísis Pharia*, *Ísis Euploia* e *Ísis Lactans*) — Cf. P. Ballet, *Ob. Cit.*, p. 156; F. Dunand, *Ob. Cit.*, pp. 176, 177; Soheir Bakhoun, «Les édifices alexandrins d'après les documents monétaires» in *Alexandrie. Lumière du Monde Antique. Les Dossiers d'Archéologie*, n.º 201, mars 1995, Dijon, Éditions Fatou, 1995, pp. 2-11; *Id.*, «La vie religieuse d'après les monnaies» in *Le Monde Copte.*, n.ºs 27-28, pp. 75, 77, 79, e *Iside. Il mito. Il misterio. La magia*, pp. 103 [III, 12 e III, 13], 104 [III, 14] e 106 [III, 18].

⁸¹ Em relação às vestes e aos símbolos distintivos de Ísis, vide *Ibid.*, pp. 98 (III, 22), 108 (III, 22) e 111 (III, 27). Subjacente ao «guardaroba rinnovato» de Ísis há uma permanência iconográfica multimilenar (Cf. Michel Malaise, «Iside ellenistica» in *Iside. Il mito. Il misterio. La magia*, p. 86).

sombra de Serápis⁸². Na *chôra*, no entanto, Serápis nunca alcançaria a devoção popular dedicada à deusa Ísis, pelo menos por parte da população indígena, a maioria demográfica do país. De finais do século II a meados do século I a. C., época marcada pelas revoltas nativas contra a dominação administrativa e cultural grega, a «Senhora» (κυρία) egípcia suplanta claramente o marido alexandrino, o «Senhor» (ὁ κύριος). Não é, por isso, de estranhar que haja muito mais estátuas de Ísis do que há de Serápis⁸³.

Ainda assim, há inúmeros testemunhos do culto serapiano, quer *ex-votos*, quer estátuas de diversos tipos (talhas, candeias, terracotas, bustos em mármore, grandes estátuas de madeira, etc.), que assinalam o seu relativo sucesso popular, sobretudo em Alexandria⁸⁴.

Na nova dinâmica cultural, sob impulso dos Lágidas, Serápis (patrono da realeza) e Ísis, sua companheira originária do Egito, eram o casal divino sustentador do soberano lágida. Se as rainhas lágidas chegam a auto-intitular-se *Nea Ísis*, «Nova Ísis», o rei é ele próprio o representante humano do deus dinástico (como Hórus era o representante de Osíris no Aquém). Serápis é percebido como um rei. Os reis humanos configuram-se ao modelo real-divino representado por Serápis. Neste registo intelectual, Serápis é o patrono e o suporte do poder da nova dinastia. Os Lágidas eram os sucessores dos antigos faraós. A justaposição cultural age aqui a favor do novo poder político.

Por acção directa de mercadores e devotos convertidos graças a curas milagrosas, o culto de Serápis e de Ísis difundiu-se pela bacia do Mediterrâneo na Época Greco-romana, sendo conhecido e praticado com bastante sucesso em Chipre, nas ilhas do Egeu, na costa sul da Ásia Menor, na Síria,

⁸² Também em Canopo, Ísis estava ligada a Serápis, sendo venerada como «a condutora das Musas» (Cf. A. Bernand, *Ob. Cit.*, p. 84; *Id.*, *Alexandrie la grande*, p. 132).

⁸³ Quer Ísis, quer Serápis, «the two new major deities promoted in the Hellenistic pantheon through Alexandria» tornaram-se conhecidos sobretudo por cópias tardias (Cf. R. R. R. Smith, *Ob. Cit.*, p. 206). Vide elementos iconográficos in *La gloire d'Alexandrie*, pp. 244, 245; *Iside. Il mito. Il misterio. La magia*, Milão, Electa, 1997, p. 100 — III, 7). Além das representações sob forma antropomórfica, sobretudo no período romano, Serápis e Ísis são também figurados, como já aludimos, sob forma animal: duas serpentes coroadas com os seus respectivos atributos, evocando o aspecto de «bons génios» e garantes da prosperidade e fertilidade do solo.

⁸⁴ O nome Σεράς e o seu feminino, Σεράς, são abreviaturas de nomes formados a partir de Serápis e demonstram igualmente a importância e a popularidade desta divindade (Cf. Étienne Bernand, *Inscriptions grecques d'Hermoupolis Magna et de sa nécropole*, Cairo, Institut Français d'Archéologie Orientale, 1999, pp. 39, 43 e 54, e P. M. Fraser, *Ob. Cit.*, p. 274). O nome teóforo Σεράπιον era também muito usado por indígenas e indicia a mesma popularidade (Cf. W. Peremans, «Les mariages mixtes dans l'Égypte des Lagides» in *Scritti in onore di Orsolina Montevicchi*, Bologna, Editrice Clueb, 1981, pp. 276, 280, 281).

em Rodes, em Delos, em Atenas, na Península Itálica, na Península Ibérica (caso de Panóias, no território que hoje é Portugal), em York, etc.⁸⁵.

Com Ptolomeu IV Filopator (221-204 a.C.), Harpócrates, o «Hórus criança», foi integrado como filho de Serápis e de Ísis (copiando o multissecular modelo da tríade Osíris-Ísis-Hórus)⁸⁶. A nova tríade que dominará a vida cultural alexandrina conhecerá ainda a junção de um antigo comparsa osiriano: o deus Anupu/ Anúbis. O seu culto está também atestado no *Serapeum* de Alexandria (bem como em Mênfis e em Canopo)⁸⁷. Harpócrates e Anúbis acompanharam Serápis e Ísis na difusão pelo Mediterrâneo⁸⁸. O antigo «círculo osiriano» transfere-se, portanto, integralmente para o círculo «familiar» do deus Serápis, o que constitui um elemento suplementar de apelo para os devotos egípcios.

Serápis é um deus que age a diferentes níveis, seja pelos seus idiossincráticos e sincréticos atributos e funções, seja pelas motivações que estiveram na base da sua criação e da manutenção do seu culto. Só por razões operatórias podemos compartimentar as principais valências deste culto, uma vez que, na prática, todas elas funcionam em simultâneo e de forma integrada. A par de uma acção em prol da harmonização (mas não fusão) das

⁸⁵ Cf. J. C. Sales, *Ob. Cit.*, p. 71, e Robert Étienne, «Les syncrétismes religieux dans la Péninsule Ibérique à l'époque impériale» in *Les syncrétismes dans les religions grecque et romaine*, Paris, PUF, 1973, p. 160.

⁸⁶ O jovem Harpócrates alexandrino era representado de pé, nu ou com uma simples clâmide no braço esquerdo, um pouco desengonçado, segurando o corno da abundância, insígnia da prosperidade do reino. Os elementos que recordam a sua origem indígena são a coroa *pschent* (a dupla coroa branca e vermelha da antiga realeza egípcia) e o dedo indicador na boca (gesto típico dos antigos deuses-criança egípcios). Este gesto incitou os Gregos instalados no Egipto a identificarem-no como deus do silêncio. Nas emissões monetárias romanas, Harpócrates surgirá coroado com a *pschent*, com o *uraeus*, a serpente fêmea protectora de divindades e faraós, ou, então, emergindo de uma flor de lótus, referência ancestral da tradição mitológica egípcia para o nascimento dos deuses-criança, designadamente no âmbito cosmogónico hermopolitano. Esta última iconografia está também presente em terracotas e em numerosos relevos de templos ptolomaico-romanos (Cf. J. C. Sales, *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egipto antigo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp.168-170; P. Ballet, *Ob. Cit.*, p. 157; Soheir Bakhoun, *Ob. Cit.*, pp. 77, 78, e Marie-Françoise Boussac, «Harpocrate» in *La gloire d'Alexandrie*, p. 247. Vide elementos iconográficos in *Ibid.*, pp. 235 e 247).

⁸⁷ Na época romana, na função de deus dos mortos e da mumificação, Anupu/ Anúbis ficou bem patente nos túmulos de Alexandria. Era o equivalente egípcio de Hermes e chegou a ser honrado sob a forma de Hermanúbis, cujo nome mais não é do que a contracção da onomástica das duas deidades (Cf. P. Ballet, *Ob. Cit.*, p. 157). Hermanúbis foi a segunda divindade autenticamente helenística, isto é, criada na época de apogeu do alexandrinismo (Cf. S. Bakhoun, *Ob. Cit.*, p. 78).

⁸⁸ Cf. P. Ballet, *Ob. Cit.*, pp. 157, 158. «L'hellénisation des dieux égyptiens amènera ceux-ci à connaître l'universalité, succès qu'ils n'avaient jamais remporté jusqu'alors» (Florence Doyen, Rene Preys, «La présence grecque en Égypte ptolémaïque: Les traces d'une rencontre» in *L'atelier de orfèvre. Mélanges offerts à Ph. Derchain*, Leuven, Peeters, 1992, p. 82).

culturas e das memórias religiosas e culturais de Gregos e de Egípcios é de destacar, pelo seu sentido ideológico, a vertente de figura protectora da dinastia ptolomaica e da cidade de Alexandria. A sua «exportação» fez-se à conta da sua feição alexandrina de deus agregador e unificador das populações, ele próprio arauto de uma mensagem universal e cosmopolita.

A metrópole que Alexandria foi durante os séculos III e II a. C., sem se poder separar da sua feição industrial, comercial, cultural e de centro académico, não se pode igualmente afastar do seu panteão híbrido, novo, em que se conciliaram traços funcionais e formais ancestrais com outros emergentes, na demanda de um sincretismo original, frutífero e eficaz. Qual «templo do mundo», como os textos herméticos lhe chamam, *Alexandria ad Aegyptum* impôs-se também pela vitalidade dos seus cultos⁸⁹.

Conclusão

O imaginário prodigioso da cidade de Alexandria compõe-se de múltiplos aspectos. O seu «brilho» é, sem dúvida, material, como grande centro comercial e placa giratória entre o Ocidente e o Oriente, entre a civilização europeia e as civilizações faraónica, copta e árabe; mas é também e sobretudo um esplendor intelectual e espiritual, no mais completo e abrangente sentido do termo, de uma extrema riqueza e diversidade.

O seu glorioso passado, os homens ilustres ou menos ilustres que a dinamizaram, os espectaculares monumentos de outrora registaram-se para sempre no imaginário colectivo da Humanidade. O seu destino de vocação ecuménica e a dimensão colectiva do trabalho intelectual alexandrino galgaram os séculos. Como um palimpsesto, a cidade de Alexandria guardou marcas das sucessivas dominações políticas e culturais e forneceu modelos referenciais ao Oriente bizantino, ao Islão medieval e ao Ocidente latino.

As trocas comerciais, técnicas e espirituais fizeram de Alexandria uma urbe de pululante vida e dinamismo e um centro de civilização universal com papel fundamental na modelação dos tempos vindouros. A cidade microcosmos assumiu-se na Época Greco-romana como a quinta-essência da civilização. Lugar de memórias, Alexandria reflectiu um projecto de alcance universal. O seu legado cultural e espiritual ultrapassou as fronteiras do Egipto e até da própria bacia mediterrânica.

⁸⁹ Cf. P. Ballet, *Ob. Cit.*, p. 147.

Incarnando um mundo com vastíssimas fronteiras históricas e geográficas, Alexandria foi o coração do império helenístico e da cultura antiga. Como escreveu o ministro da Cultura do Egipto no catálogo de exposição *La gloire d'Alexandrie*: «Alexandrie c'est une cité dont la gloire ne rejaillit pas sur la seule Égypte mais sur l'humanité toute entière»⁹⁰. A cidade de Alexandre foi um dos maiores locais da nossa civilização, num momento privilegiado da história do Egipto helenístico. Não é, por isto, exagerado vê-la como protótipo de metrÓpole universal nem tampouco como uma das pedras angulares da história da própria civilização ocidental.

⁹⁰ Farouk Hosny in *Catalogue générale de l'exposition «La gloire d'Alexandrie»* (Paris, 7 mai-26 juillet 1998), Paris, Paris-Musées, 1998, p. 24.

O ESPAÇO URBANO COMO ENCRUZILHADA DE SINAIS

Isabel Barros Dias*

São sobejamente conhecidas múltiplas narrativas de fundação de cidades. Algumas dessas lendas surgem na historiografia produzida sob os auspícios de Afonso X de Castela e de Leão¹. Como exemplo, podemos referir o caso de A Corunha, fundada por Hércules (PCG: I, 9-10), de Sevilha, fundada por Júlio César (PCG: I, 8-9) ou de Cartagena, fundada por Cartagineses (PCG: I, 36-7). Estas narrativas servem, à semelhança de

* Universidade Aberta.

¹ Será aqui considerado, sobretudo, o texto da “versão régia” da *Estoria de Espanna*. Esta versão integra o texto editado por Ramón Menéndez Pidal como *Primera Crónica General de España*, Madrid, Gredos, 1977 (de aqui em diante **PCG**). Saliente-se, no entanto, que esta edição se baseou em dois manuscritos compósitos onde intervieram diversas mãos em épocas distintas. No entanto, o seu trecho inicial (até ao cap. 616) consiste na “versão régia” afonsina, ou seja, o texto aprovado pelo soberano como “oficial” aquando da redacção da primeira versão da *Estoria de Espanna*. Cabe ainda referir aqui que, actualmente, a crítica reconhece duas versões afonsinas principais da *Estoria de Espanna*, a “versão primitiva” (cerca 1270-74) e a “versão crítica” (cerca 1282-84). Estas duas versões foram, posteriormente, combinadas das mais variadas formas, abreviadas, ampliadas, adaptadas, traduzidas e entrecruzadas com novas fontes ou com trechos de fontes já usadas mas anteriormente desprezados, dando origem a uma família textual enorme e extremamente complexa. Sobre estas questões ver Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962 e, mais recentemente, *idem*, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí – Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1997 e *idem*, *La Estoria de España de Alfonso X – creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1992. Ver ainda Inés Fernández-Ordóñez, *Versión Crítica de la Estoria de España*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1993, bem como a útil síntese: *idem*, “La transmisión textual de la “Estoria de España” y de las principales “Crónicas” de ellas derivadas”, *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid: Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp. 219-260.

outros discursos fundacionais, para catalisar uma essência que se projecta sobre um espaço determinado, marcando-o de forma única e, deste modo, distinguindo-o dos outros espaços urbanos, contíguos ou mais longínquos. Acresce ainda a eventual existência de outras tradições, já não fundacionais, mas que não deixam por isso de assinalar o espaço a que se referem e onde se situam acontecimentos que tanto podem ser gloriosos como infames, caso de Toledo, cidade marcada pela traição dos judeus que aí habitavam e do seu conluio com os muçulmanos².

Estas diversas narrativas constituem formas bastante evidentes de valorização (ou desvalorização) de um espaço. Quer se trate de uma aura de glória que cintila graças às personagens ilustres que aí viveram ou que aí actuaram ou, pelo contrário, de narrativas infamantes veiculadas por tradições ligadas à valorização de cidades rivais, estas histórias fazem com que cada terra assuma um carácter único, contagiando com essa identidade quem lá viva ou de lá provenha. No fundo, estamos perante procedimentos em tudo idênticos aos que, se bem que a uma escala diferente, contribuíram para construir os estereótipos dos diversos países e respectivas populações, fazendo com que, por exemplo, os alemães possam ser conhecidos como rudes, os franceses como chauvinistas, os italianos como galanteadores...

No entanto, estas narrativas também não consistem na única forma de assinalar um espaço, mormente um espaço urbano. Com efeito, para além deste nível mais genérico, existem múltiplas estratégias que se tornam tanto mais interessantes quanto são passíveis de estabelecer teias de referências significantes. No caso da *Estoria de Espanna* afonsina, é possível identificar jogos deste tipo, ou seja, o estabelecimento de associações que funcionam tanto a nível sincrónico como a nível diacrónico, tendo como base espaços urbanos concretos. Com efeito, sempre que se refere que uma determinada cidade é agraciada com um gesto de um soberano, estabelece-se uma relação sincrónica de valorização ou de desvalorização entre aquela cidade e aquele rei específicos, consoante se trate de gestos ou de obras benéficas ou maléficas realizados numa terra valorizada positiva ou negativamente. Por outro lado, sempre que um

² “E dize don Lucas de Thuy en loor desta cibdad, que seyendo ella buena, poderosa, fuert et complida de mucha buena caualleria que siempre ouo en ella, que a ora fue metuda en poder de los ysmaelitas et uençuda sin otra batalla que y ouiesse por la traycion de los judios; ca dizen que en dia de Ramos que salieron los cristianos, por onrra de la fiesta que era grand, fuera de la uilla, et fueron a la iglesia de santa Leocadia por oyr y la predigacion et la palabra de Dios; e los judios que auien puesta su sennal de traycion con los moros, cerraron las puertas de la villa a los cristianos et abriron las a los moros; e desí por que el pueblo de los cristianos estaua desarmado et sin sospecha de mal, saliron a ellos los moros et mataron y a todos” (PCG: I, 316a).

soberano age sobre determinado espaço, também se associa, isomorficamente, aos outros líderes que, a nível diacrónico, já tinham, anteriormente, estabelecido uma relação com aquela terra. Este último tipo de associações, em particular, pode dar origem a redes de correspondências tão subtis quanto significativas, decorrendo daí a possibilidade da sua utilização como ferramenta retórica com vista à defesa ou à promoção de finalidades pragmáticas bastante concretas.

A forma mais clara de relacionar, diacronicamente, personagens distintas consiste, obviamente, em comparações explícitas com antecessores de um passado, tanto mais prestigioso, quanto mais longínquo. É o caso, por exemplo, da narrativa que nos veicula o raciocínio de Júlio César perante uma estátua de Alexandre, achada em Cádiz:

y entre otras muchas ymagenes que y auie, fallo una del rey Alexandre, e dizien todos que fuera fecha a semeiança del, de grandez e de fayçon; e quando Cesar la uio, estudo la catando grand pieça cuydando, e depues dixo que si Alexandre tan pequenno fuera de cuerpo e tan feo e tan grandes fechos e tan buenos fiziera, el, que era tan fermoso e tan grand, por que no farie tan grandes fechos o mayores. (PCG: I, 9a)

O mesmo mecanismo repete-se em inúmeras remissões e alusões que, ocasionalmente, povoam o relato estabelecendo nexos entre figuras que, apesar de distantes no tempo, podem ser consideradas, de alguma forma, isomorfas, constituindo, deste modo, cadeias de exemplos, tanto positivos, como negativos, ou seja, dois paradigmas compostos por figuras comparáveis entre si³.

³ É o caso, na PCG, da comparação entre Júlio César e Alexandre (favorável ao primeiro), acima citada, ou de uma batalha entre Júlio César e Pompeu, que se afirma ser superior às travadas por Hércules ou Alexandre (I, 82 – cap. 104). Aquando do elogio de Pompeu surge uma comparação com Hércules, Alexandre e Libero (I, 82 – cap. 105), sendo este considerado o melhor do seu tempo (até Júlio César, depreende-se). Encontramos ainda comparações, por exemplo, em I, 142 – cap. 192 (entre Trajano e Alexandre), 145 – cap. 195 (entre Trajano e Júlio César) ou 170 – cap. 275 (entre Aureliano e Júlio César e Alexandre). Estas comparações parecem tentar criar um linha de heróis exemplares (imperadores / unificadores) como Hércules, Alexandre, Júlio César, o espanhol Trajano (acerca do qual ainda se aponta a ascendência troiana: I, 142 – cap. 192) ... Para o período do início da Reconquista saliente-se a eloquente comparação de Pelaio e dos seus homens com os Macabeus. Enunciado em termos muito explícitos, se bem que agora no paradigma negativo, é ainda o facto de se mostrar como Otão associa o seu nome a Nero, de quem fora amigo, pois é por este meio que Otão tenta justificar-se como Imperador uma vez que assumira esta posição sem direito a ela (I, 129-30 – cap. 180). Sobre estes assuntos ver também Georges Martin, *Histoires de l'Espagne médiévale. Historiographie, geste, romancero*, Paris, Publication du Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris XIII / Klincksieck, 1997, particularmente "Temporalités (trois logiques temporelles du récit historique médiéval)" (pp. 57-68) que refere, a par de um tempo da hereditariedade e de um tempo da causalidade factual, a existência de um tempo da exemplaridade

No entanto, mais do que nesta forma extremamente clara de estabelecer nexos, centrar-nos-emos aqui num modo particular de relacionar figuras que se concretiza no espaço físico de algumas cidades. Trata-se de uma estratégia que se baseia no recurso à utilização de sinais, mensagens mais ou menos enigmáticas, deixados por algumas personagens emblemáticas do passado mais remoto para os seus congéneres vindouros. É Hércules quem mais sinais deixa para os heróis seguintes, caso de Júlio César, destinatário da estátua e da inscrição com que foi assinalado o lugar onde Sevilha seria povoada (PCG: I, 8-9)⁴. Também Pirus, genro de Espan, povoa Toledo no lugar anteriormente marcado pelas torres, fruto da divinamente castigada discórdia que opôs os filhos do mítico rei Rotas (PCG: I, 12-14). Idêntica, e ainda mais remota, é a narrativa segundo a qual o rei Rotas teria assinalado o lugar onde Roma posteriormente surgiria, conforme relatado no seguinte excerto:

Otros cuentan en las estorias antiguas de Espanna que quando el rey Rocas andido por el mundo uuscando los saberes, assí cuemo es ya contado en el comienço desta Estoria dEspanna, que uino por aquel logar o despues fue poblada Roma, y escriuió en dos marmoles quatro letras: las dos en ell uno et las dos en ell outro, que dizien Roma, y estos fallo y despues Romulo quando la poblo, et plogol mucho por que acordauan com el so nombre; et pusol nombre Roma (PCG: I, 85a)⁵

um trecho que tem ainda a grande vantagem de ligar aquela que foi o centro do Mundo Antigo e sede do Império Romano com a Espanha, graças ao percurso de uma figura de ligação, Rotas, um rei mítico, vindo da Antiguidade mais longínqua. Acresce, ainda, a curiosa nota segundo a qual o primeiro nome de Roma teria sido “Valência” (PCG: I, 84).

onde situações particulares formam classes de equivalência, ilustrando assim o que, de acordo com a ideologia do historiador, se assume como uma lei geral: “*L'exemplarité historique est donc fonction du temps dans la mesure où la fréquence (effective ou virtuelle) d'une configuration factuelle fonde l'induction de la loi qui définit une classe d'équivalence événementielle.*” (p. 66).

⁴ Hércules deixa ainda uma segunda estátua, em Cádiz, assinalando a sua entrada na Península Ibérica. A tradição textual deste trecho revela-se muito curiosa dadas as modificações e os diversos propósitos que serviu. Sobre este assunto ver Isabel Barros Dias, “O mundo paralelo dos «Simulacra»”, António Branco (Coord.), *Figura. Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2001, pp. 219-232 e “Dialogue et Confrontation Idéologique”, Danielle Buschinger (ed.), *La Guerre au Moyen Age*, Amiens, Presses du Centre d'Études Médiévales: Université de Picardie – Jules Verne, 2000, pp. 47-54.

⁵ O trecho anterior que esta referência ecoa encontra-se na PCG: I, 13a: “E uino por aquel logar o fue despues poblada Roma, y escriuió en un marmol quatro letras de la una parte que dizien Roma; y estas fallo y despues Romulo quando la poblo, e plogol mucho por que acordauan con el so nombre, e pusol nombre Roma.”

Estes pormenores, tanto por si só, como ainda mais quando amplificados pelas associações diacrónicas que estabelecem entre figuras diversas, inscrevem-se, com a maior facilidade, numa linha de criação de “passado” ou de “antiguidade”, com vista à dignificação das cidades mais importantes da Espanha. Além disso, independentemente de alguns dos acontecimentos descritos terem efectivamente tido lugar ou não, acentuamos, aqui, o facto da sua narração ser construída de forma a fazer com que se articulem não só ao nível de personagens históricas, mas também, e sobretudo, de modo a conjugarem-se com relatos e personagens obviamente míticos, fictícios, graças às correspondências efectuadas. Desta forma, estabelecem-se as bases para a construção de um imaginário que nada tem de inocente ou de fortuito mas que, pelo contrário, remete para finalidades bem definidas, como adiante veremos em maior detalhe.

Variantes destes procedimentos podem ainda ser consideradas as múltiplas alusões que ligam distintas personagens a diversos monumentos ou locais específicos, ou porque os restauram, ou porque aí celebram alguma solenidade digna de nota. Com efeito, ao interagirem com, ou num determinado espaço físico concreto, cada figura passa, assim, e de certo modo, a integrar a cadeia que une as diversas personagens para cujo percurso aquele espaço, em particular, foi importante, ou, pelo menos, significativo. Um exemplo bastante evidente será o do aqueduto de Segóvia, mandado restaurar por Afonso X, segundo testemunho da *General Estoria*, o que implica a associação do nome deste soberano ao monumento romano⁶. Este caso assemelha-se a múltiplas outras associações relativamente discretas. Assim, podemos, igualmente, mencionar Espan que termina a obra de Hércules (PCG: I, 11) ou Júlio César que renova a antiga torre da Corunha, erigida, segundo a tradição, por Hércules (PCG: I, 92). Também a forma como os restos mortais de Júlio César são guardados (PCG: I, 97) é depois ecoada nas exéquias de Trajano (que por sinal, além de imperador, era espanhol) e o único enterrado dentro da cidade de Roma após Júlio César (PCG: I, 145).

Outras personagens há que se caracterizam (e se aproximam deste modo entre si) por tentarem estabilizar e/ou ordenar o território, caso de Constantino (PCG: I, 196) ou, posteriormente, de Bamba, também visto como um restaurador na medida em que é apresentado a reconstruir o que fora destruído na guerra (PCG: I, 292, 293 ou 294). Outra possibilidade

⁶ Esta questão já foi apontada por Francisco Rico, *Alfonso el Sabio y la 'General Estoria'. Tres lecciones*, Barcelona, Ed. Ariel S. A., 1984, p. 120.

consiste, ainda, num percurso tão exaustivo quanto possível do território, uma atitude em tudo coerente (a nível simbólico) com a tomada de posse desse mesmo espaço, e que poderá ser exemplificada com o circuito vitorioso que Júlio César empreende pela Península Ibérica, duplicando o itinerário anteriormente levado a cabo por Hércules (PCG: I, 8-11):

Pues que Julio Cesar ouo tornadas todas las Espannas so el sennorio de Roma et so el suyo, uino a la prouincia de Guadalquivir, et mudo a Seuilla el nombre, et mando la llamar Julea Romulea. Desi andando por las otras tierras de Espanna, fizo fazer en la prouicia de Guadalquivir et por ell Andaluzia por nobleza et prez del so nombre las carreras a que agora dizen Arracifes. E fue a Galizia al logar que llaman Crunna, et renouo la torre del faro que fiziera Hercules que era ya lo mas della cayda. (PCG: I, 92a)

Cabe ainda salientar que estas estratégias não se verificam só no âmbito do positivo. Já numa associação de conotação negativa, é ainda Hércules quem deixa o marco fatídico da casa maravilhosa, em Toledo, cuja violação, pelo rei Rodrigo, faz soltar (como se de uma nova caixa de Pandora se tratasse) a notícia da eminência da invasão muçulmana, mas cuja boa e respeitosa manutenção seria, implicitamente, o garante da continuidade inabalada do reino godo⁷.

O relato da *Estoria de Espanna* articula-se, desta forma, em torno de exemplos positivos e negativos (tanto de personagens como de situações), exemplos estes que vão surgindo, de forma diferente, ao longo do decurso temporal abarcado pela narrativa, mas sempre carregando valores idênticos, cada um como pré-figuração do seguinte, constituindo o que poderíamos

⁷ “En la cibdad de Toledo auie estonces un palacio que estidiera siempre cerrado de tiempo ya de muchos reys, et tenie muchas cerraduras, e el rey Rodrigo fizol abrir por que cuedaua que yazie y algun grand auer; mas quando el palacio fue abierto non fallaron y ninguna cosa, sinon una arca otrossi cerrada. E el rey mando la abrir, et non fallaron en elle sinon un panno en que estauan escriptas letras ladinas que dizien assi: que quando aquellas cerraduras fuessen crebantadas et ell arca et el palacio fuessen abiertos et lo que y yazie fuesse uisto, que yentes de tal manera como en aquel panno estauan pintadas que entraien en Espanna et la conqueririen et serien ende sennores. El rey quando aquello oyo, pesol mucho por que el palacio fiziera abrir, e fizo cerrar ell arca et el palacio assi como estauan de primero. En aquel palacio estauan pintados omnes de caras et de parescer et de manera et de uestido assi como agora andan los alaraues, e tenien sus cabeças cubiertas de tocas, et seyen en caualllos, et los uestidos dellos eran de muchos colores, e tenien en las manos espadas et ballestras et sennas alçadas. E el rey et los altos omnes fueron mucho espantados por aquellas pinturas que uiran.” (PCG: I, 307a-b).

qualificar como conjuntos de associações tipológicas seculares⁸. Com efeito, a associação entre eventos equivalentes ou aproximáveis consistia num hábito intelectual dos mais correntes. O sistema de ensino medieval baseava-se, concretamente, na prática da leitura interpretativa, para a qual concorriam as técnicas que cedo deixaram de ser aplicadas em exclusividade aos textos sagrados. Assim, se, curiosamente, o sentido literal ou histórico era considerado como o nível mais simples de leitura e de análise, a este vão sobrepor-se os sentidos alegórico, tropológico e anagógico⁹, que não deixaram de ser aplicados a múltiplas formas textuais, entre as quais

⁸ A criação de analogias deste tipo foi igualmente constatada por Gabrielle M. Spiegel, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1999, pp. 91, 97 ou 108. A autora considera que o uso secular desta forma de pensamento pela historiografia constitui uma estratégia eficaz para a criação de relações entre o passado e o presente. Assinala ainda o facto deste tipo de analogia contrariar a progressão linear da historiografia, sendo, por isso, necessário estabelecer um compromisso ou equilíbrio entre duas tendências opostas: “As evidence of historical continuity, it [Genealogy] lends plausibility to the analogizing tendencies of medieval historical thought, allowing perceived relationships between historical figures and events in the past and present to be viewed as part of one continuous stream of history. It prevents these “typologies” from becoming purely symbolic connections and therefore saves history from allegory.” (p. 97). Sobre este assunto ver ainda Inge Skovgaard-Petersen, “Saxo Grammaticus: a national chronicler making use of the genre *chronica universalis*”, Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 331-340 que refere igualmente a promoção de associações tipológicas.

⁹ Enquanto o sentido dito “histórico” seria o mais conforme à realidade dos acontecimentos narrados, os restantes sentidos já conferem ao discurso outras dimensões. No que se refere ao sentido alegórico, este nível é considerado no corpo do texto. Quanto aos restantes sentidos, em termos genéricos, o sentido tropológico procura, a partir da realidade visível, descortinar verdades morais superiores e o sentido anagógico, indo um pouco mais além, parte igualmente da realidade mundana mas que agora é entendida como representação das realidades celestes e da vida futura. De salientar, ainda, como esta organização pode variar, seja na ordem, seja no número dos seus elementos, podendo apresentar fórmulas tanto triplas como quádruplas. Sobre estes assuntos ver, nomeadamente, a obra clássica de Edgar de Bruyne, *Études d'Esthétique Médiévale*, Paris, Albin Michel, 1998, vol. I, pp. 682-3 ou, ainda, o estudo monumental de Henri de Lubac, *Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'écriture*, Paris, Aubier, 1959 (I Parte, I e II), 1961 (II Parte, I) e 1963 (II Parte, II) que refere múltiplas formulações, evoluções, mutações e arrumações que esta estrutura exegética apresentou. O sentido literal ou histórico é abordado primordialmente na I Parte, II, pp. 425-487 (cap. VII), onde é igualmente relacionado com a historiografia. Quanto aos restantes sentidos, Henri de Lubac equaciona a alegoria com a fé, a tropologia com a mística e a anagogia com a escatologia. De salientar, também, as curiosas e ilustrativas fórmulas mnemónicas referidas por este autor como seja “Littera gesta docet, quid credas allegoria, / Moralis quid agas, quo tendas anagogia.” (Intr., p. 23) ou “Dicitur historicus quem verba ipsa resignant, / Et allegoricus priscis qui ludit in umbris; / Moralis per quem vivendi norma tenetur, / Quid vero speres anagogicus altius offert.” (Intr., p. 24). Para uma análise que equaciona os níveis de leitura com o imaginário semiótico da historiografia, ver Georges Martin, *Histoires de l'Espagne médiévale. Historiographie, geste, romancero*, Paris, Publication du Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris XIII / Klincksieck, 1997 (“L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)”, pp. 43-56). Ver, também, Martin Irvine, *The Making of Textual Culture. 'Grammatica' and Literary*

precisamente a historiografia. Referimo-nos aqui, em particular, ao sentido alegórico que, apoiado, regra geral, no método tipológico, procurava, na sua origem, estabelecer relações entre as cenas do *Antigo* e do *Novo Testamento*. Trata-se, pois, de uma forma de relacionar factos e personagens em tudo semelhante ou equivalente à que aqui se desenha.

Com base nesta dinâmica, é possível constatar que a história, para Afonso X, se constrói, também, como uma espiral de momentos positivos e negativos. Apesar do tempo na historiografia cristã ser sempre concebido como um *continuum*, uma progressão que tem o seu início com a criação do Mundo e encontrará o seu termo quando Deus decidir do fim dos Tempos, esta noção não impede, necessariamente, a presença de outras lógicas que, não a contrariando, também não deixam de a complexificar. Assim, o decurso do tempo, na *Estoria de Espanna*, apesar de linear, repete-se em situações isomorfas, dando origem a uma espiral onde a evolução cronológica não obsta ao retorno aos mesmos locais, de forma idêntica, de personagens mais ou menos equivalentes, com atitudes semelhantes ou, de alguma forma, associáveis. Diferem exclusivamente pelo facto de ocorrerem em momentos diferentes, ou seja, pela sua assincronia.

A ter em conta o ideário político de Afonso X, o binómio das associações entre personagens positivas e negativas é facilmente articulável com os pólos antitéticos que opõem a expansão e a unificação territoriais à desagregação do território dividido em facções rivais ou mesmo em reinos distintos, noção esta que se conjuga perfeitamente com os exemplos que temos vindo a considerar. Desta forma, também os sinais, as “mensagens cifradas” que algumas figuras de excepção vão deixando nos espaços urbanos, já existentes ou a fundar, para personagens futuras, igualmente de destaque, contribuem para a sua integração nestes paradigmas mais latos. De um lado, temos a unificação territorial, considerada positivamente, fruto da acção de personagens gloriosas, conquistadores, unificadores ou mesmo imperadores (como se verifica, para o período mais antigo, com Hércules e Espan, com Júlio César e outros Imperadores romanos apresentados de forma positiva ou, ainda, com os Godos). Pelo outro lado, temos a desagregação, a divisão do território, fruto de invasões, de traições e/ou de desacordos, marcados como calamidades, quase à imagem dos castigos e catástrofes que, no relato bíblico, assinalaram as primeiras Idades do

Theory 350-1100, Cambridge, Cambridge University Press, 1994 – em particular a Parte 6 (pp. 244-271) onde o autor acentua que os quatro sentidos constituem meras formas de classificar os significados e não diferentes níveis ou códigos. Distingue, então, o que considera serem os códigos operativos efectivamente usados na prática: história, alegoria e tipologia (pp. 259, 262 e 264).

Mundo, protagonizados por personagens consideradas de forma menos favorável. O último destes momentos terríveis terá sido precisamente a invasão muçulmana de 711, ainda tão presente, e que renovava a memória de outras situações igualmente destruidoras, associando, deste modo, uma série de acontecimentos que, mesmo se afastados no tempo, se aproximam a nível ideológico e/ou emotivo¹⁰.

De acordo, ainda, com esta estruturação lógica dos acontecimentos, os gigantes de Babel não se limitam a caracterizar o paradigma do desen-tendimento em geral. Este converge, e concretiza-se frequentemente, na situação mais precisa da divisão territorial, encarada como consequência do estado de desacordo. Dada esta ligação de causa-efeito, as duas situações, ou seja, tanto o desacordo como a divisão territorial, são associadas ao estigma do castigo divino¹¹ e, conseqüentemente, marcadas de forma sobremaneira negativa. Com base neste *a priori* disfórico, decorre todo o peso crítico que condenará os variadíssimos exemplos de guerras civis cujas conseqüências são sempre apresentadas como funestas, desde o caso mítico dos filhos do rei Rotas ao dos diversos combates que opuseram Pompeu e seus partidários a Júlio César¹². Esta situação virá, posteriormente, a espelhar-se nas guerras fratricidas ocorridas entre os filhos do rei D. Sancho de Navarra, Garcia, Fernando e Ramiro, senhores, respectivamente, de Navarra e da Cantábria, de Castela e de Aragão (PCG: II, 474 sgts); bem como nas contendas que opuseram os filhos do rei Fernando I, Sancho, Afonso e Garcia, soberanos, respectivamente, de Castela, de Leão e de Portugal e Galiza (PCG: II, 493 sgts). No entanto, também depois destes períodos de divisão e de combates,

¹⁰ Caso das destruições referidas na PCG: cap. 14-15 (pelos "almuiuces", os de Flandres e de Inglaterra) ou das invasões dos vândalos, silingios, alanos e suevos que irrompem pelo Império Romano. Estes momentos podem, de certa forma, reproduzir, à escala da Península, o que catástrofes como a expulsão do Paraíso, o Dilúvio ou a destruição da Torre de Babel terão significado para a Humanidade. Acresce ainda o facto de, no pranto pela destruição da Espanha, aquando da invasão muçulmana, além da recordação das outras destruições anteriores, ainda serem estabelecidas comparações com grandes cidades igualmente flageladas como Babilónia, Roma, Jerusalém ou Cartago (PCG: I, 313 – cap. 559).

¹¹ "que nuestro senyor Dios danno el lenguaje en tal guisa ques non entendien unos a otros, e por esta razon solamientre fueron departidos en los lenguajes, mas aun en las uoluntades, de manera que non quisieron morar unos con otros." (PCG: I, 4b). Esta imagem punitiva é acentuada, um pouco depois, com o castigo dos judeus, desterrados e cativos pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelo imperador Adriano (PCG: I, 148-9 cap. 199).

¹² Depois lembrados explicitamente quando Otão manda matar Galba (PCG: cap. 179). Do mesmo modo, num momento em que se verificam desavenças e destruições na Judeia é estabelecida uma comparação com a desordem que sobreveio quando Jesus Cristo foi morto e Barrabás libertado (PCG: cap. 183).

numa sucessão alternante, ressurgem novas e elogiadas reunificações, primeiro com Fernando I e, depois, com Afonso VI¹³.

Verificamos, assim, como o estabelecimento de ligações entre diversas personagens, com base em ancoragens, ou seja, no assinalar de espaços urbanos determinados constitui um vector importante para a construção de analogias que, no seu todo, se revelam como particularmente significantes, fundamentais, mesmo, para a manutenção da coerência interna da obra, nomeadamente na medida em que contribuem para veicular mensagens ideológicas concretas.

Desta forma, a historiografia constitui, efectivamente, uma eficiente arma de combate político e ideológico, sobretudo se tivermos em conta o contexto mais geral das ambições unificadoras e imperiais do rei Sábio bem como a forma subtil como a sua historiografia usa outras ferramentas retóricas para a defesa dos mesmos valores, caso da genealogia¹⁴ ou da apresentação de sinais premonitórios, interpretados profeticamente em prol dos interesses do soberano mecenas¹⁵.

¹³ Para uma noção dos testemunhos existentes dos trechos que acabamos de referir, tanto na versão primitiva, como na versão crítica, ver Inés Fernández-Ordóñez, *op. cit.* (2000), pp. 228-230 e 232-233.

¹⁴ Caso da referência a uma curiosa linhagem que, na *General Estoria*, procura ligar os antepassados imperiais de Afonso X à linha mais ilustre da Antiguidade clássica, traçando a ascendência dos Staufen até ao próprio Júpiter (Afonso X (ed. de António G. Solalinde), *General Estoria, Primera Parte*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1930, pp. 200-201). Esta construção parece constituir um fio privilegiado de figuras excepcionais no seio do paradigma positivo. À semelhança da rememoração dos bons exemplos que visa, em última análise, a sua superação no presente, também a linha de excepção apontada remeteria para um representante coevo ímpar, um papel ao qual Afonso X provavelmente não se furtaria.

¹⁵ As figuras de excepção podem também ser alvo de profecias, agoiros, sonhos, sinais ou milagres. É o caso de Hércules e Júlio César. Adriano cumpre uma profecia de Daniel (PCG: I, 148 — cap. 199) e Bamba é agraciado, seja com sinais, como o da abelha (I, 284 — cap. 513), seja com milagres (I, 323 — cap. 568). Mais referências a agoiros, sonhos ou sinais dirigidos a personagens diversas, positivas ou negativas, surgem na PCG: I, 25 (cap. 37), 38 (cap. 57), 97 (cap. 122), 115 (cap. 164), 118 (cap. 166), 120 (cap. 169), 127 (cap. 178), 201 (cap. 349), 255 (cap. 452), 269 (cap. 487) ou 274 (cap. 494). Finalmente, o próprio Afonso X, surge como o destino implícito da explicação de um fenómeno que se realiza aquando do nascimento de Jesus Cristo, remetendo-o para o tão ambicionado Império (PCG: I, 108).

O BURGO MEDIEVAL REVISITADO POR UM ROMÂNTICO OU A PROCURA DA IDENTIDADE PORTUENSE

Adelaide Pereira Millán da Costa*

Percorrendo os textos historiográficos dos anos sessenta sobre o Porto medieval, ressalta a menção à novela de Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*. Os profissionais da História, cem anos passados sobre a sua edição, reproduzem documentos publicados nesse romance e consideram que nele se cristalizam ou fundam velhas tradições portuenses¹. Ou seja, para a historiografia, essa obra catalogável como ficcional constitui uma referência.

Revisitemos a novela, filiando a sua abordagem num projecto que visa fixar os momentos e desmontar as condições de produção de discursos sobre a cidade do Porto: discursos que apresentam a singularidade de moldar ou reflectir uma espécie de arquitectura mental estruturante da auto imagem dos portuenses.

Em trabalho anterior, considerou-se o processo de cristalização de uma mensagem política da lavra dos autarcas quatrocentistas do burgo. Esta traduzia-se no hiperbolizar do papel desempenhado pelo Porto aquando da crise de 1383/85, elevando-o a sustentáculo da independência do reino, numa clara colagem da cidade aos propósitos da dinastia de Avis. Ainda que tal discurso, no momento em que foi produzido, visasse um propósito imediato, a verdade é que foi objecto de uma fecunda utilização posterior².

* Universidade Aberta

¹ Cf. António Cruz, "O Porto na génese dos Descobrimentos", in *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, vol. VII, Porto, 1960, pp. 23, 68 e 70; Damião Peres, "O Porto, cidade episcopal: séculos XII a XIV" in *História da Cidade do Porto*, vol. 1, p. 218; Luís de Pina, "Assistência e arte na cidade do Porto dos séculos XII a XIV", in *ibid.*, p. 534; Damião Peres, "O Século XV: uma 'república urbana'", in *ibid.*, vol. 2, p. 61.

² *Projeccção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999, pp. 94 e ss.

Numa comunicação apresentada no CEHI há dois anos, a análise foi orientada para a pesquisa de certos esteios que suportam o imaginário social portuense. Ensaiou-se, para tanto, individualizar alguns momentos de constituição de um património mental assente em factos historicizados³.

Respeitando a linha de investigação enunciada, o presente estudo objectiva-se num texto ficcional — *A Última Dona de S. Nicolau*⁴.

O escritor portuense Arnaldo Gama⁵ norteou a sua produção⁶ pelo intuito de ensinar história a uma ampla audiência, utilizando o romance como veículo⁷.

³ “Circularidades da Memória. Entre o impensado social e a formalização”, in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, n.º 3, *Memória e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 135-141.

⁴ Porto, Typographia do Comércio, 1864 (com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século xv*). A obra foi reeditada em 1899 (Lisboa, Livraria Editora — com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século xv*), em 1933 (Porto, Imprensa Nacional), em 1937 (Porto, Livraria Tavares Martins, Edição Popular), em 1950 (Porto, Livraria Simões Lopes) e em 1973 (*Obras de Arnaldado Gama*, vol. I, Lello & Irmão — Editores). Utiliza-se neste estudo a edição de 1937.

⁵ Viveu entre 1828 e 1869. Notas biográficas e estudos sobre a obra de Arnaldo Gama encontram-se nos seguintes títulos: Agustina Bessa Luís, “Arnaldo Gama — Gente de Bem”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo XXI, Lisboa, 1980, pp. 179-188; Álvaro Manuel Machado, “Arnaldo Gama” in *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 208-209; António Baião, *Como Arnaldo Gama escreveu o romance histórico “O Sargento-mór de Vilar: confissão inédita do próprio autor”*, sep. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, tomo III, Lisboa, II, 1938; Artur de Magalhães Basto, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; Carlos de Passos, *Dois românticos. Garrett e Arnaldo Gama*, Porto, 1957; Carlos de Passos, prefácio a Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1950; Fernão Dantas da Gama, “Arnaldo Gama. Escritor portuense”, introdução a *Obras de Arnaldo Gama*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. V-LVII; Helena Carvalhão Buescu, “Arnaldo Gama” in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 201-203; Hernani Cidade, “Arnaldo Gama” in *Dicionário de Literatura*, vol. 2, 4.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1989, p. 360; João Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa (das Origens ao Século xx)*, 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, pp. 315-324; João José Rigaud de Sousa, *O Paço de Nespereira e o “Segredo do Abade” de Arnaldo Gama*, Porto, 1977; Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, col. *Campo da Literatura/Ensaio* — 32, Porto, Campo das Letras — Editores, S.A., 1999, pp. 84 e ss; Maria Leonor Machado de Sousa, estudo de *Paulo, o Montanhês* de Arnaldo Gama, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.

⁶ Para além da obra que será objecto de análise, e cingindo-nos ao romance histórico, Arnaldo Gama foi autor das seguintes obras: *O génio do mal (romance histórico)*, 1856-57;

Tal propósito tinha hipóteses de concretização, antes de mais, pela existência na época de meios de divulgar estas novelas, dado que a imprensa não se alheava da sua publicação⁸.

Este objectivo seria também convergente com uma adivinhada predisposição dos portugueses de Oitocentos para consumirem história, mormente quando esta veiculava a ancestralidade do estatuto liberal do Porto. Com efeito, na primeira metade do século XIX, uma sucessão de acontecimentos permitiu alicerçar o papel da cidade enquanto líder de movimentações políticas de âmbito nacional. Lembremos os seus desempenhos na luta contra os franceses em 1808, no pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, na revolta de 1828 de apoio à *Carta*, na resistência ao cerco da cidade feita pelas tropas miguelistas em 1833, na liderança da Patuleia, no levantamento de 1850, para só referir episódios que antecederam a primeira edição da obra⁹.

Paralelamente, o Porto foi objecto de investimentos urbanísticos aos quais não seria estranha a concorrência com a capital: constrói-se a Bolsa, desenvolvem-se obras na Alfândega, inaugura-se o Palácio de Cristal, apronta-se a estátua de D. Pedro¹⁰.

Um motim ha cem annos (chronica portuense do século XVIII), 1861; *O sargento-mór de Villar: episódio da invasão dos franceses em 1809*, 1863; *O segredo do abade (novela histórica)*, 1864; *A caldeira de Pero Botelho (novela histórica)*, 1869; *O filho do Baldaia (novela histórica)*, 1866; *O bailio de Leça (lenda do século XIV)*, 1872 (assinala-se o ano da primeira edição das obras).

⁷ Arnaldo Gama define novela histórica como: "(...) a verdadeira história para o povo e para aqueles que não cultivam as letras (...)" (*A Última Dona ...* p. 319). Noutro romance, explicita, mais cabalmente o seu pensamento: "(...) Queria .. queria uma novela, um romance histórico, que toda a gente lesse, que toda a gente quisesse ler; porque, enfim, estou convencido que a maneira de ensinar a história àqueles que não se aplicam aos livros, àqueles cuja profissão os arreda de poder fazer estudos sérios e seguidos, é o romance romanceá-la, dialogando-a, e dando vida à época, dando vida aos personagens, dando vida às localidades (...)" (*Um Motim há Cem Anos*, Porto, Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira Ed., 1949, pp. 11-12).

⁸ De facto, a obra foi dada à estampa, em primeira edição em 1864 e reproduzida em folhetins, entre 1864 e 1865, no *Comércio do Porto* (cf. Prefácio à edição de 1950). Sobre a importância do romance/folhetim durante o período romântico vd. *História crítica da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis, vol. V, *O Romantismo*, dir. Carlos Reis e Maria da Natividade Pires, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, pp. 46-49.

⁹ Cf. Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira, "O Porto Oitocentista", in *História do Porto*, dir. Luís A. De Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 450-520.

¹⁰ Alberto Ferreira, *Perspectivas do romantismo português 1833-1865*, 2.^a ed., Lisboa, Morais Editora, 1971, pp. 313-314.

Os eruditos coevos — financiados pelo poder autárquico — iniciam a publicação de fontes medievais com o claro intuito de as usar como referente da memória histórica da cidade¹¹.

Finalmente, o propósito de Arnaldo Gama deverá ser apreendido à luz do ambiente intelectual em que foi enunciado — o do romantismo — época em que a procura no passado da identidade dos povos — mais propriamente das nações — constitui um princípio orientador de grande parte da produção estética¹².

Recapitulando: um autor portuense pretende ensinar história ao povo; ao tempo, a imprensa facilita a divulgação desses textos, o papel político do Porto intensifica-se, os investimentos urbanísticos aceleram-se, os autarcas empenham-se na edição de documentos relativos à cidade e a recuperação do passado paira sobre as opções estéticas.

Em *A Última Dona de S. Nicolau*, Arnaldo Gama recria o burgo de Quatrocentos. O recurso exclusivo a uma das categorias — *construção ficcional* ou *interpretação cientificamente conduzida sobre o passado* — revela-se inoperante enquanto premissa de análise da obra. De facto, é impossível excluir da novela o uso de métodos de pesquisa histórica: o autor baseia-se em documentos originais — que aliás publica —, faz crítica de fontes. Assume as dificuldades sentidas enquanto investigador do passado para chegar à “realidade” das coisas¹³. E esse aparato erudito não parece limitar-se a produzir a ilusão da historicidade. Dir-se-ia que a novela participa de uma natureza híbrida, veiculando uma *proposta de interligação entre a história e a literatura*¹⁴.

Cumprindo o subtítulo do livro — *Episódios da vida do Porto no século xv* —, a própria cidade assume, não raro, o papel principal, esbatendo-se ou pura e simplesmente esquecendo-se as personagens fictícias e a trama

¹¹ Cf. Adelaide Millán da Costa, *Projecção espacial de domínios ...*, pp. 43-45.

¹² *História crítica da Literatura Portuguesa ...*, pp. 40-43.

¹³ Referindo-se à Alfândega declara: “(...) Ah! Se aquelas pedras, e outras tão velhas como elas, falasse, que de extraordinários segredos não revelariam, que de importantes rectificações não fariam nos livros de história escritos pelos homens. Mas a pedra, a testemunha presencial é muda, e o historiador só tem os factos — as aparências — para colher as informações do passado (...)” (*A Última Dona ...*, p. 210).

¹⁴ Adelaide Millán da Costa, “Arnaldo Gama entre a Literatura e a História: mote para uma reflexão epistemológica”, comunicação apresentada no Colóquio *Literatura e História. Para uma prática interdisciplinar*, organizado pela Universidade Aberta, nos dias 14 a 16 de Novembro de 2002 (comunicação entregue para ser publicada nas actas do colóquio).

romântica¹⁵. Os títulos de alguns capítulos claramente indiciam esta estratégia: *A polícia da cidade; A bolsa de comércio do Porto no século xv; O senhor da Terra de Santa Maria; O fidalgo e os burgueses; Pelos privilégios*.

Face ao exposto, torna-se necessário cotejar o que na obra é sustentado em testemunhos documentais e o que resulta da pura imaginação; entendendo este último conceito como uma leitura do real em que factores como a afectividade, o desejo e a intencionalidade actuam livremente.

Como era, então, a cidade do Porto em finais do século xv, à luz da reconstituição veiculada por Arnaldo Gama?

Começemos pelo espaço.

O autor conduz os leitores por um espaço caracterizado de forma sucinta mas exaustivamente nomeado. De facto, a área que a muralha circunda é largamente referida ainda que a única peculiaridade anotada seja a do carácter íngreme, estreito e escuro das ruas¹⁶.

Enuncia vários pontos de entrada e de saída da cidade — as portas¹⁷ e os postigos¹⁸ — e as áreas de circulação¹⁹, não apenas as vias principais mas também vielas e escadas de pedra que ligam as artérias, reflectindo um conhecimento pormenorizado da história do terreno²⁰. Não omite esse traço estruturante da organização do espaço que é o rio de vila²¹.

¹⁵ O que está de acordo com concepções defendidas por Arnaldo Gama: “(...) Já afirmara aos meus amigos que a história, tal qual, dialogada, dava de si um romance, sem outra necessidade mais do que umas ligeiras tintas de enredo amoroso, no caso de lhe faltar (...)” (introd. a *sargento-mór de Villar* ...).

¹⁶ *A Última Dona* ..., p. 47. Nesta e nas notas seguintes apenas se menciona a primeira vez que o autor referencia uma marca do espaço.

¹⁷ Porta da Judiaria (*ibid.*, p. 13); porta do Olival (*ibid.*, p. 250); porta da Ribeira (*ibid.*, p. 243); porta de Santo Elói (*ibid.*, p. 13).

¹⁸ Postigo das Hortas (*ibid.*, p. 13); postigo da Lada (*ibid.*, p. 243).

¹⁹ Rua do Souto (*ibid.*, p. 12); largo do Souto (*ibid.*, p. 250); rua da Ferraria (*ibid.*, p. 13); rua do Olival (*ibid.*, p. 48); ponte de S. Domingos (*ibid.*, p. 102); largo de S. Domingos (*ibid.*, p. 194); rua das Cangostas (*ibid.*, p. 209); rua da Esnoga (*ibid.*, p. 91); rua das Eiras (*ibid.*, p. 107); rua Nova (*ibid.*, p. 146); Ribeira (*ibid.*, p. 276); rua dos Mercadores (*ibid.*, p. 235); largo das Aldas (*ibid.*, p. 276); rua de Trás da Sé (*ibid.*, p. 278); rua de Sant’Ana (*ibid.*, p. 278); rua das Taipas — explicitando a razão da toponímia (*ibid.*, p. 48). A estas acrescenta a rua da Senhora de Agosto, designação anacrónica da rua das Tendras (*ibid.*, p. 276) e a rua de Mend’Afonso (*ibid.*, p. 13).

²⁰ Arnaldo Gama refere “(...) os toscos degraus de granito da escada, que descia dos Pelames para o Souto (...)” (*ibid.*, p. 53).

²¹ *Ibid.*, p. 157.

Identifica edifícios religiosos²², hospitais²³, enclaves como o bairro dos Judeus²⁴ ou a zona dos Pelames²⁵, equipamentos urbanos como a estalagem do Souto²⁶ e o chafariz da rua Nova²⁷; nomeia, ainda, os edifícios civis como a Cadeia²⁸, a Alfândega²⁹, a casa da Moeda³⁰, a casa da Bolsa³¹.

Ou seja, traça a paisagem urbana do burgo, ainda que rareiem pormenores³² que permitiriam captar a ambiência da Idade Média: limita-se a referir uma taberna³³, uma loja de alfaiate³⁴ e uma loja de armeiro³⁵.

Este espaço é tornado perceptível aos leitores pela correspondência a que o autor procede entre a toponímia e a morfologia do burgo medieval e as do Porto oitocentista³⁶.

Apesar desta abrangência espacial, a novela desenrola-se, sobretudo, em dois pólos preferenciais que correspondem à rua do Souto e imediações e à rua Nova.

O autor, no seu intuito de *dar vida à época*, explicita práticas e normas que têm lisibilidade no espaço. Numa novela em que as movimentações violentas de rua são recorrentes³⁷, concede especial destaque à manutenção

²² Convento dos Lóios — o autor esclarece que, ao tempo, ainda não tinha sido construído (*ibid.*, p. 13); Convento de S. Domingos (*ibid.*, p. 189); Sé (*ibid.*, p. 9) e o Paço do Bispo (*ibid.*, p. 135); Sinagoga (*ibid.*, p. 91).

²³ Hospital da Sr.^a da Silva (*ibid.*, p. 36); Hospital dos Palmeiros (*ibid.*, p. 99).

²⁴ *Ibid.*, p. 58.

²⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁶ *Ibid.*, p. 11.

²⁷ *Ibid.*, p. 229.

²⁸ *Ibid.*, p. 30.

²⁹ *Ibid.*, p. 146.

³⁰ *Ibid.*, p. 146.

³¹ *Ibid.*, p. 146.

³² Ao contrário dos espaços interiores e das roupas das personagens que Arnaldo Gama descreve, minuciosamente, cumprindo, aliás, uma das regras do romance histórico romântico de transmitir a “cor local”.

³³ *Ibid.*, p. 15.

³⁴ *Ibid.*, p. 15.

³⁵ *Ibid.*, p. 13.

³⁶ Apenas se adianta um exemplo: ao descrever o percurso espacial de uma personagem na cidade, Arnaldo Gama esclarece que: “(...) atravessou êle pelo sítio, onde a rua das Flores, que ainda então não existia, separa hoje a do Souto da dos Caldeireiros, e em seguida entrou nesta, a qual e a Ferraria de Cima ainda nessa época se chamavam ambas rua do Souto. A rua do Souto principiava então à esquina dos Pelames e acabava à porta da judiaria, a qual defrontava quási com a porta do Olival, e ficava pouco mais ou menos, onde hoje é a cabeça da rua de S. Bento da Vitória (...)” (*ibid.*, pp. 12-13).

³⁷ *Ibid.*, pp. 17-18, 23 e ss., 158, 196, 205 e ss., 218 e ss., 234 e ss..

da ordem pública: menciona as características do policiamento — o giro da ronda³⁸, a guarda das portas³⁹; as condutas impostas às populações em momentos de altercação, como a de *sair ao apelido d'el rei*⁴⁰ — ou ainda o contingente urbano para a guerra — os besteiros do conto⁴¹; detém-se, inclusivamente, nas limitações de usufruto do espaço pelos habitantes do burgo⁴². Também refere manifestações festivas⁴³ e a própria obrigatoriedade de os vizinhos participarem nas intervenções urbanísticas⁴⁴.

Relativamente ao espaço e às práticas que nele se traduzem a leitura de Arnaldo Gama apenas se distingue da de um historiador pela forma assumida. As informações são maioritariamente precisas e a imaginação, funcionando porque as integra numa novela, não contagia, pela inexactidão, os factos que representa.

Mas o rigoroso tributo prestado a *Clio* esgota-se na minúcia com que o autor regista o cenário (não meramente espacial) onde se fixará a acção da novela. Quanto ao mais, o seu elevado grau de envolvimento opinativo com os acontecimentos e as realidades sobre que escreve exprime-se sem qualquer tipo de freio. Envolvimento que se transcreve em estratégias como o elogio, a simplificação, a crítica e o confronto com o presente.

Assim, o Porto de Quatrocentos é definido como “(...) a primeira terra comercial portuguesa e uma das mais comerciais da Europa dessa época (...)”⁴⁵. Um núcleo urbano aberto ao mundo⁴⁶, onde viviam cidadãos que manifestavam em “festejos magníficos”⁴⁷, a vitalidade do lugar.

A sociedade é caracterizada pelo recurso a binómios simplistas: comerciantes/gente pobre⁴⁸ mercadores e povo⁴⁹, ricos e pobres⁵⁰, comer-

³⁸ *Ibid.*, pp. 73 e ss..

³⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 26.

⁴¹ *Ibid.*, p. 48.

⁴² *Ibid.*, pp. 74 e ss.

⁴³ Festa do Espírito Santo e romaria de Matosinhos (*ibid.*, p. 179); festejos dos franciscanos (*ibid.*, p. 196).

⁴⁴ Caso da obrigação de os moedeiros contribuirem para as obras do muro (*ibid.*, p. 195).

⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 107.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 37.

cientes/mesteirais⁵¹. No entanto, nunca estas categorias são perspectivadas em situação oposicional.

Oposição, encontra-se, pelo contrário, no relacionamento povo/judeus, expressa nos sentimentos de ódio que o primeiro grupo vota ao segundo⁵². O autor considera, demoradamente, os judeus. Percorre a sua organização interna, as normas de conduta que lhes eram impostas⁵³, dando especial ênfase às regras de convivência com os cristãos⁵⁴ e aos vários estigmas a que estavam sujeitos⁵⁵. Explicita a situação deste grupo no reino antes da sua expulsão⁵⁶, critica — de forma veemente — as atrocidades que depois sofreu⁵⁷ e aproveita para fazer uma ponte com a actualidade⁵⁸.

O diálogo que a novela estabelece com o Porto do século XIX é contínuo. Estratégia que ultrapassa a função de permitir ao leitor percorrer o burgo medieval — como se verificara nas inócuas correspondências do espaço — para projectar críticas ao presente.

É o caso do longo capítulo dedicado à origem e funcionamento da *Bolsa* dos mercadores, organismo que cumpria o desígnio de ajudar os que sucumbissem ao risco inerente à actividade⁵⁹. Apesar dos já velhos

⁵¹ *Ibid.*, pp. 88, 104 e 195.

⁵² *Ibid.*, pp. 74, 114.

⁵³ *Ibid.*, p. 81.

⁵⁴ *Ibid.*, pp. 47, 74, 75.

⁵⁵ Refere, nomeadamente a “(...) espécie de estrela que as leis dessa época, de harmonia com os estúpidos e danosos preconceitos de então, obrigavam os judeus a trazer para os distinguir dos cristãos (...)” (*ibid.*, p. 12); cf., também, *ibid.*, pp. 81, 131.

⁵⁶ “(...) basta lançar um rápido olhar para a história da legislação posterior à reconquista cristã, para reconhecer que até ao tempo, em que Fernando V de Espanha conquistou Granada, e sobre as ruínas dela a sua cínica avareza levantou a primeira inquisição espanhola, os judeus estabelecidos para cá dos Pirineus gozaram favores e protecção, como em nenhum outro país encontravam (...)” (*ibid.*, p. 111).

⁵⁷ “(...) Mal diria então que os descendentes daqueles novos cristãos ainda haviam de ser espoliados, atormentados e queimados como judeus, tudo por não quererem satisfazer aos caprichos do fanatismo brutal do duro e irascível D. Frei Baltazar Limpo, que, por desgraça do cristianismo, foi bispo da Igreja do Porto (...)” (*ibid.*, p. 275-276).

⁵⁸ Caracteriza o espírito da época como “fanático e intolerante ” (*ibid.*, p. 112) acrescentando: “(...) Fortes governos aqueles que alimentavam nas populações estas cismas! Já eles nos têm custado os trabalhos, porque temos passado de 1820 até hoje (...)” (*ibid.*, p. 114).

⁵⁹ A bolsa era “(...) uma verdadeira corporação de negociantes, uma verdadeira associação comercial (...). O seu fim principal era a acumulação de um fundo ilimitado (...) servia para pensionar qualquer comerciante que caía na miséria, e sobretudo para salvar da ruína aqueles, a quem um desastre imprevisto causasse prejuízos, de que ela podia resultar (...)” (*ibid.*, pp. 145).

pergaminhos que a instituição teria no século XV⁶⁰, esta sedeava numa desprestigiada casa medieval⁶¹. A realidade de Oitocentos era substancialmente diferente. A corporação abrigava-se agora num “majestoso e imponente edifício”⁶², não tendo descurado, pode acrescentar-se, o investimento na opulência decorativa como o recentíssimo (ao tempo) salão árabe demonstrava. O romancista salienta que o seguro da actividade comercial estava acometido a organismos com propósitos naturalmente diversos dos da antiga *Bolsa*: os bancos⁶³.

Arnaldo Gama dirige-se aos membros da Associação Comercial Portuense exortando-os a orgulharem-se da “remota antiguidade” da instituição. Filia, aliás, em referentes medievais certas práticas de convivência comercial coevas. Assim, explica o hábito de os negociantes preferirem a rua dos Ingleses (antiga rua Nova) ao edifício da Bolsa para concluírem os seus negócios, pelo facto de essa artéria servir, já na Idade Média, de espaço de reunião aos mercadores⁶⁴.

Previsivelmente, a consideração do poder autárquico — um tema caro aos românticos, sobretudo a Herculano — não podia ausentar-se deste quadro acerca do burgo de Quatrocentos.

Denunciando um notável conhecimento das fontes quatrocentistas, Arnaldo Gama explicita a orgânica concelhia: distingue entre as sessões restritas — onde acediam apenas os oficiais eleitos e os homens bons — e as assembleias alargadas abertas a todo o povo, ressaltando, com acutilância, que nem todos estariam presente⁶⁵. Contudo, e estranhamente para quem domina tão bem os documentos municipais, avança que era no mosteiro de S. Domingos que as reuniões habitualmente decorriam⁶⁶.

⁶⁰ A bolsa (...) principiou a funcionar logo nos primeiros anos da monarquia portuguesa (...)” (*ibid.*, p. 146).

⁶¹ *Ibid.*, p. 147.

⁶² *Ibid.*, p. 147.

⁶³ “(...) Os bancos pretenderam depois suprir mais racionalmente aquela instituição primitiva (...) à sua instituição presidiu um pensamento egoísta a que as antigas Bôlsas eram inteiramente alheias e que no modo, porque eles beneficiam, há muito menos grandeza e generosidade do que deveras havia no delas (...)” (*ibid.*, p. 145).

⁶⁴ *Ibid.*, p. 147.

⁶⁵ Na descrição de uma reunião camarária elenca a presença dos oficiais, homens bons e procuradores dos mestres, acrescentando que: “(...) Além dêles, assistia, às vezes, e deliberava, por votos nas sessões, todo o povo da cidade, que a câmara mandava convocar por pregão para ir dar o seu parecer sobre certos casos de maior importância. Já se vê que o povo não ia todo, mas ia sempre muita gente, como se depreende de diferentes sessões da câmara, em que isto se acha mencionado (...)” (*ibid.*, p. 352).

⁶⁶ *Ibid.*, p. 205.

O autor não dissocia os poderes autárquico e comercial. Pelo contrário, evidencia uma actuação conjunta, quanto mais não seja porque os seus elementos maioritariamente se sobrepõem e os objectivos que pretendem atingir se confundem⁶⁷. Mas, ainda que saliente a preponderância dos mercadores na titularidade dos órgãos autárquicos, alarga o espectro dos que neles têm assento a “todas as classes”⁶⁸. Um alargamento necessário para sustentar a sua conclusão: “(...) Isto prova, como mais se não pode provar, os sentimentos de liberdade e igualdade, que dominavam muito naturalmente os habitantes do Porto naquela época. Hoje é preciso confessar e dizer, embora com dor — Quantum mutati ab illis!! (...)”⁶⁹. O romancista força a “democraticidade” no acesso ao poder municipal na Idade Média para, confrontando com a sua época, lamentar a mudança.

Mas que papel atribui o autor ao povo?

Arnaldo Gama é comumente considerado um especialista do relato da movimentação das massas; apetência que, inclusive, originou um debate entre os que lhe conferiam uma consciência classista e os que atribuíam essa propensão à *piedade* que se vota aos *pobres, humilhados e oprimidos*⁷⁰.

O povo em movimento pelas ruas do Porto dá cor ao romance. Mas o violento ataque a Rui Pereira não aparece narrado como uma iniciativa popular mas como a resposta a uma manipulação do “senado e do comércio”. Os poderes constituídos acicatam a agressividade do povo — já de si predisposto para tal⁷¹ — e canalizam-na para os seus intentos. De facto, a presença de Rui Pereira no burgo causava essencialmente “(...) grande dano (...) aos intêresses dos mercadores da cidade (...)”⁷².

Na descrição do processo do arroído apreende-se uma sábia jogada da câmara para que o burgo se mantenha dentro da ordem, denunciando a

⁶⁷ Refere, nomeadamente, a “(...) conjuração do senado e do comércio para lhe tolerarem (a Rui Pereira) mais estada do que a permitida pelo antigo costume (...)” (*ibid.*, p. 191).

⁶⁸ “(...) os membros da câmara, que eram de eleição, pertenciam quasi sempre à classe comercial; mas também e não poucas vezes se acham tirados dentre os membros das outras indústrias como sapateiros, alfaiates, tanoeiros, etc.; Os homens bons eram escolhidos de todas as classes, advogados, tabeliães, sapateiros, padeiros, alfaiates, marinheiros, baineiros, etc. (...)” (*ibid.*, p. 352).

⁶⁹ *Ibid.*, p. 352.

⁷⁰ Cf. Carlos de Passos, *Prefácio* à edição de 1950 da obra em análise.

⁷¹ Assim, os oficiais deixam passar a festa do Espírito Santo e a romaria de Matosinhos que ocupava os espíritos do povo para “(...) depois terem à sua disposição todo o fervor dos ânimos populares (...)” (*ibid.*, p. 191).

⁷² *Ibid.*, pp. 107, 108.

maturidade política dos oficiais do concelho, visível na encenação de legalidade rotulada pelo autor de “comédia”⁷³.

É esta a imagem que Arnaldo Gama transmite acerca do Porto medieval: o espaço, as práticas, a sociedade, a economia, a organização política, o papel das massas.

A novela parece balançar entre a preocupação científica de produzir conhecimento e o imperativo cívico de actuar na sociedade contemporânea, servindo-se, para tal, do contraste entre duas épocas de uma mesma cidade⁷⁴, com quatro séculos de permeio.

Contudo, o romancista não recria, acriticamente, uma Idade Média idealizada. A censura a comportamentos assumidos por homens do passado — a expulsão dos judeus, por exemplo — ombreia com a admiração votada a instituições medievais como a *Bolsa* dos mercadores e a organização do poder autárquico. Aliás, o apego à Idade Média não é obsessivo neste autor, uma vez que os seus vários romances históricos não a têm por horizonte cronológico exclusivo, antes contemplam uma pluralidade temporal. Assim vejamos. Se n’*O Bailio de Leça* opta pelo o século XIV e n’*O filho do Baldaia* retoma o século XV, já n’*A caldeira de Pero Botelho* se detém no século XVI, n’*Um motim de há Cem anos* escolhe o séc. XVIII e n’*O Sargento Mor de Vilar* e n’*O Segredo do Abade*, o século XIX.

Sem constituir um vector único de apreensão dos seus romances, é possível adiantar que Arnaldo Gama elege situações históricas paradigmáticas que cristalizam manifestações do carácter dos portuenses.

Retenham-se as suas palavras dirigidas a quem, no futuro tentar escrever “(...) uma História dos feitos, costumes, e foros do Pôrto, (...) que esclarece e demonstra o motivo, porque os habitantes do Pôrto têm como que de natureza, como princípio essencial no sangue, o espírito liberal, que em todas as épocas fêz deles os indomáveis batalhadores da liberdade portuguesa. Quem estudar a nossa organização municipal até aos princípios do século XVI, quem reconhecer a reacção permanente contra o absolutismo dos reis, em que esteve o Pôrto desde 1518, em que (...) D. Manuel (...) nos roubou os mais preciosos e liberais privilégios que tínhamos, há-de concluir

⁷³ Durante a sessão camarária em que se decide abordar o problema da aposentadoria do Rui Pereira e face à postura exaltada de um oficial “(...) os outros vereadores acreditaram porém que a sociedade começava a reger-se por certas fórmulas e convenções que era necessário respeitar. A comédia fora portanto decidida (...)” (*ibid.*, p. 206).

⁷⁴ Saldando-se tal confronto em contundentes críticas ao século XIX — cf. por exemplo, *ibid.*, pp. 22-23, 62-63, 79, 248, 250.

forçosamente, que os descendentes daqueles independentes e indomáveis homens livres, haviam necessariamente de ser o que até hoje têm sido para a liberdade de todo o país (...)”⁷⁵.

Mas quando terá emergido este alegado espírito liberal?

É certo que Arnaldo Gama é pródigo em utilizar o advérbio *sempre*⁷⁶. No entanto, é possível destacar, a partir do seu discurso, momentos de fixação da índole dos portuenses. Assim, esta cimentou-se pelo efeito de antagonismos vários que tiveram os bispos, os fidalgos, os monarcas e os oficiais da coroa por objecto.

Como o autor explica numa nota que se prolonga por nove páginas, tal espírito encontrava-se em fermentação entre “os independentes e rudes habitantes do burgo” desde a doação do mesmo por D. Teresa ao bispo D. Hugo, em 1120; projecta-se na “famosa revolução contra D. Martinho Rodrigues”⁷⁷ que, segundo ele “(...) pôs de pé, para sempre, o espírito liberal e corajosamente independente dos habitantes do Porto (...)”⁷⁸.

A história da cidade, até 1405, data da passagem para o senhorio régio, é a da luta dos “indómitos e libérrimos vassalos” contra os seus senhores — os bispos —, com a mediação a contento do burgo feita pelos reis.

Relativamente aos fidalgos a oposição da cidade é permanente, não constituísse a norma da não aposentadoria o privilégio mais arreigadamente proclamado⁷⁹.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 351.

⁷⁶ Por exemplo, face a certas pretensões do alcaide mor, consideradas abusivas pelo burgo: “(...) Opôs-se-lhe in-continente a cidade com igual violência e com a indomável e altiva pertinácia, que foi sempre em tôdas as épocas o característico invariável do espírito independente e liberal dos burgueses do Porto (...)” ou ainda “(...) o Pôrto ... foi atacado por um daqueles frequentes acessos de indomável birra e pertinácia, com que, a certos espaços, estava sempre de pé contra qualquer coisa que lhe cheirasse a senhorio de pessoa que lhe fosse estranha (...)” (*ibid.*, p. 291)

⁷⁷ Sabe-se que este prelado esteve à frente da diocese do Porto entre 1191 e 1235, tendo-se envolvido em graves contendas com o rei e certos burgueses. Herculano considera que estes últimos agem em representação do concelho, referindo-se a uma “conjuração municipal” e a um “levantamento popular” (*História da Cidade do Porto*, I, pp. 180 e ss.). Como se vê, Arnaldo Gama vai mais longe, rotulando os distúrbios de “revolução”.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 289.

⁷⁹ Profusamente referido no texto de Arnaldo Gama, por exemplo: “(...) Rui Pereira sabia muito bem, sabia-o até por experiência de família que os burgueses do Pôrto não eram para graças, e que não tinham nem medo nem respeito a fidalgos, como quem deles levava sempre a melhor, quer em brigas quer em demandas na corte d’el rei (...)” (*ibid.*, p. 182). Cf., também *ibid.*, pp. 88, 99, 107, 186, 188 e 207.

Quanto ao relacionamento entre o Porto e a coroa sucedem-se a episódios de unísono e de dissensões várias, quer directamente com os monarcas, quer com oficiais seus⁸⁰. Detecta-se nas páginas da *Ultima Dona* um orgulho cívico, que por vezes toca as raias da irreverência — e que é adjectivado por Arnaldo Gama como “altaneiro”⁸¹. Tal postura consubstancia-se na adopção pela câmara de uma independência que ultrapassa a permitida pelo sistema político vigente⁸². Orgulho que se exprime, também, numa intervenção urbanística de grande envergadura da qual os reis assumem, tradicionalmente, a paternidade. A rua Nova foi construída à custa da cidade, rectifica Arnaldo Gama, “(...) despesa para que el-rei não deu mealha (...)”⁸³. O Porto é uma cidade ciosa dos seus privilégios⁸⁴, mas também sabe deles abdicar, temporariamente, sacrificando-os em prol do reino⁸⁵; aliás, em prol do reino luta também com armas, levando

⁸⁰ Cf. nota 76.

⁸¹ “(...) espíritos altaneiros dos liberais burgueses do Porto (...)” (*ibid.*, pp. 278/279); “(...) O Porto, a terra essencialmente liberal, o Pôrto que desde tempos imemoriais não consentia que lhe pusessem a mão na bôca e lhe travassem a respiração, o Pôrto que dizia aos reis *sim* ou *não*, com desassombro e com altivez ... libérrimo espírito, que foi sempre essencial dos habitantes do Porto (...)” (*ibid.*, p. 62); “(...) esta não é terra com quem se joguete sem troco: que é grande povoado, grosso em riquezas, e forte em homens orgulhosos de seus privilégios, e ademais volteiros e esforçados (...) Esta não é gente, que a brados e roncões meta a cabeça entre os ombros (...)” (*ibid.*, p. 186).

⁸² Adiantam-se alguns exemplos: “(...) Num daqueles audaciosos acórdãos em que o espírito independente e liberal da cidade se colocou tantas vezes acima do poder supremo do rei, passou uma sentença (...)” e “(...) Os ânimos altaneiros da gente do Porto não eram para sofrer pacientemente este desaire (...)” (*ibid.*, p. 292); “(...) O audacioso acórdão da câmara era uma luva de insólita provocação lançada pelos indómitos burgueses ao poder supremo d’el rei (...)” (*ibid.*, p. 293); “(...) respeito com que el-rei acatava os altaneiros burgueses do Porto (...)” (*ibid.*, p. 294). O referido espírito “altaneiro” dos portuenses poderá também ser apreendido nas palavras de uma personagem que, quando questionado sobre a ordenação que impedia a Rui Pereira tratar da sua fazenda no Porto responde “(...) Que ordenação! A cidade é nossa e não desse aleivoso ... Esta é a ordenação e não outra (...)” (*ibid.*, p. 149).

⁸³ *Ibid.*, pp. 14 e 289.

⁸⁴ Nas palavras do romancista: “(...) cidade heroicamente ciosa, ciosa como nenhuma outra, dos seus foros, privilégios e liberdades” (*ibid.*, p. 10); cf. também *ibid.*, pp. 37, 191 e 244.

⁸⁵ Face à doação da alcaidaria-mor da cidade a João Rodrigues de Sá, o das galés, “(...) O Pôrto estremeceu a êste quebrantamento do seu direito; mas, empenhado como estava na vitória da nossa independência, e ademais apreciando perfeitamente os motivos que obrigavam o seu amigo, D. João I, a tal infracção, sujeitou-se sem reagir, confiando do tempo a desforra (...)” (*ibid.*, p. 290).

a que Arnaldo Gama a define com o conceito anacrónico de “patriota”⁸⁶. Por último, em prol do reino, despende largas somas⁸⁷.

Na verdade, estamos perante tópicos já utilizados no século xv pelos autarcas portuenses. O romancista coloca, inclusivamente, na boca do juiz da cidade, o texto dos famosos capítulos especiais do Porto de 1436⁸⁸, a formalização mais completa do discurso do poder concelhio do burgo quatrocentista⁸⁹.

Arnaldo Gama veicula a mensagem de que o espírito liberal dos portuenses, inegavelmente expresso no século xix, existia desde tempos recuados, era quase inato ao seu carácter, quase a-histórico. Adepto de um romantismo tripeiro, o autor não exalta valores nacionais mas locais⁹⁰, servindo-se para tanto da eloquente história da cidade. Actualiza características de um certo discurso que ainda hoje perdura: o Porto enquanto reduto de liberdade (ou liberdades consoante a época), implacável na defesa dos seus valores, um quase messias que sempre salvará a independência do reino.

⁸⁶ Cf. “coragem e patriotismo” da cidade em feitos de armas (*ibid.*, p. 22). Não é o único exemplo de anacronismo. Arnaldo Gama, na sua ânsia de caracterizar o carácter dos portuenses, recorre a uma liberdade de expressão que cruza conceitos anacrónicos: é o caso de “infanções democratas do Porto” (*ibid.*, p. 12). É relativamente fácil desmontar a construção desta expressão: de facto, nos privilégios dos cidadãos do Porto, considera-se que estes ficam equiparados em termos de estatuto aos infanções (cf. *Privilégios dos cidadãos da Cidade do Porto*, introdução de Armando de Castro, Lisboa, INCM, 1987).

⁸⁷ “(...) D. João I pagava ao Pôrto os muitos sacrifícios, que por êle fizera, e estava fazendo (...)” (*ibid.*, p. 290). Há também referência aos empréstimos “(...) com que a câmara (do Porto) socorria o senhor D. Nuno para poder pagar sua hoste (...)” (*ibid.*, p. 166). Nas palavras de uma personagem que integra os homens do poder portuense, relativamente a D. Afonso V “(...) não há hi pedido de empréstimo, nem tôda a mais despesa, a que lhe tenhamos dito que não (...)” (*ibid.*, p. 149); “(...) A generosa cidade do Pôrto ainda para mais esta despesa abriu a sua já opulenta bolsa; cumpre notar aqui que não foi esta a única vez, nem Afonso V o único rei, que recorreu, ainda nos apuros mais puramente particulares, à rasgada generosidade dos vereadores e homens bons do concelho do Porto (...)” (sobre financiamento da viagem do Baldaia“ (*ibid.*, p. 333).

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 149, 212, 215.

⁸⁹ Cf. Adelaide Millán da Costa, “O discurso político dos homens do concelho portuense na época medieval”, in *Actas do colóquio internacional Discursos de Legitimação*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

⁹⁰ Romances de outros autores coevos evocam períodos de aceleração da vida portuense; é o caso das obras de Coelho Lousada, *A Rua Escura* publicado em 1856 e *Os tripeiros*, dado à estampa em 1857 (Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal...*, p. 85).

DA *POLIS* E UTOPIA DA CIDADE DO RENASCIMENTO EM NARRATIVAS DE QUINHENTOS

Ana Paula Avelar*

O Renascimento é por excelência uma época que evoca a Antiguidade, recriando-a e onde a herança de um cultura não funciona como inibidora de progresso, mas, pelo contrário, imprime um movimento de renovação. A procura das ruínas do passado, a reconstrução dos textos antigos é manipulada na conceptualização de um mundo: o passado serve o presente no que esta combinatória representa de traço prospectivo para um futuro próximo. Estamos em presença do *bel aujourd'hui*, utilizando a feliz expressão de Claude Gilbert-Dubois¹.

Na construção deste presente e naquela que será a ideia de cidade, transcorrem três noções herdadas desse mesmo passado, a grega *polis*, a latina *urbs* e *civitas*. A cidade grega é definida nas palavras de Aristóteles como: “A associação de várias aldeias é a cidade, que se basta a si própria, formando-se para conservar a existência, e depois de ter alcançado esse objectivo, para atingir a sua perfeição. A cidade existe por natureza, como existem por natureza as associações mais simples, porque a cidade é a ambição final para que tendem todas as outras. De facto, chamamos “natureza” de uma coisa à sua condição na última fase do seu desenvolvimento.

Portanto, a cidade é um facto natural, e o homem é, por natureza um animal político.”²

Por seu turno, a *urbs*, é entendida como a cidade que se opõe ao campo ou aquele espaço que representa uma certa *perfeição* na sua organização. À noção de *civitas* associa-se a ideia de governo, de centro decisório e de

* Universidade Aberta.

¹ Cf. O livro de Claude-Gilbert Dubois *Le bel aujourd'hui de la Renaissance-Que reste-t-il du xvie siècle*, Paris, Seuil, 2001, p.12.

² Citado por Leonardo Benevolo, *A cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 20-21.

potencial direito de pertencer à cidade, de se ser um cidadão. Ora a vivência de um espaço, que se transforma, até por pressões demográficas, durante o século XVI implica necessárias mudanças. Se é verdade que em 1500 só encontramos cinco cidades europeias que registam 100 000 ou mais habitantes: Constantinopla teria 250 000, Paris possivelmente 200 000, Nápoles 150 000, Veneza aproximadamente 105 000, questionando-se se Milão possuiria 100 000 habitantes. O que é certo é que um século depois deparamo-nos com cerca de 11 ou 12 cidades que atingem já estes valores (a cima dos 100 000 habitantes). Contudo a pressão demográfica faz-se sentir, não só devido ao aumento, em termos absolutos, do número de habitantes, mas também ao ritmo de crescimento. É certo que, como assinalam alguns estudos demográficos, deparamo-nos nalguns aglomerados citadinos, e durante este século XVI, a oscilações no ritmo de crescimento, nomeadamente assistimos ao facto de em onze das cidades europeias consideradas se verificar uma diminuição do número de habitantes, constatando-se no mesmo período de tempo o aumento de população em 20 outras. Segundo alguns historiadores, e em 32 cidades europeias estudadas neste período, assiste-se a um ganho de 172 440 habitantes³. Por outro lado, devemos assinalar os casos, por exemplo de, Londres, Lisboa e Roma que sofrem crescimentos demográficos superiores a 100 % ou mesmo de Sevilha que passa, entre 1530-1594, dos 45 000 habitantes para os 90 000 habitantes.

Esta pressão demográfica exige respostas, e ainda que encontremos nos espaços urbanos algumas actividades agrárias ou a estas associadas, como a horticultura ou a criação de animais domésticos, são os ofícios que comandam a vida da cidade. Presenciamos necessariamente a um distender da malha urbana, a um pensar a cidade, a um procurar novos modelos de organização do espaço citadino. O sonho de uma cidade ideal percorre pintores e arquitectos no Renascimento. A presença dos *Antigos* e o interesse pela concepção arquitectónica vitruviana está presente nos tratadistas da Renascença. Existe uma íntima relação entre a procura dos vestígios materiais da Antiguidade Clássica e as informações recolhidas nos textos antigos nomeadamente a intensa leitura feita da *De Architectura* de Vitruvío.

Esta é uma obra recorrente dos homens do Renascimento, não só daqueles que se interessam pelos questões arquitecturais, mas também os que tomam o sistema construtivo como modelo aplicável à exposição conceptual. O *De Architectura* e a definição vitruviana do conceito implica dois descritores que a formulam a *Fabrica* e o *Ratiocinatio*, o primeiro

³ Cf. Jean Delumeau, *A civilização do Renascimento I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 272-275.

corresponde a uma “(...) contínua aplicação à execução de projectos como nos propomos, segundo os quais a forma conveniente é atribuída à matéria de que todos os tipos de obras são feitos.”⁴ O segundo: “(...) explica e demonstra a conveniência das proporções que as coisas que se querem fabricar devem ter(...)”⁵

Ora esta logicidade construtiva é aplicada no exercício de outras *artes*. E é assim que nos deparamos numa obra historiográfica como a *Ásia...* de João de Barros, e num recurso à *imitatio*, como princípio gerador da aprendizagem e conhecimento de processos, com a citação do exemplo arquitectural. Este cronista afirma a dado passo, que a sua *Primeira Década* é como que o fundamento da sua narrativa, seguindo o modo como os: “(...) arquitectores tem nos materiais edefícios: os quâes sempre fundam sobre o firme da terra, enchendo aquelle lugar de aliçêces nam de pedrás lavradas e limpas que deleitem á vista, mas duras, grâves e meudas, pera que tudo fique maciço e a obra que sobrelas vier em algum tempo por defeito de sua firmeza e ligamento não possa arrunhar.”⁶

O tom metafórico perdura no seu texto, considerando Barros que ao entrar na narração da presença portuguesa no Oriente (*Segunda Década*) e porque por: “(...) conquista vai acrescentando aos primeiros fundamentos: convém escolhermos pédras lavradas e polidas dos mais ilustres feitos que para efeito desta obra concorreram, e dos meudos por a grã multidão delles e não fazer muito entulho, não faremos mais conta que quanto forem necessários pera atar e liar a parede da história (...)”⁷.

Será esta imagem uma escolha fortuita, mero resultado de uma analogia corrente? A nossa resposta é negativa e a comprová-lo basta ler a obra de Barros. Este humanista cita directamente o texto vitruviano numa outra narrativa de cariz laudatório, o seu *Diálogo em Louvor da nossa linguagem*. Fâ-lo ao assinalar as transformações que a linguagem sofreu ao longo dos tempos, evocando-o na que seria a razão pela qual os homens teriam tomado o uso da fala, tomando o discurso na sua vertente mais *teorizadora*⁸. Este tratado é interpretado por Barros à luz do seu tempo, das

⁴ *Os dez livros de architectura de Vitruvius*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1998, p. 2.

⁵ *Ibidem*.

⁶ João de Barros, *Ásia... Década Segunda*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p.1.

⁷ *Ibidem*.

⁸ As palavras de João de Barros são bastante elucidativas: “Vitruvius <Vitruvius libro primo>, na sua architectura quer dár princípio donde os homens tomáram o uso da fâla, dizendo que, do consórcio qur tinham uns com outros, quando se aquentâvam ao fogo, que novamente se achâra(segundo ele conta), se viêram ter neçe(s)idade da fâla, pera se entenderem antre si, e que ésta neçe(s)idade ôs moveu a isso. E, porém, nam diz que linguágem foi ésta.” “Diálogo em louvor da nossa linguagem” in *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, p. 392.

premissas renascentistas. Não nos deveremos porém esquecer que é nesta altura que o arquitecto *especulativo* toma o lugar do arquitecto *construtor* ou *operativo* definido pelo próprio Vitruvius⁹.

Ainda que respondendo ao crescimento urbano não encontramos uma cultura projectiva que dê resposta efectiva ao necessário alargamento da malha urbana. A busca de modelos que sejam novos consubstanciam-se nas artes figurativas e nos livros, afastando-se das necessidades e do real. Assistimos no século XVI a um franco distanciamento do equilíbrio entre teoria e prática, conseguido por Alberti no século anterior. Este afirmara a necessidade de que o circuito urbano e a distribuição das suas partes acompanhasse a diversidade das implantações naturais, defendendo ao mesmo tempo o traçado rectilíneo das principais ruas: “ainda que o caminho não seja de todo a direito, mas à maneira dos ricos, curvando suavemente ora para um lado ora para o outro em vários sítios.”¹⁰ É no desenho e na pintura que ganham forma, muitas vezes, nos panos de fundo das cenas representadas, as cidade ideais.



Fig. 1 — Cidade ideal numa pintura atribuída a Piero della Francesca, meados do século XV, in *Panorama de la Renaissance*, Paris, Editions du Chêne, 1997, p. 270

⁹ Na introdução de Pedro Fialho de Sousa à recente publicação da obra de Vitruvius feita a partir da impressão de Claude Perrault este afirma: “A obra vitruviana, considerada como o primeiro tratado de arquitectura, não deve ser entendida como tal, porque, à luz do conceito actual de tratado, este é um escrito onde é entendida uma determinada teoria ou conceito ou tem como base uma também teoria ou um também conceito. De Architectura é antes de mais o enunciado de uma série de disciplinas, processos e regras que devem ser seguidas pelo arquitecto ou a quem deve obedecer a construção arquitectónica, no contexto da época, escrito por um tipo de arquitecto, desaparecido na Renascença, o arquitecto construtor ou *operativo*, que deu lugar ao arquitecto *especulativo*, que ainda hoje o caracteriza, na generalidade”.

É na Renascença que aparece a designação de Arquitecto, termo de origem grega- *arkhitékton*- que significa “acima de pedreiro” ou “primeiro (no sentido de superior) construtor”; ao pedreiro medieval sucede o arquitecto, o que assinala a promoção intelectual e social do artista, onde a redacção de um Tratado é um acto fundamental para a respectiva carreira.” *Op. cit.*, p.ii.

¹⁰ Cf. Jean Duplemeau, *op. cit.*, p. 258.

Para o conceptor de uma cidade nova era obrigatório obedecer à razão matemática. Exemplo paradigmático de tal situação é a cidade ideal descrita por Dürer na sua *Arte de fortificar as cidades*¹¹. Neste processo de construção obedece-se a dois princípios fundamentais a *commoditas* e a *voluptas*. O primeiro atinge-se situando, por exemplo, os ofícios mal-cheirosos em ruas afastadas, como aconselha Alberti, ou reservando o espaço junto à igreja para os habitantes que levam um quotidiano mais tranquilo, como defende Dürer. O segundo consegue-se cumprindo o objectivo de que a cidade não deve ser só prática mas deve, igualmente, ser bela.

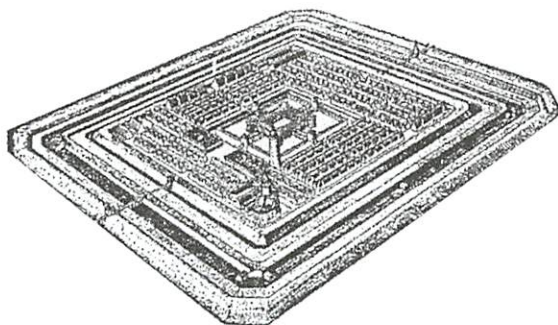


Fig. 2 — Desenho de Albert Dürer in Jean Delumeau, *op. cit.*, p. 260

Apesar de toda esta concepção utópica, que acompanha o delinear do espaço urbano, encontramos aplicados os princípios teóricos que, já na segunda metade do século XVI, foram sendo explorados através de uma linguagem geométrico-matemática e no campo da arquitectura militar. Neste período quinhentista a construção da ideia de cidade conecta-se impreterivelmente com a edificação de uma nova noção do *Mundo*. A saída da Europa e o domínio dos espaços oceânicos implica uma transmutação do olhar que se subordina a novas formas de visualizar o globo. Como salienta Magalhães Godinho a oferta por D. Manuel em 1519 a Francisco I de um atlas iluminado da autoria de Lopo Homem e dos Reineis: “(...) c’est le polyptique d’un aboutissement et d’un virage. Le monde pouvait être désormais contemplé d’un seul regard, l’humanité démolissait les cloisons. L’extension de la Chrétienté, qui avait été le but suprême, fait place à la

¹¹ “A cidade ideal, descrita por Dürer na *Arte de Fortificar as Cidades*, é o tipo acabado destas elaborações rigorosas, que pretendem dobrar a vida dos homens à estrita disciplina do urbanismo. É um quadrilátero, cujo centro, reservado ao palácio do soberano, é um quadrado. Entre o palácio e a muralha exterior o espaço urbano fica dividido em cerca de quarenta quarteirões cujos lados maiores são paralelos á muralha.” *Ibidem*, p. 259.

genèse de l'europe et de la conscience européenne — la société de l'urbanisation et de la mercantilisation, la civilisation qui cherche la rationalité, capable de se mettre en question elle-même(...) ”¹². Ora, não é de modo algum por acaso que na grande coleção de vistas de cidades do mundo impressas a partir de 1570 por Georg Braun e Franz Hogenberg a cidade que figura nesta obra como sendo a mais distante é Goa.



Fig. 3 — Reprodução do desenho de Georg Braun e Franz Hogenberg, in *Panorama de la Renaissance* , p. 150.

Mas olhemos para o espaço urbano europeu de onde partiu esta aventura dos mares-Lisboa. Já Jerónimo Münzer na sua viagem por Espanha e Portugal datada de 1494-1495 refere esta cidade como estando num monte altíssimo, em cujo o cume se encontravam os aposentos reais e debaixo deles todo o monte era habitado: pleno de casas, mosteiros e outras igrejas. Tinha a ocidente outra elevação, cuja parte oriental estava toda habitada, e no meio encontrava-se uma grande planície que ia até ao mar, sendo muito povoada. Münzer afirma ainda que Lisboa era muito maior que Nuremberg e muito mais populosa, *porque numa só casa viviam geralmente, três, quatro ou cinco vizinhos*¹³.

Lisboa é a cidade que, em 1554, como afirma Damião de Góis, no espaço banhado pelo mar, por ser o mais nobre, possui vinte e duas portas, encontrando-se na parte de terra dezasseis: “E bem precisa de todas elas,

¹² Vitorino Magalhães Godinho, *Le Devisement du Monde...*, Lisboa, Instituto Camões, 2000, p. 38.

¹³ Cf. tradução para português da edição espanhola do livro de Jerónimo Münzer, *Viaje por Espana y Portugal*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1991, p. 171.

devido ao número imenso dos habitantes e à grande extensão do seu perímetro (...). O território da cidade, para qualquer direcção que se deite a vista, está polvilhado por toda a parte de casas de recreio suburbanas e de quintas rústicas, com edifícios magníficos, devido à fecundidade dos campos e à grande densidade de habitantes.”¹⁴

Como urbe do período Moderno define-se através de três descritores: as suas estruturas funcionais, actividades que aí se desenvolve e as relações sociais que se tecem no seu espaço. Como podemos observar nas próprias palavras de Góis assiste-se a uma interpenetração entre o núcleo urbano propriamente dito e os espaços rurais envolventes¹⁵. O contexto citadino é algo que um em cada cinco portugueses vivencia em 1531; recorde-se que, durante o reinado de D. Manuel, 5 % dos portugueses habitavam em Lisboa. Apesar de ser uma cidade menor que Paris, Londres ou Nápoles, Lisboa aproxima-se de Veneza e Amesterdão em termos de índices populacionais.

A capital do reino vive, então, um período de hipertrofia com o apogeu da rota do cabo, passando, grosso modo, de 60 mil residentes para 180 mil. Porém, já Cristóvão Rodrigues de Oliveira, na sua *Lisboa em 1551*... escreve que esta tem: “(...) dez mil casas em que há dezoito mil vizinhos, sem a Côrte, afora que entram cada dia naus, e há muitos mercadores estrangeiros e muita outra gente de fora. E as mais das casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados.

Nestes dezoito mil vizinhos há cem mil almas, entrando nisso nove mil novecentos e cincoenta escravos.”¹⁶

Neste burgo encontramos trezentas e vinte e oito ruas, e cento e quatro travessas, e oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas¹⁷. É a trama refratária medieval que impera, ainda que tenhamos necessariamente que referir a regularidade esquemática de um Bairro Alto. Contudo a cidade é aquela que Garcia de Resende resume como a que viu crescer: “em povos, e em grandeza, / e muito se enobrecer / em edifícios, riqueza, em armas, e em poder.”¹⁸

¹⁴ Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 59-60.

¹⁵ “E é um regalo para o espírito contemplar os campos, não apenas densamente povoados de casas de campo, de aldeias, também salpicados de igrejas e conventos tão numerosos e tão bem dotados. As quintas rústicas e as casas de campo, nas redondezas, ultrapassam o número de seiscentas.” *Ibidem*, p. 60.

¹⁶ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 101.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cf Garcia de Resende, *Miscelânea*..., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 363.



Fig. 4 — Cidade de Lisboa-G. Braun 1593

Cruzamo-nos nas descrições com os barbeiros nos vãos das escadas, as boticas nos vãos das portas, os viroteiros e outros oficiais instalados nos balcões, as tendas dos maceiros, sirgueiros, tintureiros, peliteiros, surra-dores; os sons dos martelos das oficinas, os cheiros dos fogareiros de barros e das sardinhas assadas e o *empório copiosíssimo dos aromas*¹⁹ que chegam do Oriente.

Contudo, é a cidade que leva Francisco de Hollanda (em 1571) a escrever: “E considerando eu quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desornada do que lhe muito importa, sendo ela cabeça do reino, e a coroa dela V. A. esforcei-me dar pera sua fortificação e ornamento ...”²⁰.

Fá-lo na sua *Da fabrica que falece ha cidade de Lisboa...* salientando os edifícios que seriam de destacar na sua malha. O processo encontrado foi o da nomeação dos monarcas que contribuíram para a sua construção, referindo em primeiro lugar D. Afonso Henriques que a: “(...) enobreceu com a fabrica da Sé, e com o Mosteiro de S. Vicente de Fora e outros edifícios e torres. E assim os outros reis todos D. Dinis, D. João de boa memória, D. João o segundo, que fez a nobre fabrica do hospital e outras. E o Felicissimo rei vosso bisavõ com o Triunfo e vitoria da India quase a renovou de todo cercandoa da parte do Mar com o cais que a rodeia e paços muito

¹⁹ Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, p. 57.

²⁰ Cf. José Segurado, *Francisco D'Ollanda...*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 72-73).

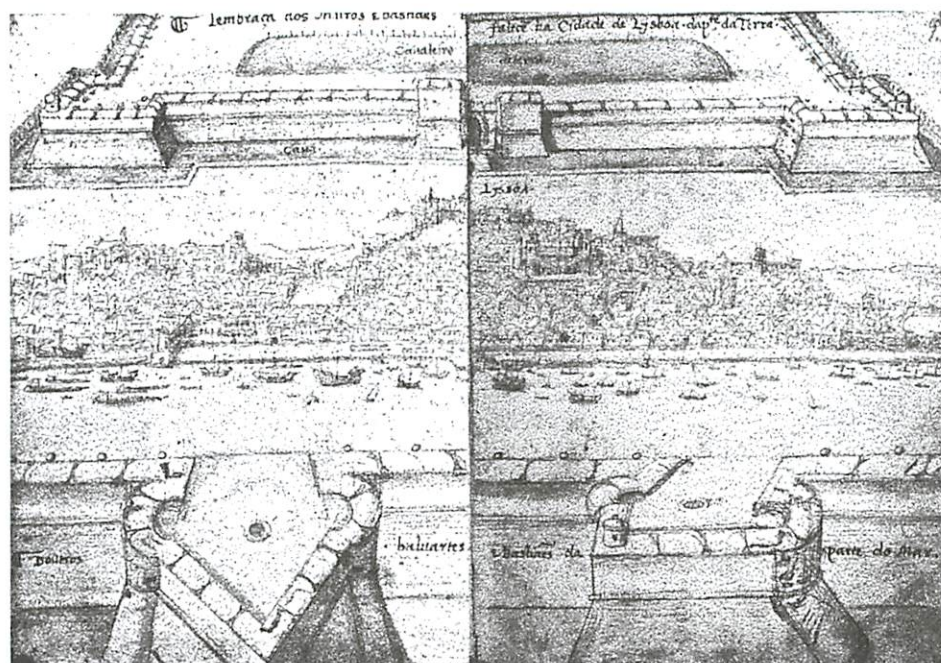


Fig. 5 — Cidade de Lisboa-Desenho de Francisco de Holanda in José Segurado, *Francisco D'Ollanda...*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970

melhor do que pola terra a tinha cercado el rei D. Fernando com o seu muro e argamassa que foi uma grande obra. E assim mesmo com o sumptuoso Mosteiro de Belém, e Torre e com a Misericórdia...”²¹.

O propósito primeiro de Francisco de Holanda é, sem dúvida, a defesa do seu plano de fortificação da capital. Aliás nos desenhos que possuímos das praças portuguesas no espaço extra-europeu é a imagem da fortificação o que impera. A vista que é apresentada é a do mar para terra, salientando-se a implantação da praça junto a um espaço que possibilite a ancoragem das naus. Recorde-se que Gaspar Correia ao escrever as *Lendas da Índia*, debuxa o rio de Malaca, Calecut, Adem, Coullão, Ormuz, Judá, Ceilão, Cananor, Chalé, Diu e Baçaim, seguindo sempre esta mesma perspectiva do olhar. Aqui é a prática que impera na ideia da urbe.

²¹*Ibidem.*

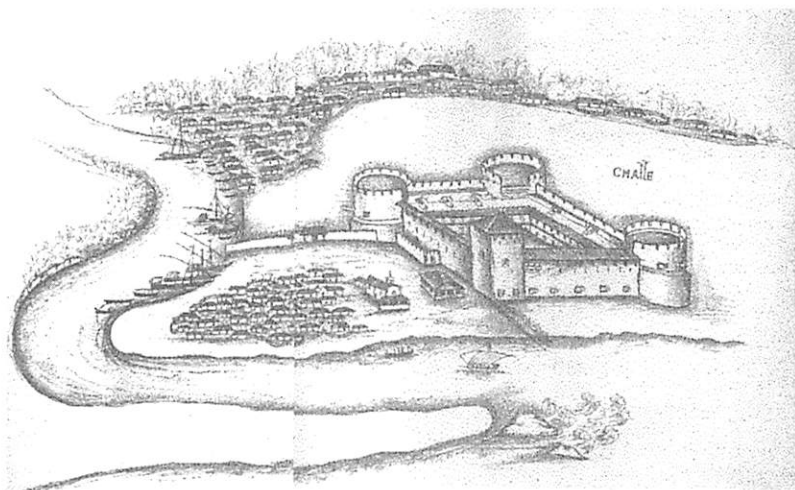


Fig. 6 — Imagem de Chale de Gaspar Correia inserta nas suas *Lendas da Índia*

A passagem do cabo e a chegada à Índia abre todo um mundo novo. É a chegada à costa brasileira, e a tentativa de corte do transporte de especiarias para Veneza, feito pelos árabes através da rota do mar Vermelho e do golfo Pérsico, a conquista das escalas árabes de Socotorá, e Ormuz, a tomada de Goa e a passagem desta a centro do império português do Oriente, a conquista de Malaca e a abertura do caminho para a Indonésia e para a China.

As descrição das diferentes praças portuguesas apresenta no discurso historiográfico da expansão descritores mais ou menos constantes, sinalizando-se o traçado topográfico e destacando-se os sistemas defensivos montados na praça. Apresenta-se a malha urbana através de grandes planos e elencam-se os produtos agrícolas que se podem recolher, bem como a qualidade das águas e os animais que servem para o alimento quotidiano das populações. A cidade aparece descrita através do desenho das suas ruas e casas não se deixando de referenciar os materiais utilizados nas construções. A impressão geral formula-se na justaposição dos elementos caracterizadores do espaço urbano não se esquecendo, de por um lado referenciar as comodidades oferecidas pela cidade, e por outro o belo que ela encerra, muitas vezes distinto do admirado na Europa.

O encantamento pelo belo e pela sua encenação flui no discurso da Expansão. Os arcos triunfais existentes em nobres cidades chinesas que frei

Gaspar da Cruz descreve são disso um exemplo paradigmático: “Fazem estes arcos parecer as cidades soberbas, nobres e formosas, quando vêm oficiais novos à terra. E também, nos dias que fazem os chinsas suas festas gerais, armam estes arcos de panos de seda, e de noite, que é o principal de suas festas, penduram-lhe muitas lanternas, as quais as fazem mui galantes e grandes de panos de seda mui bem pintados, as quais com a claridade das candeias parecem muito bem.”²²

Os discursos utópicos são um produto do Renascimento. Formulam-se no oxímoro que caracteriza este tempo e têm como que a sua gramática enunciativa a Utopia de Thomas More. É o claro/escuro que dinamicamente produz a ideia. Exemplifiquemos: a primeira parte do texto de More descreve em tons escuros a Inglaterra do seu tempo; a segunda parte revela a luz de uma ilha que vive em plena harmonia. A própria linguagem inventada por More para a sua narrativa é a prova desta ambivalência: Utopia significa ao mesmo tempo (eu-topos-bom lugar) e (ou-topos) nenhum sítio; o seu personagem principal tem como primeiro nome, o do anjo que é viajante e mensageiro-Rafael que significa em hebreu “Deus curou” (recorde-se que este marinheiro é português e que o nome da embarcação de Vasco da Gama era exactamente este) e o seu segundo nome é Hythloday que significa em grego “distribuidor de ninharias” ou “hábil contador”²³.

Mas voltemos à construção da urbe e a uma evidência que pontua o seu pensar. Ainda que existam utópicos que não são urbanistas, constatamos o aparecimento de percursos tendenciais como o dos urbanistas que constroem um discurso utópico onde as suas cidades ideais obedecem a formas geométricas perfeitas e devem revelar a imagem do cosmos na sua plena harmonia. Outro dos percursos é o dos utópicos que tendem a ser urbanistas e por vezes são lidos no sentido de funcionarem como projectistas do real. Tenha-se em atenção a actuação do juiz Vasco de Quiroga, que ao chegar ao México com 70 anos (1531) vende todos os seus bens para construir duas cidades ideais que seguiriam o traçado da Amaurota de Thomas More²⁴.

A cidade ideal, a *polis renascentista* torna-se real no feérico das festas da corte, nos cortejos de entrada dos *príncipes* na cidade, nas procissões... Transfigura-se na imagem de um real idealizado. Aquele que perpassa no exotismo encantatório dos cortejos e celebrações de outros povos que aqui e ali atravessa as páginas da Expansão.

²² Gaspar da Cruz, *Tratado das coisas da China*, Lisboa, Cotovia, 1997, p. 123.

²³ Cf. J. Martin Evans, *America the view from europe*, New York-London, W.W. Norton & Company, 1976, p. 19.

²⁴ Cf. Leonardo Benevolo, *op. cit.*, p. 135.

IMAGENS DA CIDADE

— os fundos de arquitectura na escultura retabular em pedra do Renascimento em Portugal (1500-1550)

Pedro Flor*

Os trabalhos apresentados neste Centro de Estudos sobre a génese das cidades e o seu processo construtivo bem como os ensaios que abordaram o conceito de ‘cidade’, por exemplo, no discurso histórico e no literário, revelam claramente a amplitude do tema e as múltiplas aproximações de se efectuarem nestes domínios. Neste sentido, cabe também à área científica e interdisciplinar da História da Arte prestar um contributo para o estudo do ‘imaginário da cidade’ utilizando para o efeito a sua metodologia própria de abordagem.

De entre as várias temáticas possíveis, propomo-nos analisar uma em particular, e essencial para uma maior e melhor compreensão do fenómeno artístico do Renascimento em Portugal: as arquitecturas fundeiras aplicadas na escultura retabular.

Nos últimos anos, tem sido comum a elaboração de estudos dedicados ao legado dos mais destacados escultores que exerceram a sua profissão entre nós no período compreendido entre os anos de 1500-1550¹. Por seu

* Universidade Aberta

¹ Referimo-nos em concreto ao estudo dos percursos artísticos dos escultores franceses Nicolau Chanterene (a. 1511-1551) e João de Ruão (a. 1528-1580). Sobre o primeiro veja-se Pedro DIAS, *Fydias Peregrino — Nicolau Chanterene e a Escultura Europeia do Renascimento*, Coimbra, CENEL, 1996., Pedro FLOR, *O Túmulo de D. João de Noronha e D. Isabel de Sousa na Igreja de Santa Maria de Óbidos — um exemplo da tumulária renascentista em Portugal*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998., Fernando GRILO, *Nicolau Chanterene e a Introdução do Renascimento na Península Ibérica*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001., Pedro FLOR, *O Túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa na Igreja de Santa Maria de Óbidos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002., Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal — O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*, Lisboa, Ed. Presença, 2002., e, mais recentemente, *A Escultura de Coimbra — Do Gótico ao*

turno, no campo da pintura deste período, os autores têm procurado não só estabilizar o *corpus* artístico dos pintores e aplicar metodologias laboratoriais na análise das obras, mas também estudar os aspectos relacionados com a iconografia religiosa, com o traje da época e com os fundos de arquitectura e de paisagem neles presente².

No seguimento do que tem sido prática nos estudos dedicados à pintura manuelina-joanina, propomo-nos com este trabalho compreender melhor as fontes de inspiração e os processos de criação que os escultores utilizaram para a construção dos cenários arquitectónicos das suas obras.

Começemos por indicar alguns momentos biográficos relevantes para a obra de Mestre Nicolau Chanterene, principal responsável pela introdução do vocabulário renascentista na arte da escultura em Portugal a partir de 1517, quando é chamado a dirigir a empreitada do Portal Axial do Mosteiro de Santa Maria de Belém em Lisboa³. Este mestre francês que esteve entre nós durante a primeira metade do século XVI satisfaz considerável número de encomendas sob o patrocínio régio, nobre e também eclesiástico (tanto o Clero Regular como o Secular)⁴.

Maneirismo, Pedro DIAS (coord.), Catálogo da Exposição, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003. Sobre João de Ruão, leiam-se por exemplo Nelson Correia BORGES, *João de Ruão — Escultor da Renascença Coimbrã*, Coimbra, 1980., António Nogueira GONÇALVES, "A Igreja da Atalaia e a primeira época de João de Ruão", in *Estudos de História da Arte da Renascença*, Porto, Paisagem Editora, 1984., e o mais recente trabalho de Pedro DIAS (coord.), *Ibidem*.

² Destacam-se nesta linha de actuação os trabalhos de Joaquim de Oliveira Caetano, José Alberto Seabra Carvalho, Maria José Palla, Fernando António Baptista Pereira, Isabel Policarpo, Dalila Rodrigues, Manuel Batoréo e Vítor Serrão cujas referências bibliográficas se encontram no final deste artigo. Esta nova metodologia de trabalho surge no seguimento da geração antecedente, protagonizada por Adriano Gusmão, Armando Vieira Santos, Reynaldo dos Santos, João Couto, Luís Reis-Santos e Vergílio Correia.

³ O estabelecimento da data de 1517 como a exacta para a chegada de Mestre Nicolau ao nosso País tem merecido a unanimidade dos autores consultada. Todavia, alguns autores defendem a hipótese de o mesmo escultor ter estado entre nós uns anos antes, precisamente em 1509-1510, para a escolha dos blocos de pedra de Ançã que iria utilizar, em 1511, nas estátuas da Capela do Hospital dos Reis Católicos em Santiago de Compostela. Mesmo que esta visita a Portugal não se venha a confirmar em datas tão recuadas, a data de 1516 é talvez mais correcta para estabelecermos o início da estadia de Chanterene entre nós, pois só assim se justifica que, logo em Janeiro de 1517, estivesse à frente de empreitada tão importante em Santa Maria de Belém. Sobre esta problemática veja-se Rafael MOREIRA, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o «moderno» e o «romano»*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991., e Pedro FLOR, *op. cit.*

⁴ Ao contrário da historiografia dos séculos XIX e XX, é hoje aceite sem reservas a origem francesa de Nicolau Chanterene, apesar de os autores apresentarem algumas divergências no que respeita à determinação precisa do local ou da região geográfica onde teria nascido e recebido a sua formação. Como defendemos em outro lugar, pensamos que mestre Nicolau seja oriundo da região da Lorena e que cedo se tenha deslocado para Sul, em direcção à Borgonha, espaço artístico no qual

O final da primeira década de Quinhentos e a década de vinte (até 1527 aproximadamente) foi passada em Coimbra, cidade onde estabeleceu um operoso *atelier* que, a julgar pelo número de encomendas executadas, deveria ser numeroso. Neste destacado centro urbano e arredores deixou-nos importantes testemunhos da sua arte, a saber, no Mosteiro de Santa Cruz, na Igreja de Santa Maria de Óbidos, no Mosteiro de São Marcos (Tentúgal), no Mosteiro de Celas e na Sé Velha⁵. Ainda da década de vinte, será a participação de Mestre Nicolau nas obras do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha a julgar por um fragmento arqueológico que apareceu durante os trabalhos de restauro do referido cenóbio⁶. Pela primeira vez, levantamos a hipótese de Chanterene ter executado uma encomenda para o magnífico mosteiro de clarissas. Tal conjectura, que carece ainda de confirmação documental, baseia-se num achado arqueológico descoberto durante os trabalhos de conservação e restauro empreendidos no local desde 1995. Trata-se de uma cabeça feminina, encontrada no coro-alto de Santa Clara-a-Velha, que apresenta características de estilo muito próximas da arte legada por Mestre Nicolau (fig. 1). A encomenda poderá estar ligada

teria maior oportunidade em arranjar oficina e trabalho. Ainda em terras francesas, teve porventura a possibilidade de contactar com os mestres italianos que aí se estabeleceram desde o último quartel do século xv até ao início da centúria seguinte às ordens das comunidades nobres e eclesiásticas mais abastadas. Não é de afastar de todo a hipótese de Chanterene ter viajado até Itália (à região da Lombardia ou até Roma) onde as mais recentes empreitadas artísticas, como a da Cartuxa de Pavia, ou as impulsionadas quer pelo mecenato dos Sforza quer pelo Papado, de certo o influenciariam.

⁵ A esta fase de produção artística conimbricense está associada em primeiro lugar a realização das esculturas para o retábulo da igreja de Santa Maria de Óbidos de encomenda de D. Leonor pelos anos de 1518-1519 quando cedo Chanterene estabeleceu a sua oficina perto do Mosteiro de Santa Cruz. Convirá também lembrar que a igreja obidense estava associada ao mosteiro crúzio espiritual e temporalmente desde a sua fundação. No grandioso mosteiro crúzio, Chanterene deixou-nos as estátuas jacentes de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I (1518-1522), um púlpito (c. 1521) e os quatro baixos-relevos no Claustro do Silêncio (1518-1522). Em Tentúgal, realizou o retábulo da capela-mor da igreja do Mosteiro de São Marcos, também panteão da família dos Silvas (c. 1522). No Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Celas, Chanterene realizou um portal que primeiramente se destinava a túmulo da Abadessa D. Leonor de Vasconcelos (1526). Na Sé Velha, executou um retábulo dedicado a São Pedro num dos absidíolos que viria a ser a capela sepulcral do Bispo D. Jorge de Almeida (c. 1526).

⁶ Durante o reinado de D. Manuel e de D. João III e o abadessado de D. Margarida de Meneses, este mosteiro foi ricamente beneficiado pelo menos desde 1511. Em 1517, a Sala do Capítulo do Mosteiro recebia o belo retábulo de Quentin Metsys de que restam ainda algumas tábuas no Museu Nacional Machado de Castro. Neste núcleo museológico guardam-se ainda outras obras provenientes deste mosteiro e que testemunham bem os vários melhoramentos artísticos de que foi alvo, como por exemplo, um anjo heráldico de madeira policromada e dois anjos turiferários, uma pia baptismal ao gosto do manuelino, uma Santa Inês e um retábulo dedicado a São Miguel (1537) de autoria de João de Ruão. Uma última referência ao designado *Retábulo de Santa Clara* (c. 1486) de autoria de Vicente Gil (?) e ao tríptico do *Aparecimento de Cristo à Virgem* devido possivelmente à parceria entre Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes (1531) e que adornavam as paredes deste distinto cenóbio.

ao mecenato de D. Margarida de Meneses, facto que não estranhámos se nos recordarmos que Chanterene trabalha para os seus pais em S. Marcos de Tentúgal. Trata-se de uma pista de investigação a explorar no futuro.

Antes de iniciar a grande empreitada retabular da Igreja do Mosteiro Jerónimo de Nossa Senhora da Pena em Sintra, obra que executou entre 1528 e 1534 aproximadamente, Chanterene desloca-se a Espanha, em particular às pedreiras de Gelsa (perto de Saragoça) para adquirir a quantidade de alabastro necessário para a execução de tão importante empresa, patrocinada pelos Rei D. João III e sua mulher D. Catarina⁷. Esta presença em terras aragonesas (cerca de seis meses) tornar-se-ia decisiva para a formação estética do escultor já que o contacto (re)estabelecido com os artistas mais destacados que operavam nessa região, como Damián Forment, Filipe Vigarny, Gabriel Joly e Juan de Moreto permitiu considerável evolução no modo de imaginar e conceber a escultura renascentista.



Fig. 1 — Nicolau Chanterene? Cabeça feminina de uma escultura ou de um tondo Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra — c. 1520

⁷ Durante muito tempo pensou-se que o retábulo de Nossa Senhora da Pena tinha sido custeado apenas por D. João III. No entanto, a publicação recente de documentação referente ao Hospital e Gafaria do Espírito Santo em Sintra por Carlos Manique revelou que D. Catarina se empenhou em levar a bom termo esta magnífica empreitada procedendo ao pagamento da mesma ainda em 1536. Cf. “A propósito do retábulo do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena”, in *Estudos Históricos sobre Sintra*, Sintra, Santa Casa da Misericórdia de Sintra, 2000., pp. 57-65 e Pedro Flor, “Um retrato escultórico de D. Catarina de Áustria como figura de legitimação”, in *Actas do Colóquio Internacuonal “Discursos de Legitimação”*, Lisboa, Univ. Aberta, 2002.

Depois de terminada a empreitada sintrense, feito que lhe valeu uma tença elevada e a promoção ao cargo de arauto régio (1535), Mestre Nicolau transfere-se com a Corte para a cidade de Évora. Da sua estadia em terras do Alentejo (1535-1540), restam-nos alguns testemunhos artísticos que se podem ligar mais ou menos à sua arte⁸.

O escultor viria mais tarde a falecer, provavelmente em Lisboa, por volta de 1551 legando-nos um conjunto considerável de estátuas, retábulos, túmulos e portais, todos eles de labor renascentista.

A partir dos dados disponíveis, analisemos sumariamente o percurso biográfico e artístico de João de Ruão (a. 1528-1580). Ao contrário de Chanterene, sobre este escultor parece, hoje, ser certa a sua origem pelo apelido que possui, bem como a sua formação estética que, segundo Nogueira Gonçalves, obteve na oficina dos Giusti⁹. Ainda na sua terra Natal, onde pode efectuar o seu aprendizado, João de Ruão teve a possibilidade de ver e acompanhar os trabalhos que se desenrolavam na magnífica Catedral e no designado *Bureau des Finances*¹⁰. Uma das referências documentais mais recuadas que se consegue detectar sobre este escultor normando data de 1523 e menciona-o em Vitoria (Navarra) acompanhado de outros conterrâneos entre os quais se contava um Guillaume de Rouen. Segundo a opinião de Rafael Moreira, estes escultores teriam sido responsáveis pela

⁸ Referimo-nos em concreto às obras presentes no Museu Regional de Évora (Túmulo de D. Álvaro da Costa, D. Afonso de Portugal, Virgem com o Menino dos Condes de Sortelha e Pilastras do Refeitório do Convento do Paraíso), na Igreja do Mosteiro da Graça (janelas e baixos-relevos), ao Portal do antigo Convento de São Domingos, ao Túmulo de D. Francisco de Melo no Convento dos Lóios, e aos Portais das Igrejas dos Conventos das Chagas em Vila Viçosa e de São Bernardo em Portalegre. Em nossa opinião, o núcleo de obras de escultura renascentista presente em terras alentejanas necessita de urgente e aprofundado estudo para averiguar até que ponto a participação de Nicolau Chanterene se fez ou não sentir. Com efeito, após uma análise plástica efectuada a tais obras tradicionalmente atribuídas a este escultor, verificamos uma grande disparidade de plasticidades que nos indicia a existência de várias sensibilidades artísticas em vez de uma só. Uma pesquisa documental mais extensa e um olhar crítico apurado serão suficientes para resolver tal problema que carece ainda de solução.

⁹ A menos que se consiga um dia provar que João de Ruão nasceu em Portugal mantendo o apelido do Pai, esse sim oriundo de terras francesas, a posição de Nogueira Gonçalves merece-nos total credibilidade. Cf. A. Nogueira GONÇALVES, "Prováveis origens da arte de João de Ruão", in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 13-25. Veja-se por exemplo o que sucedeu a António e Francisco de Holanda e possivelmente a João e Cristóvão de Utreque.

¹⁰ Os trabalhos em torno do túmulo dos Cardeais de Amboise desenrolaram-se entre 1515 e 1525 enquanto que as obras de construção do *Bureau des Finances* ocorreram entre 1509 e 1542.

introdução do Renascimento ao modo lombardo em Navarra¹¹. É preciso aguardar pelo ano de 1528 para encontrarmos, já entre nós, o fino labor da arte de João de Ruão no portal e arco triunfal da Igreja Matriz da Atalaia sob o patrocínio de D. Jorge de Meneses, senhor de Tancos e de Cantanhede. Dois anos mais tarde realizaria a expensas deste destacado fidalgo um extraordinário retábulo de *Nossa Senhora da Misericórdia* para adorno da sua Capela sepulcral na Varziela. Ainda nos primeiros anos da sua actividade entre nós (1528-1550), este escultor realizou mais algumas obras de arquitectura e escultura satisfazendo o gosto de uma clientela, cada vez mais receptiva aos modelos *all'antico* tão ao gosto do Renascimento. Falamos em concreto das empreitadas em torno do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1530-35) e dos novos Colégios universitários impulsionados por Frei Brás de Barros (a partir de 1535)¹². Para além destas obras, outras eram encomendadas à oficina de Mestre Ruão que a estabeleceu aí mesmo em Coimbra e por onde passaram os escultores mais afamados da geração seguinte¹³. Do longo do período que nos importa analisar neste trabalho (1528-1550), datam algumas das suas principais obras em capelas, igrejas e Sés, mais destacadas da região centro do País, da Beira Alta e até vizinha Espanha. Deste modo, podemos afirmar que o mercado artístico, para o qual Ruão trabalhou, mostrou-se muito receptivo aos modelos e receituários estilísticos

¹¹ Além destes escultores, refira-se também o nome de Esteban de Obray como responsável pelo processo de passagem do Gótico para o Renascimento nesta região espanhola. Este escultor manteve contactos com Juan de Moreto chegando a colaborar com ele. Infelizmente ainda não foi possível encontrar vestígios da actividade de João de Ruão em terras espanholas. Todavia, como dissemos em outro lugar, “deverá ser na órbita da oficina de Esteban de Obray, activa em Navarra, País Basco e parte de Aragão, que deveremos procurar o labor de João de Ruão em Espanha antes de chegar a Portugal pelo ano de 1527”. Cf. Pedro FLOR, *Op. Cit.*, p. 119.

¹² Para o Mosteiro de Santa Cruz, João de Ruão executou o arco de suporte do coro-alto, o Claustro da Manga, uma *Santa Maria Madalena* para a torre de São Nicolau, as três esculturas sobre o portal principal da igreja, e uma monumental *Deposição no Túmulo*.

¹³ Não restam dúvidas que, durante a sua estadia em Portugal, João de Ruão contou com vários colaboradores como nos atestam o valor dispar das obras que lhe andam atribuídas e as várias sensibilidades plásticas nelas presentes. Na sua operosa oficina, trabalharam nomes tão importantes para a Escultura do Maneirismo como os de António Fernandes, António Cordeiro, António Gomes e o mais conhecido de todos Tomé Velho. Junte-se a esta lista o escultor Diogo Jacques que revela na sua obra influências plásticas da arte de João de Ruão. Sobre Diogo Jacques, praticamente desconhecido entre nós até há bem pouco tempo, veja-se Lurdes CRAVEIRO, *Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. e Pedro DIAS (coord.), *Op. Cit.* O retábulo *Cristo a Caminho do Calvário* da igreja do Colégio da Graça em Coimbra data entre 1545-1550 e traduz bem a influência exercida por Ruão nos seus discípulos. A arquitectura fundeira deste painel retabular representa a cidade de Jerusalém e as suas muralhas idealizadas e reflecte simultaneamente o gosto pela arquitectura medieval e pela renascentista.

por si praticados em pedra calcária de Ançã, Outil e Portunhos e, por este motivo, lhe encomendou vários retábulos e estatuária avulsa para adorno dos diversos altares desses templos¹⁴. A leitura da documentação existente não nos permite pensar que o Mestre normando tenha abandonado o nosso País depois de 1528. Tudo indica que a sua evolução estética do Renascimento para o Maneirismo se efectuou através do contacto assíduo com o meio artístico nacional no qual se familiarizou desde cedo ao estabelecer laços pessoais com alguns artistas que em Coimbra estadearam¹⁵. Foi precisamente nesta cidade que João de Ruão viria a falecer em Janeiro de 1580 deixando para trás uma considerável herança escultórica que, como vimos, deixou escola e perpetuou os seus modelos arquitectónicos, os seus esquemas compositivos para retábulos e o modo delicado e sinuoso da estatuária (avulsa ou retabular).

Ao admirarmos mais pormenorizadamente o conjunto de obras retabulares devidas aos cinzeiros de Nicolau Chanterene e de João de Ruão verificamos que tal núcleo de peças utiliza diversas soluções plásticas para lhes atribuir verosimilhança¹⁶. Com efeito, verificamos com frequência que ambos os escultores envolvem os episódios narrados com múltiplas citações arquitecturais, mais ou menos idealizadas, como se de ambientes cenográficos se tratasse, em detrimento da utilização continuada de fundos paisagísticos. Além do vocabulário arquitectónico utilizado como cenário hipotético, é comum encontrarmos também na arte de Chanterene e Ruão outras alusões que concorrem para a plausibilidade da narrativa que respira uma atmosfera realista e até pitoresca. Referimo-nos, em especial, à representação de elementos relacionados com o quotidiano (objectos vários, peças de mobiliário etc.), e de diversas figuras que povoam e preenchem essas

¹⁴ Para não tornar a enumeração das obras efectuadas por João de Ruão entre nós destacamos apenas as presentes nas igrejas de Santa Maria de Óbidos, da Misericórdia em Coimbra, das Matrizes de Góis, Trofa do Vouga e Tentúgal, na Capela dos Coimbras em Braga, nos Mosteiros de Santa Clara-a-Velha e Celas em Coimbra e, por último, na Sé da Guarda. Sobre a extensa obra escultórica de João de Ruão vejam-se os estudos anteriormente citados de Nogueira Gonçalves, Nelson Correia Borges e Pedro Dias.

¹⁵ Como é sabido, antes de 1530, João de Ruão casou-se com Isabel Pires, filha do mestre de carpintaria das obras reais Pero Anes, foi cunhado do mestre de obras Marcos Pires e do pintor Cristóvão de Figueiredo.

¹⁶ Para este artigo tivemos sobretudo em conta as seguintes obras: os relevos do Claustro do Silêncio do Mosteiro de Santa Cruz e os retábulos de São Marcos, de São Pedro e da Pena de autoria de Nicolau Chanterene. De João de Ruão, estudámos em particular os retábulos da Varziela (c. 1531), do Claustro da Manga (c. 1533), do Mosteiro de Celas (c. 1535) e da Sacristia (c. 1542), da Capela dos Vales em Santa Iria de Tomar (c. 1536), de São Miguel de Santa Clara-a-Velha (1537), dos Santos Físicos em Aguim (c. 1540), da Capela do Sacramento na igreja de Cantanhede (c. 1542-1547), da Misericórdia de Coimbra (1547) e o da Sé da Guarda (c. 1550).

histórias e que ora espreitam o desenvolvimento da acção ora se encontram alheadas da mesma, a brincar, a admirar a paisagem ou então a conversar entre si¹⁷.

Importa recordar que não se trata de casos inéditos os de Nicolau Chanterene e João de Ruão quando ambos optam por aplicar certos apontamentos arquitectónicos na sua obra retabular. Na verdade, este procedimento torna-se constante entre pintores, carpinteiros de marcenaria e até ourives do tempo e que aqueles mestre escultores bem conheciam ou porque frequentaram os mesmos meios sócio-artísticos ou porque privaram com eles em várias ocasiões¹⁸.

As micro-arquitecturas patentes na escultura retabular dos nossos escultores franceses procuram, por um lado, representar o real com maior ou menor fidelidade, por outro, partir para a imaginação alegórica dos modelos arquitectónicos (quase sempre *ao romano*) e, por último, ensaiar soluções virtuais e fantásticas e, por estes motivos, irrealizáveis¹⁹. Em alguns casos, as arquitecturas por eles utilizadas nos retábulos não são mais do que a reprodução de modelos ou exemplos da realidade artística que tiveram ensejo de apreender pelos vários territórios por onde passaram. Vejam-se a

¹⁷ Este aspecto pitoresco notado sobretudo na obra de Chanterene (retábulos de São Pedro e Pena) também aparece, embora menos vezes, na obra de João de Ruão como, por exemplo, no retábulo do altar de São João e São Martinho no Mosteiro de Celas e no da Misericórdia de Coimbra. Este escultor procurou privilegiar a presença da figura humana em detrimento da representação de outras personagens acessórias à cena. Curiosamente, a presença de figurinhas que espreitam e assistem à cena repete-se ainda na obra de um discípulo de João de Ruão, Diogo Jacques, no retábulo de *Cristo a Caminho do Calvário* da igreja do Colégio da Graça (hoje no Museu Nacional Machado de Castro).

¹⁸ No campo da pintura, referimo-nos obviamente a Jorge Afonso, a Vasco Fernandes, a Frei Carlos, a Francisco Henriques, aos Mestres de Ferreirim, e a Diogo Contreiras, e à sua vasta obra retabular que se destinava à decoração de capelas-mor, de altares laterais e de capelas privadas. Apesar de a maior parte destes retábulos se encontrar nos principais núcleos museológicos do nosso País, alguns estão ainda *in situ* como são os casos dos retábulos da Sé do Funchal (1515-1518) e do Porto da Luz em Alenquer (1555-1560). Quanto à escultura retabular em madeira, diga-se que não conseguimos associar facilmente os nomes dos artistas disponíveis com as peças remanescentes, se exceptuarmos o caso de Olivier de Gand (Retábulo da capela-mor da Sé de Coimbra — 1498-1501). A restante produção retabular em madeira existente entre nós permanece ainda sem autoria determinada por se tratar na esmagadora maioria dos casos de obras de importação de oficinas do Norte da Europa. No tocante à Ourivesaria, a obra que resta de Gil Vicente e de Mestre João reforça o que temos vindo a dizer à cerca da fortíssima influência da arquitectura nas outras artes.

¹⁹ Cf. Rafael MOREIRA, *Op. Cit.*, IDEM, "Arquitectura: Renascimento e Classicismo", *História da Arte Portuguesa*, Paulo PEREIRA (dir.), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 303-375., Isabel Ponce POLICARPO, *Gregório Lopes e a ut pictura architectura. Os fundos de arquitectura na pintura renascentista em Portugal*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996. e Vítor SERRÃO, "As Tábuas do Santuário do Bom Jesus de Valverde: uma encomenda de D. Henrique ao pintor Gregório Lopes", in *Estudo da Pintura Portuguesa — Oficina de Gregório Lopes*, Lisboa, IJF/MC, 1999, 47-79.

este propósito alguns exemplos. Na *Morte de São Jerónimo* do Retábulo do Mosteiro de São Marcos em Tentúgal (fig. 2), Chanterene representa uma larga varanda com um grande arco de volta perfeita ao centro que nos faz recordar as varandas do antigo Paço da Ribeira em Lisboa, também elas com esta aparência, a julgar pela iconografia que chegou até nós ²⁰.



Fig. 2 — Nicolau Chanterene — *Morte de São Jerónimo*
Mosteiro de São Marcos em Tentúgal (c. 1522)

²⁰ Como bem demonstrou Nuno SENOS em *O Paço da Ribeira (1501-1581)*, Lisboa, Notícias Editorial, 2002, p. 66 e ss., a construção das varandas deste majestoso palácio idealizado por D. Manuel processou-se em duas campanhas de obras distintas. Uma primeira fase entre 1510 e 1511 sob responsabilidade do pedreiro de origem galega João Dias; e uma segunda fase sensivelmente entre 1518 e 1521 dirigida por André Pires, pedreiro, avaliador de obras de pedraria e morador em Lisboa. Esta segunda etapa dos trabalhos consistiu no acrescento de um piso sobre uma primeira varanda que estabelecia a ligação do Paço ao Baluarte. Quando Nicolau Chanterene esteve em Lisboa (1516-17), tal empreitada de André Pires ainda não começara pelo que a representação de uma varanda com um só piso encontra razão de ser neste facto. Pensamos que tal elemento arquitectónico na cena da *Morte de São Jerónimo* não pretendia reproduzir fielmente o Paço da Ribeira mas somente proceder a uma citação actual de uma edificação que despontava na capital e que, certamente, impressionou o Mestre escultor. De referir que as varandas do Paço da Ribeira mereceram também tratamento idealizado no *Desembarque em Lisboa dos Santos Mártires*, pintura de c. 1530 e atribuível ao círculo de influências de Garcia Fernandes (Cristóvão de Utreque ?) pertencente ao desmembrado retábulo da antiga Ermida dos Santos Mártires em Lisboa e actualmente no Museu Carlos Machado em Ponta Delgada.

Neste retábulo hieronimita, Mestre Nicolau utilizou outras citações (e não exactas reproduções) do Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém no cenário do *São Jerónimo tirando o espinho do Leão* (fig. 3), e de alguns castelos franceses da região do Loire, ainda não identificados, no episódio *São Jerónimo e os Mercadores* (fig. 4)²¹. As restantes construções arquitectónicas, presentes por detrás das figuras no retábulo de São Marcos evocam claramente a arquitectura do tempo e, muitas delas, ao estilo do primeiro Renascimento francês. De salientar que, ao contrário do que sucede nos relevos de Santa Cruz de Coimbra, Chanterene, ao compor as cenas, não



Fig. 3 — Nicolau Chanterene
São Jerónimo tirando o espinho do Leão
Mosteiro de São Marcos em Tentúgal
(c. 1522)



Fig. 4 — Nicolau Chanterene
São Jerónimo e os Mercadores
Mosteiro de São Marcos em Tentúgal
(c. 1522)

²¹ O primeiro autor a notar tais semelhanças com o Claustro de Santa Maria de Belém que Chanterene só terá visto através dos projectos de João de Castilho foi Robert Smith em *The Art of Portugal 1500-1800*, Nova Iorque, 1968, pp. 158-159. A propósito da influência das habitações áulicas em França podemos avançar os nomes de Amboise, Angers, Blois, Gaillon e Saumur como passíveis de ter influenciado o nosso escultor.

hesitou em colocar no mesmo nicho dois testemunhos arquitectónicos estilisticamente distintos. De certo modo, ao juntá-los, conferiu à narrativa verosimilhança, dado que no ambiente artístico da época se assistia à lenta transição entre o último Gótico e o Renascimento.

Refira-se ainda o retábulo de São Pedro, na capela sepulcral de D. Jorge de Almeida em Coimbra, onde descortinamos algumas semelhanças entre a mancha dos edifícios fundeiros do *Quo Vadis?* e a formada pela cidade do Mondego (fig. 5). Neste sinuoso cenário destaca-se sobretudo um edifício cuja torre lanterna, coberta por um coruchéu considerável, lembra precisamente o da Sé Velha conimbricense²².

Todavia, nem sempre os fundos de arquitectura imaginados procuraram retratar edifícios ou aglomerados urbanos reais. A *inventio* do artista possibilitava também a idealização metafórica dos arquétipos *all' antico* na

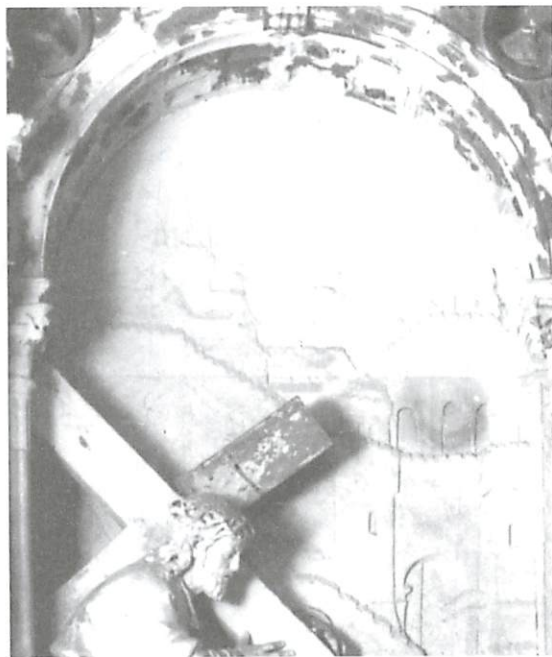


Fig. 5 — Nicolau Chanterene — Quo Vadis?
Retábulo de São Pedro na Sé Velha de Coimbra (c. 1526)

²² Ao observarmos a iconografia da cidade de Coimbra, por exemplo, a vista de Jorge Braunio (1572-1618), verificamos que, de facto, no século XVI um dos edifícios que mais se destacava na urbe era, sem dúvida a Sé Catedral e a sua torre lanterna.

construção de edifícios ou partes deles. Para além disso, os mestres escultores da época dispunham de largos repertórios de gravuras na generalidade dos casos de origem transalpina e nórdica e, além deles, aproveitavam também as imagens inseridas em tratados de arquitectura, todos eles de inspiração vitruviana²³. No que diz respeito aos gravados, foram inúmeras vezes reproduzidos na íntegra pelos escultores, apesar de ser frequente a utilização de mais do que um gravado na mesma obra, ou então apenas o recurso à ideia genérica da composição da gravura²⁴. Uma vez que não nos

²³ Sobre a influência das gravuras estrangeiras e dos tratados de arquitectura na arte nacional vejam-se alguns dos trabalhos de Joaquim de Vasconcelos, Dagoberto Markl, Manuel Batoréo e Vítor Serrão presentes na bibliografia final do trabalho.

²⁴ Repare-se por exemplo que, para a organização da *Última Ceia* (fig. 6) na predela do Retábulo da Pena em Sintra, Nicolau Chanterene conjugou duas gravuras distintas embora da mesma autoria. Como podemos verificar, a obra gravada de Marcoantonio Raimondi serviu de modelo visual para a arrumação deste passo bíblico. Apesar de a influência da gravura da *Última Ceia* deste artista italiano já ter sido largamente notada pelos autores, podemos acrescentar agora que a intitulada *Cristo à Mesa de Simão o Fariseu* (fig. 7) nunca foi referenciada no âmbito deste episódio. Com efeito, as duas figuras que se encontram de pé em primeiro plano e a figura que verte a cabaça para um prato resultam, sem margem para dúvidas, da cópia deste gravado.



Fig. 6 — Nicolau Chanterene — Última Ceia Retábulo de Nossa Senhora da Pena
Palácio Nacional da Pena — Sintra (1528-1534)

foi possível determinar as exactas gravuras que tenham influenciado directamente a arte retabular de João de Ruão, centremo-nos no caso de Mestre Nicolau²⁵.

A reprodução da gravura, omitindo deliberadamente certos detalhes, ocorre habitualmente no caso das arquitecturas fundeiras que, por vezes, eram substituídas por outras mais de acordo com o gosto vigente. A título de exemplo, refira-se o episódio do *Ecce Homo* no relevo de Claustro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde é utilizado flagrantemente o modelo de Albrecht Dürer, publicado em 1511 e incluído na Série da

²⁵ Como dissemos anteriormente, a obra de João de Ruão patenteia não só uma grande preocupação em destacar a figura humana, mas também um maior gosto pela adopção de fundos de paisagem. Tal facto mereceria um trabalho a eles dedicado. Quando solicitado a envolver o episódio num contexto arquitectónico, Ruão idealiza simbolicamente as fachadas, os edifícios e as cidades como se de modelos se tratasse. Veja-se, por exemplo, a idealização de uma construção palaciana ao gosto do Renascimento francês presente no *São Martinho partilhando a capa* no retábulo do Mosteiro de Celas em Coimbra (c. 1542). Situações análogas ocorrem quando representa edifícios de cariz italianizante, nomeadamente nos retábulos de São Miguel de Santa Clara-a-Velha, da Capela do Sacramento e o da Sé da Guarda.



Fig. 7 — Cristo à mesa de Simão o Fariseu — Gravura de Marcoantonio Raimondi

Grande Paixão. Verificamos que, para a representação do Palácio de Pôncio Pilatos, Chanterene idealizou um edifício de cariz italianizante e evocativo da Antiguidade para revestir o quadro esculpido de modernidade plástica e actualidade estética. Aliás, este escultor revela no conjunto dos restantes relevos crúzios um impressionante repertório de gravuras que contempla nomes como o do já referido Albrecht Dürer e também do seu compatriota Martin Schongauer ou os do francês Germão Galharde e o do alemão Hermão de Campos, activos estes últimos em Lisboa na primeira metade do século XVI²⁶.

Como vimos, as gravuras nem sempre eram utilizadas numa atitude de estrita dependência, pelo contrário, eram tidas como referenciais iconográficos e temáticos. De resto, a individualidade criadora dos artistas de então era avaliada consoante a maior ou menor aptidão de alinhamento com as novidades internacionais a partir dessas propostas de composição e inspiração. Tomemos como exemplo alguns fundos de arquitectura utilizados no retábulo da Pena em Sintra. Quando houve necessidade de recriar os diversos espaços urbanísticos que iriam servir de cenário ao desenrolar dos Passos da Paixão de Cristo presentes na predela da composição sintense (sacrário inclusive), Chanterene não hesitou em utilizar, para além da gravura habitual, algumas das ilustrações de tratados de arquitectura recentemente publicados. Referimo-nos em concreto aos tratados de raiz vitruviana de autoria de Cesare Cesariano (1521) e as *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo (1526). Segundo julgamos, esta literatura tratadística de riqueza inesgotável na pluralidade de soluções que oferecia aos artistas terá sido adquirida durante a viagem empreendida pelo escultor francês a Saragoça, a que nos referimos anteriormente. A novidade e a recém descoberta das linhas de pensamento de arquitectos tão importantes como Vitróvio e Alberti foram decisivas para o escultor francês demonstrar toda a sua habilidade e actualidade em termos de fontes de inspiração na elaboração daquele magnífico retábulo. Para nos referirmos apenas aos fundos arquitectónicos, atente-se por exemplo na enorme semelhança entre certos relevos do grandioso retábulo e alguns fólios do tratado de Cesare Cesariano²⁷. A aplicação destas ilustrações demonstra por parte do

²⁶ Sobre os baixos-relevos crúzios, além da bibliografia específica sobre Mestre Nicolau anteriormente citada, veja-se o trabalho de Pedro Dias intitulado "Nicolau Chanterene e a sua obra no Mosteiro de Santa Cruz" in *Santa Cruz de Coimbra — do século XII ao século XX* (Actas do Colóquio), Coimbra, 1984, pp.

²⁷ Sobre a influência dos tratados de Cesare Cesariano (1521) e Diego Sagredo (1526) no retábulo da Pena consulte-se uma vez mais Rafael MOREIRA, *Op. Cit.*

nosso escultor acentuado *aggiornamento* no que respeita às teorias arquitectónicas do Renascimento e à sua (re)interpretação e que provocaram a renovação das concepções urbanísticas na Europa de Quinhentos. Por conseguinte, as representações da Cidade surgidas na escultura da época já não eram as da Antiguidade, pensada segundo eixos principais, nem as da cidade medieval, sinuosa e radial, e coroada por um castelo. Todavia, apesar de manter algumas das estruturas urbanísticas mais comuns nas ruas, nas construções irregulares e na cintura de muralhas, a época do Renascimento preocupou-se com a planificação da *urbe*²⁸. Assim, procurou alinhar as igrejas, os palácios, os vários pólos administrativos e políticos ao longo das vias principais e das praças. De resto, o ponto principal da renovação urbanística da Renascença foi, sem dúvida, a praça, arquitectada como se de uma sala de visitas da cidade e das autoridades locais se tratasse. No plano teórico, muitos foram os arquitectos, tais como Filarete e Alberti, que se preocuparam com a orgânica interna das cidades, chegando mesmo a formular o conceito de *cidade ideal*. Esta noção consistia na proporcionalidade entre os vários edifícios e o espaço que ocupavam, na construção de uma igreja em forma circular e na utilização generalizada da perspectiva linear. São precisamente estes pressupostos teóricos que encontramos nos espaços urbanos concebidos por Nicolau Chanterene²⁹.

Uma outra fonte de influências, que se pode identificar no modo de conceber os espaços retabulares e a ligação entre as edículas onde se desenrola a acção, parece ser as representações teatrais tão comuns ao tempo. De facto, é nos permitido especular à cerca da influência que, por exemplo, os autos vicentinos exerceram na arte de Chanterene (menos em João de Ruão por questões cronológicas), uma vez que a encenação dos mesmos era frequente na fausta corte de D. Manuel e de D. João III. A multiplicação de planos das cenas, as entradas e saídas das personagens nos extremos dos quadros retabulares e o recurso à utilização de escadas e

²⁸ Sobre a cidade, o seu conceito, a sua evolução e as suas características leiam-se a título de exemplo as seguintes obras: CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; Fernando CHUECA GOITIA, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1982.; Frederick ANTAL, *El Mundo Florentino y su Ambiente Social*, Madrid, Alianza Editorial, 1989; Rudolf WITTKOWER, *Architectural Principles in the Age of Humanism*, London-New York, Academy Editions / St. Martin's Press, 1988.; John HALE, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, London, Fontana Press, 1994.

²⁹ Leia-se entre outros trabalhos citados na bibliografia final o artigo de Pedro DIAS, "O contributo de Nicolau Chanterene para a afirmação de uma estética de raiz clássica em Portugal", in *Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, 1999, pp. 235-252.

corredores de ligação entre os vários episódios são elementos que concorrem para essa influência do teatro sobre a escultura contemporânea³⁰.

Analisemos agora a presença de arquitecturas fantásticas e, em certa medida, utópicas nos fundos de retábulos escultóricos. Este tipo específico de cenografia encontra-se variadas vezes na obra pictórica do tempo e, como vimos, rareia na escultura retabular. Todavia, as edificações presentes na *Lamentação de Cristo Morto* em São Marcos de Tentúgal e a espacialidade arquitectónica criada na *Adoração dos Pastores* na Pena em Sintra de autoria de Chanterene, e o aglomerado urbano de fachadas e edifícios da *Visitação* da Misericórdia de Coimbra de Ruão (fig. 8) são exemplos que demonstram a mesma atitude estética e o mesmo arrojo estilístico que os melhores



Fig. 8 — João de Ruão — Visitação.
Retábulo da Igreja da Misericórdia de Coimbra (1547)

³⁰ A influência do teatro na pintura portuguesa da primeira metade do século XVI tem sido notada por alguns autores que raramente se referem à mesma na arte da escultura. Sobre este assunto consultámos, por exemplo, Dagoberto MARKL, "O Julgamento das Almas do Museu de Arte Antiga", in *Prelo — Revista da Imprensa Nacional / Casa da Moeda*, Lisboa, INCM, Out.-Dez., 1983, pp. 85-104.; Paulo PEREIRA, "Gil Vicente e a contaminação das artes. O Teatro na arquitectura — o caso do Manuelino", in *Temas Vicentinos — Actas do Colóquio em torno da obra de Gil Vicente*,

pintores revelaram na época. Por comparação entre si, consideramos que Mestre Nicolau foi mais audacioso que o seu compatriota João de Ruão no lançamento de novas soluções arquitectónicas e mecanismos de (re)interpretação da espacialidade e que, de algum modo, influenciaram os artistas seus contemporâneos.

Ao abordar os fundos de arquitectura na obra escultórica de Chanterene e de João de Ruão, deparamos com um aspecto interessante de estudar. Trata-se de entender o modo como as suas ideias sobre arquitectura e paisagem arquitectónica foram entendidas e recebidas pelas outras artes plásticas, nomeadamente, pela pintura.

Vejamos alguns exemplos de fundos pictóricos no sentido de apurar resultados concretos à cerca dessa possível influência³¹. No painel do *Trânsito da Virgem* do desmembrado retábulo da Ermida lisboeta de Nossa Senhora do Paraíso (c. 1527), actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga e Museu de Poznan (Polónia) e atribuído ao pintor régio Gregório Lopes, o póstico que serve de pano de fundo ao desenrolar da cena parece ter como modelo o recente retábulo da igreja de São Marcos em Tentúgal e talvez as soluções arquitectónicas adoptadas para o Portal do Mosteiro de Celas³². Na *Aparição de Cristo à Virgem* do antigo retábulo do Convento das Chagas de Vila Viçosa de autoria de Garcia Fernandes, verificamos que o pintor idealizou uma estrutura arquitectónica fundeira inspirada de certo nos figurinos escultóricos patentes nas pilastras que Chanterene e Ruão realizaram, por exemplo, em portais e retábulos³³. Por último, com-

Lisboa, ICALP, 1988, pp. 101-137; e Ana Margarida Santos RATO, '*Recordai Pastores!*' — *Contribuição para a leitura cénica das cenas da Anunciação e Adoração dos Pastores em quatro autos de Gil Vicente*, trabalho de Mestrado inédito policopiado, Lisboa, 2001.

³¹ O estudo da influência da arquitectura e da escultura na pintura da primeira metade do século XVI foi encetada por estudos tão importantes como os de Reynaldo dos Santos, Rafael Moreira, Isabel Policarpo, José Alberto Seabra Carvalho, Joaquim Oliveira Caetano e Vítor Serrão. Cf. com a bibliografia no final deste trabalho.

³² A menos que se consiga provar uma estadia deste pintor antes de 1527 na cidade do Mondego, pensamos que Gregório Lopes teve acesso ao projecto de Chanterene logo após a sua execução (c. 1522). A profundidade da ligação artística e estética destes dois artistas ainda não foi suficientemente determinada. Sobre Gregório Lopes, vejam-se os trabalhos a ele dedicados na bibliografia final.

³³ A presença de pilastras decoradas com motivos *ao romano* torna-se uma constante entre nós a partir de 1517 com a introdução deste esquema decorativo por Chanterene em Belém. Garcia Fernandes conhecia de certo esta obra, bem como as que se encontravam na cidade de Coimbra (Sé Velha, Mosteiro de Celas etc.)

pare-se o arco renascentista que se abre no fundo da *Anunciação* de Gregório Lopes (fig. 9) do retábulo do Mosteiro de Santos-o-Novo em Lisboa com os idealizados por João de Ruão ao longo da sua fecunda carreira como arquitecto escultor (Atalaia, Óbidos, Góis e Trofa do Vouga etc.) para melhor poder julgar as suas influências.

Analisemos também alguns exemplos de fundos arquitectónicos de exterior. No painel que representa a *Degolação de São João Baptista*, do retábulo da Igreja de São João Baptista em Tomar, de autoria de Gregório Lopes, nota-se uma influência inegável da arte do tempo. Repare-se, por exemplo, no pormenor das estátuas que se sentam no cimo desse edifício e as situadas no topo da Igreja do Convento da Graça em Évora e que lhe confere plena actualidade e modernidade estéticas. No painel do *Julgamento*



Fig. 9 — Gregório Lopes — Anunciação.
Retábulo do Mosteiro de Santos-o-Novo.
Museu Nacional de Arte Antiga
(c. 1540)

das Almas do Museu Nacional de Arte Antiga, devido talvez a Gregório Lopes e à sua oficina, encontramos sob o trono celestial, uma estrutura arquitectónica de carácter cenográfico que recorda o templete oitavado que encima o Sacrário do Retábulo da Pena. O *Martírio de Santo Hipólito* (fig. 10), de autoria provável de Cristóvão de Figueiredo, do Museu Nacional de Arte Antiga, representa uma cidade de gosto francês que nos remete para o mundo arquitectónico dos fundos de Mestre Nicolau e Ruão (fig. 11). Para terminar, refira-se ainda a presença assídua de outros elementos (portais, pilastras, frontões, *tondi*, edifícios) de sabor renascentista que decoram as cenas fundeiras de algumas das pinturas dos já citados Gregório Lopes e Garcia Fernandes, no Mestre de Freixo de Espada-à-Cinta (Henrique Fernandes ?), e no Mestre de 1549³⁴. Por aqui se pode medir bem o impacto plástico e o carácter inovador que a obra dos mestres franceses conferia aos produtos oficiais dos mais afamados pintores do tempo.

O que importa reter dos vários exemplos enunciados é que a arte saída dos cinzeiros de Chanterene e Ruão tornou-se capaz não só de enriquecer



Fig. 10 — Cristóvão de Figueiredo (?)
Martírio de Santo Hipólito
Museu Nacional de Arte Antiga

³⁴ Sobre estes artistas veja-se a mais recente bibliografia no final deste trabalho.

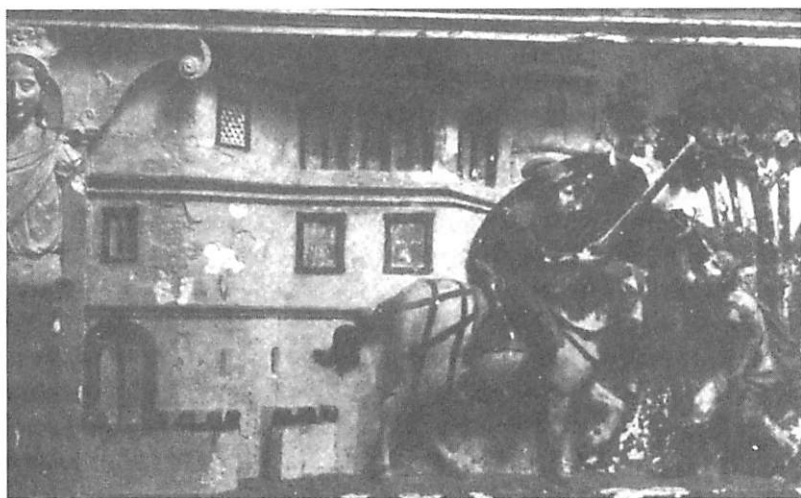


Fig. 11 — *João de Ruão* — Altar de São João e São Martinho
Mosteiro de Celas — Coimbra (1542)

os planos secundários, mas também de influenciar os artistas seus contemporâneos e talvez seus conhecidos (no caso de Ruão esses laços foram até familiares), sobretudo pelo carácter inovador e pela qualidade plástica que possuíam. Quando instados a criar fundos arquitectónicos nos seus quadros, os pintores, em vez de utilizar somente o modelo gravado que dispunham com facilidade, optaram também por olhar e captar o sentido da novidade e da modernidade da lavra dos nossos escultores.

A aplicação de arquitecturas fundeiras efectuada, na maior parte dos casos a partir de fontes impressas (gravuras, desenhos, estampas e ilustrações de tratados), derivava não só do virtuosismo do artista mas também do conhecimento que ele tinha sobre a teoria artística vigente. Deste modo, Chanterene e João de Ruão assumem papel precursor e de vanguarda na criação de formas e modelos arquitecturais nas suas obras de escultura retabular e não só. Por conseguinte, a paisagem arquitectónica nos seus retábulos deve ser vista como precursora da arquitectura real e portanto da edificada. A representação da cidade ou simples excertos dela, na obra escultórica de Nicolau Chanterene e João de Ruão, funciona acima de tudo como um marco referencial do espaço e do tempo actuais, o que não impede que em alguns casos, como vimos, possam ser indiferentes em relação à cena principal. Em suma, as suas cidades esculpidas deixam de ser apenas um mero cenário de um episódio narrado e tornam-se assim num importante contributo para o imaginário da cidade moderna.

BIBLIOGRAFIA

- ANTAL, Frederick, *El Mundo Florentino y su Ambiente Social*, Madrid, Alianza Editorial, 1989.
- BARREIRA, João (dir.), *Arte Portuguesa*, 4 vols., Lisboa, Excelsior, s/d.
- BATORÉO, Manuel, *A Pintura do Mestre da Lourinhã. As Tábuas do Mosteiro das Berlengas na evolução de uma oficina*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- IDEM, "Gravuras de incunábulo em pintura portuguesa da primeira metade do século xvi", in *António Borges Coelho. Uma Vida em História*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa / Ed. Caminho, 2001.
- BORGES, Nelson Correia, *João de Ruão — Escultor da Renascença Coimbrã*, Coimbra, 1980.
- CAETANO, Joaquim de Oliveira, *O Que Janus Via. Rumos e Cenários da Pintura Portuguesa (1535-1570)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- IDEM (coord.), *Garcia Fernandes, Um pintor do Renascimento eleitor da Misericórdia*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHO, José Alberto Seabra, "Frei Carlos e o outro. Preposições sobre a Pintura da Oficina do Espinheiro", in *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos*, Évora, CNCDP, 1998, pp.
- IDEM, *Gregório Lopes*, Lisboa, Ed. Inapa, col. Pintura Portuguesa do século xvi, 1999.
- CHUECA GOITIA, Fernando, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1982.
- CRAVEIRO, Lurdes, *Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.
- DIAS, Pedro, "Nicolau Chanterene e a sua obra no Mosteiro de Santa Cruz" in *Santa Cruz de Coimbra — do século xii ao século xx* (Actas do Colóquio), Coimbra, 1984, pp.
- IDEM, *Fydias Peregrino — Nicolau Chanterene e a Escultura Europeia do Renascimento*, Coimbra, CENEL, 1996.
- IDEM, "O contributo de Nicolau Chanterene para a afirmação de uma estética de raiz clássica em Portugal", in *Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, 1999, pp. 235-252.
- IDEM (coord.) *A Escultura de Coimbra — Do Gótico ao Maneirismo*, Catálogo da Exposição, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003.
- FLOR, Pedro, "O Túmulo de D. Luís da Silveira em Góis", in *Discursos — Língua, Cultura e Sociedade*, IIIª Série, nº 2, Revista do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, pp. 123-143.
- IDEM, *O Túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa na Igreja de Santa Maria de Óbidos*, Lisboa, Colibri, 2002.
- GONÇALVES, A. Nogueira, "Prováveis origens da arte de João de Ruão", in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 13-25.

- IDEM, "A Igreja da Atalaia e a primeira época de João de Ruão", in *Estudos de História da Arte da Renascença*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- GREEN, V. H. H., *Renascimento e Reforma — a Europa entre 1450 e 1660*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1991.
- GRILLO, Fernando, *Nicolau Chanterene e a Introdução do Renascimento na Península Ibérica*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.
- HALE, John, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, London, Fontana Press, 1994.
- MANIQUE, Carlos, "A propósito do retábulo do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena", in *Estudos Históricos sobre Sintra*, Sintra, Santa Casa da Misericórdia de Sintra, 2000., pp. 57-65.
- MARKL, Dagoberto, "O Julgamento das Almas do Museu de Arte Antiga", in *Prelo — Revista da Imprensa Nacional / Casa da Moeda*, Lisboa, INCM, Out.-Dez., 1983, pp. 85-104.
- IDEM, "Duas gravuras de Albrecht Dürer no painel «Jesus em Casa de Marta e Maria» atribuído a Vasco Fernandes. Breve achega ao estudo da influência alemã na pintura portuguesa do século XVI", in *Beira Alta*, vol. XLIII, Viseu, 1984.
- IDEM, "O Renascimento", in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publ. Alfa, 1986.
- IDEM, "Vasco Fernandes e a Gravura do seu tempo", in *Grão Vasco e a Pintura Europeia do Renascimento*, Catálogo da Exposição, Lisboa, CNCDP, 1992., pp. 261-278.
- MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o «moderno» e o «romano»*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- OSBORNE, Harold (ed.), *The Oxford Companion to Art*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
- PALLA, Maria José, *Do Essencial ao Supérfluo*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.
- IDEM, *A Palavra e a Imagem. Ensaios sobre Gil Vicente e a Pintura Quinhentista*, Lisboa, Ed. Estampa, 1996.
- PEREIRA, Fernando António Baptista, *Arte Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, Lisboa, CTT, 1996.
- IDEM, *Imagens e História de Devoção. Espaço, Tempo e Narratividade na Pintura Portuguesa do Renascimento (1450-1550)*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2002.
- IDEM e FALCÃO, José António, *Um Pintor em Évora no tempo de D. Manuel I. Francisco Henriques*, Catálogo da Exposição, Évora, CNCDP, 1997.
- PEREIRA, Paulo, "Gil Vicente e a contaminação das artes. O Teatro na arquitectura — o caso do Manuelino", in *Temas Vicentinos — Actas do Colóquio em torno da obra de Gil Vicente*, Lisboa, ICALP, 1988, pp. 101-137.
- IDEM (dir.), *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, col. Temas e Debates, 1995.
- POLICARPO, Isabel Ponce, *Gregório Lopes e a ut pictura architectura. Os fundos de arquitectura na pintura renascentista em Portugal*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- RATO, Ana Margarida Santos, *'Recordai Pastores!' — Contribuição para a leitura cénica das cenas da Anunciação e Adoração dos Pastores em quatro autos de Gil Vicente*, trabalho de Mestrado inédito policopiado, Lisboa, 2001.

- RODRIGUES, Dalila, *Modos de Expressão na Pintura Portuguesa. O processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.
- SANTOS, Reynaldo dos, *A Escultura em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1950.
- IDEM, "A paisagem e o naturalismo dos segundos planos nos Primitivos Portugueses", in *Colóquio*, n.º 5 e 6 (Nov.), 1953, pp. 1-23.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira (1501-1581)*, Lisboa, Notícias Editorial, 2002.
- SERRÃO, Vítor, "As Tábuas do Santuário do Bom Jesus de Valverde: uma encomenda de D. Henrique ao pintor Gregório Lopes", in *Estudo da Pintura Portuguesa — Oficina de Gregório Lopes*, Lisboa, IJF/MC, 1999, 47-79.
- IDEM, *O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620) — História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 2002.
- SMITH, Robert C., *The Art of Portugal 1500-1800*, Nova Iorque, 1968.
- VASCONCELOS, Joaquim de, *Albrecht Dürer e a sua influência na Península*, 2 ed., Coimbra, Imp. da Universidade, 1929.
- WITTKOWER, Rudolf, *Architectural Principles in the Age of Humanism*, London-New York, Academy Editions / St. Martin's Press, 1988.

LISBOA REENCONTRADA: registos iconográficos na azulejaria de Setecentos

(...) *Só nos relatos de Marco Polo, Kublai Kan conseguia discernir através das muralhas e das torres destinadas a ruir, a filigrana de um desenho tão fino que escapasse ao roer das térmitas.(....)*

As Cidades Invisíveis

Italo Calvino

Alexandra Gago da Câmara*

O tema apresentado prende-se com a representação de imagens talvez há muito conhecidas que a azulejaria portuguesa registou desde os finais do século XVII, testemunhando os mais variados aspectos da vida quotidiana da cidade.

É sob um *discurso* da imagem apoiado muito de perto por fragmentos visuais que se pretende reflectir tendo em conta uma duplicidade entre a análise das representações e a análise das formas de apropriação do espaço. Torna-se evidente que em todos estes registos, a cidade (no caso particular de Lisboa), gerou os seus imaginários de vária ordem. A cidade real e a cidade imaginada coexistiram por vezes num mesmo painel, produto de olhares e representações diferentes. As várias imagens de Lisboa em azulejos não são igualmente fiáveis. Desde as relativamente rigorosas, feitas a partir de apontamentos tirados propositadamente nos locais, até aos fundos de monumentais arquitecturas fantasiadas, inteiramente fictícias, encontram-se diversas situações de compromisso.

A primeira tentativa de inventariar os azulejos representando aspectos da cidade de Lisboa deve-se ao conhecido olisipógrafo Augusto Vieira da Silva¹ que entre os anos 40 e 50 elenca na *Revista Municipal* uma série de

* Universidade Aberta.

¹ Consulte-se: *Iconografia de Lisboa*, publicado no n.º 32 da "Revista Municipal", pp. 5-8, Lisboa 1947 e "Panorama de Lisboa em azulejos existente no Museu Nacional de Arte Antiga" in

painéis dispersos e truncados. Em 1959 João Pereira Dias divulga na *Revista da Academia de Belas Artes*² o conhecido conjunto azulejar do claustro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador da Baía. Uns anos mais tarde (1960-61) Santos Simões³ retoma a análise dos silhares cerâmicos sobre *Vistas de Lisboa*, divulgando e acrescentando mais algumas notas sobre estes interessantes e singulares testemunhos. Referências mais recentes (1996) foram feitas por José Meco na *Revista Olisipo*⁴.

A representação iconográfica de Lisboa na azulejaria de Setecentos apresenta-se dispersa, pois muitos exemplares desapareceram, sendo hoje difícil reconstituir grandes panorâmicas, à excepção de três magníficos conjuntos: *A Grande Vista de Lisboa* que fez parte da decoração do antigo Palácio dos Condes de Tentúgal no Largo de Santiago (1.º quartel do século XVIII), atribuída ao pintor Gabriel del Barco⁵, actualmente exposta na galeria sul do andar superior do claustro do Convento da Madre de Deus (Museu Nacional do Azulejo), os azulejos do claustro do edifício da *Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco*

Dispersos, vol.2, Lisboa 1960. Faz referência aos seguintes exemplos: 1) Vista panorâmica que foi do palácio dos Condes de Tentugal (à data no MNAA); 2) Silhar da capela da portaria do extinto convento de S. Vicente de Fora; 3) Trecho do Terreiro do Paço e do Palácio da Ribeira existente num prédio da Estrada de Benfica; 4) Paineis representando o torreão do palácio Real e o Terreiro do Paço encontrado num prédio da Costa do Castelo, à data existente no Museu da Associação dos Arqueólogos no Carmo; 5) Paineis do extinto convento das Trinas do Mocambo, guardado no MNAA; 6) A Igreja e o Convento da Graça num painel de azulejos que forma o silhar do refeitório do ex-convento de S. Bernardino, próximo de Peniche; 7) Paineis truncados representando a casa dos Bicos do mercado da Ribeira Velha; 8) O Rossio, a mais antiga representação desta praça isolada das vistas panorâmicas existente num prédio da Estrada de Benfica; 9) Outro painel de azulejos representando o Rossio e chafariz de Neptuno, possivelmente do extinto convento das Trinas.

² Veja-se DIAS, João Pereira — *Os Azulejos do Claustro da Ordem Terceira de S. Francisco da Baía* — Lisboa — Emp. Nac. De Publicidade, Separata Belas Artes, 7, 1954.

³ Consulte-se: SIMÕES, João Miguel Santos — “Iconografia Olisiponense em azulejos” in *Estudos de Azulejaria*, (recolha de textos, organização, apresentação de Victor Sousa Lopes) Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa 2001, pp. 235-247 e idem — “Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil. Vistas de Lisboa em painéis de azulejos na cidade do Salvador” in *Oceanos, Azulejos Portugal-Brasil*, n.º 36/37. 99, pp. 88-100.

⁴ “Azulejos com Iconografia de Lisboa — Breve revisão” in *Olisipo*, II.ª série, n.º 1, Lisboa 1994.

⁵ A atribuição da autoria é problemática. José Meco integra o painel na produção do pintor Gabriel del Barco, já depois de em trabalho monográfico dedicado ao artista o não ter incluído entre as suas obras, hipótese desde então vulgarmente aceite. O esquematismo do desenho de Barco — temperados pelo um acentuado sentido decorativo — podem ser comparados com as características gráficas do painel, mas algumas aproximações cronológicas tentadas a partir da identificação de edifícios dificultam a questão. A existência de uma cobertura cupulada em madeira, na Igreja de St.ª Engrácia pode atirar a feitura do painel para o 2.º decénio de Setecentos, confirmando por isso a autoria de Gabriel del Barco, que morreu antes de 1703, a menos que o desenho respeite o projecto do arquitecto João Antunes.

da Congregação da Baía encomendados a oficinas de Lisboa possivelmente entre os anos 30 e 40 do século XVIII que representam a última Entrada Régia festiva em Lisboa do príncipe D. José — futuro rei — e de D. Maria Ana de Áustria quando do seu casamento em Fevereiro de 1729⁶, incluindo a formação do cortejo fluvial na Aldeia Galega (Montijo), o desembarque em Belém e o cortejo que se seguiu desde o Largo da Esperança até à Sé, passando por diversos arcos triunfais de arquitectura efémera, e, os azulejos da *sala do Consistório* do mesmo edifício ilustrando dez vistas litorais de Lisboa Oriental, e três mercados, — que não sendo totalmente fiáveis — formam uma interessantíssima série iconográfica de Lisboa, anterior ao terramoto de 1755 e, também a única em azulejos, que ainda se encontra no local original⁷.



Fig. 1 — Painel de azulejos — Vista Panorâmica de Lisboa. Atrib. ao pintor Gabriel del Barco. 1700. Museu Nacional do Azulejo. (Pormenor da zona de Santos).

⁶ Veja-se sobre este assunto: TEDIM, José Manuel — *A Festa Régia do Tempo de D. João, Poder — Espectáculo e Arte Efémera*, Tese de Doutoramento, Porto Universidade Portucalense, 1999; LUDOVICE; Nuno Drumond — “O desembarque dos príncipes D. José e D. Maria Ana Victória de Borbon em Belém e cortejo nupcial de aparato que lhe seguiu” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, ed. CML, Lisboa 1999 e TEIXEIRA, José Monterosso — “Arte, Representação e Espectáculo: o prorama artístico e os festejos da “Troca das Princesas” em 1729” in *Festa Barroca a Azul e Branco* — Os azulejos do Claustro e do Consistório da Ordem Terceira de São Francisco, São Salvador da Baía, pp. 49-75.

⁷ Estes dois últimos exemplos foram recentemente objecto de um projecto de recuperação e restauro numa parceria entre o Brasil (Ministério da Cultura e Instituto do Património Artístico e Cultural) e Portugal (Fundação Ricardo Espírito Santo Silva) da qual resultou uma excelente exposição actualmente patente ao público no Palácio Azurara em Lisboa intitulada *Festa Barroca a Azul e Branco*.

O primeiro caso constitui sem dúvida a mais completa vista de conjunto de Lisboa de princípios do século XVIII, tendo sido a mais estudada mas, apesar disso a que mais necessita de ser revisitada. Originalmente mais extenso, está hoje amputado nos dois topos, o que apesar de tudo não prejudica a leitura do essencial no espaço envolvente da cidade. Constitui uma peça espectacular pela sua dimensão, desenvolvendo-se num painel de expressão horizontal com cerca de 23 metros de comprimento, devendo estar colocado na parede de um enorme salão desdobrando-se para as paredes laterais. Deste desdobramento restam apenas os trechos, a poente da zona da Cruz Quebrada e a nascente de Xabregas. Tudo leva a supor que o painel completo teria a representação a poente até Cascais e a nascente até Poço do Bispo.

Para além da curiosidade evidente que tem a identificação correcta dos edifícios e dos espaços aqui representados, é interessante também proceder à análise formal em função do tipo de levantamento feito, das perspectivas usadas e das distorcidas que tanto terão sido provocadas pela adaptação dos painéis aos espaços originais como por erros assumidos pelo pintor, aos quais contribuem para a sua identificação. São também perceptíveis, nas diversas partes representadas, algumas mudanças de escala e do ângulo de visão.

Trata-se então da representação de Lisboa vista do Tejo, a sua paisagem ao longo da foz do rio e a paisagem vista da Barra de Lisboa e do Oceano Atlântico até Cascais. O pintor ceramista optou por pontos de vista muito súbitos para que a visão pode-se alcançar o máximo. De características muito decorativas, à análise detalhada do construído sobrepõe-se uma hábil exploração dos efeitos de massas e volumes, que garantem assim a unidade expressiva do conjunto. A composição é pouco rigorosa e o desenho imperfeito, mas para a inquestionável “ingenuidade” do conjunto contribui sobretudo a indefinição no uso de um único “ponto de vista”. Alguns acidentes da beira-rio são assim representados numa projecção ortogonal.

Toda a panorâmica foi desenhada numa escala reduzida, com os edifícios secundários sugeridos por apontamentos miniaturais, por vezes vagos e genéricos, ao contrário dos edifícios principais ou de importância média, que estão em geral mais precisos e pormenorizados. Pontualmente diversas alterações na escala pretendem dar a ideia da ondulação da faixa costeira de Lisboa e da maior ou menor aproximação de algumas colinas ou construções mais destacadas.

Como opção iconográfica, o painel inscreve-se numa bem conhecida tradição “vedutista” da cidade de Lisboa, peça tão expressiva do ponto de vista da técnica da pintura e ao mesmo tempo reveladora de uma ignorância evidente dos códigos académicos da representação perspectica.



Fig. 1 — Painel de azulejos — Vista Panorâmica de Lisboa. Atrib. ao pintor Gabriel del Barco. 1700. (Pormenor do Paço da Ribeira)

Remontando o *modelo representacional* do último quartel de quinhentos onde surgem uma importante série de *vistas*⁸ que fixam algumas das convenções de representação duradouras com o fim de internacionalizar a imagem de Lisboa, a cidade define-se aqui pela articulação ascendente entre o primeiro plano percorrido pelo rio, juncado de embarcações e, o último ocupado pela colina do Castelo, evocando ainda um passado recente de eficácia defensiva e simultaneamente a fixação de uma cidade marcada pela intervenção filipina, submetendo a representação de Lisboa ao eixo constituído pelo torreão do Paço da Ribeira, desenhado por Terzi peça arquitectónica que assume lugar de destaque.

Fazendo a ponte e marcando a transição entre duas épocas, este extenso painel de azulejos mostra bem os paradoxos de uma Lisboa barroca, capital de uma corte sem grandes pontos de identificação urbana⁹

No início de Setecentos, o remanescente do burgo medieval define-se a partir de dois edifícios de referência: o castelo de S. Jorge, o seu mais

⁸ Refiram-se as antigas *vistas*, através das peças mais significativas e iniciais: iluminuras, em pergaminho da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes (IANTT), da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, 1505 (Museu Conde de Castro Guimarães) e da *Genealogia dos Reis de Portugal* (British Museum, Londres). Estas notáveis iluminuras certamente propostas por artistas nacionais, foram ainda no século XVI, objecto de sucessivas apropriações: cite-se o excepcional desenho da *Panorâmica de Lisboa* da Universidade de Leyde (c. 1570) e atribuível ao desenhador flamengo Anton van den Wyngaerde; a gravura em madeira inserida na obra de Sebastião Munster, (1541 Museu da Cidade) e as gravuras em madeira inseridas na obra de Jorge Braunio (1572 Museu da Cidade). Na produção a óleo citem-se os dois exemplos paradigmáticos: as vistas de Lisboa realizadas em 1662 por Dirk Stoop, sobretudo a do Paço Real e Terreiro do Paço (Museu da Cidade), *Panorâmica de Lisboa* atribuída a Amaro do Vale que a evoca sob protecção de N.S. de Porto Seguro (Igreja de S. Luís dos Franceses) e a Partida de S. Francisco Xavier para a Índia em 1541, talvez de Domingos da Cunha (Museu Nacional de Arte Antiga).

⁹ É de salientar a questão do apertado tecido medieval que prevaleceu até à “revolução” pombalina.

importante recinto muralhado e residência régia até ao século XVI, ocupa o topo de uma colina em evidente opção estratégica; mais abaixo, confundindo-se com a malha concentrada do casario, a Sé interfere na própria silhueta da cidade individualizando-se pela fachada torreada e pela imponente torre do cruzeiro erguida por D. Afonso IV desaparecida com o terramoto.

No painel, as grandes opções urbanísticas manuelinas estão ainda fora de portas: a igreja de Santa Maria de Belém e o mosteiro anexo dos frades Jerónimos, mais a frente a reconhecível estrutura da Torre de Belém. Simultaneamente com toda a nitidez a zona à beira-rio polariza as funções comerciais e marítimas da cidade. Tratava-se da zona estratégica de apoio às navegações e, por ali se estendiam, a Casa da Índia (junto ao Palácio Real) a Casa da Pólvora, a Alfândega Nova bem como os diversos estaleiros de construção naval.

O investimento nas muralhas e nas fortificações cede lugar ao investimento prático na Alfândega, no Arsenal ou no cais da Ribeira, bem como ao investimento simbólico nos palácios, ou seja na função ostentória¹⁰

Da cidade filipina, é de notar — para além das remodelações do velho Palácio da Ribeira - o imponente Palácio Corte Real, de evidente inspiração castelhana e com bom aproveitamento do rio nos dois corpos avançados pelo Tejo¹¹ e, a silhueta monumental da obra régia da Igreja de S. Vicente de Fora coroada pela magnífica cúpula oitavada que ruíu em 1755.

A cidade dos primórdios do barroco resulta aqui de uma amálgama compósita de variadíssimas épocas (veja-se o Palácio dos Duques de Bragança com o seu portal manuelino) e, neste período inicial apenas St.^a Engrácia, cuja planta centralizada rematada com cúpula se reconhece logo abaixo da igreja de S. Vicente de Fora, desenha uma tentativa de dotar Lisboa com um edifício de volumetria e planimetria actualizadas.

No termo da cidade, à concentração urbana do centro sucede-se uma ocupação mais dispersa, marcada pela tipologia bem portuguesa da “quinta de recreio”, misto de casa nobre com unidade de exploração agrícola. A periferia de Lisboa paralela ao Tejo era também zona tradicional de implantação de conventos e mosteiros: São José de Ribamar à esquerda da Torre de Belém e, à direita o corpo octogonal do Convento de Nossa Senhora

¹⁰ Estes novos padrões são aliás seguidos pelos membros mais notáveis da sociedade de corte, que constroem os seus palácios na zona ribeirinha — Albuquerque, Mascarenhas, Corte-Real, e Meneses.

¹¹ Cite-se a forte inspiração do modelo — gravura de Dirk Stoop *Embarque de D. Catarina de Bragança com Carlos II* onde é visível o engalanado passadiço coberto, de arquitectura efémera, levantado sobre o cais da Ribeira das Naus, por detrás do qual está representado o torreão filipino)

do Bom Sucesso. Ao aproximarmo-nos da zona Oriental de Lisboa, o casario torna-se mais raro. Destaca-se a grandeza do Convento de Santos-o Novo e mais adiante o Convento da Madre de Deus.

A interpenetração das funções de poder com a topografia e o crescimento urbano também se detecta na reorganização do poder espiritual, visível através do alargamento do número de conventos mas também através da edificação de monumentos sacros que polarizam a construção de novos bairros.

São ainda de salientar a figuração de alguns dispositivos defensivos da cidade; a capela circular de St.º Amaro precedida de um imponente escadório e as ribeiras com as suas pontes.

Armazéns, mercados, ruas, praças, minúsculos grupos de pessoas, embarcações costeiras de transporte e de pesca, caravelas e galeões de viagens de longo curso, são detalhes e pormenores que recheiam e compõem esta *Panorâmica de Lisboa*.

Em suma, este painel permite avaliar o crescimento da urbe e iconografar os seus edifícios mais notáveis (quase enunciando uma leitura didáctica) e, simultaneamente, propõe, pela sua especialidade técnica, uma imagem renovada da cidade que nos azuis vivos dos delineamentos, recria a sua específica luminosidade ribeirinha.

Lisboa aparece por isso mais entrosada em si mesmo do que noutros registos mais abstratizados como se a sua história fosse aqui narrada, sobretudo aos lisboetas, numa afectiva e delicada relação de intimismo.

A partir de todas estas características pode concluir-se que Gabriel del Barco, o suposto pintor da *Vista de Lisboa*, tentou jogar habilmente com os seus conhecimentos de perspectiva e de representação do espaço incipientes e a preocupação de descrição correcta que toda a vista testemunha. Se a sua capacidade de representação topográfica da cidade deixava algo a desejar, bem como a da volumetria dos edifícios, o sentido decorativo deste artista devia ser bastante forte, pela forma como jogou com diversas subtilezas de composição de transformação e dinamização do espaço através do revestimento decorativo de azulejos.

Os dois outros exemplos situam-se como já referimos em espaço atlântico, mais especificamente no Estado da Baía no edifício da Ordem Terceira¹² em Salvador. A azulejaria existente neste edifício tem sofrido confronto com o extraordinário conjunto do vizinho Convento de S. Francisco.

¹² Cf. ALVES, Marieta — *História da Venerável Ordem 3.ª da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia*, Bahia, 1948

Os azulejos mais notáveis do edifício são os que pertencem à grande campanha decorativa barroca do segundo quartel do século XVIII, de data aproximada a 1729, os quais compreendem o revestimento do claustro e do Consistório, beneficiados durante o um recente processo de restauro e conservação.

Vejam os pontualmente cada um destes espaços.

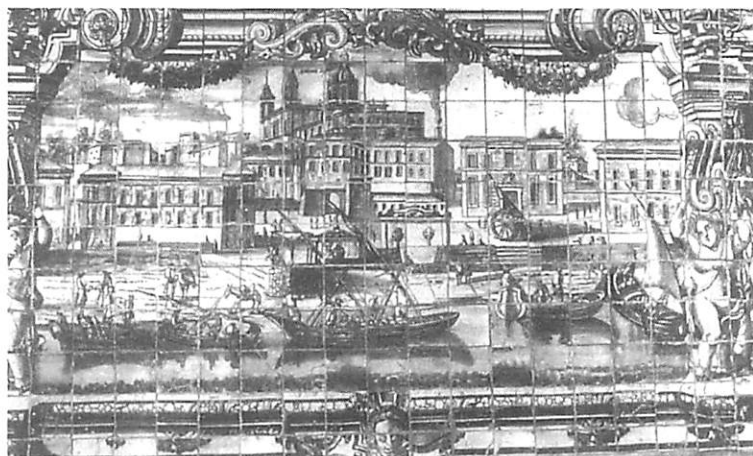


Fig. 3 — *Convento de S. Vicente. Painel de azulejos na Sala do Consistório. Igreja da Ordem Terceira. Salvador Baía.*

Como já referimos este claustro apresenta um invulgar silhar historiado representando a Entrada Régia em Lisboa dos Príncipes D. José e D. Maria Ana Vitória em 1729¹³ e o respectivo cortejo nupcial que se seguiu até à Sé. Os vários painéis do claustro foram rigorosamente concebidos para os espaços preexistentes. Os enquadramentos são simples, com bases e entablamentos rectilíneos, centrados por cartelas ladeadas por pares de meninos e entremeadas por composições barrocas com volutas.

¹³ Estes acontecimentos, festivamente celebrados em Salvador entre 23 de Julho e 20 de Agosto, foram antecididos pelo casamento por procuração em Dezembro de 1727, de D. José e Dona Maria Ana de Bourbon (Princesa das Austrias) e pela chamada “Troca das Princesas” na fronteira do Caia em 19 de Janeiro de 1729. Os reis de Portugal, D. João V e Dona Mariana de Áustria, e de Espanha, Filipe V e Dona Isabel Farnésio, acompanhados de numerosas comitivas encontraram-se numa construção efémera a meio da ponte sobre o rio Caia, para trocarem as suas filhas, respectivamente D. Maria Bárbara de Bragança e D. Maria Ana Vitória, cada uma já casada, por procuração com o país vizinho. O casamento do príncipe D. José e D. Maria Ana Vitória foi abençoado em Elvas, em 29 de Janeiro e no dia 11 de Fevereiro, a família real e toda a comitiva chegaram a Aldeia Galega onde

À excepção da zona de Desembarque num cais prepositamente construído para o efeito em frente ao Palácio da Quinta da Praia, ou Conde de S. Lourenço¹⁴ (comprado por D. João V em 1727), as supostas imagens de Lisboa que servem de fundo ao cortejo são totalmente inventadas, não havendo um único edifício ou local que esteja reproduzido com fidelidade ou possa ser identificado. O seu maior interesse é cenográfico pelo enquadramento que proporcionam à Entrada Régia. Os painéis destacam-se pelo pitoresco das cenas representadas e pelas imagens sugestivas do cortejo e dos arcos de triunfo. O imenso cortejo descrito foi sintetizado pelo pintor de azulejos e dos vinte e seis arcos levantados só os mais importantes foram reproduzidos. Através destes arcos engalanados, quase todos legendados, passam algumas carruagens, observadas por diversas figuras em primeiro plano; tipos sociais identificados: eclesiásticos, nobres populares, crianças e um mendigo.

Os azulejos da sala do Consistório supostamente da mesma encomenda¹⁵ são aqueles que nos colocam as problemáticas questões da escala e do modelo ou fonte de inspiração. Os painéis desta sala identificados por legendas, ordenam-se do altar a partir da parede do fundo. As perspectivas, tiradas de baixo, ao nível do Tejo, transmitem-nos a volumetria muito acidentada e contrastada da cidade e o contexto denso e variado das construções, correctamente situadas e inter-relacionadas no contexto da cada vista.

Analizados em pormenor, pelo contrário, os painéis apresentam construções totalmente deturpadas¹⁶ ao nível dos pormenores alguns apenas identificáveis pela legenda

Vejamos alguns detalhes:

(Na parede lateral esquerda)

pernoitaram. Na manhã seguinte, o cortejo atravessou festivamente o rio Tejo e desembarcou em Belém. Estes festejos foram empoladamente descritos em textos contemporâneos. São várias as fontes impressas coevas que trabalham este acontecimento. Veja-se Frei Joseph da Natividade — *Fastos do Hymeneo ou História Panegírica dos Despensórios* [...], Lisboa 1752

¹⁴ Este espaço está já assinalado na *Planta topographica marinha das cidades de Lisboa Occidental, e Oriental desde o Forte de S. Joseph de Riba.mar/até o Convento do Grilo feita no anno de 1727*, como Quinta de São Lourenço cuja casa senhorial, com o portão de entrada voltado a poente ocupava toda a zona compreendida entre a estrada e o rio. Esta quinta, no próprio ano em que foi desenhada a planta (1727), foi adquirida por D. João V ao 5.º conde de São Lourenço, D. João Alberto de Noronha, tendo o soberano feito nele algumas obras e construído um cais. Foi conhecida, durante um curto período por Casa Real de Campo de Belém.

¹⁵ Pode concluir-se que os vários conjuntos de azulejos figurativos barrocos da Ordem Terceira, mesmo que tenham chegado a Salvador em remessas distintas, resultam de uma mesma encomenda, ou campanha decorativa e podem situar-se ainda no final de 1729 ou nos anos imediatamente a seguir a esta data.

¹⁶ Isto leva-nos a repensar a grande questão da cópia e da reprodução fantasiada do modelo utilizado pelo pintor, a relação entre a gravura e o azulejo, a persistência de um modelo e a sua cópia criativa.

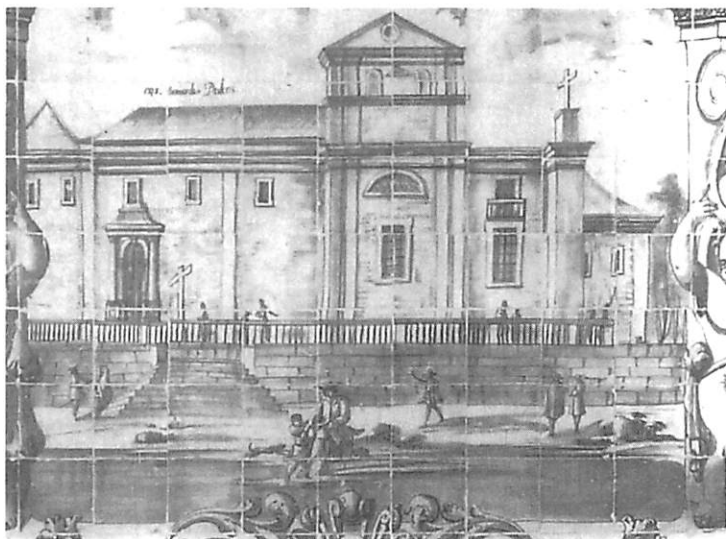


Fig. 4 — Forte da Madre de Deus. Painel de azulejos na Sala do Consistório.
Igreja da Ordem Terceira. Salvador. Baía.

Frontaria da igreja e convento da Madre de Deus, (esta relativamente rigorosa) único edifício isolado num painel e representado em escala maior que os restantes: a porta renascentista, o nicho sobreposto é tratado aqui como uma janela; e a estrutura torreada maneirista do cruzeiro, que desapareceram nas remodelações do século XIX.

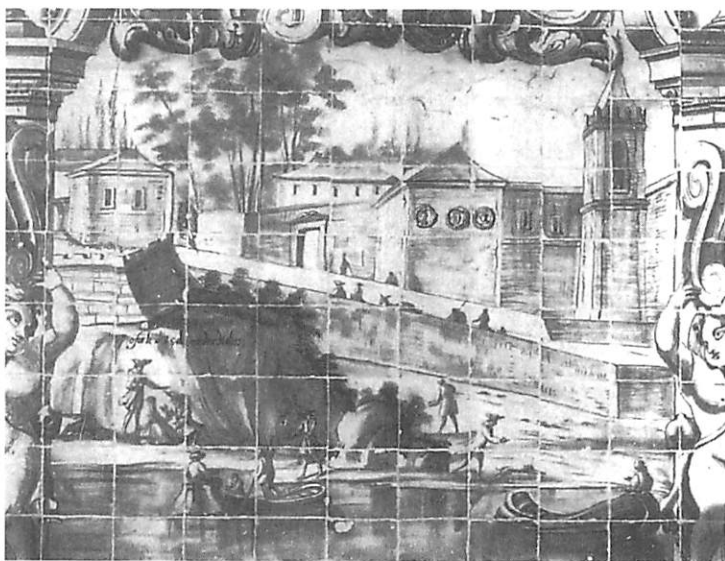


Fig. 5 — Convento da Madre de Deus. Painel de azulejos na Sala do Consistório.
Igreja da Ordem Terceira. Salvador Baía.

Forte da Madre de Deus e a descida da Cruz da Pedra para o Convento, da qual está representada a parte poente, com a torre e um corpo saliente decorado por três medalhões de terracota esmaltada da oficina florentina dos Della Robbia (peças hoje no Museu Nacional de Arte Antiga)



Fig. 6 — *Convento de Xabregas. Painel de azulejos na Sala do Consistório. Igreja da Ordem Terceira. Salvador Baía.*

O Convento de Xabregas e em frente, o Forte com uma enorme bandeira hasteada, com as armas reais portuguesas. À esquerda, termina junto do forte o paredão que protegia o Convento da Madre de Deus e o Palácio Unhão, desenhado noutro painel.

(Na parede lateral direita)

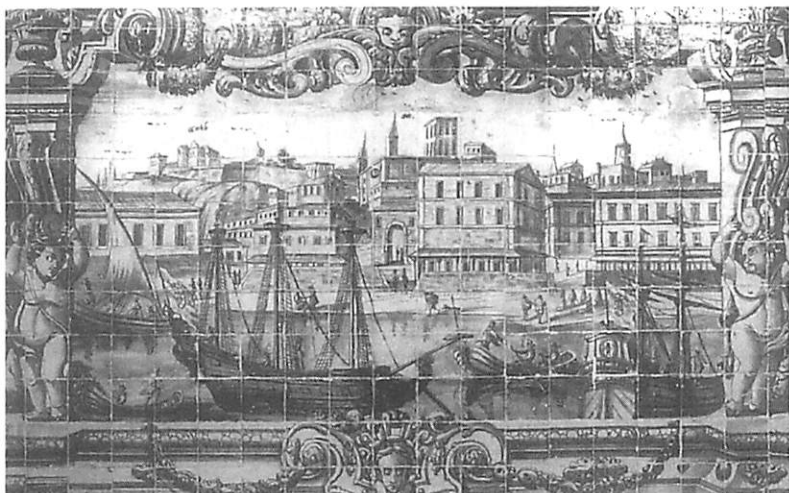


Fig. 7 — O Castelo e a Sé. Painel de azulejos na Sala do Consistório.
Igreja da Ordem Terceira. Salvador Baía.

Ribeira Velha com o arco de Jesus, ao centro encimado pela Sé, com monumental Torre Lanterna, que o terramoto destruiu, em evidência, e as duas torres da fachada com desenho impreciso; do lado esquerdo levanta-se o morro do Castelo com a Alcáçova.

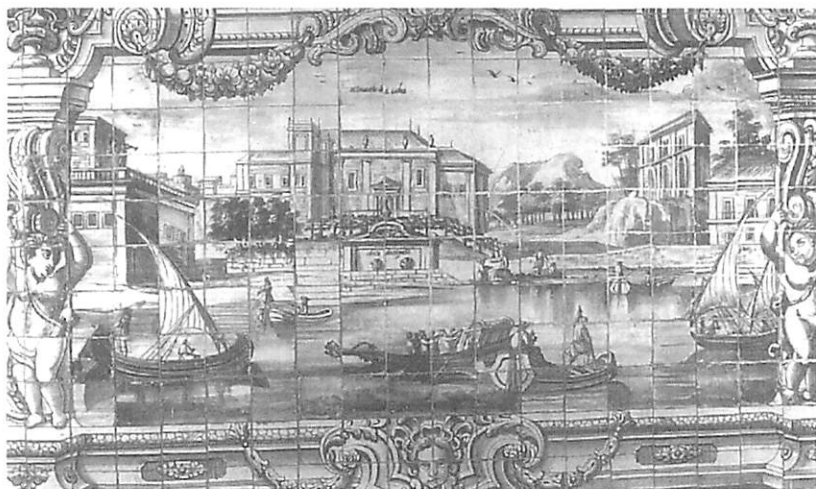


Fig. 8 — O Convento de Santa Clara e a Bica do Sapato. Painel de azulejos
na Sala do Consistório. Igreja da Ordem Terceira. Salvador Baía.

Um pormenor menos vulgar na iconografia geral de Lisboa é o Sítio da Bica do Sapato e respectiva Fonte da qual não são conhecidas outras imagens, encimada pelo Convento de Santa Clara¹⁷, também conhecido pelo mosteiro de Santa Apolónia de que hoje nada existe.

A partir de todas estas evidências, é inquestionável a importância documental deste conjunto de azulejos, representando a capital portuguesa anterior à sua parcial destruição pelo terramoto de 1755. A grande questão prende-se com o significado histórico da realização desta série de azulejos contendo imagens de Lisboa, ainda que muito imprecisas, com os seus principais monumentos, produzidos e adaptados no primeiro caso a um espaço cívil, no outros exemplos integrados em espaços religiosos concretos, de que resultam uma completa eficácia em termos de funcionalidade e de um discurso iconográfico muito preciso: reproduzir e perpetuar a ideia de Capital, enquanto centro urbano com função de representação, e simultaneamente traduzir uma retórica de afirmação do Império colonial Português.

Em suma, o campo de abordagem iconográfico de uma cidade, em especial tão complexo como Lisboa, ultrapassa largamente um conhecimento de base histórica, por mais seguro que se apresente, e implica forçosamente e necessariamente a conjugação de abordagens em áreas diversas, entre os quais o rigor de leitura das imagens e o necessário enquadramento artístico são imprescindíveis.

¹⁷ Antigo recolhimento (1712-1715) com capacidade para 28 religiosas da I.ª Regra de Santa Clara. Foram neste local erguidos os edifícios actuais da CP. Consulte sobre esta zona: MATOS, J. Sarmento de — *Caminho a Oriente*, Livros Horizonte, Vol. I, pp. 63

A L.: DEDICATÓRIAS À CIDADE-MULHER NA LISBOA DE CESÁRIO

Rosa Maria Sequeira*

... tu, que vives a compor-te,
grande seio arquejante de Paris! ...

(Cesário Verde, 1999: 172)

Desde Whitman, Baudelaire e Cesário Verde, o espaço urbano suscitou uma poesia nova. Foi nele que a poética da cidade fez incidir o seu percurso de alegorias a partir da captação do transitório e do fortuito¹.

O triunfo da revolução industrial, com o seu sistema de produção fundado em novas fontes de energia, a mecanização e o sistema fabril implicaram a materialização de novos modelos de povoamento e de cidade numa mobilidade sem precedentes que veio proporcionar a captação poética da mudança². Sensivelmente por volta de 1870, os temas da industrialização e da própria cidade vão constituir pólo estruturador da poesia europeia³.

*Universidade Aberta.

¹ Sobre as transformações da poesia pela crescente importância da realidade urbana e, especialmente, sobre o modo como os versos de Cesário Verde são algo novo na história da poesia da cidade, ver Prado Coelho (1961) pp. 181 a 185 ou o meu estudo, *A imagem da Cidade na Poesia Moderna* (1990).

² Especificamente sobre a problemática da industrialização portuguesa desde meados do séc. XVIII até à Exposição de Lisboa em 1888, ver Custódio (1986). A partir deste artigo podemos fazer uma ideia da formação fabril e operária da cidade de Lisboa que, sendo a capital industrial portuguesa por excelência, exerceu um fascínio particular na poesia de Cesário Verde.

³ Segundo Meckseper e Schraut (1983), o tema da cidade na literatura terá surgido primeiro em França e Inglaterra e posteriormente na Alemanha. Aqui, no que respeita à poesia, apenas por volta de 1890 começou o processo para uma literatura citadina e, ainda assim, segundo os autores, só depois da primeira década do séc. XX, os escritores alemães começam a referir-se à cidade a partir de dentro, como habitantes que nela se movimentam. Também Michael Pleister (1982), quando analisa os

Em Portugal, a geração de 70 tinha propósitos críticos e reformistas e as suas “Farpas” não podiam deixar de atingir a cidade. Foi uma geração formada na leitura dos realistas e naturalistas franceses e norteadada pelo socialismo utópico de Proudhon, pela filosofia positivista de Comte, pelo determinismo de Taine e pelo evolucionismo de Darwin que teve um papel fundamental naquela ideia de decadência de que Joel Serrão traçou as linhas principais (Serrão, 1980). Uma ideia que não deixava de visar a regeneração da sociedade portuguesa, procurando que ela correspondesse a um tempo europeu. Do mesmo ano de 1875 são *As Claridades do Sul* de Gomes Leal, a primeira versão d’ *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós e a fundação do Partido Socialista. O ano seguinte, de 1876, coincide também com a segunda versão do romance de Eça e a criação do Partido Republicano.

Não admira que as acusações de degeneração moral dirigidas por estes intelectuais aos esteriótipos ultra românticos abrangessem também a cidade. Como modelo de civilização, ela era o símbolo da decadência moral, social e política do país. Ao mesmo tempo, ela era o lugar que melhor mostrava a tensão, sentida por estes intelectuais, entre a sociedade e a arte, entre a comunidade e a individualidade. Na senda de Baudelaire, Vigny e do Wordsworth das *Lyrical Ballads*, também os poetas da Escola Nova se detêm no limiar da cidade como diante da burguesia, nenhuma os seduzindo. Na vida prática, o espírito do positivismo como fenómeno paralelo à corrente filosófica do mesmo nome, resultava na valorização do trabalho e do progresso que, no estado mais baixo, se reflectia na luta pelo êxito e pela acumulação de bens materiais em que se empenhava a burguesia, classe entretanto dominante. Estes eram os alvos do poeta maldito. A imagem da Torre de Marfim, símbolo de refúgio do poeta em relação à sociedade, iniciará neste momento uma tradição poética que Eugénio de Castro explorará mais tarde e que depois tomará novas formas em Mário de Sá-Carneiro, pela inversão do *cliché* literário numa nova imagem poética. O salão que surge em “Torniquete”, “Campainhada” e “El-Rei” é uma imagem equivalente à da Torre, onde a sociedade vive aprisionada, desta vez pertencendo ao poeta o espaço de liberdade exterior.

De entre os autores oitocentistas, é Gomes Leal quem mais tende a expressar o sentimento de excepcionalidade e solidão do poeta que procura na arte a realização de um grau de existência superior. Só “o poeta entende aquelas dores, / a as mudas solidões”, “só, ele sabe os ais e os gemidos das

movimentos de fim-de-século na Alemanha, nomeadamente o neo-romantismo, o simbolismo, decadentismo e a arte nova, conclui que os temas da industrialização ligados à cidade não eram tratados.

portas / — e inveja, às vezes, ser o pó das cousas mortas” (Leal, 1999: 51). “Sobre o mundo onde estou encontro-me isolado” diz Gomes Leal num outro poema dedicado a Eça de Queirós (*id*: 99). Não esqueçamos, pois, que as declarações hostis do poeta perante a cidade, identificada com a sociedade, têm sempre presente a forma de vida burguesa dos finais do séc. XIX.

Ora esta disjunção oitocentista arte / vida (vida social, entenda-se) também se patenteia na tensão entre a modernidade estética e científico-tecnológica e ambas se conjugam com a retórica da decadência. No que respeita à poética da cidade, tudo isto resultava num conjunto lexical bastante reduzido. Lisboa surgia assim através das suas “multidões”, “bordéis” ou “lupanares” e “famintos cães” ou “cães vadios”. Enfim, a cidade era a própria imagem do “esgoto”, outra palavra muito presente na *Alma Nova* de Guilherme de Azevedo, o primeiro poeta da escola a definir o novo estilo face ao progressismo, conforme António José Saraiva notou (1966: 269). É desta perspectiva que a poesia integra as novas invenções mecânicas o que, de resto, não era muito distinto do que se passava com a poesia francesa sensivelmente pela mesma época. De uma maneira geral, a técnica era associada a metáforas negativas (cf. Grant, 1966) e só excepcionalmente com Maxime Ducamp em 1855 a arte inclui os temas da industrialização. Também Rodenbach e Verhaeren serão casos únicos já nos anos 1880 na Bélgica. De igual modo, a poesia portuguesa, mesmo posterior, ainda se encontrava muito longe daquele ponto em que o vocabulário científico-técnico constitui a própria matéria da poesia na sedução dos objectos como na obra de António Gedeão. Como chamou a atenção David Mourão Ferreira, encontrando-se a ideia de cidade ligada à ideia de Progresso, tema recorrente na poesia da segunda metade do século, o “desencanto perante uma delas implica desencanto perante parte da outra” (Ferreira, 1949: 26).

Acrescente-se que o tom romântico adoptado pelos poetas da geração de 70 (eles que se rebelavam contra o Romantismo) não favorecia o tratamento de temas como a industrialização e a técnica. John Laidlar não diz algo muito distinto quando, num trabalho infelizmente inédito, objecta que estes intelectuais caíam no mesmo escapismo e subjectivismo românticos dos quais se pretendiam demarcar (Laidlar, 1983: 113)⁴. O desencanto pela ideologia positivo-cientista irá acentuar-se ainda mais na geração de 90

⁴ A este respeito ver também Orlando Pires (1966) ou Pimentel (2001) especialmente pp. 40 a 45.

que recuperará abertamente o romantismo, agora denominando-o “neo-garretismo” ou “neo-romantismo lusitanista”, de que o integralismo lusitano e o 28 de Maio são expressão e que na literatura corresponde à recuperação do expressivismo palavroso e emocional. As consequências da conjugação das visões pessimistas com os temas cosmopolitas iriam ainda perdurar. Devido a circunstâncias propícias (entre elas, o Ultimatum inglês de 1890 e a malograda revolução republicana em 1891), finalmente Portugal andava pelo mesmo tempo europeu no mesmo pessimismo de fim de século ...

O poema “Lisboa” de Gomes Leal, incluído nas *Claridades do Sul*, é um exemplo paradigmático. Em vez da experiência quotidiana, da renovação do vocabulário e de uma topografia reconhecível da cidade, deparamo-nos com uma abstracção moral e esteriotipada que chega à caricatura: uma cidade que “faz guerra à Vida, à Acção, ao Ideal ... e ao cabo / — é talvez a melhor amiga do Diabo” (Leal, 1999: 75).

À época, apenas Cesário Verde mostra entusiasmo pela “rua macadamizada”, pelos “ângulos agudos” da cidade, ou pelos “choques rijos, ásperos, cantantes” do ferro e da pedra, quando se põe, no poema “Nós”, a recordar “tanto utensílio, tantas perspectivas”⁵. Por exemplo, “em nenhum outro dos nossos líricos a nova iluminação assume tanta importância como tema literário” reconhece Joel Serrão (1978: 46). Ainda assim, os termos ligados à indústria, ciência e técnica acabam por não ser tão frequentes na sua poesia quanto os do comércio. Já são comuns menções ao dinheiro, à despesa, ao acto de comprar ou exportar. O movimento industrial moderno é, em Cesário, actividade pela qual os motivos citadinos adquirem um conteúdo humano.

O desencontro com a estética do seu tempo, que logo os primeiros trabalhos críticos sobre o poeta acentuaram, também passa por referências muito concretas à paisagem física e humana que encontramos na sua obra. Poemas como “Noite Fechada” ou “O Sentimento dum Ocidental” exibem uma topografia reconhecível da cidade”, desde a Calçada das Necessidades, a Basílica da Estrela, o Quartel do Carmo, até à Praça de Camões. Também a atmosfera lisboeta dos bairros antigos de ruas estreitas é sugerida pela menção aos “nebulosos corredores” (Verde, 1999: 156) ou a transformação da cidade, por exemplo pela conversão do conventos em quartéis (*id.*: 152).

⁵ Sobre a experiência do urbano na poesia de Cesário Verde, ver o meu estudo já citado (Sequeira, 1990), especialmente capítulo II ou Sequeira, (1993).

Só Cesário e Eça de Queirós trouxeram para a literatura portuguesa o mundo concreto do homem moderno e a cidade como local de trabalho, inteligência e febre que, apesar de tudo, Paris e Londres não deixariam de representar melhor⁶... Será, porventura, essa ideia atractiva de metrópole que, por sua vez, suscita o tédio citadino. Pela mesma época, Júlio César Machado na crónica, Eça de Queirós no romance e Cesário Verde na poesia têm a mesma experiência do tédio, conforme mostrou Joel Serrão (1980). Com efeito, na obra do poeta, “enfadam-se os lojistas” e “arengam” os dentistas por entre o desejo de estar em outro lado, “Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!” (Verde, 1999: 149).

Se a cidade é então objecto de rejeição pela sua identificação com a sociedade burguesa, se nela é mais evidente o lado entediante ou trágico do quotidiano, se n’“O Sentimento dum Ocidental” as “multidões” e a “massa irregular de prédios sepulcrais, com dimensões de montes” constituem a sua face visível, ela é também lugar de perda e perdição no qual as conotações eróticas não estão ausentes. Na medida em que a associação da instância feminina à cidade é mais comum na poesia do que na ficção, este será um traço constitutivo da poética citadina.

Motivos de descrição do espaço como o mar, o porto, os edifícios ou as fortificações, que pontuavam na poesia até então, cedem lugar a esta nova personagem, a cidade-mulher. Ela vem anular o ponto de vista externo a partir do qual a cidade era tradicionalmente invocada no seu passado mítico ou décor emblemático-arquitectónico de um poder. E porque a cidade é tema privilegiado em Cesário, também é de prever que o tema da mulher seja de importância obsessiva na sua obra⁷.

Ora na descrença dos ideais de civilização e progresso científico que caracteriza um final de século em crise (de que as vertentes estéticas do Decadentismo, Simbolismo e Esteticismo dão conta), a cidade continua a ser, na sua lógica de “luxo e de gozo”, o espaço por excelência das mulheres fatais.

A degeneração de que a cidade é o exemplo, a partir da já tradicional relação amor-morte, muito teorizada por Georges Bataille (1985), não foge às conotações sexuais e à imagem da prostituta do Apocalipse, participando da narração da Queda. A cidade é então a “cortesã devassa” dos versos de Guilherme de Azevedo.

⁶ Sobre este assunto, ver Pires (1966), especialmente o capítulo IV.

⁷ A respeito da obsessão pelas figuras femininas na obra de Cesário Verde, veja-se Bernardes (1986).

É certo que a ligação da mulher à cidade no âmbito da ideia de perdição já a podemos constatar na Bíblia no livro do Eclesiástico, versículo 7 do capítulo 9: “não deixes errar os olhos pelas ruas da cidade / afasta os teus olhos da mulher elegante”. Muitas vezes se acentua esta tradição bíblica que apresenta a cidade como um desvio do bem, um resultado da errância de Caim a leste do Paraíso, depois de ter morto o seu irmão Abel. Mas curiosamente nada se diz sobre o facto de esta figura do lavrador desarraigado e fundador da primeira cidade ter resultado do desagrado de Deus perante a sua oferta dos frutos da terra (Génesis, 4).

Na mesma tradição judaico-cristã, a esta dualidade segue-se uma outra: a par da imagem simbólica da Eva pecadora, surge a de Maria, símbolo da protecção do ventre materno. A apropriação do espaço sob a forma circular nas primeiras cidades históricas terá a ver com a procura de protecção e limitação que o refugio natural do ventre feminino proporciona. O muro que rodeia e protege as cidades participa desta simbologia ao mesmo tempo que constitui a materialização do próprio interdito e não escapa a uma tensão entre espaço interior e exterior, entre protecção e sedução.

Esta simbólica de marcas contrárias, que constitui um outro traço essencial da poética cidadina, reflecte-se na combinação de uma expectativa positiva e do desconforto como forma de expressar a consciência, tanto das ameaças como dos feitos do séc. XIX. A percepção da cidade inseminada no erotismo não pode deixar de ser marcada por isso. Em Baudelaire, encontramos uma atitude de ódio e amor que tanto se dirige à mulher como à cidade de Paris, ambas confundidas com a imagem da morte. Nos poetas da Escola Nova, de um modo geral, a mulher identificável com a cidade é a prostituta, que se opunha à mulher-anjo na tradicional disjunção exclusiva que fazia oscilar a mulher anjo-demónio entre o céu e o inferno. Cesário Verde que, em relação ao seu tempo, ocupou uma posição de marginalidade e solidão⁸, só aparentemente exhibe este traço da mitologia romântica.

Poder-se-ia pensar que a mulher vestida de branco do poema “A Débil”, de uma elegância sem enfeites e a quem o poeta deseja dedicar a sua vida, contrastaria com a mulher fatal e luxuosa dos poemas “Esplêndida”, “Deslumbramentos”, “Frígida” e “Humilhações”. Do mesmo modo, nos primeiros poemas de Cesário Verde do chamado primeiro ciclo, a mesma oposição surge através da “lúbrica” de “olhos imorais” e da “mulher sublime” que “não propaga o crime, / em sentimentos mesquinhos” (Verde, 1999: 45).

⁸ Ver, a propósito da contextualização da poesia de Cesário no âmbito da Escola Nova, a tese de John Laidlar (1983) ou o meu artigo (Sequeira, 2002) que sublinha o facto de a sua obra indiciar o Modernismo, recordando o contexto ideológico-literário que rodeou o poeta.

Porém, a tipologia das figuras femininas ultrapassa esta dicotomia, muito embora um outro traço do imaginário pequeno-burguês lhe seja apontado. Já se referiu a divisão da mulher companheira em dois sub-tipos que corresponderiam aos pares femininos dos romances de Júlio Dinis, ou seja, as Jennies e Madalenas, mulheres práticas e enérgicas, e as Cristinas e Cecílias, frágeis e angelizadas (Diogo, 1986: 20).

Seja como for, a mulher que pertence à família, a prima ou a irmã, é sempre uma “celestre criatura” (*id.*: 183) de “olhos castos” (Verde, 1999: 159) e de cabelo a luzir “honestamente” (*id.*: 161). A mulher popular é objecto de uma caracterização ambivalente. Com profissões citadinas (e a quem a cidade maltrata), ela tanto pode ser a vendedeira de hortaliças de “Num Bairro Moderno” ou a engomadeira de “Contrariedades”, como a prostituta de “O Sentimento dum Ocidental”. Neste último caso, é a “cobra”, a “lúbrica pessoa”. Mas se a vendedeira (ou a engomadeira) é “magra, enfezadita”, “lívida” ou “descolorida”, já as varinas são a personagem hercúlea de “ancas opulentas” e “troncos varonis” (Verde, 1999: 150) que corporizam a “formidável alma popular” (*id.*: 176).

Ambivalente também é o apelo da banalidade. N’ “A Débil”, ele é expresso de uma forma positiva (“quis dedicar-te a minha pobre vida”), a mesma que levará Pessoa a perguntar-se “se eu casasse com a filha da minha lavadeira talvez fosse feliz” (Campos, 1980: 259). Em contrapartida, vai em sentido contrário a imagem renovada pela ironia dos “querubins do lar” a “flutuar” nas varandas e a sugestão da doença das “burguesinhas do Catolicismo” que “resvalam pelo chão” e lembram “as freiras que os jejuns matavam de histerismo” n’ “O Sentimento dum Ocidental”. O verbo resvalar procura traduzir a posição de um país.

Enquanto na ficção realista os tipos sociais femininos vão ser explorados em termos de tese, a mulher como sinédoque social aqui patente é, talvez, o paradigma menos enraizado culturalmente. A mesma recusa do quotidiano alienante simbolizado por um animal será, aliás, uma sugestão amplamente explorada por O’Neill. A pomba tépida que vive na gaiola de um terceiro andar em “Noite Fechada” cede agora lugar àquela mosca chamada Etelvina, “quase mulher e muito mosca” que, querendo “sem versos o poeta”, o vem perturbar no seu ofício quando ele está à espera da musa:

Conjugal, provocante, moreno e azulado,
O insecto levanta, revoluteia, desce
E, em lugar do verso que não aparece,
No papel se demora como um insulto alado.

(O’Neill, 1990: 88)

Na poesia de Cesário, o arrastar pelo chão da burguesinha portuguesa contrasta com o andar firme e hipervertical da “grande flor do Norte”, símbolo citadino por excelência. De “longa estatura” (Verde, 1999: 27), sempre “direita” (*id.*: 34), ela personifica o apelo da grande vida e do luxo que só as metrópoles proporcionam.

O fascínio por este tipo de mulher não deixa de ser também ânsia de aceder a um estado superior de civilização, logo expressa na terceira estrofe d’ “O Sentimento dum Ocidental”:

Batem os carros de aluguer, ao fundo,
Levando à via férrea os que se vão. Felizes!
Ocorrem-me em revista, exposições, países:
Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!

(Verde, 1999: 149)

Certos traços pertencentes a esta linha de caracterização da mulher como sinédoque social concorrem para a identificação das personagens femininas com a Inglaterra em “Deslumbramentos” e “Frígida”. São eles: o esteriótipo da frieza recorrente em termos como “gelo” e “metal”; a atracção por um tipo físico (“minha senhora inglesa / eu quero-a porque odeio as carnações redondas!”); o completo domínio que esta mulher exerce sobre o poeta “ignorado e só”; e o brilho e sofisticação, a “real solenidade” com que vai “impondo *toilettes* complicadas!”. “As curvas da magreza e o lustre dos adornos” pertencem à mesma adulação e ao mesmo verso de “Frígida”.

Simples “anglomania”, idealização erótica ou até “exogamia neurótica”, como já se disse (cf. Bernardes, 1986: 18)? Mera influência do tempo que tornava comuns as atitudes pró e contra a Inglaterra na imprensa da época? Ou antes a antecipação da ânsia de Álvaro de Campos de aceder à modernidade e de se “poder exprimir como um motor se exprime” (Campos: 1980: 145)?

Se procurarmos um termo para classificar este tipo de mulher, perfeitamente identificado com a cidade, em que o brilho fátuo feminino anuncia um novo mundo, será mais adequado o de mulher-robot e não o de mulher-fatal. As suas características, só passíveis de serem extraídas do urbano, vão no sentido de coisificar o sujeito. E será Baudelaire, o poeta que declarava odiar a natureza, a principal inspiração para uma série de poemas iniciada com “Esplêndida”. A “metálica visão que Charles Baudelaire / sonhou e pressentiu nos seus delírios mornos”, a mulher luxuosa e fria, é “sem sorrisos, dramática, cortante” e desliza com a “lentidão duma corveta

fina”. De previsíveis “contactos frios”, ela é reificada num processo pelo qual homens e coisas interagem no espaço da cidade e se confundem, produzindo um mundo cheio de novas possibilidades. “Ela” é símbolo das “cortes depravadas” e a mesma face da atracção pela velocidade, “ela” é o pronome que reúne tanto a carruagem como a dama que nela vai, constituindo o sujeito gramatical comum à frase “atrai como a voragem”:

É ducalmente esplêndida! A carruagem
Vai agora subindo devagar;
Ela, no brilhantismo da equipagem,
Ela, de olhos cerrados, a cismar
Atrai como a voragem!

(Verde, 1999: 71)

É um robot magnético que, na sua frieza e sofisticação, tem algo de assustador num poema significativamente intitulado “Humilhações”:

Como ela marcha! Lembra um magnetizador.
(...)
E, muito embora tu, burguês, me não entendas,
Fiquei batendo os dentes de terror.

(Verde, 1999: 114)

Ao mesmo tempo que esta mulher representa o poder emblemático do triunfo da indústria e da ordem urbana, motiva sentimentos de inferioridade cultural que, por vezes, tinham a sua contrapartida na apologia do rústico e da natureza. Isso é patente no sublinhar das idiossincrasias das regiões suaves e musicais do Ocidente por Gomes Leal nas *Claridades do Sul* ou por Junqueiro em “Visita à Floresta”. Também em Cesário, o fascínio perante o universo industrial e artificial alterna com a apologia do mundo natural e suculento. O mundo civilizacional, que prepara “correctamente / o aço e a seda, as lâminas e o estofa (...) tudo o que há de mais rijo e resistente”, rivaliza com o mundo oposto onde “tudo [é] espontâneo, alegre, tosco / facílmo, evidente, salutar!” (Verde, 1999: 171).

É certo que no neo-garretismo da geração de 90, que tem em António Nobre um representante, se verificava o regresso à terra e aos costumes mais portugueses. E também se pode admitir que este retorno constitui uma alternativa ao cosmopolitismo e aos caminhos que a modernidade estética de Baudelaire tinha iniciado. Deste modo encontramos a polarização entre a portugalidade pitoresca e ruralista e, por outro lado, a modernidade

cosmopolita. Mas também é certo que na obra de Cesário Verde há, como diz Mário Sacramento, a “suspensão irónica dos conflitos do tempo” (Sacramento, 1959: 94). Nenhum dos termos desta polarização lhe merece uma adesão sem reservas. O mundo, para Cesário, não é trama organizada. Por isso Eduardo Lourenço (1993) fala de dois Cesários. Não no sentido do Cesário da estafada oposição cidade-campo, mas do Cesário de duas culturas, tal como em “Nós”, a par da exaltação da vida, coexiste a música da morte. Em todos os poemas da série, a mulher-robot acaba por ser sempre “desconstruída”, ora por um binóculo mordaz (“Humilhações”), ora por um virar de costas (“Esplêndida”), ora pelo destronar da sua posição (“Deslumbramentos”), ora pelo coito frígido (“Frígida”). Em relação a ela há, sobretudo, “um meditado impulso” e, embora deslize como um astro, é “um astro que declina”.

O “erotismo da humilhação” na poética cesária que nota Helder Macedo (1993), mais do que se relacionar com a situação real do poeta na sua paixão não correspondida pela actriz Tomásia Veloso, tem antes a ver com o complexo de inferioridade cultural mal disfarçado de uma geração perante a modernidade europeia que, nas suas principais capitais, fornecia os modelos superiores de civilização e, sobretudo, com os sentimentos ambivalentes na oposição Norte-Sul a partir da identificação da mulher com a cidade.

Quando Hourcade diz que nos poetas da Escola Nova, a mulher luxuosa, perversa, feita de volúpia baudelairiana, se torna emblema da cidade e de uma aristocracia ou alta burguesia imorais para o intelectual pequeno-burguês socialmente empenhado, mas que ele tanto ataca como admira e deseja⁹, não podemos esquecer que é inerente à identificação cidade-mulher a valorização simultaneamente positiva e negativa de uma e de outra. O erotismo serve, pois, para caracterizar a cidade nesta ambivalência que o poema “Lisboa” de Gomes Leal traduz bem. Se, por um lado, “a cidade é garrida e esbelta de manhã” (Leal, 1999: 74) também não deixa de ser “viciosa, egoísta” (*id.*: 75), a “beata amante de gangrenas cheia” (*id.*: 43).

Mas é Cesário, a par do Eça da “Vénus Tenebrosa” de Carlos Fradique Mendes, o autor que melhor patenteia uma nova forma de erotismo que é complexa e ambígua.

A sua “dramaturgia da poética de dupla face”, na expressão de Eduardo Lourenço (1993: 132), ressalta da idealização onírica e do des-

⁹ A este respeito, ver o artigo de Óscar Lopes (1993:105).

lumbramento “eroticamente claro, corrente e saboroso” (França, 1993: 58) pelas mulheres louras do Norte. O processo de animalização de valor positivo da alemã de “Merina”, perseguida pelo poeta nas noites citadinas e transformada numa “ovelhinha branca, ingénua e delicada” ou da irlandesa de “Manhãs Brumosas” com “olhos de perdiz”, pode adquirir uma face negra. É assim que a “pombinha tímida e quieta / num bando ameaçador de corvos pretos” de “A Débil” se torna numa “pomba tépida que arrulha” (“Noite Fechada”) na sugestão negativa que tem o adjectivo pela falta de entusiasmo e frouxidão. Dela o poeta se distancia na recusa da domesticidade amorosa, com alguma raiva (“tive intenção de violentar-te”). E a ligação da cidade à mulher é, mais uma vez, evidente:

E como é necessário que eu me afoite
A perder-me de ti por quem existo,
Eu fui passar ao campo aquela noite
E andei léguas a pé, pensando nisto.

(Verde, 1999: 129)

Estes dois tipos principais, a mulher-robot, artificial e vã, e a mulher animalizada, natural e frágil, encontram-se reunidos na actriz de “Cristalizações”. Ela é a síntese de todas estas figuras múltiplas e contrastantes ao conter em si o potencial de mutação da própria cidade.

Numa sagaz interpretação do poema, Clara Rocha sublinha esta reunião de contrários na mulher elegante e no perfil rústico da cabra que a figura feminina corporiza. Ao mesmo tempo, a “atracção posta em jogo não é unicamente a dos calceteiros pela ‘figura fina’; o poema é também a expressão da tentação do futuro, da modernidade, da cidade e de tudo aquilo que ela conota” (Rocha, 1986: 28).

Neste texto é visível todo o jogo de elementos já observados, a animalização, a tentação e o desejo e, por sua vez, a transformação ou desconstrução da figura feminina. Neste caso, estamos mesmo perante uma dupla metamorfose: a actriz objecto de adulação na encenação do palco (“a actriz que tanto cumprimento”), transforma-se na “actrizita”, objecto de espanto pela vulgarização, pelos “sítios suburbanos, reles” donde surge. Esta diminuição altera-se no último momento em que a cabra advém demónio na sugestão intertextual à Dama Pé-de-Cabra.

Através destas transformações sucessivas, a mulher representa o efémero citadino que o poema eterniza através de uma visão construída, um “bosque de ficções” como se diz expressamente em “Frígida”.

É esta perfeita identificação de duas figuras sobrepostas que faz com que David Mourão Ferreira hesite sobre a quem se dirige a “paixão defunta” (“O Sentimento dum Ocidental”)¹⁰ ou a quem se refere o enamoramento em “Noite Fechada”, uma confusão que a própria dedicatória do poema antecipa, “a L.”.

¹⁰ Para David Mourão-Ferreira a paixão refere-se à própria cidade (1981-1983: 71). Posteriormente, acrescenta uma adenda ao mesmo texto e reformula esta interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Poesia

- Azevedo, Guilherme (1981) *A Alma Nova*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda (1.^a ed.: 1874)
- Campos, Álvaro (1980) *Poesias*, Lisboa: Ática
- Junqueiro, Guerra (1997) *Poesia de Guerra Junqueiro*, Lisboa: Presença (1.^a ed: s/d).
- Leal, A. D. Gomes (1999) *Claridades do Sul*, 2.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa América (1.^a ed.: 1901).
- O'Neill, Alexandre (1990) *Poesias Completas*, 3.^a ed., Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Sá-Carneiro, Mário (2001) *Poemas Completos*, 2.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim (1.^a ed.: s/d).
- Verde, Cesário (1999) *Obra Completa de Cesário Verde*, 7.^a ed., Lisboa: Horizonte (1.^a ed.: 1887).

Estudos

- Bataille, Georges (1985) *L'Erotisme*, Paris: Minuit.
- Bernardes, José (1986) "A mulher na poesia de Cesário Verde" in *Cadernos de Literatura*, 24, pp. 9-19.
- Coelho, Jacinto do Prado (1961) *Problemática da História Literária*, Lisboa: Ática.
- Custódio, Jorge (1986) "A indústria fabril em Portugal e em Lisboa na época de Cesário" in *Prelo*, 12, pp. 55-88.
- Diogo, Américo Lindeza (1986) "A mulher em Cesário Verde" in *Cadernos de Literatura*, 24, pp. 20-28.
- Ferreira, David Mourão (1949) "Acerca de uma trajectória na poesia de Cesário Verde" in *Occidente*, n.º 136, pp. 71-77 e n.º 137, pp. 124-131.
- França, José Augusto (1993) "A Lisboa de Cesário" in *Cesário Verde — Comemorações do Centenário da Morte do Poeta*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 55-65.
- Grant, Elliot Mansfield (1966) *French Poetry and Modern Industry 1830-1870*, 2.^a ed., New York: Kraus Reprint Corporation.
- Laidlar, John (1983) *Cesário Verde and the 'Escola Nova' in Portugal*, Manchester (tese apresentada à Universidade de Manchester).
- Lopes, Óscar (1993) "Cesário e O'Neill" in *Cesário Verde — Comemorações do Centenário da Morte do Poeta*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 103-116.
- Lourenço, Eduardo (1993) "Os dois Cesários" in *Cesário Verde — Comemorações do Centenário da morte do poeta*, Lisboa: Gulbenkian, pp. 119-135.
- Macedo, Helder (1993) "O Romântico e o Feroz: bucolismo e sexualidade na poesia de Cesário Verde" in *Cesário Verde — Comemorações do Centenário da morte do poeta*, Lisboa: Gulbenkian, pp. 31-41.
- Meckseper, Cord e Elisabeth Schraut (1983) *Die Stadt in der Literatur*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

- Pimentel, F. J. Vieira (2001) *Literatura Portuguesa e Modernidade*, Braga: Angelus Novus.
- Pires, Orlando da Fonseca (1966) *Cesário Verde Precursor e Clássico*, Rio de Janeiro: [s/ed.].
- Pleister, Michael (1982) *Das Bild der Großstadt in den Dichtungen Robert Walsers, Rainer Maria Rilkes, Stefan Georges und Hugo v. Hofmannsthals*, Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- Rocha, Clara (1986) "O boi e a cabra: para uma análise de 'Cristalizações'" in *Prelo*, 12, pp. 26-30.
- Saraiva, António José (1966) *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Estudos Cor.
- Sacramento, Mário (1959) "Lírica e Dialéctica em Cesário Verde" in *Ensaio de Domingo*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 93-137.
- Sequeira, Rosa Maria (1990) *A imagem da cidade na poesia moderna: Cesário Verde e Fernando Pessoa*, Frankfurt am Main: TFM.
- Sequeira, Rosa Maria (1993) "A origem da cidade na poesia: a projecção de Cesário Verde em Fernando Pessoa" in *A Cidade — Actas das Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. I, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 409-423.
- Sequeira, Rosa Maria (2002) "Inversões Satíricas na Literatura Luso-Brasileira: Cesário Verde e Machado de Assis" in Maior, Dionísio Vila (org.) *Diálogos Literários Luso-Brasileiros*, Lisboa: Pé de Página Editores, pp. 67-86.
- Serrão, Joel (1978) *Temas Oitocentistas*, II, Lisboa: Horizonte.
- Serrão, Joel (1980) *Temas Oitocentistas I*, Lisboa: Horizonte.
- Timm, John T.H. (1972) "A study of the grotesque in Cesário Verde's *Sentimento dum Ocidental*" in *Luso-Brasilien Review*, n.º 2, pp. 78-86.

A CIDADE DE EÇA, CESÁRIO E ALGUNS DO “ORPHEU”: da topografia d/escrita à transfiguração poética

Ana Nascimento Piedade*

1.

Sendo a evocação da cidade o propósito da presente comunicação, ela não é exclusivamente o seu tema. Coloco aqui o espaço citadino como um cenário textual privilegiado, com base no qual tentarei traçar correspondências entre autores tão diversos como Eça de Queirós, Cesário Verde, Álvaro de Campos ou Bernardo Soares. Por outro lado, evoco a ideia de cidade numa acepção simbólica, isto é, como o ‘lugar-comum’ mítico mas ao mesmo tempo concreto, a partir do qual, designadamente com Baudelaire¹, se inicia uma poética nova que faz nascer aquilo a que, modernamente, chamamos modernidade. Esta modernidade será precisamente “a forma através da qual é elevada à consciência plena de si mesma, sob a figura de mito, a realidade moderna por excelência que é a Cidade. Não uma cidade qualquer mas a Metrópole que a revolução industrial faz descolar do seu estatuto e ritmo milenários”².

* Universidade Aberta.

¹ A par de outros como Michelet, Dickens, Flaubert ou Zola no romance. Todos estes autores “contribuíram decisivamente para a criação, de certo modo visionária (paralela, aliás, à d[e] um Victor Hugo de *Notre Dame de Paris*), do mito literário da grande cidade moderna do século XIX [...]”. (A.M. Machado “Eça e a mitologia da cidade”, in *Actas dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2, *A Cidade*, Câmara Municipal de Cascais, 2001, p. 34).

² Eduardo Lourenço, “Dialéctica mítica da nossa modernidade”, in *Tempo e Poesia*, Porto, Editorial Inova, 1974, p. 203.

É sobre a emblemática presença da metrópole moderna em alguns casos da nossa literatura, de entre a segunda metade do séc. XIX e o primeiro quartel do séc. XX, que brevemente reflectirei aqui, tentando circunscrever a tensão que nesses textos se instaura entre o ‘real’ e o ‘imaginário’ e, ao mesmo tempo, procurando intuir o modo como cada consciência literária e/ou poética transfigura essa “realidade moderna por excelência que é a Cidade”.

2.

Eça teve³, como se conhece, uma irresistível atracção pelo mito da grande cidade-capital, sedução máxima que cristalizou em torno de uma outra mitologia — a da Civilização.

De todas as fascinantes cidades em que residiu ou por onde passou — Cairo, Havana, Bristol, Londres, Nova Iorque ou Paris, entre outras, — Lisboa foi a que mais indelevelmente deslumbrou o jovem imaginativo e hiper-vibrátil bacharel em leis, desde a sua chegada de Coimbra (em 1866) para habitar o 4.º andar do n.º 26 do Rossio⁴. “Lisboa foi desde então o seu laboratório de arte”, como disse Ramalho Ortigão⁵, “o seu material de estudo, a sua preocupação de crítico, o seu mundo de escritor, o seu romance dele, [...] o seu destino. [...] Ele amou profundamente Lisboa e a pouco e pouco se tornou ele próprio enraizadamente lisboeta [...] até às mais íntimas moléculas do seu organismo [...]”⁶.

Curiosamente, esta forte ligação consolidou-se entre a chegada a Lisboa e o começo da carreira diplomática que o obrigaria a viver quase sempre no estrangeiro, ou seja, em apenas seis anos que nem sequer foram inteiros porque interrompidos pelo tempo que passou em Évora, como director (e redactor) do jornal *Distrito de Évora*, o que gastou na viagem à Terra Santa (com o seu amigo Conde de Resende) para assistir à inauguração do Canal do Suez, e o período em que residiu em Leiria, enquanto foi administrador do concelho⁷.

³ Assim como parte importante da sua famosa geração, nomeadamente Oliveira Martins, cujo modelo decisivo, no que respeita ao fascínio por um imaginário urbano europeu que se fixou no conceito de civilização, terá sido Michelet. Cf. “Eça e a mitologia da cidade”, *op. cit.*, pp. 33-34.

⁴ Por cima do actual Café Nicola.

⁵ No discurso que fez na inauguração da estátua de Eça de Queirós na capital, em 1903.

⁶ Citado por A. Campos Matos, “Lisboa”, in *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p. 558.

⁷ Respectivamente, de Outubro de 1866 a Julho de 1867, de Outubro de 1869 a Janeiro de 1870 e de Maio de 1870 a Junho de 1871.

A cidade de Lisboa serve, como se sabe, de cenário ao desenrolar de vários dos principais romances de Eça de Queirós (desde o capítulo final de *O Crime do Padre Amaro*, a *O Primo Basílio*, *A Capital*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *Os Maias*, a novela *Alves & Cia* ou os contos, "José Matias" e "Singularidades de uma rapariga loira") assim como participa na narrativa em muitas outras obras maiores (como *O Mandarim*, *A Relíquia*, *O Conde de Abranhos*, *A Ilustre Casa de Ramires* ou *A Correspondência de Fradique Mendes*).

Sabe-se ainda que o 'pacto' realista impõe à geografia literária que ela constitua um suporte de credibilidade da narrativa. Ou seja, a descrição dos ambientes reais contribui para personalizar a acção e as personagens, criando simultaneamente no leitor uma ilusão de realidade. Nada mais natural, por isso, que se o escritor realista pretende ser convincente, as peripécias da acção sucedam em locais reais, identificáveis pelo leitor, e que as próprias "moradas [sejam] plausíveis, [...] apresentando fisionomias arquitectónicas condicentes com o estatuto social das personagens que as habitam"⁸.

A isto a estética naturalista acrescentará a obrigação de descrever o meio, considerando que este (e o factor hereditário) exerce(m) uma influência decisiva no comportamento humano. Acresce que este olhar sobre a realidade não poderá ser predominantemente estético e/ou fantasioso, mas deverá conter uma inequívoca intenção crítica, ao nível social, cultural e político, que traduza o propósito reformista e morigerador que forçosamente o orienta.

Felizmente para nós (leitores e ama-dores de literatura) Eça de Queirós foi essencialmente um heterodoxo. Quero com isto dizer que não obstante ter exercitado com notável mestria alguns preceitos típicos de determinadas escolas literárias⁹, estes apenas parcialmente o implicaram uma vez que a todos gloriosamente subverteu (e complexificou) através da voluptuosa criatividade e da incoercível fantasia que o habitaram.

Um expressivo exemplo de um *leit-motiv* persistentemente eciano — vivenciado através das suas frequentes deslocações entre as cinzentas e enlameadas cidades estrangeiras e a luminosa capital da pátria — em que ressalta o objectivo crítico exigido pelo realismo, é o contraste apontado entre a alvura soalheira do casario, sob o azul "macio" e "lustroso" do céu de Lisboa e a visível decadência humana (tanto no sentido físico, de definhamento, como no sentido psíquico, de degeneração) que, segundo Eça, atingia muitos lisboetas.

⁸ "Lisboa", in *Dicionário de Eça de Queiroz*, p. 557.

⁹ De entre as quais avultam, como é amplamente conhecido, o realismo e o naturalismo.

“Qdo chego a Portugal, depois de um ano de Inglaterra” — escreve numa carta com impiedosa e um tanto caricatural lucidez — “além de tanta, tanta, tanta coisa que estranho — há uma coisa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbram-me as fachadas caiadas, e desola-me a população anémica. Que figuras! O andar desengonçado, o olhar mórbido e acarneirado, cores de pele de galinha, um derreamento de rins, o aspecto de humores linfáticos, a passeata triste de uma raça caquética em corredores de hospital: e depois um ar de vadiagem, de madracice, olhando em redor com fadiga, o crânio exausto, e a unha comprida, para quebrar a cinza do cigarro, à *catita*”¹⁰.

Também no último capítulo de *O Crime do Padre Amaro*¹¹, surge tematizada uma espécie de variante deste contraste que tanto impressionava o escritor, em pleno coração de Lisboa, concretamente, junto à estátua de Camões ao Loreto. Importa notar, neste contexto final do romance, para além do retrato, traçado com requinte tipicamente queirosiano, de “Cenas da Vida Portuguesa”¹², o seu irónico desfecho, enfatizando a radicalidade da subversiva crítica de Eça que se encontrava, nesta fase, em pleno apogeu de adesão à estética naturalista.

Relembremos alguns breves tópicos narrativos que permitem enquadrar a simbólica conclusão deste romance. Amaro reaparece aqui, alguns anos depois do ‘crime’ e da trágica morte de Amélia, metamorfoseado já no perfeito cínico — “já as não confesso senão casadas”, diz ao seu mestre de moral e concubinato, o cônego Dias, quando este lhe aponta uma jovenzinha, prometedora do ponto de vista lúbrico, que acabara de se cruzar com eles na rua. Nesta cena, Amaro, juntamente com este amigo-pároco (o cônego Dias) e o conde de Ribamar, par do Reino, — outro tradicional alvo da contundente sátira eciana — comentam de modo reprovativo (e reacconário) as últimas notícias sobre o levantamento da Comuna de Paris, ocorrido em Maio de 1871.

Assim, enquanto o fidalgo, comica e paradoxalmente “encostado” às grades da estátua do nosso épico maior, acicianamente disserta sobre a

¹⁰ “Ramalho Ortigão (Carta a Joaquim de Araújo)”, [datada de Newcastle, 25 de Fev.º de 1878], in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, pp. 38-9.

¹¹ Na sua terceira e última versão.

¹² Um dos títulos dado por Eça ao seu projecto de um conjunto de romances em que pretendia “pintar a sociedade portuguesa tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe, como num espelho, que triste país eles formam — eles e elas. É o meu fim nas Cenas da Vida Portuguesa.” (carta a Teófilo Braga, de 12 de Março de 1878, in *Eça de Queirós — Correspondência*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 135).

inveja que a “paz”, o sossego e o imensa “prosperidade” de Portugal seguramente provocam nos países europeus, o narrador, contrastando de modo gritante com a propaganda hipócrita e verbosa do político, vai traçando um quadro completamente diferente daquela mesma praça do Loreto que, como nos relata,

“àquela hora, num fim de tarde serena, concentrava a vida da cidade. Tipóias vazias rodavam devagar; pares de senhoras passavam, de cuia cheia e tacão alto, com os movimentos derreados, a palidez clorótica de uma degeneração de raça; nalguma magra pileca, ia trotando algum moço de nome histórico, com a face ainda esverdeada da noitada de vinho; pelos bancos da praça gente estirava-se num torpor de vadiagem; um carro de bois, aos solavancos sobre as suas altas rodas, era como o símbolo de agriculturas atrasadas de séculos; fadistas gingavam, de cigarro nos dentes; algum burguês enfadado lia nos cartazes o anúncio de operetas obsoletas; nas faces enfezadas de operários havia como a personificação das indústrias moribundas... E todo este mundo decrépito se movia lentamente, sob um céu lustroso de clima rico, entre garotos apregoando a lotaria e a batota pública, e rapazitos de voz plangente oferecendo o “Jornal das pequenas Novidades”: e iam, num vagar madraço, entre o largo onde se erguiam duas fachadas tristes de igreja, e o renque comprido das casarias da praça onde brilhavam três tabuletas de casas de penhores, negrejavam quatro entradas de taberna, e desembocavam, com um tom sujo de esgoto aberto, as vielas de todo um bairro de prostituição e de crime”.¹³

Enfim, de tal maneira se sente e é visível a presença lisboeta na escrita eciana que se poderia afirmar, parafraseando de novo o ‘ramalhal amigo’, que se um cataclismo arrasasse Lisboa e destruísse todos os seus habitantes a obra de Eça permitiria uma reconstituição pormenorizada de ambos.

¹³ *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, pp. 499-500.

3.

Mas não é tanto este profuso descritivismo, ao nível topográfico (e humano), que minuciosamente atravessa a nossa capital do seu extremo oriental ao seu extremo ocidental e configura a chamada geografia queirosiana, que aqui me interessa desenvolver. Gostaria antes de focar o lado subjectivo, mais especificamente literário, dessa utilização (dita) realista¹⁴ de Lisboa, com o intuito de detectar algumas particularidades estético-estilísticas que, por sua vez, sugerem fortes afinidades entre a prosa poética de Eça e a poesia de Cesário Verde.

Ora o espaço urbano constitui justamente, como referi já um pouco atrás, um palco textual privilegiado para observar esse sentido agudamente poético e visionário do real, inegavelmente partilhado pelos dois criadores.

O texto (intitulado) “Lisboa”, de *Prosas Bárbaras*, por exemplo, embora não deixe de aparentar-se a outros que escreve por essa época inaugural da sua carreira¹⁵, no que se refere a uma proeminente visão satírica e acentuadamente demolidora, indicia já aquela como que genética propensão transformadora do real que caracteriza Eça, e tanto o aproxima de Cesário, no preciso sentido em que desta espécie de pulsão recreadora da realidade comum a ambos, “se desprendem, simultânea ou alternadamente, extraordinários efeitos, por um lado, de apreensão objectiva flagrante, e, por outro lado, de prodigiosa transfiguração poética”¹⁶.

“Vem a noite. Lisboa toma a impassibilidade das penedias. As casas sem luz têm o aspecto calmo e sinistro dos rostos idiotas. A iluminação é um coro de gás, bocejando. Das encruzilhadas das ruas solitárias, de todo este deserto de cantarias e de vidraças, exala-se uma sonolência fluida, um hálito de tédio.

[...]

Em Lisboa a vida é lenta. Tem as raras palpitações de um peito desmaiado. Não há ambições explosivas; não há ruas resplan-

¹⁴ Considerar o realismo em sentido literal, isto é, enquanto expressão exclusivamente mimética daquilo que a-parece como real é, de algum modo, um contrasenso estético. Um dos ‘erros’ do realismo na sua vertente naturalista foi o de pretender reduzir a literatura a uma espécie de ‘seca’ monografia do real. Cf. a este respeito, por exemplo, a carta V de Fradique Mendes, in *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto Lello & Irmão Editores, 1973, pp. 67-72.

¹⁵ Entre 1866 e 1872, período em que escreve também os textos de *As Farpas* e as crónicas do *Distrito de Évora*.

¹⁶ *História da Literatura Portuguesa*, 16ª edição, Porto, Porto Editora, s/d, p. 891.

decentes cheias de tropéis de cavalgadas, de tempestades de ouro, de veludos lascivos: não há amores melodramáticos: não há as luminosas eflorescências das almas namoradas da arte: não há as festas feéricas, e as convulsões dos cérebros industriais. [...]

A Lisboa material tem feições morais. Há sítios que dão, aos que os pisam, uma individualidade. O lajedo e a cantaria consagram espíritos. Encostar-se no Chiado! — isto significa ter a fina flor da graça, a vivacidade conceituosa e costumes despedaçados. Estar no Martinho — revela inspiração, divindade interior, lirismo e política crítica. Ó Lisboa, tu não tens caracteres, tens esquinas!”¹⁷

Repare-se, ainda neste excerto, na coexistência do propósito crítico tipicamente realista¹⁸ com a tendência do esteta (que Eça sobretudo foi) para justapor, de modo inesperado, o animado e o inanimado, o físico e o moral, e note-se também, como o intercâmbio estabelecido entre coisas e qualidades e vice-versa, ou a incorporação no discurso de modos próprios da oralidade, contribui para a instauração de uma ambiguidade entre o subjectivo e o objectivo que, entre outras coisas, nos leva a sentir “como as realidades estão sempre afectadas por uma voz, por um pessoalismo limitado”¹⁹ e necessariamente particular.

Com efeito, na escrita de Eça, a realidade citadina (e não só esta) aparece-nos incessantemente animizada, seja porque a metáfora anima sistematicamente os entes inertes e, inversamente, se opera uma “materialização dos estados psíquicos”, seja porque o adjectivo ou o advérbio “tendem a exprimir disposições subjectivas, mais do que atributos reais arrastados pelos objectos ou pelos factos”²⁰ e porque o seu uso,

¹⁷ “Lisboa”, in *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, pp. 186-189.

¹⁸ A. Campos Matos sublinha (“A função do espaço na narrativa queiroziana”, in *Sobre Eça de Queiroz*, Lisboa, Livros horizonte, 2002, p. 60) neste texto “Lisboa”, o “denegrimiento lírico com que [Eça] ataca a capital” juízo que, de certo modo, é coincidente com a opinião de Mário Sacramento quando afirma que o exaltado jovem Eça romântico desta inicial fase, designada posteriormente por ele mesmo como ‘bárbara’, “prefere declamar a descrever.” (*EQ - Uma estética da ironia*, Coimbra Editora-Limitada, 1945, p. 65)

¹⁹ *História da Literatura Portuguesa*, p. 926.

²⁰ *História da Literatura Portuguesa*, pp. 926 e 927. Observem-se dois exemplos: “A tarde descia pensativa e triste” ou, em *A Relíquia*, Raposo usando na lapela um “fútil raminho de violetas” — exprimindo aqui o adjectivo, por uma transposição de qualidades muito tipicamente queiroziana, a futilidade do seu portador. (Cf. *Ibid.*, *idem*).

frequentemente substitui “uma relação lógica extensa” tornando-a atractiva e imprevisível²¹.

Um exemplo expressivo poderá ser esta belíssima citação de *Os Maias* em que um olhar ‘panorâmico’ (também no sentido cinematográfico) nos devolve, poeticamente recriada, a paisagem (desta vez não edificada mas envolvendo, como uma inseparável ‘moldura’, o meio urbano lisboeta) possível de observar de uma das janelas do Ramalhete:

“Uma estreita tira de água e monte que se avistava entre dois prédios de cinco andares, separados por um corte de rua, formava toda a paisagem defronte do Ramalhete. [...] Era como uma tela marítima, encaixilhada em cantarias brancas, suspensa do céu azul em face do terraço, mostrando nas variedades infinitas da cor e luz, os episódios fugitivos de uma pacata vida de rio: às vezes uma vela branca de barco da Trafaria fugindo airoso à bolina; outras vezes uma galera toda em pano, entrando num favor de aragem, vagarosa, no vermelho da tarde; ou então a melancolia de um grande paquete, descendo, fechado e preparado para a vaga, entrevisto um momento, desaparecendo logo, como já devorado pelo mar incerto; ou ainda durante dias, no pó de ouro das sextas silenciosas, o vulto negro de um couraçado inglês... E sempre ao fundo o pedaço de monte verde-negro, com um moinho parado no alto, e duas casas brancas ao rés de água, cheias de expressão — ora faiscando e despedindo raios das vidraças acesas em brasa; ora tomando aos fins de tarde um ar pensativo, cobertas dos rosados tenros do poente, quasi semelhantes a um rubor humano; e de uma tristeza arrepiada nos dias de chuva, tão sós, tão brancas, como nuas sob o tempo agreste.”²²

Tal como Eça, é também através da adjectivação que Cesário define “o real substantivo”, normalmente usual e inócuo, transformando-o em real único e inconfundível, ao produzir “uma impressão plástica e musical” que, justamente, o torna *poético*. Tanto um como outro, não se limitam assim a d/escrever a realidade que os circunda mas quase

²¹ Por exemplo, “largas pernadas esguias” em vez de ‘largas pernadas de pernas esguias’ ou, “o carro, lento, passou” em vez de ‘o carro passou lentamente’. Cf. *História da Literatura Portuguesa*, p. 928.

²² *Os Maias*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d.

literalmente a pintam, fixando-a com exactidão fotográfica através desse estonteante dom verbal que ambos possuem e lhes inspira o termo "simultaneamente mais justo, mais novo, e mais inesperado".

Observe-se, nestes breves trechos, a forma afim embora diferenciada como cada um deles se apropria poeticamente da cidade evocando, com uma nitidez desenhada e luminosa, 'realidades' tipicamente lisboetas:

"Faz frio. Mas, depois de uns dias de aguaceiros,
Vibra uma imensa claridade crua.
De cócoras, em linha, os calceteiros,
Com lentidão, terrosos e grosseiros,
Calçam de lado a lado a longa rua.

Como as elevações secaram do relento,
E o descoberto sol abafa e cria!
A frialdade exige o movimento;
E as poças de água, como um chão vidrento,
Reflectem a molhada casaria.

[...]

Vê-se a cidade, mercantil, contente:
Madeiras, águas, multidões, telhados!

Negrejam os quintais; enxuga a alvenaria;
Em arco, sem as nuvens flutuantes,
O céu renova a tinta corredia;
E os charcos brilham tanto que eu diria
Ter ante mim lagoas de brilhantes!"²³

"Era decerto em mim o deleite de rever, sob aquele céu de Janeiro, tão azul e tão fino, a minha Lisboa, com as suas quietas ruas cor de calça suja, e aqui e além as tabuinhas verdes descidas nas janelas, como pálpebras pesadas de langor e de sono".²⁴

É a *vibração* produzida por este superior equilíbrio que o texto literário estabelece entre a realidade circundante e a sua interiorização transfi-

²³ "Cristalizações", in *Obra Completa de Cesário Verde*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 122.

²⁴ *A Relíquia*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d, p. 233.

guradora, que nos força (a nós seus leitores) a recriar o Mundo, fazendo com que este se liberte da indiferença e da banalidade quotidianas e se transmude em mundo da nossa imaginação.

Como se, ao visionar a realidade objectiva, patente e visível diante de si, a escrita de ambos conseguisse transformá-la numa 'cópia' muito mais autêntica e valiosa do que o próprio original. É o que acontece, por exemplo, no fulgurante quadro lisboeta que este breve excerto do poema "O Sentimento dum Ocidental" nos oferece.

"Nas nossas ruas, ao anoitecer,
Há tal soturnidade, há tal melancolia,
Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia
Despertam um desejo absurdo de sofrer.

O céu parece baixo e de neblina,
O gás extravasado enjoe-nos, perturba;
E os edifícios, com as chaminés, e a turba
Toldam-se duma cor monótona e londrina.

Batem os carros de aluguer, ao fundo,
Levando à via-férrea os que se vão. Felizes!
Ocorrem-me em revista, exposições, países:
Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!
[...]

E o fim da tarde inspira-me; e incomoda!
De um couraçado inglês vogam os escaleres;
E em terra num tinir de louças e talheres
Flamejam, ao jantar, alguns hotéis da moda.

Num trem de praça arengam dois dentistas;
Um trôpego arlequim braceja numas andas;
Os querubins do lar flutuam nas varandas;
Às portas, em cabelo, enfadam-se os lojistas!

Vazam-se os arsenais e as oficinas,
Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras;
E num cardume negro, hercúleas, galhofeiras,
Correndo com firmeza, assomam as varinas.

Vêm sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-me pilastras;
E algumas, à cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas tormentas.”²⁵.
[...]

4.

É consensual entender Cesário como um poeta moderno, inspirador e precursor dos de “Orpheu”. Assim o estabeleceu Pessoa, por diversas vezes, tendo sido talvez o primeiro a “abrir” esse “espaço pontado com o nome de Cesário Verde” que assinalaria o seu reconhecimento (no duplo sentido do termo) ao Mestre²⁶.

No *Livro do Desassossego*, Bernardo Soares refere-se também ao poeta de “Deslumbramentos” escrevendo significativamente: “Passo uma rua. Transtorna-me, sem que eu espere, um cheiro aos caixotes do caixoteiro: ó meu Cesário, apareces-me e eu sou enfim feliz porque regressei, pela recordação, à única verdade que é a literatura”²⁷.

Para além de conter uma justa homenagem ao seu confrade poeta, este breve texto pessoano parece-me tanto mais relevante quanto a menção que nele se faz à literatura enquanto “única verdade”, evoca de imediato uma característica que, a meu ver, faz com que a poesia de Cesário se prefigure moderna e tenha até hoje permanecido intacta na sua genuinidade. Refiro-me, mais precisamente, à circunstância de os versos de Cesário Verde participarem já daquela fundamental mutação, imposta pela modernidade, pela qual a linguagem poética vai perdendo “aos poucos o carácter de *dado* até pretender ser ela mesma um universo original, testemunho palpável e glorioso da Realidade como invenção do poeta.”²⁸

Ora este traço de fundo que revolucionou a poesia fazendo-a moderna, torna-se particularmente legível através da preferência pela cidade que, entre muitos outros tópicos, o *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares e as *Poesias* de Álvaro de Campos reiteradamente tematizam.

²⁵ “O Sentimento dum Ocidental”, I, *op. cit.*, pp.141-2.

²⁶ Cf. *Livro do Desassossego*, I, Lisboa, Ática, 1982, 133, p. 144. Também Mário de Sá-Carneiro, em resposta a um inquérito do jornal *República*, de 13 de Abril de 1914, sobre “o mais belo livro dos últimos trinta anos”, elege a obra de Cesário como uma das suas “preferidas”, afirmando no seu modo típico: “citarei [...] ainda, frisantemente, o livro do futurista Cesário Verde, ondulando de certo, intenso de Europa, ziguezagueante de Esforço”. (*Cartas a Fernando Pessoa*, I, Lisboa, Edições Ática, 1978, p. 188.)

²⁷ *Livro do Desassossego*, I, 149, p. 166.

²⁸ Eduardo Lourenço, *Tempo e Poesia*, p. 65.

Na primeira destas obras, a Lisboa de Bernardo Soares é o espaço existencial onde decorre o dia-a-dia do “ajudante de guarda-livros” mas, ao mesmo tempo, e sobrepondo-se a este desfilar de pacatas notações quotidianas, a cidade emerge como topografia totalmente imaginada e, a cada passo, exclusivamente recriada em função das suas deambulações meditativas.

“Debruço-me, — diz-nos em determinado passo do *Livro do Desassossego* — de uma das janelas de sacada do escritório abandonado ao meio-dia, sobre a rua onde a minha distração sente movimentos de gente nos olhos, e os não vê, da distância da meditação. [...] Os pormenores da rua parada onde muitos andam destacam-se-me com um afastamento mental: os caixotes apinhados na carroça, os sacos à porta do armazém do outro, e, na montra mais afastada da mercearia da esquina, o vislumbre das garrafas daquele vinho do Porto que sonho que ninguém pode comprar. Isola-se-me o espírito de metade da matéria. Investigo com a imaginação. A gente que passa na rua é sempre a mesma que passou à pouco, é sempre o aspecto flutuante de alguém, nódoas de movimento, vozes de incerteza, coisas que passam e não chegam a acontecer”.²⁹

Na verdade, muitos dos fragmentos deste enigmático *Livro* tendem sobretudo a delinear-se como entretenimentos poético-existenciais de nexos irregular, ou ainda, enquanto inacabados ensaios de estilo abissal e/ou aforístico, a maior parte sem data, sem história e sem lugar. São escassos os textos em que Bernardo Soares — quem diz Bernardo Soares diz Vicente Guedes ou Teive (o Barão de,) diz, enfim, Fernando Pessoa — se liga “à narração ou à indicação de um facto de relação exterior”.

É certo que o denso (e extenso) desenrolar deste *Livro* inóspito se encontra entretido de fugazes descrições que, embora de modo tendencialmente irreal, não deixam de localizar-se na realidade objectiva do espaço lisboeta. Assim, vamo-nos deparando com a Rua dos Douradores, a da Prata, ou a dos Fanqueiros, merecendo honras de locais com nome; com o retrato oblíquo do restaurante modesto usualmente frequentado; ou com o vulto difuso do patrão Vasques proferindo, ao fechar do escritório, um “podem sair [...] como uma benção comercial”³⁰; ou ainda, “o cauteleiro coxo que [o] maçava inutilmente” ou “o velhote redondo e corado do charuto, à porta da tabacaria”³¹, entre outros.

²⁹ *Livro do Desassossego*, I, 44, pp. 45-46.

³⁰ *Livro do Desassossego*, I, p. 51.

³¹ *Livro do Desassossego*, I, p. 68.

Porém, todos estes pormenores descritivos, aparentemente 'fiéis' à chamada realidade do real, não passam de meros "apontamentos externos" oferecidos, de forma avulsa e desprovida de encadeamento lógico, à escolha, igualmente aleatória, da sua "disponibilidade de rememorador intimista". Com efeito, na maior parte das inquietas rememorações registadas nesta espécie de 'livro de bordo' da vida que o *Livro do Desassossego* parece ser, Pessoa jamais valoriza ou se detém no acontecimento exterior, assim como não se identifica inteiramente com nenhuma acção. Tudo indica pois que "o poeta nunca abdica da utopia que se sonhou ou do sonho que gosta de entreter em comentários de comentários de comentários"³².

É o próprio Bernardo Soares quem nos 'explica' o modo peculiar como se relaciona com a sua cidade, afirmando: "Agora, à luz ampla e alta, a paisagem da cidade é como de um campo de casas — é natural, é extensa, é combinada. Mas, ainda no ver d'isto tudo, poderei eu esquecer que existo? A minha consciência da cidade é, por dentro, a minha consciência de mim"³³.

Curioso é que esta indissociabilidade que o semi-heterónimo pessoano afirma existir entre a sua consciência da cidade e a consciência que tem de si mesmo, não constitua só um tópico central e incessante da sua prosa 'desassosseicante'. De facto, esta mesma afirmação de Bernardo Soares sobre a tumultuosa complexidade do seu espírito, pode igualmente funcionar como horizonte de compreensão desse estatuto híbrido de presença-ausente que envolve a mitologia da cidade na poesia de Álvaro de Campos³⁴.

De que cidade nos fala então este versátil heterónimo pessoano? Não só de Lisboa, cidade real onde se desenrolou a sua infância e praticamente toda a sua vida adulta e que se configura como lugar paradigmático de todo um passado insubstituível, mas de outras — as "grandes cidades", "todas as cidades do mundo", — sítios igualmente carregados de significações simbólicas, onde Álvaro de Campos, em aguerrida pose futurista, 'passeia' a sua imaginação.

³² Maria da Glória Padrão, "A escrita do desassossego, in *Persona I*, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos, Novembro de 1977, p. 23.

³³ *Livro do Desassossego*, I, 119, pp. 123-124.

³⁴ O próprio Fernando Pessoa sugere (e legítima) a aproximação entre os dois quando afirma que "há notáveis semelhanças [...] entre Bernardo Soares e Álvaro de Campos." ("Ficções do Interlúdio — Nota preliminar" in *Fernando Pessoa — Obra Poética*, Rio de Janeiro, Edição Nova Aguilar S.A., 1977, p. 197).

5.

Lisboa surge servindo de cenário à infância de Pessoa-Campos e é pretexto para a evocação directa da harmonia e simplicidade da vivência infantil:

“Suave, todo o passado — o que foi aqui de Lisboa — me surge...
O terceiro andar das tias, o sossego de outrora,
Sossego de várias espécies,
A infância sem o futuro pensado,
O ruído aparentemente contínuo da máquina de costura delas,
E tudo bom e a horas,
De um bem e de um a-horas próprio, hoje morto”³⁵.

Recordar a infância é reencontrar aquela época mítica de tranquilidade e indiferenciação anterior à complexidade do presente, viver adulto que constantemente lhe actualiza a triste inevitabilidade desse paraíso perdido e o faz reconhecer-se “intervalo entre si e si mesmo”: “Lembro-me de repente — diz o poeta - de quando era criança e via [...] a manhã raiar sobre a cidade. [...] Via a manhã e tinha alegria; hoje vejo a manhã, e tenho alegria, e fico triste. [...] Vejo como via, mas *por trás dos olhos vejo-me vendo*”³⁶

Quanto mais consciência tem da dualidade que o habita, mais sente Lisboa como um símbolo doloroso da distância e da saudade intensa “desse tempo, desse espaço, dessa realidade de completude feliz”, em que o poeta “[...] brincava na quinta e não sabia álgebra,/ Nem as outras álgebras com X e Y’s de sentimento”³⁷:

“Ó céu azul — o mesmo da minha infância —
Eterna verdade vazia e perfeita!
Ó macio Tejo ancestral e mudo,
Pequena verdade onde o céu se reflecte!
Ó mágoa revisitada, Lisboa de outrora de hoje!
Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.
[...]

³⁵ “Poesias de Álvaro de Campos”, in *Fernando Pessoa — Obra Poética*, [527], p. 412.

³⁶ *Livro do Desassossego*, I, 119, p. 124, itálico nosso.

³⁷ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, [513], p. 401.

Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui..."
[...]
Outra vez te revejo,
Com o coração mais longínquo, a alma menos minha"[...]³⁸.

O cenário lisboeta aparece, como se vê, transmutado no lugar nostálgico de reinvenção da mágoa. Por sua vez, os vestígios do mundo objectivo — "Lisboa e Tejo e tudo"³⁹ — que ainda se mantêm presentes, não significam qualquer identificação ou abandono lírico à paisagem citadina mas expressam, metaforicamente através do "espelho mágico", a experiência dispersiva e a penosa consciência que acompanha a desintegração de si mesmo. Por isso, conclui um dos dois poemas que intitulou "*Lisbon Revisited*"⁴⁰ exclamando:

"Outra vez te revejo,
Mas, ai, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim —
Um bocado de ti e de mim!..."⁴¹.

"Estrangeiro aqui como em toda a parte"⁴², o poeta de "Tabacaria" não se reconhece nem se situa na sua cidade natal. O real lisboeta, embora aqui e ali surpreendido em fugazes pormenores quotidianos - desde o olhar matinal esperando a entrada dos "paquetes que chegam cedo"⁴³, ao "Acordar da cidade de Lisboa, mais tarde do que as outras"⁴⁴ —, aparece sempre metamorfoseado naquilo que insistentemente preenche a alma do poeta, ou seja, o ressurgir obsessivo do passado da sua infância, através "[d]esse grito marítimo" como que chamando "Por aquela felicidade que nunca mais torna[rá] a ter"⁴⁵, a "angústia sem leme" que sente, quando pressente mais premente, a irreversibilidade do tempo desaparecido.

³⁸ "*Lisbon Revisited* (1923)" e "*Lisbon Revisited* (1926)", "Poesias de Álvaro de Campos", in Fernando Pessoa — *Obra Poética*, pp. 357 e 360, respectivamente.

³⁹ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 360.

⁴⁰ Neste caso, "*Lisbon Revisited* (1926)".

⁴¹ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 360.

⁴² *Ibid.*, *idem*.

⁴³ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 332.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 404.

⁴⁵ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 329.

Em síntese, a Lisboa de Pessoa-Campos-Soares relaciona-se directamente com o seu itinerário interior, mais do que com o velho centro da cidade — da Praça dos Restauradores até ao rio Tejo — que foi palco do seu percurso real de vida e de trabalho. Perdidos em “meditações abstractas”, a existência quer de Campos quer de Soares é predominantemente mental, decorre quase indiferente face à realidade plausível, mantendo-se no interior da personagem utópica e sonâmbula que, onde quer que se encontrem, um e outro (se) representam: “Quer pela rua do Ouro acima pensando em tudo o que não é a rua do Ouro”, quer virando “todos os dias todas as esquinas de todas as ruas,/E sempre que estou pensando numa coisa, estou pensando noutra”⁴⁶.

6.

Sabe-se que a exaltação da “bela brutalidade” de “todas-as-cidades-do-mundo” é uma componente fulcral da atitude futurista protagonizada por Álvaro de Campos, esse “engenheiro naval e poeta sensacionista”, que “viajou muito pelo Oriente e pela Europa vivendo principalmente na Escócia”⁴⁷. A sua poesia está impregnada de tópicos que glosam este fascínio exercido pela complexa aceleração da civilização moderna e que vão desde a apoteose do movimento e da velocidade, à celebração da luz e da beleza artificiais, das multidões, dos mecanismos ou do progresso.

A cidade, poetizada por “Álvaro-Futurista”, transfigura-se no espaço por excelência da coexistência vertiginosa de todos estes motivos, ao mesmo tempo que se torna o lugar da realização desse desejo consubstanciado no ‘lema’ modernista do querer ser “toda a gente e toda a parte!”⁴⁸, ou seja, uma vontade de identificação com todos os projectos, lugares, tempos, pessoas e vidas em simultâneo. A paisagem urbana é assim palco preferencial de uma imensa e indiscriminada “Histeria das sensações”⁴⁹ que o poeta de “Ode Triunfal”, “fera para a beleza disto [...] totalmente desconhecida dos antigos”, proclama “rangendo os dentes”⁵⁰:

⁴⁶ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, p. 349.

⁴⁷ *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Edições Ática, s/d, pp. 411-414.

⁴⁸ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, p. 311: “Ah não ser eu toda a gente e toda a parte!” é a afirmação final da “Ode Triunfal” aliás diversas outras vezes reutilizada, com variantes mínimas, ao longo das “Poesias de Álvaro de Campos”.

⁴⁹ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, p. 330: “Histeria das sensações — ora estas, ora as opostas”.

⁵⁰ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, p. 306.

"Fraternidade com todas as dinâmicas!
Promíscua fúria de ser parte-agente
Do rodar férreo e cosmopolita
Dos comboios estrénuos,
Da faina transportadora-de-cargas dos navios,
Do giro lúbrico e lento dos guindastes,
Do tumulto disciplinado das fábricas,
E do quase-silêncio ciciante e monótono das correias de
transmissão
Horas européias, produtoras, entaladas
Entre maquinismos e afazeres úteis!
Grandes cidades paradas nos cafés,
Nos cafés — oásis de inutilidades ruidosas
Onde se cristalizam e se precipitam
Os rumores e os gestos do Útil"⁵¹

A faceta futurista foi pois uma entre as várias dramatizadas por este "estranho e intenso" poeta que é Álvaro de Campos ao realizar a arte de "Ter todas as opiniões,/Ser sincero contradizendo-se a cada minuto,/Desagradar a si-próprio pela plena liberalidade de espírito"⁵². É precisamente desta 'multidão' de vozes várias em que se 'pulveriza', que emergem as "Cidades de Hoje" que Campos "tanto amou" mas que não passam afinal de locais puramente imaginados, onde realmente nunca esteve (nem quereria estar) o viajante - sensacionista para quem, justamente, "a melhor maneira de viajar é sentir"⁵³.

As viagens, como qualquer acto de uma existência quase nunca "nitidamente plausível", são inúteis. A actividade da imaginação, na sua desmesura, estimula muito mais a alma do poeta do que qualquer impressão vinda do mundo exterior: "Viajei por mais terras — diz-nos — do que aquelas em que toquei.../Vi mais paisagens do que aquelas em que pus os olhos.../Experimentei mais sensações do que todas as sensações que senti,"[...] "⁵⁴.

O imaginário poético surge em Campos como uma espécie de refúgio onde "a alma sonha, diferente e distraída", escapando deste modo à aridez que um quotidiano, sempre e sempre des-vivido, não pode deixar de

⁵¹ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, pp. 306-307.

⁵² Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 347.

⁵³ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 406.

⁵⁴ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 342.

provocar. Mas, por outro lado, este “sonhar irrequieto” propicia ao poeta a realização de algo que a *doxa* ensina ser inatingível: “sentir tudo excessivamente”⁵⁵ com esse seu “coração *rendez-vous* de toda a humanidade”⁵⁶, sem deixar de ser, paradoxalmente, o espectador impassível que assiste, alheio e imune, ao desfilar da vida. Por isso nos diz:

“Das *terrasses* de todos os cafés de todas as cidades
Acessíveis à imaginação
Reparo para a vida que passa, sigo-a sem me mexer,
[...]
Passa tudo, todas as coisas num desfile por mim dentro,
E todas as cidades do mundo, rumorejam-se dentro de mim...”⁵⁷

Mas a poetização da cidade sob a forma “Duma enorme cidade comercial, crescida, apoplética,/Tanto quanto isso pode ser fora do Espaço e do Tempo”⁵⁸, deixa por fim transparecer, por detrás da “face eufórica” de adesão entusiástica ao “excesso contemporâneo”, a inadaptação abúlica e a distância, contraditória, entre essa modernidade febricitante que se proclama e a consciência da inutilidade e do vazio dessa agitação:

“Ah o crepúsculo, o cair da noite, o acender das luzes nas grandes cidades,
E a mão de mistério que abafa o bulício,
E o cansaço de tudo em nós que nos corrrompe
Para uma sensação exacta e activa da Vida!
Cada rua é um canal de uma Veneza de tédios
E que misterioso o fundo unânime das ruas,
Das ruas ao cair da noite, ó Cesário Verde, ó Mestre,
Ó do ‘Sentimento de um Ocidental’!”⁵⁹

⁵⁵ Ou, como diz em “Passagem das Horas”, “Sentir tudo de todas as maneiras,/ Viver tudo de todos os lados,/Ser a mesma coisa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo,/Realizar em si toda a humanidade de todos os momentos/Num só momento difuso, profuso, completo e longínquo.” (Fernando Pessoa - *Obra Poética*, pp. 344 e 347).

⁵⁶ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 346.

⁵⁷ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, pp. 349 e 345, respectivamente.

⁵⁸ Fernando Pessoa — *Obra Poética*, p. 316.

⁵⁹ “Dois Excertos de Odes (fins de duas odes, naturalmente)”, parte II, in Fernando Pessoa — *Obra Poética*, pp. 313-314.

Daí a emergência de sentimentos decadentes, contraponto da excitação e do frémito futuristas. Ainda no mesmo poema, o poeta fala-nos da “inquietação profunda”, do “desejo de outras coisas,/Que nem são países, nem momentos, nem vidas”, através de uma voz-outra que apela para o mistério, formulando a sugestão lúgubre do abismo sob a forma de “um horror sonâmbulo entre luzes que se acendem”, de “um pavor terno e líquido” que sofre, “encostado às esquinas/Como um mendigo de sensações impossíveis”⁶⁰.

É assim entre a euforia e a depressão, o simbolismo e a realidade, que a(s) cidade(s) se constitui(em) como referência(s) principais de um ‘espírito de geração’ orientado em grande parte pelo sensacionista Álvaro de Campos. De facto, “O que quer[ia] Orpheu?”

Precisamente, o corte com o passado, a sua renovação vigorosa e imediata, a expressão sarcástica de um europeísmo paradoxal, o espectáculo da entrega à violência viril das máquinas, à rapidez e eficacidade das técnicas, por entre o gregarismo desumano das grandes cidades. “Assim tem que ser onde tudo se ajusta — /O homem à Natureza, porque a cidade é Natureza”.

⁶⁰ *Fernando Pessoa — Obra Poética*, p. 314.

A CIDADE NO ROMANCE PORTUGUÊS (1874-1974)

Luís Martins*

1. Introdução

A escassíssima bibliografia sobre o tema da cidade no romance português do século xx dificilmente pode prestar-nos uma orientação de trabalho.¹ Assim, sem resguardo teórico prévio de que nos pudéssemos socorrer, o nosso procedimento metodológico consistiu em **deixar falar** os romances, ou seja, em seguir empiricamente, a par e passo, a produção narrativa portuguesa, de Eça de Queirós a António Lobo Antunes, sublinhando as modalidades por que o tema da cidade é perspectivado pelos autores. Deste modo, ainda que não suportando o nosso trabalho num modelo teórico sobre a literatura urbana,² o intenso convívio com o conteúdo diegético dos textos permitiu-nos a elaboração de uma grelha analítica que,

* Professor do Ensino Secundário.

¹ O único estudo completo sobre a relação entre a cidade e o romance português, abrangendo a totalidade do século xx, embora reduzido exclusivamente à cidade de Lisboa, é o de Lúcia Liba Mucznik (coord.), *Lisboa na Ficção Portuguesa Contemporânea — Séculos XIX e XX*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. Porém, este estudo, como um guião prévio, cita apenas os autores e as obras que referem explicitamente a cidade de Lisboa, não classificando as referências nem as teorizando. Ainda que circunscrito a autores particulares e a períodos temporais específicos, merecem referência, pela sua qualidade intrínseca, os ensaios: Teresa Martins Marques, *O Imaginário de Lisboa na Ficção Narrativa de José Rodrigues Miguéis*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, e La Salette Loureiro, *A Cidade em Autores do Primeiro Modernismo. Pessoa, Almada e Sá-Carneiro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

² Seguimos assim o exemplo de David Mourão-Ferreira que, na análise do lugar histórico da revista *presença* no seio da poesia portuguesa da primeira metade do século xx, utiliza, sem enquadramento teórico prévio, as categorias sociológicas de “rural”, “provincial” e “urbano”, cf. David Mourão-Ferreira, “Caracterização da *presença* ou as Definições Involuntária”, in *Tetracórdio*, dir. José-Augusto França, Lisboa, 1955, posteriormente inserto em *Motim Literário*, Lisboa, Verbo, 1962, e, finalmente, incluído em *Presença da «presença»*, Porto, Brasília Editora, 1977, pp. 23-44.

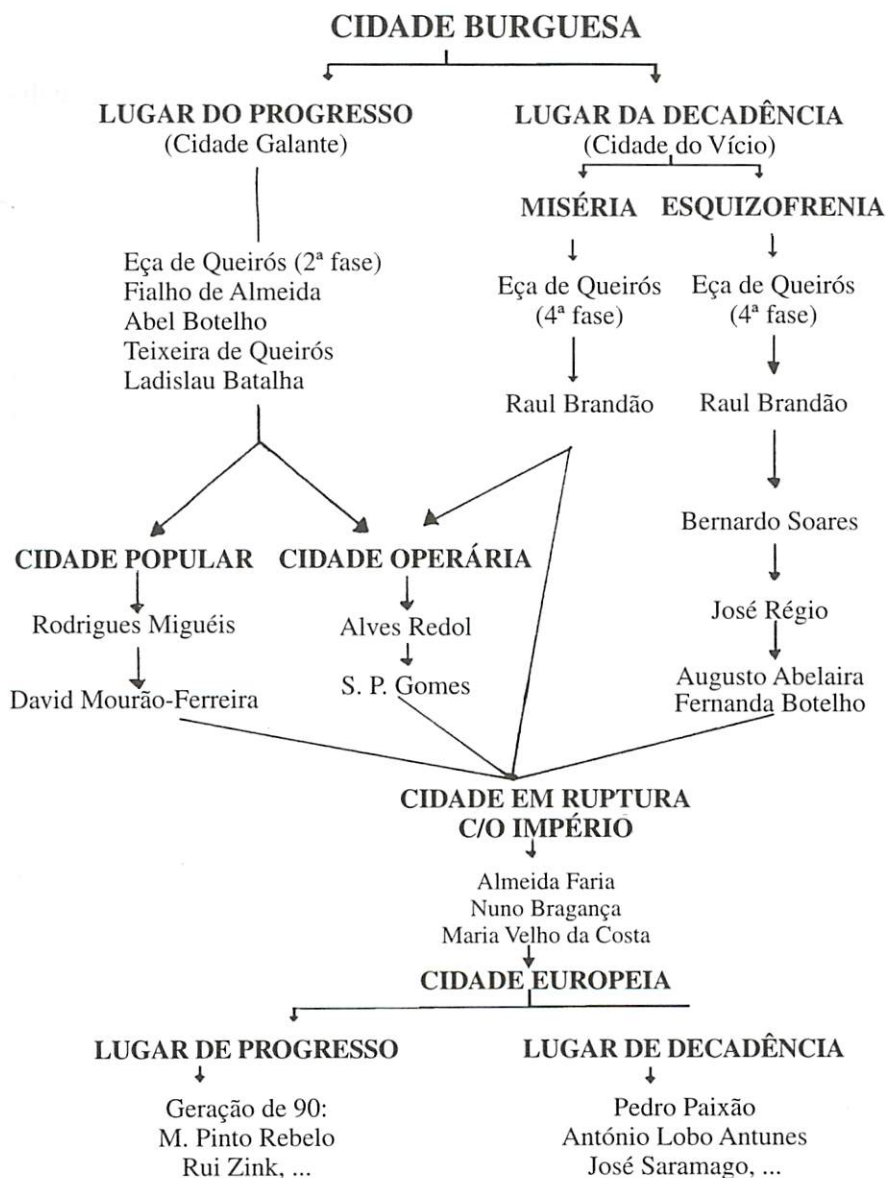
como chave hermenêutica, releva dialecticamente tanto dos próprios textos, espelhando-os enquanto forma integradora e unificadora, como lhes empresta um sentido harmonioso, evidenciando a existência de uma lógica ínsita ao tema da cidade no romance português contemporâneo.

Assim, acompanhando a leitura dos títulos, destacam-se duas conclusões nas relações dinâmicas e complexas entre a evolução da cidade ao longo do século xx e a criação romanesca em Portugal. Em primeiro lugar, que a história da cidade sobredetermina a própria história do romance, forçando este a responder esteticamente à emergência de novos espaços e novos costumes urbanos, como se prova pela reacção do romance português a duas novas realidades históricas emergentes na segunda metade do século xx — a ruptura com o Império e a emergência de literatura sobre a Guerra Colonial,³ bem como a assunção do novo estatuto urbano europeu de Portugal, provocando o aparecimento de uma nova geração (a “Geração de 90”⁴) cujo registo de escrita se evidencia como radicalmente diferente do das gerações anteriores (décadas de 60 a 80). Em segundo lugar, a existência de uma estrutura formal, de carácter universal, que preside a toda a literatura urbana, diferenciando radicalmente duas vertentes-siamesas da cidade: a cidade como lugar de progresso (dotada de elevada qualidade de vida) e a cidade como lugar de decadência (cidade labiríntica, centro de incessantes desejos de ser e de posse, que ora projecta alguns dos seus habitantes para a miséria, ora projecta outros para a esquizofrenia, dividindo-lhes a personalidade). É assim que, presidindo simultaneamente ao início e ao final do século xx, encontramos esta mesma estrutura bicéfala da cidade retratada esteticamente enquanto “Lugar de Progresso” e “Lugar de Decadência”, modelo formal que tanto abarca títulos como *Sei Lá!* (1998) e *Não Há Coincidências* (2000), de Margarida Pinto Rebelo, ou *Os Surfistas* (2001), de Rui Zink, onde a cidade portuguesa é já retratada enquanto apogeu de aclimatização de ambiciosos costumes jovens da Europa e Estados Unidos da América, bem como *Nos teus Braços Morreríamos* (1998), de Pedro Paixão, ou *O Que Farei Quando Tudo Arde?* (2001), de Lobo Antunes, ou *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) de José Saramago, onde a cidade é encarada tanto como como lugar de desencontro do homem consigo próprio, de angústia nascida da contradição entre ser, querer ser e poder ser, espaço de luta selvagem do homem pelo poder. No entanto, como se constata pelos

³ Sobre esta temática, cf. Rui Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998.

⁴ Sobre esta temática, cf. Miguel Real, *A Geração de 90, Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*, Porto, Campo das letras, 2001.

QUADRO FORMAL DA RELAÇÃO ENTRE CIDADE
E ROMANCE PORTUGUÊS NO SÉCULO XX



títulos do “Quadro Formal da Relação entre a Cidade e o Romance Português no Século xx”, o modelo de simultânea glorificação e diabolização da cidade, que preside actualmente ao romance urbano português, repete idêntico modelo emergido historicamente na passagem entre os séculos XIX e XX quando, muito lucidamente, Fialho de Almeida dividiu os seus textos urbanos em Cidade “Galante” e “Cidade do Vício”,⁵ títulos que actualizámos para “Lugar do Progresso” e “Lugar de Decadência”. Demograficamente superior, espacialmente mais vasta, funcionalmente mais complexa, estruturalmente mais desenvolvida, a cidade portuguesa do final do século XX repete esteticamente no romance o conjunto de imagens próprias da cidade portuguesa do princípio do mesmo século, evidenciando assim traços narrativos permanentes, mormente as suas duas faces-siamesas de ostentação de riqueza e de amoralismo, ou seja, as duas imagens da cidade retratadas por Eça, uma em *A Capital*, com o provinciano Artur Corvelo extasiado pelo fulgor luxuriante da cidade; outra, em *A Cidade e as Serras*, com o “Príncipe da Grã-Ventura” postulando a cidade como lugar de malignidade e frustração.

Porém, deve ressaltar-se fortemente que entre o conjunto de imagens estéticas produzidas pelo romance português dos princípios do século XX e o mesmo conjunto emergente nos romances do final do século, existe uma configuração imagética que como que desaparece das actuais narrativas, provando a superior qualidade de vida que os portugueses atingiram com a integração na Comunidade Europeia em 1986 — a “cidade dos pobres”, a cidade “clandestina”, lugar de miséria e húmus de perdição, que, no caso de Lisboa, atravessava as pedreiras de Alcântara, circunvagava os casinhotos de Arroios e Penha de França, desembocando entre Alfama, Xabregas e Poço do Bispo. Esta era, segundo Fialho de Almeida, a cidade pobre donde brotava o “vício”, refúgio de quadrilhas de salteadores e bandoleiros, lugar social permeável a toda a hediondez humana e reservatório humano que inundava de noite a “cidade galante”. A “cidade dos pobres” do princípio do século XX é hoje substituída pela nova realidade dos “subúrbios”, centro de distribuição de “droga”, como o evidencia, por exemplo, *Adeus Princesa* (1985), de Clara Pinto Correia. Se compararmos a estrutura espacial e habitacional de Lisboa segundo *Misérias de Lisboa* (1892/93), de Ladislau Batalha,⁶ vasto romance realista tipificador da estrutura de classes sociais

⁵ Fialho de Almeida, *Cidade do Vício*, Porto, Livraria Chardron, 1882; Idem, *Lisboa Galante*, Porto, Livraria Chardron, 1920.

⁶ Ladislau Batalha, *As Misérias de Lisboa*, 3 volumes, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1892/93.

FIALHO DE ALMEIDA

Lisboa Galante

EPISODIOS E ASPECTOS DA CIDADE

«Paris est une ville qui se montre quasi nue à toute heure, une ville essentiellement courtisane et sans chasteté. Pour qu'une existence y ait de la pudeur, elle doit posséder cent mille francs de rente. Les vertus y sont plus chères que les vices.»

DE BALZAC.

TERCEIRA EDIÇÃO

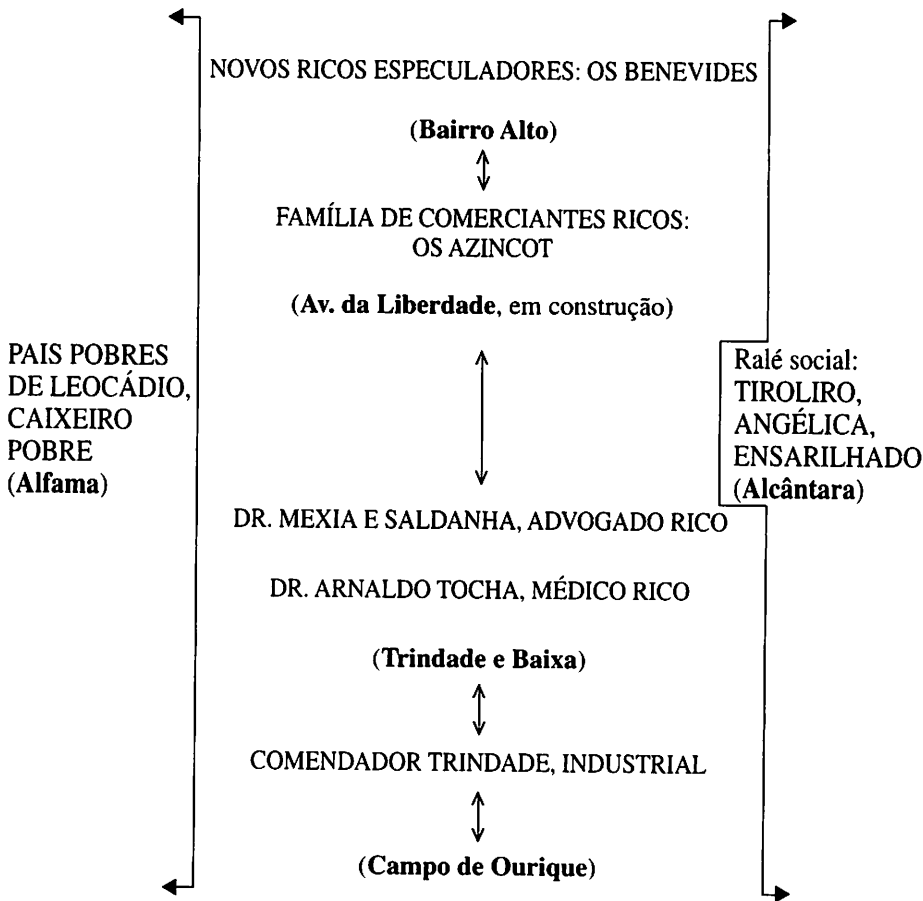


PORTO
LIVRARIA CHARDRON.
DE LÍLIO & IRMÃO, L.^{da}, EDITORES
RUA DAS CARMELITAS, 144
AILLAUD, BERTRAND — Lisboa-Paris
1920

nesta cidade em finais do século XIX, com o recente romance *A Arma dos Juízes* (2002), de Clara Pinto Correia,⁷ encontramos desenhada, entre ambos os romances, a evolução orgânica, demográfica e geográfica da cidade, recriando novas centralidades urbanas, sempre espacialmente expulsando para fora dos seus muros “galantes”, no estético dizer de Fialho de Almeida, a “cidades dos pobres”:

LADISLAU BATALHA

AS MISÉRIAS DE LISBOA
(1892/93)



⁷ Clara Pinto Correia, *A Arma dos Juízes*, Lisboa, Relógio d'Água, 2002.

EMPRESA EDITORA DO «RECREIO»

LADISLAU BATALHA

MISERIAS DE LISBOA

ROMANCE DA ACTUALIDADE

VOLUME I



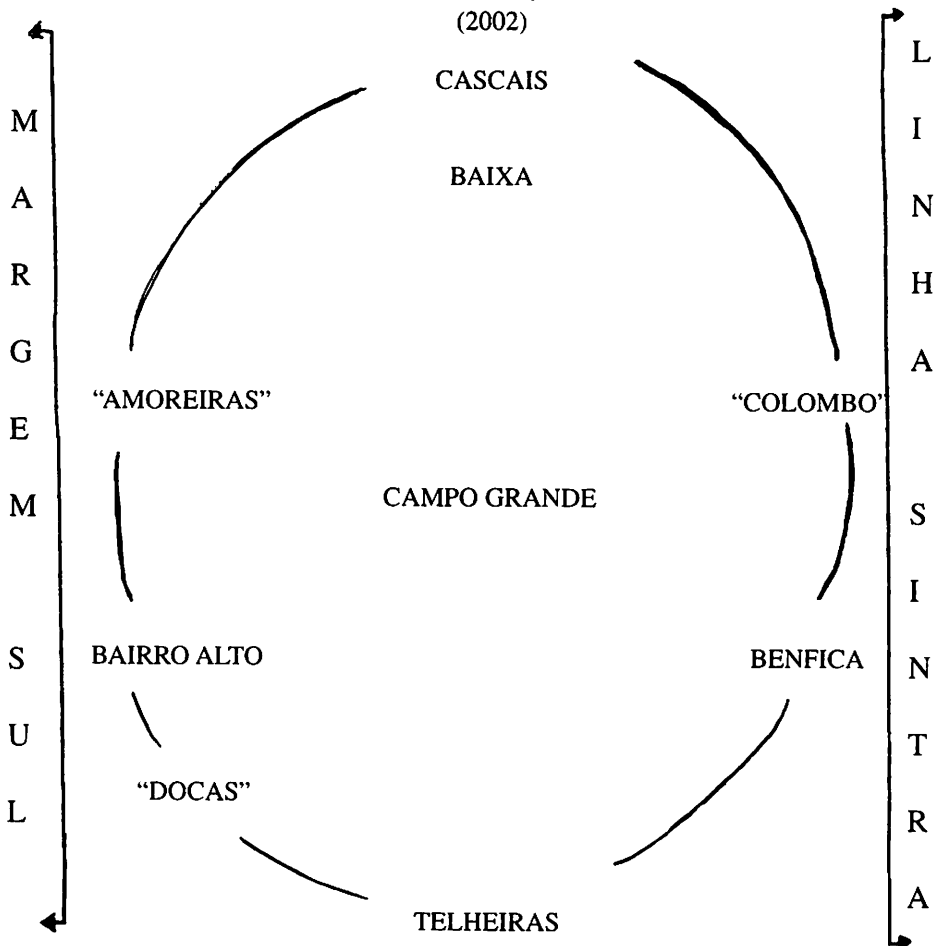
LISBOA
JOÃO ROMANO TORRES—EDITOR.
109 — Rua da Barroca — 109
—
1892

Assim, a cidade como “Lugar de Progresso”, constituído pelo eixo demarcado pelo Bairro Alto, Trindade, Baixa e Avenida da Liberdade (em construção), acrescido da colina de Campo de Ourique como local de repouso e lazer, opõe-se a oriente, Alfama, e a ocidente, Alcântara, como dois pólos da cidade enquanto “Lugar de Decadência” ou de miséria. Porém, 110 anos depois, Lisboa alterou radicalmente a sua face, evidenciando europeiramente uma extensa rede de centralidades urbanas e um conjunto de periferias, já não designadas por espaços sociais de pobreza (“Cidade do Vício”), mas por “suburbanas”. Clara Pinto Correia, em *A Arma dos Juízes*,

CLARA PINTO CORREIA

A ARMA DOS JUÍZES

(2002)



dá-nos esteticamente conta desta nova Lisboa, em que Alfama, de bairro “vicioso”, converteu-se em bairro turístico, património da história de Lisboa, e Alcântara, refúgio de ladrões e pardieiro de operariado industrial, converteu-se em zona turística do Tejo, alimentadora das “Docas”:

Como se constata, a “cidade dos pobres”, realidade socialmente eminente do século XIX, deu lugar à cidade dos “subúrbios”, vastas periferias constituídas pelo eixo ferroviário Lisboa-Sintra, com exclusão desta vila, e pelo eixo Almada-Seixal-Barreiro, da “Outra Margem”, espaço social donde novos bandos de salteadores, agora jovens negros marginais motorizados, assolam a cidade “galante”. A esta, centrada no final do século XIX, entre o Bairro-Alto, a Trindade, a Baixa e a Avenida da Liberdade, sucederam novas centralidades urbanas, a habitacional do eixo Cascais-Telheiras, a intelectual do Campo Grande, a económica da Baixa e dos Centros Comerciais e a de lazer do Bairro Alto-Docas.

2. Cidade — Lugar de Progresso (passagem entre os séculos XIX e XX)

A cidade retratada no romance português do século XX é a cidade burguesa,⁸ desenhada segundo três funcionalidades urbanas: lugar de trabalho (comércio, finança e indústria); lugar de habitação (crescentes bairros que, em conjunturas sucessivas, vão cintando e repovoando a cidade, ampliando-a); e lugar de prazer e de culto (funções de diversão e de religião). Assim, pelo conceito de cidade como “lugar de Progresso” entende-se uma viva harmonização desta tripla funcionalidade, acomodando-se todas as suas partes num enriquecimento mútuo, como se a cidade se constituísse à imagem de um grande corpo orgânico, vivo, cujo crescimento global dependesse da aliança compósita de todas as suas partes.

Deste modo, “lugar de Progresso”, a cidade surge no romance português da passagem entre os séculos XIX e XX como eminentemente cosmopolita, centro de Poder, de ambição política individual, espaço social mundano, festivo, feérico (a generalização do gás e o recente aparecimento da electricidade e do telefone), centro organizativo e legislador de um

⁸ Para uma teoria histórica e sociológica da cidade, cf., por exemplo, Lewis Mumford, *A Cidade na História, suas Origens, Transformações e Perspectivas*, S. Paulo, Ed. Martins Fontes, 1998, Charles Delfonte, *A Grande História da Cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000, Leonardo Benevolo, *História da Cidade*, S. Paulo, Ed. Perspectiva, 1983 e, numa perspectiva futurística, Armand Mattelard, *História da Utopia Planetária. Da Cidade Profética à Cidade Planetária*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2000.

Império colonial, em cujas ruas passeiam “africanistas” e descendentes de “brasileiros” torna-viagens; é o lugar próprio do comércio e da moda, da ostentação, da vaidade e da riqueza, onde o esplendor das novas fortunas emergentes envergonha a degradação moral e material da aristocracia portuguesa, forçada a vender solares no campo ou palacetes na cidade. Mas a cidade como “lugar de Progresso” também é o espaço económico das massas operárias, expulsas para a cintura urbana, dos pescadores e estivadores, sediados nas zonas ribeirinhas, dos caixeiros de comércio, dos funcionários régios e, posteriormente, dos funcionários públicos da República, grupos sociais cujo estatuto económico lhes permite um instável equilíbrio entre riqueza e pobreza, ou seja, entre a cidade como “lugar do Progresso” e a cidade como “lugar da Decadência”. Igualmente neste ponto de equilíbrio entre as duas imagens romanescas de cidade reside a fronteira entre a evidenciação das virtudes públicas e o recalçamento (“portas adentro”) dos vícios privados, que romances como *Crime do Padre Amaro* (1874, 1875, 1880), ou *O Primo Basílio* (1878), de Eça, desmascaram, ostentando os inconfessados desejos das meninas casadoiras e das senhoras de classe média de vida vazia, abandonadas entre os braços dos peralvilhos frequentadores do café, dos bilhares e dos passeios públicos, como *A Capital* (1877, manusc.; ed. póstuma 1925), de Eça, tão bem descreve. E é justamente esta uma das então mais vitais funções do romance — o de se constituir como espelho de laicização dos costumes, evidenciando os novos hábitos sociais, diferenciados dos tradicionais rituais familiares.

Através de breves textos extraídos de romances da época, observemos como a cidade “lugar de Progresso” revoluciona as antigas estruturas sociais e económicas, subvertendo usos e costumes. Abel Botelho, em *Os Lázaros* (1904), evidencia a decadência da aristocracia, substituída socialmente pela riqueza dos novos comerciantes urbanos:

*Porque o palacete dos Condes de Fiães, não obstante ser um vínculo antigo de família, muito havia que perdera o carácter inteiriço e puro das suas tradições. Fora sofrendo gradualmente, de geração para geração, o desbarato. Té que finalmente a inércia do conde e, estimulado por ela, o génio turbulento e vário da mulher, haviam acabado de reduzir aquele meticuloso ninho antigo, — de glórias que eram relíquias, de lembranças que eram poemas, — quase a um destes prédios faustosos, mas frios...*⁹

⁹ Abel Botelho, *Os Lázaros*, [1904], Porto, Livraria Chardron, 1924, p. 145.

FIALHO D'ALMEIDA

A Cidade do Vício

9.^a EDIÇÃO



**LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
A. M. Teixeira & C.^a, Filhos, L.^{da}
Praça dos Restauradores, 17
LISBOA**

O mesmo autor desenha, em *O Barão de Lavos* (1891)¹⁰ um magistral retrato da decadência da aristocracia, evidenciando naturalisticamente a patologia psíquica da personagem principal (o próprio barão, sugestivamente designado por D. Sebastião) como resultado de contínuos cruzamentos consanguíneos entre famílias nobres. Este “barão” de Abel Botelho, como símbolo do estado social de vastos sectores da nobreza em finais do século XIX, princípios do século XX, abandonou já o serviço público da nação e do rei, objectivo que outrora movera as acções da fidalguia, para se dedicar em exclusivo à conservação dos seus privilégios de riqueza e à consumação da sua tara pedófila.

A decadência dos costumes fidalgos é compensada pela elevação de novos grupos sociais urbanos de forte protagonismo político, como o evidencia o romance *O Senhor Deputado* (1882), de Júlio Lourenço Pinto,¹¹ com as personagens Amândio e Zulmira, provincianos ambiciosos, a instalarem-se em Lisboa, ou *Salústio Nogueira* (1883), romance de Teixeira de Queirós,¹² narrando a história de um deputado hipócrita, dividido entre a sua originária condição social e o intriguismo político da corte e dos interesses financeiros. Os preconceitos sociais, as manhas individuais de fugir a um passado de pobreza, acompanhando o progresso da cidade, a necessidade de ostentação do que não se é para se atingir o que se deseja ser, a indumentária como traço fundamental dessa ostentação, são elementos que compõem a intriga no romance *Os Noivos* (1879), igualmente de Teixeira de Queirós,¹³ autor que, no romance *A Caridade em Lisboa* (1901)¹⁴ anuncia de modo exuberante o esgotamento social do catolicismo como moral dominante da cidade portuguesa e a passagem para a progressiva laicização de costumes que atravessará todo o romance do século XX. Fialho de Almeida, em *Lisboa Galante*, ou nas suas crónicas romanceadas de *Barbear, Pentear*,¹⁵ [1910], evidencia de igual modo a intensa democratização da sociedade urbana portuguesa dos finais do século XIX, exemplificando com acções do quotidiano da vida de diversas personagens populares.

¹⁰ Idem, *O Barão de Lavos*, [1891], Porto, Lello & Irmãos Editores, 1982.

¹¹ Júlio Lourenço Pinto, *O Senhor Deputado*, [1882], Porto, Livraria Chardron, s/d.

¹² Teixeira de Queirós, *Salústio Nogueira*, [1883], Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1909.

¹³ Idem, *Os Noivos*, [1879], Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1896.

¹⁴ Idem, *A Caridade em Lisboa, A Esmola*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1901.

¹⁵ Fialho de Almeida, *Barbear, Pentear (Jornal de um Vagabundo)*, [1910], Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.



ABEL BOTELHO

O BARÃO DE LAVOS

LELLO & IRMÃO — EDITORES

Porém, nenhum destes autores realistas e naturalistas consegue atingir a maestria de Eça de Queirós na captação e cristalização em imagens estéticas da profunda revolução de costumes que a cidade portuguesa está sofrendo. Friso dos diversos grupos sociais em contenda, de *A Relíquia* (1887) a *Os Maias* (1888), cada romance de Eça manifesta, de um ponto de vista “irónico”, tanto as forças conservadoras de arreigamento político constitucional, fundadas na alma rural castiça e vernacular dos povos do campo, quanto a subversão operada pelos novos movimentos sociais, religiosos e políticos europeus. Entre vários possíveis, escolhemos *A Ilustre Casa de Ramires* (1897, manusc.; ed. póstuma, 1900) como síntese estética da divisão entre os diversos grupos sociais na cidade constitucionalista, fontista e democrática do interior de Portugal nos finais do século XIX. Dividida no seio da própria nobreza, a cidade de Oliveira ostenta, entre os fidalgos decadentes, Gonçalo Mendes Ramires, nobre destituído de poder real, mas cidadão interveniente e socialmente inconformado e ambicioso; incapaz de se resignar face à minorização do poder aristocrático entre as populações, Gonçalo Mendes Ramires tenta ressuscitar a antiga nobreza familiar dos Ramires por via da actividade política e da escrita de novelas históricas; o fidalgo decadente, mas socialmente conformado, António Vilalobos, personagem galhofeira, estróina no interior dos limites da educação, amante de guitarradas e assíduo conviva com os novos funcionários da administração; o deputado novo-rico, Sanches Baena, actual substituto constitucional junto de Lisboa do antigo poder nobre, e D. Ana, sua esposa, filha de um carnicheiro; o político burguês intriguista, sem escrúpulos, André Cavaleiro; o burguês provinciano endinheirado, José Barrolo; o administrador do concelho, João Gouveia; a inevitável tertúlia urbana em torno do bilhar e da farmácia, com o destaque da guitarra do Videirinha; o brasileiro torna-viagem, o Pereira; o feitor pobretanas, rude, crente, homem de uma só palavra, José Casco dos Bravais e, finalmente, o pároco letrado, padre José Soeiro. Se a imagem prestígio social das famílias ainda se encontra aureolada em torno dos palacetes e dos solares da nobreza, como o de Gonçalo Ramires, a verdade é que a ordem social, a distribuição dos lugares públicos, a ordenação das leis e o seu cumprimento, bem como a pressão sobre os deputados de Lisboa, já giram tanto em torno do edifício da Administração, quanto do largo central, do café e do bilhar, onde os “burgueses” farmacêuticos, advogados, professores, funcionários do Estado, se juntam ao fim de tarde e ao domingo após a missa. Se em *O Crime do Padre Amaro*, o tema específico do romance forçou Eça de Queirós a privilegiar uma Leiria “beata”, excessivamente clerical, e se, em *A Capital*,

Eça desenhou a cidade dos jornais e dos jornalistas, centrada no Chiado, é de facto em *A Ilustre Casa de Ramires* que encontramos espelhadas as contradições entre a tradicional cidade portuguesa fidalga, remanescente da antiga urbanização promovida pelo rei ou pela nobreza, fundada no privilégio da linhagem, e a nova cidade fontista, “lugar de progresso”, fundada na política, no jornal e no comércio.

3. Cidade — Lugar de Decadência

Porém, é esta mesma cidade, fruto de trabalho e não de privilégio herdado, que tanto cria os seus ramos verdes do “progresso” material quanto os seus ramos bolorentos de pobreza. No romance português do período analisado, estas duas vertentes da cidade surgem-nos sempre a par como dois movimentos paralelos, embora contraditórios. Se em *A Capital*, Lisboa surge como “o único ponto vivo dessa fétida lesma morta que se espapa à beira do velho Atlântico, sob o nome desacreditado de Portugal” (Carta de Damião a Artur Corvelo),¹⁶ já na sua obra da década de 90 Eça de Queirós, desiludido com o ritmo civilizacional da cidade, produtora tanto de riqueza quanto de maior pobreza, como evidencia em *A Cidade e as Serras* (1893, manusc.; ed. póstuma 1901), dedica inúmeras páginas às manchas de pobreza que a corroíam, infestando o feérico esplendor do “progresso” urbano:

*Deste terraço, junto a esta rica Basílica consagrada ao Coração [Sacré Coeur, em Paris] que amou o Pobre e por ele sangrou, bem avistamos nós o lôbrego casario onde a plebe se curva sob esse antigo opróbrio de que nem Religiões, nem Filosofias, nem Morais, nem a sua própria força brutal a jamais poderão libertar! Aí jaz, espalhada pela Cidade, como esterco vil que fecunda a Cidade. (...) Ei-la agora coberta de moradas em que eles [os pobres] não se abrigam; armazenada de estofos, com que eles não se agasalham; abarrotada de alimentos, com que eles se não saciam! Para eles só a neve, quando a neve cai, e entorpece e sepulta as criancinhas aninhadas pelos bancos das praças ou sob os arcos das pontes de Paris... A neve cai, muda e branca na treva; e a polícia, em torno, ronda atenta para que não seja perturbado o tépido sono daqueles que amam a neve, para patinar nos lagos do Bosque de Bolonha com peliças de três mil francos.*¹⁷

¹⁶ Eça de Queirós, *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., p. 70.

¹⁷ Idem, *A Cidade e as Serras*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1966, p. 105.

Em *A Correspondência de Fradique Mendes* (ed. póstuma, 1900), Eça faz Fradique apiedar-se dos pobres da cidade, perguntando num quase clamor: “Com os corações assim tão duros e os Invernos tão longos, que vai ser dos pobres?”¹⁸ :

*Nos últimos tempos, preocupava-o [a Fradique] sobretudo a miséria das classes — por sentir que nestas democracias industriais e materialistas, furiosamente empenhadas na luta pelo pão egoísta, as almas cada dia se tornam mais secas e menos capazes de piedade. “A fraternidade (...) vai-se sumindo, principalmente nestas vastas colmeias de cal e pedra onde os homens teimam em se amontoar e lutar...”*¹⁹

E, se a cidade assim prosseguir em estado de decadência, de sentimento ausente de piedade e de fraternidade, chegará o dia em que

*o que resta a cada um por prudência é reunir um pecúlio e adquirir um revólver; e aos seus semelhantes que lhe baterem á porta, dar, segundo as circunstâncias, ou pão ou bala.*²⁰

Fazendo o cômputo do progresso constitucionalista em *Cartas de Paris* (ed. póstuma, 1907), Eça conclui:

*Todos tínhamos com efeito esquecido o pobre, nesta grande ilusão e deslumbamento do progresso material que nos absorveu e obcecou setenta anos [desde a Revolução Liberal de 1820]. Enganados pela ciência, embrulhados nas subtilidades balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construímos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária, se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre! No fim destes setenta anos de martelar e forjar, havia com efeito alguns sujeitos muito gordos e muito ricos — mas havia uma multidão de famintos, mais faminta e maior que nenhuma que o mundo vira desde o velho patriciado romano.*²¹

É esta a nova cidade miserável e “faminta”, a cidade decadente dos pobres, paralela à cidade do progresso comercial e industrial, produzida como consequência desta e em proporção com a sua magnificiência e

¹⁸ Idem, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., p. 94

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 93-94.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 94.

²¹ Idem, “Cartas Familiares de Paris”, in *Cartas de Paris*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., p. 275.

esplendor. Lado a lado, ambas as cidades são tema de romance, de Eça a Fialho de Almeida, tematizadas pelos naturalistas e realistas, explorando-lhes os vícios do jogo, do enriquecimento ilegal, da especulação, mas também as mazelas desonrosas da pobreza. Em *Húmus* (1917), Raul Brandão, no seu estilo singular, faz reviver, 20 anos depois, os pobres de Eça de Queirós:

*Ai de ti se és pobre! A pobreza é a única chaga e a única infâmia. Ai de ti se és pobre, que és escarnecido e ludibriado. Deitem tudo abaixo, os albergues, os asilos. Peguem fogo a tudo!*²²

Isto é, se a sociedade não destruir os pobres, os pobres destruirão tudo:

Surde uma gente de que se não sabe a língua e talvez não saiba falar. Liberdade, igualdade, fraternidade, parlamento, questão social, tudo é varrido como lixo. Tudo o que mantinha o pobre na pobreza e o rico no gozo, desapareceu de vez. Escacou-se a vidraça por trás da qual a plebe observava a vida, sem se atrever a parti-la — Defendam-se! Defendam-se! Não há a esperar piedade! — De onde saem agora estes homens semi-nus?...²³

Em *Os Operários*, Raul Brandão descreve o ambiente de trabalho da população dos pobres das pedreiras de Alcântara:

*De quando em quando, o encarregado, puxando a manivela, sangra o forno — e as pedras caem envolvidas numa poeira branca e cinzenta —, uma atmosfera irrespirável. O pó de cal queima: os vapores da cal introduzem-se na garganta e nos pulmões. Um trabalhador mostra-me as mãos gretadas — o pescoço em carne viva. Nos olhos, caíram-lhe as pestanas. Nos grandes calores do Verão, chegam a largar a pele. Alguns cegam; a sede é sufocante.*²⁴

Se o seu local de trabalho é monstruoso, o seu local de habitação não o é menos:

As barracas aglomeram-se na encosta do monte, num terreno escorredio, e que ameaça desabar sobre o vale [de Alcântara]. Barracas de madeira aglomeradas. As paredes e os tectos de algumas são de latas de petróleo — outras de tijolo: há-as com as frinchas tão mal tapadas que de fora se vê tudo. Pátios, onde as casas

²² Raul Brandão, *Húmus*, [1917], (introd. Guilherme de Castilho), Lisboa, Círculo de Leitores, s/d., pp. LXXIX

²³ Idem, *ibidem*, LXXVII.

²⁴ Idem, *Os Operários*, (fix. texto, introd. e notas de Túlio Ramires Ferro), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, p. 314.

*têm alguns metros quadrados — um só quarto, onde mal cabe a cama e onde se vive, onde se cozinha e come, onde se trabalha, onde se morre. (...) Por toda a parte restos, entulho, podridão, coisas que apodrecem na rua. Nunca aqui entrou uma vassoura...*²⁵

A atmosfera sórdida e miserável da cidade dos pobres, descrita realisticamente por Eça de Queirós e Raul Brandão, não pode deixar de indignar os admiradores da cidade do progresso, como Fialho de Almeida:

*Os próprios chamados bairros operários, ultimamente abertos, são poçanheiras asfíxicas, sem beleza nem graça, em pátios lúgubres, terrenos de refúgio e mau acesso, mal expostos, mal calafetados, mal enxutos, com a higiene função da estupidez dos mestres d'obras, trazida à corda pela sofreguidão cruel dos senhores.*²⁶

Por isso, Fialho de Almeida, respeitável burguês humanista, propõe o arrasamento da cidade pobre, tanto da nova, a operária, quanto da antiga, medieval, ambas reconstruídas em novas avenidas e novos bairros:

*É minha opinião, e a de todos os médicos que rigorosamente têm escoldrinhado a insalubridade irreparável daquele verdadeiro monturo medieval, que o bairro de Alfama, como o de Castelo, Santa Apolónia, Mouraria, etc., devem ser por completo arrasados e desfeitos...*²⁷

Acompanhando as imagens estéticas da cidade como “lugar de Decadência”, evidenciam-se outras, igualmente de cariz crítico, que abordam a cidade do ponto de vista da realização pessoal e moral do indivíduo seu habitante. São textos violentíssimos contra o modelo dominante de cidade enquanto (1) espaço social produtor de contínuos desejos insaciáveis; (2) espaço divisor da personalidade face a múltiplas solicitações e (3) espaço vazio de alma devido à permanente criação de modelos mentais (filosóficos, religiosos, sociais) alienadores de uma sã e natural relação com o ambiente. Estes textos, de origem diversa, de Eça de Queirós a José Régio e Fernanda Botelho, atravessando todo o século XX, exprimem fundamente (1) o relativismo moral pertinente aos costumes dominantes na cidade, como se no seu espaço tudo fosse permissível, principalmente o corte abrupto com rituais tradicionais que se manifestavam como fundamentos sólidos da

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 311.

²⁶ Fialho de Almeida, *Barbear, Pentear*, ed. cit., p. 123.

²⁷ Idem, *ibidem*.

cidade, e (2) o cepticismo gnosiológico do cidadão, desprovido de certezas absolutas orientadoras do seu caminho na vida, dominado pelos sentimentos de pessimismo e/ou hedonismo. Cidade esvaziada de alma, lugar absoluto da esquizofrenia social, as imagens romanesas do “labirinto”, do “muro”, do “impasse”, do “beco”, do “dédalo”, surgem-nos como propulsoras deste tipo de romance, cujos modelos ideais, em Portugal, são indubitavelmente *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, e *O Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa/Bernardo Soares, tendo na Europa o seu modelo ideal com a totalidade da obra narrativa de Kafka, nomeadamente os romances *O Processo* e *O Castelo*, e, nos Estados Unidos da América, com *A Morte do Caixeiro-Viajante*, de Arthur Miller. É o desenho narrativo da “cidade esquizofrénica”, a cidade que divide o homem entre o que ele é e o que é obrigado a ser, entre o desejo e a posse, entre o ritmo natural de vida e o ritmo social de trabalho, entre a existência objectiva e o prestígio por que nos manifestamos face aos outros.

Eça de Queirós permanece um dos mais elucidativos exemplos de análise deste tipo de cidade. Em *A Cidade e as Serras*, antes de Jacinto iniciar a sua viagem de Paris para Tormes, encontra Maurício, personagem boémia, frequentadora dos meios intelectuais. O diálogo entre ambos é fortemente elucidativo da crítica à cidade como “lugar de esquizofrenia”:

— Tu ainda és do tempo do culto do Eu?

O meu Príncipe suspirou risonhamente:

— Ainda o cultivei.

— Pois bem! Logo depois foi o Hartmanismo, o Inconsciente. Depois o Nietzismo, o Feudalismo espiritual... Depois grassou o Tolstoísmo, um furor imenso de renunciamiento neocenobítico. Ainda me lembro dum jantar em que apareceu um mostrengo dum eslavo, de guedelha sórdida, que atirava olhos medonhos para o decote da pobre condessa de Arche, e que grunhia com o dedo espetado: — «Busquemos a luz, muito por baixo, no pó da terra!» — E à sobremesa bebemos à delícia da humildade e do trabalho servil, com aquele Champanhe Marceaux granitado que a Matilde nos dava nos grandes dias em copos da forma do Sã-Graal! Depois veio o Emersonismo... Mas, a praga cruel foi o Ibsenismo! Enfim, meu filho, uma Babel de Éticas e de Estéticas. Paris parecia demente, já havia uns desgarrados que tendiam para o Luciferismo. E amiguinhas nossas, coitadas, iam descambando para o Falismo...²⁸

Neste mesmo texto, Eça de Queirós opera a máxima condenação crítica feita à cidade por um romance português, considerando-a, por sua

²⁸ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, ed. cit., pp. 110-111.

própria essência, desprovida de liberdade natural, desprovida de beleza natural, desprovida de força anímica, desprovida de sentimento natural, sem alegria natural, sem riso natural, de espírito simultaneamente impudente, como o de um garoto, e passivo, como o de um escravo.²⁹ Culminando esta crítica à cidade como “lugar de esquizofrenia”, Eça designa a sua existência de “ilusão perversa”, servidora de uma minoria que se permite gozar dos privilégios que cidade lhe oferece enquanto “a escura, imensa plebe, só nela sofre”.³⁰

Sob a patina rebrilhante das modas, das convenções e dos rituais sociais encontramos bem expressa esta decadência urbana em *Húmus*, de Raul Brandão, texto diabolizador da vila/cidade:

[Na vila] *Ouçõ sempre o mesmo ruído de morte que devagar rói e persiste... Uma vila encardida — ruas desertas — pátios de lajes soerguidas pelo único esforço da erva — o castelo — restos intactos de muralhas que não têm serventia (...). A humidade entranhou-se na pedra, o sol entranhou-se na humidade. Nos corredores as aranhas tecem imutáveis teias de silêncio e tédio e uma cinza invisível, manias, regras, hábitos, vai lentamente soterrando tudo. (...) Na realidade isto é como Pompeia um vasto sepulcro: aqui se enterraram todos os nossos sonhos...*³¹

Em Raul Brandão, carecido o cidadão urbano de um genuíno lugar natural, a vila/cidade torna-se o lugar de uma aparência, uma “ilusão perversa”, como em Eça: “A vila é um simulacro. Melhor: a vida é um simulacro”.³² Identificando “vila” e “vida” e classificando ambas como “simulacro”, Raul Brandão denuncia romanescamente o carácter artificial da vida na cidade, forçando os seus habitantes a subordinarem-se aos imperativos espaciais, económicos, políticos e sociais desta, perseguindo ideais metafísicos e religiosos que não são senão mistificações e fantasias por que intentam dar sentido à vida.

Os dois romancistas portugueses que, após Raul Brandão e até ao final da primeira metade do século XX, mais evidenciam nos seus textos a imagem da cidade como “lugar de esquizofrenia”, são Fernando Pessoa/Bernardo Soares, em *O Livro do Desassossego*, e José Régio, nomeadamente em *O Jogo da Cebra Cega* (1934), o primeiro patenteando a imagem da cidade como vazio de alma, o segundo como lugar radicalmente divisor da personalidade, ou seja, reiterando e não alterando a tese de Eça de Queirós.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 104.

³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 104-105.

³¹ Raul Brandão, *Húmus*, ed. cit., p. 3.

³² Idem, *ibidem*, p. 13.

Explorando a psicanálise, deixando as forças emergentes do inconsciente advirem esteticamente à superfície, numa tentativa de iluminação da totalidade da personalidade individual do protagonista, inclusivamente dos aspectos mais bestíferos desta, José Régio explora romanescamente em *O Jogo da Cabra Cega*, entre tertúlias de café, centro intelectual urbano da década de 30, e o retiro da pensão onde habita Pedro Serra, a emergência simultânea do eu e do outro, como se o seu antagonista, Jaime Franco, fosse também Pedro Serra e Pedro Serra fosse também Jaime Franco:

Linda noite! — repeti. Mas voltei-me sobressaltado; e ria como se quisesse, rindo de mim, atenuar a impressão de ridículo de alguém que me escutara... Ora esse alguém era ainda eu. E repentinamente, voltando-me, tive a sensação pavorosa dum desdobramento físico. O mais terrível é que, como nos sonhos, o outro era simultaneamente eu próprio e Jaime Franco.³³

Incapaz de unificar harmonicamente os diversos elementos da sua personalidade, Pedro Serra debate-se continuamente entre o horizonte da sua razão clara, social, fundada no **super-ego** da moral e da religião, e os impulsos vitais, instintivos, de um **id** de raiz biológica que o prende à realidade animal, ou seja, sá-carneiricamente dividido entre o “eu” espiritual, âmago da personagem, e o “outro” social, figura fantasmática ou simulacro, dando-nos José Régio, neste romance, o perfeito exemplo de um texto só possível de ser criado no lugar social da cidade labiríntica e esquizofrénica:

Eu?, não: O outro. Chamo Eu, agora, àquele que em mim se liberta assim do outro; e chamo outro ao que lá em baixo (se Eu me suponho pairando), lá à superfície (se Eu me suponho subterrâneo) lá em frente (se Eu me suponho afastado da boca de cena) contracena com os outros de outrem. Ora esse outro é cheio de risos e soluções histéricas, de astuciazinhas, de vaidade, de ressentimentos, de contradições, de impotência. Mas Eu que simultaneamente o julgo (se é que Eu julgo) com imparcialidade (...). Ele [o Outro] é acção; é fenómeno; é circunstância. Mas como pura contemplação me liberto Eu até abeirar aquele Deus que ele não compreende. E Deus não é senão Eu atingindo um Supremo de resto inatingível... Deus substituí-O Ele por superstições, igrejas, religiões, revelações, explorações metafísicas. Eu não O substituí por nada. E seria Eu próprio Deus — sê-IO-ia! — se apesar de alheio a ele (volto a falar do Outro) ele e Eu não fôssemos como duas linhas que forças iguais e contrárias mantêm paralelas... Sim, ele e Eu não nos encontramos; senão no infinito!³⁴

³³ José Régio, *O Jogo da Cabra Cega*, [1934], Porto, Brasília Editora, 1982, p. 146.

³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 201-202.

Texto vivo da fissura entre o “eu” e o “outro”, a este desdobramento esquizofrênico da personalidade das principais personagens regianas — a que a então moda europeia da psicanálise dava sustento sólido como hermenêutica de acesso às zonas inconscientes da personagem —, junta-se, no complexo de imagens narrativas que fundam esta perspectiva sobre a cidade, a obra de Fernando Pessoa/Bernardo Soares como explicitação da cidade vazia de alma:

[Na cidade] *Passam casais futuros, passam os pares das costureiras, passam rapazes com pressa de prazer, fumam no seu passeio de sempre os reformados de tudo, a uma ou outra porta reparam em pouco os vadios parados que são donos das lojas. Lentos, fortes e fracos, os recrutas sonambulizam em molhos ora muito ruidosos, ora mais que ruidosos. Gente normal surge de vez em quando. Os automóveis ali a esta hora são muito frequentes; (...)*

No meu coração há uma paz de angústia, o meu sossego é feito de resignação. Passa tudo isso, e nada de tudo isso me diz nada, tudo é alheio ao meu sentir, (...) quando o acaso deita pedras, ecos de vozes incógnitas — salada colectiva da vida.

*O cansaço de todas as ilusões e de tudo o que há nas ilusões — a perda delas, a inutilidade de as ter, o antecansaço de ter que as ter para as perdê-las, a mágoa de as ter tido, a vergonha intelectual de as ter tido sabendo que teriam tal fim.*³⁵

Para Fernando Pessoa/Bernardo Soares, bem como para Eça de Queirós, a cidade evidencia-se como fábrica de ilusões e como instância social e ética passível de criar todas as opções possíveis de vida, todas se equivalendo, não passando de ilusões. Para Raul Brandão, a cidade estatui-se como lugar de criação de “simulacros”, lugar de uma falsa vida, e, para José Régio, como centro de superstições metafísicas e morais. Por todos estes motivos, a cidade é o lugar onde “viver é ser outro”,³⁶ seguindo convenções, protocolos, preconceitos, rituais, mas sempre desconhecendo-se a si próprio: “Quem cruzou todos os mares cruzou somente a monotonia de si mesmo”.³⁷ Cidade, fonte de contínua diferença, que, no entanto, analisada do ponto de vista da sua essência, se reduz a uma permanente mesmidade:

*A gente que passa na rua é sempre a mesma que passou há pouco, é sempre o aspecto flutuante de alguém, nódoas de movimento, vozes de incerteza, coisas que passam e não chegam a acontecer.*³⁸

³⁵ Fernando Pessoa, *O Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, (ed. António Quadros), Lisboa, 1986, p. 56.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 87.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 97.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 261.

Sem a feroz crítica humanista de Eça à cidade, sem o arrebatamento expressionista, metafísico e vitalista de Brandão e sem a perseguição de uma unidade psíquica inatingível de Régio, a cidade em F. Pessoa/B. Soares desenha-se apenas como espaço vazio preenchido por seres autómatos iludidos nos seus objectivos de vida ou como lugar social do nada que cada um, encarregando-se de estabelecer-lhe (ao nada) um conteúdo vivencial, presume ser tudo, lugar de miragem que é lugar de vazio, horizonte raso que todos supõem encapelado segundo desejos próprios, tela branca onde cada olhar individual projecta as cores da sua aspiração, que não raro é a da sua cobiça. Ou seja, a cidade postula-se nestes autores como lugar da decadência humana, resplandecida no entanto pelo falso brilho da iridescência do progresso material.

Já na segunda metade do século xx, Vergílio Ferreira, em *Aparição* (1959), metafisiciza a imagem literária da cidade, tornando-a sede de revelação do eu a si próprio (a aparição), iluminação labiríntica e fantasmática que apenas se anuncia mudamente, como espaço imóvel, cercado, estático, paisagem urbana de que o homem exteriormente se alimenta mas que o não fundamenta:

*A minha presença de mim a mim próprio e a tudo o que me cerca é de dentro de mim que a sei — não do olhar dos outros. Os astros, a Terra, esta sala, são uma realidade, existem, mas é através de mim que se instalam em vida: a minha morte é o nada de tudo.*³⁹

Interiorização do labirinto medieval de Évora na consciência do protagonista, a cidade postula-se como apoio ou sinal exterior, suporte de uma voragem metafísica interior: “Tento descobrir a face última das coisas e ler aí a minha verdade perfeita”,⁴⁰ isto é, a elevação a um tempo imemorial e perfeito, raiz última das coisas, momento genesíaco revelador da ausência de cissura entre campo e cidade. Totalmente arrealista, mas não anti-realista, *Aparição* espiritualiza a cidade, transformando-a num lugar mental onde a consciência do narrador se passeia, como se o engenhoso dédalo branco da cidade de Évora se tivesse esteticamente transfigurado numa encruzilhada fenomenológica onde o narrador, surpreso, espantado de um espanto metafísico, a si próprio fosse revelando (fazendo *aparecer*) os seus sentimentos e pensamentos. A cidade é, aqui, apenas o meio, o elemento, donde, cortada das suas raízes naturais, a consciência emerge para os seus

³⁹ Vergílio Ferreira, *Aparição*, [1959], Lisboa, Bertrand Editora, 1994, p. 11.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

enigmas, desvelando-os, mas não os solucionando. *Aparição* é um dos mais altos cumes da consciência romanesca de carácter metafísico do século xx português e como que desta constitui um momento inultrapassável, apenas prosseguido pela própria obra restante de Vergílio Ferreira.

Todas estas violentíssimas imagens críticas só poderiam conduzir a um cepticismo absoluto sobre a possibilidade de a cidade, centro do mundo, ser geradora de felicidade. Dois autores, emergidos na década de 50, tornam-se disso testemunho: Augusto Abelaira e Fernanda Botelho. De facto, Augusto Abelaira e Fernanda Botelho trazem o cepticismo para o romance português das décadas de 50 e 60 — com *Cidade das Flores* (1959) e *Enseada Amena* (1966), da parte de Abelaira, e com *Calendário Privado* (1958), *A Gata e a Fábula* (1960), ou ainda *Lourenço é Nome de Jogral* (1971), de Fernanda Botelho, reitera-se e conclui-se que a cidade não salva o homem, não o conduz à felicidade, a cidade é por excelência lugar de dúvida, de enredamento mental, de interesses comezinhos e circunstanciais, sede própria da mesquinhez humana, da “vidinha”, no sugestivo dizer de Alexandre O’Neill. Escreve Fernanda Botelho:

*Que tem sido a minha vida nos últimos anos? No plano pessoal, não sei se poderei falar de resignação, mas é muito possível que sim. O mundo, esse, vai exibindo, ao longo dos anos, a sua Segunda Grande Guerra, a sua Indochina, a sua Coreia... Tem agora o seu Vietnam. O mundo, esse, não pára, é um fado corrido de versos sensacionais, saídos da inspiração tresloucada dum Nero que se julga Júpiter, com a lira de Orfeu amarrada à mochila de guerreiro. Eu vivo o meu quotidiano com a sensação de que o chão que piso nunca mais dará flores. O pior é não ter a certeza, vacilar a cada passo, receoso de esmagar qualquer rebento.*⁴¹

Indicador do estilo e da ideologia presentes nos seus romances, este extracto de *Lourenço é Nome de Jogral*, de Fernanda Botelho, indicia com perfeição o cepticismo absoluto que tomou conta do romance português na década de 60, evidenciando uma cidade decadente, sem projecto colectivo de vida, golpeando a vida de cada habitante com a ameaça da dúvida ética permanente sobre o bem e o mal. As duas últimas frases do excerto de Fernanda Botelho ostentam a descrença e a permanente desconfiança do habitante da cidade sobre o sentido da sua vida, refazendo-o num tactear empírico que apenas conduz, de cepticismo em cepticismo, a uma profunda desorientação existencial. É justamente esta perturbação psíquica, agora não levada a limite, como o fizera José Régio, que projecta o romancista para

⁴¹ Fernanda Botelho, *Lourenço é Nome de Jogral*, [1971], Lisboa, Contexto Editora, 1991, p. 179.

além da conjuntura citadina do momento, tentando desvelar o tempo e a modo longos por que a cidade se instaura na consciência dos seus habitantes:

— *Esta cidade tem sido sempre arrasada por nós... Por nós e pelos tremores de terra... — Depois de alguns passos em silêncio: — Quantas vezes nós somos os outros? — E brincando: — Quantas vezes os outros são nós? — Mais sério: Aqui debaixo dos nossos pés: ruínas, várias Lisboas mortas. Vamos enterrando as casas, os templos, as ruas,, o passado, o presente, o futuro... Vamo-nos enterrando a nós mesmos. É uma cidade soterrada: casas fenícias, templos romanos, visigóticos, mouros, joaninos... Queres abrir um buraco, vamos esporeitar lá em baixo? Nem é preciso: já estamos lá em baixo, antes mesmo de lá estarmos, já estamos no buraco...*⁴²

“Já estamos no buraco”, confessa a personagem de Abelaira. Metaforicamente, é assim que, na década de 60, podemos considerar a perspectiva da cidade portuguesa como “lugar de decadência”: a cidade é um longo “buraco” civilizacional que suga as mais virgens aspirações humanas, forçando, pelo imperativo categórico das suas regras sociais, a uma normalização sociológica que expulsa de si o comportamento diferente, considerado exótico. É uma cidade de classe média, fortemente ritualizada, politicamente controlada por um Estado onnipotente (o “Estado Novo”), vigiada por aparelhos policiais (a “Polícia Internacional de Defesa do Estado”), ideologicamente submetida a um aparelho propagandístico donde relevam instituições instrumentais de enformação cultural, como a Escola e a Igreja. José Cardoso Pires, em *O Delfim* (1969), responde esteticamente a esta cidade “sitiada” caricaturizando-a, evidenciando o profundo arcaísmo fundamentador das suas instituições; o epílogo de *O Delfim* torna-se famoso pela alusão metafórica ao estado de “espera” e de “sonolência” em que Portugal sobrevivia:

*Desta maneira, o Autor em visita despede-se de um companheiro de serões e de uma Ofélia local, de um dente excomungador e de mastins e ideias negras que lhe guardaram a cabeceira na véspera do dia de Todos os Santos de mil novecentos e sessenta e seis. Pensa na manhã e espera. Espera. Espera o sono. O sono. Sono...*⁴³

Terminamos esta brevíssima incursão sobre as imagens estéticas da cidade no romance português como “lugar de Decadência”, entre finais do século XIX e a década de 60 do século XX, com uma sugestiva passagem de

⁴² Augusto Abelaira, *Enseada Amena*, [1966], Lisboa, Bertrand Editora, s/d., p. 78.

⁴³ José Cardoso Pires, *O Delfim*, [1969], Lisboa Ed. D. Quixote, 1998, p. 227.

As Máscaras de Sábado (1976), de Mário Cláudio, bem evidenciadora do impasse social e político a que a cidade atingira enquanto lugar sem futuro, sobrevivendo das glórias históricas do passado, reconvertidas que foram as magnificências pátrias em propaganda patrioteira:

Era o pino da luz. Tão velhas as mães prefiguras das ossadas da capela sacudiam os moscardos sentavam-se príncipes de Sagres nos poiais de queixo assente na palma da mão erguiam-se dirigindo um «xô» à alimária inquieta⁴⁴

Narradores sonolentos, suportando o arcaísmo dos costumes, segundo Cardoso Pires; velhas moribundas sentadas nos poiais como Príncipes de Sagres, enxotando galinhas, segundo Mário Cláudio: eis o retrato — estético, transfigurado — da cidade decadente portuguesa nos finais da década de sessenta.

4. Cidade Popular

Paralelamente à cidade como “lugar de decadência”, emerge, a partir da década de 30 do século XX, um outro conjunto de textos narrativos que, na sua totalidade, desvelam uma nova imagem da cidade — é o retrato do quotidiano popular da cidade expresso em ambientes típicos de pátios, de bairros, a construção de novas avenidas, a esfera privada que rodeia as profissões populares, mas também a atmosfera de intriga e vizinhança, as rivalidades no seio do mesmo prédio, os tiques sociais de ambição ou de resignação, os conflitos de trabalho entre colegas, o culto dos mortos na igreja e no cemitério. Mais do que uma nova vertente na perspectiva romanesca sobre a cidade, esta figuração estética, a que se encontram veiculados autores tão importantes como José Rodrigues Miguéis, Mário Dionísio e David Mourão-Ferreira, surge, na história da cidade no romance português do século XX, como o resultado dinâmico do cruzamento entre os romances burgueses que, na passagem entre os séculos XIX e XX, espelhavam a cidade como “lugar de progresso”, e a vertente queirosiana e brandoniana da cidade como “lugar dos pobres”. Não se trata agora de retratar grupos ascendentes de burgueses novos-ricos, que comprem e reconstróiem antigos solares e palacetes aristocratas, ou de funcionários administrativos do Estado que, por intriguismo partidário, atingem o mirífico estatuto político de deputado, matéria social de que se tecia a diegese de inúmeros romances

⁴⁴ Mário Cláudio, *As Máscaras de Sábado*, Lisboa, Ed. Assírio & Alvim, p. 71.

que espelhavam a cidade como “lugar do progresso”, mas de ostentar realisticamente a vivência e os costumes do povo urbano de pequeno-burgueses, domésticas, pequenos comerciantes, empregados de escritório, caixeiros de praça, enfim, a família popular urbana que até então raramente assumia papel destacado nos enredos dos romances.

José Rodrigues Miguéis é, indubitavelmente, entre os escritores portugueses da primeira metade do século, o grande romancista dos ambientes populares urbanos: a descrição da vida nos quartos alugados, em prédios de renda módica, a introdução de novos transportes urbanos eléctricos e motorizados, o ambiente de festividade e de rivalidade nos pátios urbanos, o quotidiano de artífices de lojas modestas, a descrição da paisagem urbana entre a residência e o local de trabalho, a minúcia do linguajar popular, nomeadamente do calão das décadas de 30 e 40, os acontecimentos circunstanciais da cidade no seu ramerrão diário, como a generalização do “duche” matinal, o périplo dos carteiros do correio, a perda das chaves de casa e a intervenção dos bombeiros, a concorrência do pequeno comércio com a moda dos novos “armazéns” franceses de retalho. Leiamos, por exemplo, a descrição de um pátio urbano, realidade habitacional hoje praticamente inexistente na cidade portuguesa:

Desceram do «eléctrico» [note-se que o narrador necessita de sublinhar com aspas esta palavra, tal ela é ainda estranha ao vocabulário citadino], subiram uma calçada, depois umas escadinhas, lá em cima meteram à direita, ao Pátio dos Alguidares, espécie de corredor mal empedrado onde escorriam águas turvas e ciscavam galinhas escanzeladas. O sol doirava as alturas das Necessidades [palácio ao bairro da Ajuda, em Lisboa]. Das cordas pendiam roupas e trapos pardacentos. Ao fundo, um monte de lixo junto ao muro, o cadáver de um gato coberto de moscas. Os casinhotos de um só andar, com uma porta e dois janelos, tinham uma aparência ruínosa e triste, com a calça a despegar-se, os tijolos à mostra como pústulas em carne viva. As traseiras davam para quintalinhos do tamanho da palma da mão, confinados entre muros de quintais idênticos. Um fabricante de louças de barro, com ideias humanitárias e planos de mutualismo, tinha edificado aquele pátio ainda no tempo da monarquia, para os seus operários. Mas pouco depois falira, a fábrica fora absorvida por uma grande empresa. Moravam agora ali marítimos, estivadores, oleiros da Pampulha e de Alcântara, um trapeiro, um guarda-fiscal, e gente assim.⁴⁵

Em outro livro, *Léah e Outras Histórias* (1958), Rodrigues Miguéis retrata o toque do carteiro do correio na porta dos prédios antes da instalação

⁴⁵ José Rodrigues Miguéis, *Idealista no Mundo Real*, Lisboa, Estampa, 1986 (1ª ed.), pp. 359-359.

da campanha eléctrica, destacando narrativamente a tranquilidade sonolenta da vida:

A campanha [de badalo] tilintou com violência, e Deodato acordou sobressaltado, a sonhar que a mão robusta do tio-padre sacudia a sineta da missa. «Correio!» — bradaram lá fora, na escada. A voz alarmada da Dona Emília disse no corredor: »Credo, santo nome de Maria, que susto!» A porta abriu-se, rangeu, bateu com estrondo. «Este carteiro sempre é um bruto! Quantas vezes lhe tenho eu dito que não me puxe assim o badalo! Um dia destes fica-lhe a corda na mão»⁴⁶

Em *Escola do Paraíso* (1984), o mesmo autor descreve as compras no armazém mais “chique” de Lisboa, o “Grandela”, destacando a concorrência entre este e o “Armazém do Chiado”:

*A Dona Adélia anda hoje nos Armazéns Grandela, que ela confunde, por dentro, neste labirinto de corredores e escadarias, com os do Chiado, paredes meias; a fazer compras aborrecidas, mas indispensáveis à felicidade de uma família da Rua de São Gens ao Monte: chinelos de trança para os pequenos (não fazem bulha para baixo) [isto é, não incomodam os vizinhos do andar de baixo], riscado azul para bibes, uma camisola azul-marinho para quando ele for para o outro colégio, e talvez, se o dinheiro der, um capachinho entrançado, ou de caíro, com a bordadura verde, para a porta de entrada, em cima dum jornal. Estão-nos sempre a roubar o capacho! Ela gostava de um com um leãozinho estampado.*⁴⁷

Como se constata, Rodrigues Miguéis retrata os meios populares até então exteriores às descrições romanescas dominantes, introduzindo como quadros principais as atmosferas familiares bairristas, o bulício de uma cidade trabalhadora, os rituais quotidianos dos seus habitantes, a ostentação vicinal dos fatos de bom corte, dos automóveis e dos electrodomésticos como sinal exterior de riqueza e progresso. É uma cidade alegre e barulhenta que é assim trazida para primeiro plano do romance, onde não faltam, como contraste e paralelismo, a intriga, a inveja, o azedume, a ambição e a rivalidade, uma cidade onde a solidariedade familiar e de bairro não raro substitui a inexistente previdência do Estado. É também uma cidade pobre, onde a festa de sábado à noite na colectividade de bairro e as festas dos santos populares fazem as vezes das romarias aldeãs, bem como o rancho folclórico rural é substituído pelas canções ligeiras ouvidas na telefonia. É a cidade popular do império da rádio e do eléctrico, anterior ao império da televisão

⁴⁶ Idem, *Léah e Outras Histórias*, [1958], Lisboa, Estampa, 1983, p. 29.

⁴⁷ Idem, *A Escola do Paraíso*, [1966], Lisboa, Estampa, 1984, pp. 168-169.

e do “metro”, a cidade que lentamente começa a tornar-se democraticamente palco de multidões apressadas, como o evidencia Mário Dionísio:

*A multidão propunha uma confraternização à força. Era preciso pedir desculpa ao marçano que se acabava de pisar, implorar às pessoas penduradas no eléctrico que se apertassem um pouco mais para se poder arrumar um pé, nada mais que um pé, num cantinho do estribo [primitivos eléctricos sem portas e janelas, lateralmente todos abertos], muitas vezes sorrir para gente que nunca se tinha visto antes e apetecia insultar. Os elegantes e as elegantes achavam naturalmente tudo isto muito aborrecido. Sobre tudo a necessidade absoluta de seguir naquelas plataformas repletas em que não viajavam só cavalheiros, mas muitos homenzinhos pouco correctos e onde esses mesmos homenzinhos e mulheres vulgares deitavam um cheiro insuportável [a suor]. Que fazer, no entanto, senão atirar-se uma pessoa também para aquele mar de gente que empurrava, furava, pisava e barafustava até chegar ao carro?*⁴⁸

Na segunda metade do século xx, David Mourão-Ferreira é o escritor que prolonga esta perspectiva da narração popular da cidade, não já no sentido da evidenciação do quotidiano dos costumes de uma pequena-burguesia urbana, mas da evidenciação de uma classe média, emergente após a II Guerra Mundial, habitante dos novos bairros das cidades portuguesas, constituídos por edifícios de 9 e 10 andares, então designados por “arranha-céus”:

*Pois é. Tu cresceste já noutro ambiente. Quando tinha dois anos, o teu pai voltou. E, pouco depois, vocês mudaram-se todos para o Monte Estoril. Do prediozinho da Avenida João Crisóstomo [bairro do Areeiro, em Lisboa] mal te deves recordar. E muito menos do que eram, nessa altura, as Avenidas Novas! É difícil; é difícil definir. Só te posso dizer que nós, os que lá vivíamos, nos sentíamos assim uma espécie de castazinha privilegiada. Aquele bairro, edificado em grande parte sob a égide da República [a I República], depressa se tinha enchido — o que são as coisas! — de gente conservadora [a nóvel classe média], reaccionária [a personagem, falando sobre o seu pai, preso político, presta aqui um enfoque político expressamente de esquerda] — de «talassas». «Talassa» era uma palavra que se empregava muito nesse tempo; e, lá em nossas casas, com sentido bastante pejorativo.*⁴⁹

A cidade retratada por Mourão-Ferreira, permanecendo popular no seu desenho estrutural, é, no entanto, distinta da cidade retratada por Rodrigues Miguéis. Naquele autor, já não se trata de uma cidade com raízes

⁴⁸ Mário Dionísio, *Dias Cinzentos e Outros Contos*, [1944], Lisboa, Europa-América, s/d, p. 36.

⁴⁹ David Mourão-Ferreira, *Gaivotas em Terra*, [1957], Lisboa, Presença, 1988, p. 30.

no campo, donde haviam emigrado recentemente os seus habitantes, mas de uma cidade que recusa, assumida e pretensiosamente, as origens humildes das anteriores gerações, evidenciando a necessidade dos seus filhos frequentarem o liceu e a universidade, privilegiando o emprego nos bancos e companhias de seguros e recusando qualquer tipo de trabalho mecânico. A cidade dos contos e romances de Mourão-Ferreira é a cidade portuguesa das décadas de 50 e 60, uma cidade enriquecida, onde, como meios de comunicação de massas, o cinema e a televisão levam de vencida a rádio, a cidade da explosão do acesso à universidade, da publicidade de néon na fachada dos prédios, da emergência dos casinos e dos aeroportos, do aparecimento de novas ideologias de esquerda, do início da Guerra Colonial, do “Maio de 68”, dos festivais de **rock**; porém, é também a cidade onde permanecem, como continuidade e sustentáculo genuínos da vida social, antigos rituais de aldeia, como a seguinte descrição de *Gaivotas em Terra*, onde o narrador evidencia o orgulho do “velho professor primário” pelo sucesso académico do seu antigo aluno:

*O velho professor primário do Bernardino tinha teimado em assistir; e ficou ao pé de mim. Durante todas as provas, ali esteve, com aquela expressão, orgulhosa e humilde, de quem via o antigo aluno triunfar na Universidade.*⁵⁰

Entre a descrição da cidade popular segundo Rodrigues Miguéis e a cidade desenhada ao modo do imaginário europeu de classe média da década de 60, segundo David Mourão-Ferreira, instala-se narrativamente, numa visão marginalizante ou heterodoxa, a descrição operada por Baptista-Bastos do ambiente de tipografias e jornais do Bairro Alto, a atmosfera de trabalho dos comerciantes e operários da Ajuda e de Belém, as tertúlias de café e de bar. Em trechos de *A Colina de Cristal* [1987], Baptista-Bastos descreve-nos a atmosfera operária das construções de ruas e de estradas, as conversas de taberna entre antigos marinheiros, a cidade tomada pelos legionários de Salazar e as revoltas dos trabalhadores por melhores salários:

Eram as mulheres, dezenas, centenas?, de mulheres das fábricas do merino, com bandeiras negras e vermelhas, empurrando nessa enxurrada de protestos e de gestos de cólera raparigas e rapazes, uns atemorizados, outros esfuziantes, todavia expondo uma inocência perplexa. Queriam menos horas de trabalho, melhores salários e razoáveis condições para a execução de um ofício que era o seu orgulho

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 42.

e o seu infortúnio. Apenas mulheres e garotos: nem um só homem trabalhava nos teares que transformavam a lã de merino em tecidos extremamente delicados. Gritavam a sua fraqueza e a sua angústia, solicitando a atenção solidária que lhes era negada pela indiferença, pelo riso, pela chacota ou pelo desdém. As janelas fechavam-se, a curiosidade inicial tornara-se ensonada e frouxa, quase ninguém fazia caso. Todos pensavam em falar e fazer-se ouvir, no interior das casas ou nos bancos corridos das tabernas, onde ocasionais clientes comentavam com os habituais o desacato do mulherio, reconduzindo a conversa para o começo da história, logo após cada rodada de copos de vinho tinto.⁵¹

Politizando a narrativa, Baptista-Bastos descreve a primeira parada da Legião Portuguesa em Lisboa:

Na Avenida da Liberdade realizar-se-ia a primeira parada e desfile da Legião Portuguesa. Manobrando e marchando militarmente pelas ruas da cidade, homens impecáveis nos seus austeros e belos uniformes verdes saudavam de mão estendida, empunhavam flâmulas, soltavam gritos de guerra e dirigiam carros. Motos simples e motos com side-car.

(...)

Nas sociedades de recreio houve bailes comemorativos. As juntas de freguesia realizaram sessões solenes. As bandas vieram para as ruas. As janelas estavam engalanadas com colchas e colgaduras. Crucifixos, bentinhos, ex-votos, Senhoras da Conceição, de Fátima, da Purificação, de todos os tamanhos e proporções, eram afixados com piedoso fervor nas frontarias dos prédios, laterais às varandas. Amador Puime Dominguez, galego e taberneiro, colocou a meio do balcão uma volumosa estatueta em pedra do beato João das Chagas. Não se enterraram os mortos durante dois dias, porque os cemitérios tinham fechado. Bandeiras foram içadas, com relevo especial para as da Legião. Respirava-se uma enlevada devoção, e os habitantes da colina [da Ajuda, em Lisboa; colina que dá o nome ao romance] pareciam absorvidos na eternidade de uma paixão escaldante.⁵²

4. Cidade Operária

Os textos de Baptista-Bastos permitem-nos relevar outra perspectiva da cidade que, embora concorrendo com a “cidade popular”, ganhou, na história da literatura portuguesa do século XX, uma dimensão muito especial: a “cidade operária”. Focalizada particularmente nas décadas de 30 e 40, animada pelo movimento neo-realista e pelos efeitos remanescentes do movimento anarco-sindicalista do princípio do século, esta perspectiva

⁵¹ Baptista Bastos, *A Colina de Cristal*, [1987], Porto, Asa, 2000, pp. 132-133.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 143.

surge-nos como um cruzamento estético-ideológico da “cidade dos pobres”, de Eça e Brandão, e da “cidade popular”, de Rodrigues Miguéis. Constitui ela a vertente proletária da cidade, retratando ao modo de É. Zola ou de Gorky, a massa de operários de vida miserável, acometida por doenças infecto-contagiosas, habitando pardieiros imundos e respirando o pó das pedreiras, a fuligem dos metais e os vapores da combustões. É em Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Ferreira de Castro que encontramos as melhores imagens narrativas desta cidade negra do fumo do carvão e da fundição. Como exemplo, leiamos um extracto de *Esteiros* [1941], de Soeiro Pereira Gomes, trecho triste e sofrido, como de hábito nos romances operários:

De manhã, quando os silvos das fábricas sobressaltavam todos os lares, Madalena ia encostar-se ao postigo, no beco do Mirante. Era um beco triste que assustava o sol. Subia em socacos a encosta pedregosa, ladeada por paredes que vestiam luto e portas baixas que pareciam buracos. Silencioso e sombrio, tinha ao alto, sobre rochas tismadas, uma velha oliveira que manchava de cinzento o azul do céu. Naquele beco a vida estiolava. Madalena via passar, ao fundo, as antigas companheiras que lhe acenavam de fugida, e seguiam caminho a lamentá-la:

— Tão magra que está!

— Coitada. Aquela não deita fora o Inverno.

E ela ficava a ouvir-lhes o sussurro das vozes e a recordar o tempo em que também era tecedeira. Depois, dava os bons-dias à velhota sua amiga, que, manca-não-manca, passava sempre atrasada,

— Tás melhor?

— Obrigada, Ti Rosa. Prà semana talvez já vá consigo.

*Assim dizia há muito tempo, desde que o primeiro escarro lhe avermelhara o lenço. Mas os dias somavam meses — e as melhores eram como o sol de Inverno.*⁵³

Transplantado para a atmosfera industrial da Covilhã, o melhor romance português sobre a “cidade operária” é indubitavelmente *A Lã e a Neve* [1947], de Ferreira de Castro. Nele se descreve a passagem do ruralismo para o industrialismo, da vida aldeã de pastor e lavrador para a vida urbana de manufactor com — segundo a lógica do romance — a consequente exploração de mão-de-obra e a necessidade de associação mutualista, sindical e política dos trabalhadores:

Os homens passavam os dias e as noites dentro das fábricas, só saindo aos domingos, para esquecer o cárcere [do trabalho]. Já não viam as ovelhas, nem ouviam o melancólico tanger dos seus chocalhos nos pendores da serra, ao

⁵³ Soeiro Pereira Gomes, *Esteiros*, [1941], Lisboa, Editorial Avante, s/d., p. 19.

crepúsculo; viam apenas a sua lã, a lá que eles desenrugavam, que eles lavavam, cardavam, penteavam, fiavam e teciam, lã por toda a parte. A indústria ia crescendo sempre. Agora não eram grandes apenas a casa do deus dos homens e as casas das fábricas; ao lado destas, outras casas grandes tinham surgido — as residências dos industriais. E todo o país falava da prosperidade da Covilhã. Mais tarde, operou-se nova revolução. As enormes rodas que giravam nas ribeiras detiveram-se: o poder da água fora substituído pelo da electricidade. E fábricas existiam onde já laboravam pais, filhos e netos. (...) A indústria sofria, porém, constantes oscilações. Ora fabricava sem descanso, ora, por escassez de matéria prima ou parco consumo, diminuía os dias de seu trabalho. Então, homens e mulheres, que à lã haviam entregue a sua vida, defrontavam-se com uma miséria mais descarnada ainda do que a normal. Com seu fabrico reduzido, a Covilhã, em vez de exportar panos, passava a exportar raparigas para o meretrício de Lisboa.

*A sujeição ao destino comum criara, todavia, alguns vínculos entre os descendentes dos primeiros tecelões. No século xx, mais do que sons de flautas pastoris descendo do alto da serra para os vales, subiam dos vales para o alto da serra queixumes, protestos, rumores dos homens que, às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão.*⁵⁴

Aplicado à acelerada urbanização e industrialização das lezírias do litoral do rio Tejo, entre Lisboa (Moscavide) e Vila Franca de Xira, proletarizando os antigos camponeses e pescadores de Alhandra e Póvoa de Santa Iria, destronando o poder dos senhores do latifúndio, a quem as fábricas iam tragando terras, o romance *Barranco de Cegos* (1962), de Alves Redol, manifesta-se, a par de *A Lã e a Neve*, como um dos melhores textos portugueses sobre o processo social e económico da emergência da “cidade operária”.

6. A Cidade em ruptura com o Império

Como parte de um todo, a cidade é sempre reflexo do sentido geral harmónico ou desarmonico da história da sociedade em que se insere. A década de 60 do século xx constituiu, em termos da História de Portugal, uma das décadas mais violentamente rupturalizadoras, anunciando, através de diversas manifestações, sempre dissonantes, a futura década de 70, finalizadora derradeira do Império Português. À secessão dos Estados de Goa, Damão e Diu e à disputa eleitoral para a Presidência da República entre o almirante Américo Thomaz e o general Humberto Delgado, ainda nos finais da década de 50, seguiram-se diversos acontecimentos de profundo

⁵⁴ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, [1947], Lisboa, Guimarães Eds., 1955, “Pórtico”.

significado político e com notória correspondência no plano estético do romance: a irrupção dos movimentos nacionalistas em Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe e o início da Guerra Colonial, então designada por Guerra do Ultramar, a tentativa de rebelião do general Botelho Moniz, o assalto ao paquete “Santa Maria” pelo capitão Henrique Galvão, o aproveitamento de datas comemorativas de simbolismo nacional (10 de Junho) ou internacional (1.º de Maio) para contínuas manifestações de rua contra o regime político do Estado Novo, a ocupação das universidades de Lisboa e Coimbra por parte dos estudantes, o progressivo isolamento internacional de Portugal, mormente na Organização das Nações Unidas, ... Do ponto de vista do romance português, esta irrupção de forças sociais em permanente conflito com o poder político dominante, reflectindo a crescente democratização da sociedade portuguesa e a contestação do regime político do Estado Novo, espelha-se no conteúdo e na forma dos textos narrativos através de idêntica contestação da unidade harmónica das categorias narrativas tradicionais. Passa-se a escrever de modo diferente, contestando a normatividade da gramática e obedecendo a um impulso desconstrutivista presente na mentalidade urbana portuguesa da década de 60. A cidade parece ter enfeitado os seus cultores num manifesto desejo de contestação dos antigos modelos dominantes, sejam os do Estado, sejam os antigos rituais sociais (Igreja, Família, Escola, ...), sejam as antigas formas de escrita; e os romancistas então emergentes (Herberto Helder, de *Passos em Volta*, Maria Gabriela Llansol, Maria Velho da Costa, José Cardoso Pires, Almeida Faria, Nuno Bragança,...) já não tencionam oferecer uma nova perspectiva da cidade nos seus romances, mas a desestruturação e a desconstrução de todos os fundamentos ontológicos e civilizacionais presentes classicamente tanto na cidade quanto no romance. A tradicional narração de uma história alimentada cronologicamente com princípio, meio e fim, desaparece do romance — narram-se episódios soltos, impressões, iluminações, acontecimentos avulsos, apresentados caoticamente, que o leitor terá que reconstruir; o narrador onnipotente é totalmente substituído pela narração perspectivística, na qual cada personagem surge como narradora dela própria; o ensaio e a poesia integram-se dentro da prosa narrativa; a descrição da realidade exterior deixa de ser o motor do texto, alimentando-se este de um tempo subjectivo e interior, próprio do autor, provocando deste modo uma autonomia semântica e sintáctica do texto face à realidade exterior. Um exemplo prático evidencia-nos o novo horizonte narrativo urbano, eminentemente urbano, dominante na década de 60:

*uma voz existe intersticial [de notar a inexistência de maiúscula a abrir o parágrafo]. há trevas à tua volta e tu não és. serás um dia. por sobre este vazio orbe a luz pesa milénios em sua ansiada ausência e à superfície das águas invisíveis o espírito galopa arrepiadamente. se fosses verias como é triste o globo sem ti minha desde já desesperada imagem...*⁵⁵

Como se constata, a estrutura lógica do texto foi gramaticalmente subvertida e levada a um limite próximo da incompreensão. Do mesmo modo, nos textos de Maria Gabriela Llansol repercute-se esta necessidade de subversão tanto da estrutura da língua quanto da estrutura formal clássica do romance, apresentando narrativas que desafiam, de novo ao limite, o próprio sentido da escrita, como, por exemplo, em *Depois dos Pregos na Erva* (1973):

Ficha 11 —
a criança matou o pai e a mãe
o pai matou a criança e a mãe
a criança matou a mãe e o pai
o pai matou a mãe e a criança
o pai e a criança mataram a mãe
a mãe e a criança mataram o pai
a mãe e o pai mataram a criança
....⁵⁶

Fichas e jogos lógicos no interior de narrativas romanceadas, ausência de regras fixas de sinalética, criação da estrutura diegética segundo ritmos caprichosos fundados em inspirações momentâneas, diluição de referências concretas ao espaço, libertação do texto dos ditames lógicos da referencialidade exterior — todos estes elementos tornam-se subsidiários de um novo modelo de narrativa que, na sua expressa subversão estética, acompanha os movimentos sociais e políticos da década de 60 contestatórios do regime do Estado Novo e, através deste, da história imperial de Portugal. É assim que em *Paixão* (1965), de Almeida Faria, a subversão da estrutura narrativa é acompanhada pelo desejo de igual subversão da estrutura social:

Piedade prepara o almoço e às vezes o jantar, depois de ter ido às compras, matado o pato ou a galinha, feito o café e a limpeza, mexendo em água e lume, tocando coisas concretas, tendo nas mãos os elementos, o mundo inteiro que ela merece, ela e a sua classe, passo primeiro e necessário para a vida dos outros, vida

⁵⁵ Almeida Faria, *Rumor Branco*, Lisboa, Portugália, 1962, p. 17.

⁵⁶ Maria Gabriela Llansol, *Depois de os Pregos na Erva/ E que não Escrevia/ Dez Anos de Escrita*, Porto, Afrontamento, 1973, pp. 22.

*não alienada, não nos limites do estômago, nos quais afinal acabou por cair, depois dessa viagem sabotada que se chamou revolução franceses e que os burgueses se encarregam de estragar, sendo hoje necessário revolução mais radical, capaz de acabar com esta exploração desembastada que a besta burguesa burocrática inventa sempre com mais subtis máscaras.*⁵⁷

Como o texto de Almeida Faria exemplifica, vinculando o estatuto da mulher à organização social emergida da Revolução Francesa, este movimento estético de subversão da lógica tradicional do romance português, de Júlio Dinis a Fernando Namora, é historicamente fundamentado por um sentido político-civilizacional, eminentemente urbano, de ruptura com a concepção burguesa de cidade. Deste modo, nos romances deste período escutam-se veladamente (devido à censura política então vigente) ecos da constatação ao regime. Maria Velho da Costa, em *Maina Mendes* (1969), une este novo registo de escrita literária à descrição de uma manifestação de estudantes, no Chiado, clamando por “amnistia” para os presos políticos:

*Mas através da montra do Último Figurino viam-se cabeças retornar ao brocado, via-se bem que o brocado [frase parece não fazer sentido; faz no entanto parte deste novo tipo de escrita], pois transcendia de fulgor amarelo a palidez do interior estanhado. Reparei bem que a rapaziada, duzentos, trezentos, quantos seriam ainda apinhados na Rua Ivens [ausência propositada do ponto de interrogação], não cuidava de quem passava e aguardava um sinal, insistindo com uma patética carência de ênfase no grito ‘amnistia amnistia’, roucos nalguns, mas ali desprovido de gana em todos. Esperavam um sinal, esperavam como o esperava o ar já maçado e desviado de vistas dos passantes e gente de comércio. (...) E finalmente as sirenes, o sinaleiro armado do cacete e a corrida, a viração daquele ar preso e baço para uma agitação febril, de grito disperso e agudo, de corrida de passo largo, e os golpes de ruído cavo nas nuças, na cova dos ombros, a barreira dos caixeiros à porta dos estabelecimentos, os livros na calçada, a servir de tropeço, e o tropeço e o joelho redondo, tisonado, entende, juvenil da meia curta e grossa, a perna manquejando de volta à Rua Ivens, arrastada pelo braço, [destaque-se que o sujeito do texto passa abruptamente da terceira pessoa para a primeira] no meio da rua, parado o trânsito, o cachecol grenat, as vértebras doendo-me de cosido à parede ...*⁵⁸.

Páginas a seguir, o texto de M. Velho da Costa ganha um expresse sentido político ao caricaturizar a propaganda política do Estado Novo que alimentava os programas educacionais:

⁵⁷ Almeida Faria, *Paixão*, [1965], Lisboa, Estampa, 1976, pp. 137-138.

⁵⁸ Maria Velho da Costa, *Maina Mendes*, [1969], Lisboa, D. Quixote, 1993, p. 201.

*Bartolomeu Dias e Vasco da Gama tinham muito carácter. Também morreram nesse século e eram muito religiosos. A Europa e os americanos não haviam senão fossem os Portugueses com este feito. Só os russos e os chineses e os negros é que sim porque sempre estiveram lá.*⁵⁹

Em *Os Cus de Judas* (1979), António Lobo Antunes reitera a ligação entre a luta política oposicionista em Portugal continental com os desenvolvimentos da Guerra Colonial:

*Escute: em 61 eu fugia diante da polícia no Estádio Universitário, chusmas de estudantes em debandada na direcção da cantina, o meu irmão João chegou a casa muito sério e disse Parece que mataram um tipo, a polícia de choque avançava de capacete numa fúria de bastões e de coronhas, automóveis da PIDE giravam em carrossel pelas Faculdades, o Salazar espetava o dedo, única coisa, decerto, que ele alguma vez espetou, na televisão, ventres calvos aplaudiam-no com fervor beato de sacristia, infelizmente o general Humberto Delgado era velho demais para Nuno Álvares e o Mestre de Aviz um conezinho de pó na Batalha, a guerra ou Paris e agora escolhe que o Capado [Salazar] é eterno, a segunda parte do segredo de Fátima é a garantia da eternidade do Capado, durante a viagem a orquestra do navio tocava tangos mofentos para bodas de prata, embarquei a 6 de Janeiro e na noite do fim-de-ano tranquei-me no quarto de banho a chorar...*⁶⁰

Bloqueada por um modelo político condenado pelos regimes europeus democráticos, a cidade portuguesa tornara-se ideologicamente uma fortaleza ou uma “prisão”. Governada como um bloco ideológico coeso, fundado em arquétipos imperais, instalam-se na cidade dois movimentos de absoluta oposição, incapazes, por radicalismo mútuo, de estabelecimento de pontes de mediação, ou seja, de auto-reformismo. A cidade, anunciando a revolução, apresta-se a explodir, dividida entre dois extremos ideológicos. Entre todos os romances portugueses publicados ao longo da década de 60, *A Noite e o Riso* (1969), de Nuno Bragança, é indubitavelmente o que melhor reflecte este clima de absoluto radicalismo social, evidenciando, no corpo do romance, uma demolição subversiva de todas as estruturas sociais, familiares, religiosas, económicas e políticas da cidade. Neste romance, todas as instituições fundadoras e alimentadoras da cidade burguesa, desde o estatuto onipotente do Pai na família ao do General no comando das Forças Armadas, passando pela onipotência social do estatuto do Sacerdote, são radicalmente subvertidas através de processos estilísticos de ironia e

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 204.

⁶⁰ António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, Lisboa, Vega, 1979, p. 63.

caricaturização. Leiamos um excerto exemplificativo da subversão irónica da educação religiosa:

Orçava a minha idade pelos seis anos quando foi mobilizada para cuidar da minha Moral a tia de mais vetusto entusiasmo que encontrar se pode. Ela me abraçava fortemente, comprimindo a minha cara de encontro ao osso ultra-saliente do seu ombro esquerdo sem respeito algum pelo meu nariz (ao tempo já jorrante de volume); e isto enquanto me murmurava ao ouvido noções elementares acerca de Deus-Nosso-Senhor, da Santíssimavirgem e dos Santos Populares (e isto enquanto a saliva dela dava estalos horríveis de encontro à língua e às gengivas). Todos os dias, os meus pescoço, ouvidos e outros pontos igualmente cardeais eram lavados a balde de água benta, para impedir a acção dos maus espíritos, e depois polvilhados com pó de talco por causa dos pruridos (não devia havê-los).⁶¹

Deste modo, os novos romances portugueses da década de 60, desconstruindo a estrutura clássica deste género narrativo, evidenciam uma violentíssima ruptura no tecido sintáctico e semântico do romance, espelhando assim uma violentíssima ruptura no tecido social, histórico e civilizacional de Portugal, que culminará com o fim de 500 anos de Império português no mundo. Simbolicamente, *Cortes* (1978), romance de Almeida Faria, cujo título possui o triplo significado de “cortes” como talhão ou parte de terra arável no Alentejo, “cortes” como partes violentamente amputadas do seu todo (no sentido de “cortar talhadas de melão ou fatias de pão”) e “cortes” como instituição histórica, no sentido de reunir a consciência da nação em assembleia para estabelecer um novo rumo para o país, representa muito bem o estado de espírito moribundo a que a cidade portuguesa chegara, consciente da sua permanente decadência:

... merda de pátria, azar ter caído aqui, ninguém nem nada me consola, desastre de ter tomado o comboio errado, em descensão há séculos, apodrecido por dentro, por fora velho cagado, arrumado em ramal fechado, atacado da demência do passado, mantido em vida por extremo artifício, tresanda a bafio, a morte, a melancolia inglória. (...) embarca nesta nave de loucos, isolada do mundo e à deriva, cortada as amarras, os contactos com a «realidade»? a isto chamam país mero flatus vocis, mania quase mansa mas que custou já milhares de mortos em África? não há safu? o exílio no reino o reino no exílio? ...
13.4.74.⁶²

⁶¹ Nuno Bragança, *A Noite e o Riso*, Lisboa, Moraes Editores, 1969, p.18.

⁶² Almeida Faria, *Cortes*, D. Quixote, 1978, p. 183-184.

Doze dias depois, a cidade despertava em estado de revolução:

*Ninguém percebia as notícias chegadas de manhã pela rádio, quando o Tio Cantoneiro desatou a cantar pelas ruas que a guerra tinha acabado, a dar vivas à liberdade, a oferecer copos, é que as pessoas compreenderam que alguma coisa importante sucedera na capital. As marchas na telefonia, as tropas na TV, a libertação dos presos políticos, a queda do governo, a chegada dos exilados, tudo a mudar lá em baixo, e para melhor, garantiam, fizeram a vida soltar-se, as ruas pejadas de multidões com cravos e eles ali sem atinarem no que fazer, o padre não deu missa, foi para o bispo, o Tio Cantoneiro riu alto quem pensa em missas numa altura destas? os mobilizados [para a guerra] voltaram, ninguém mais iria morrer na guerra. O que os velhos contavam das revoluções antigas, da morte de El-Rei, da implantação da República, da batalha de Flandres, do golpe do Estado Novo, nada tinha a ver com aquilo.*⁶³

⁶³ Fernando Dacosta, *O Viúvo*, Círculo de Leitores, 1986, p. 61.

ABORDAGENS DO CONCEITO DE CIDADANIA

Maria Inês de Magalhães*

Nota Prévia — A pesquisa para a elaboração da tese de doutoramento, subjacente a esta breve comunicação, foi realizada em Portugal, na Holanda e no Reino Unido, através do apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Fundo Social Europeu, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

A respectiva coordenação científica esteve a cargo da Professora Catedrática Maria Beatriz Rocha-Trindade (Directora do CEMRI — *Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais*, Universidade Aberta), em Lisboa; do Professor Doutor Malcolm Cross (Director do ERCOMER — *European Research Centre on Migrations and Ethnic Relations*, Utrecht University, 1997), na Holanda e da Professora Catedrática Danièle Simone Joly (Directora do CRER — *Centre for Research on Ethnic Relations*, Warwick University, 1999-2001), no Reino Unido.

«L'anthropologie constate (...) que chaque culture se tient habituellement pour supérieure (...). Le relativisme commande une prise de position concernant le contenu des cultures (...). Il conduit donc à la légitimation des cultures».

CAMILLERI, Carmel, 1993, *Le Relativisme, du Culturel à L'Interculturel*¹.

A contínua revolução tecnológica das comunicações e dos transportes tem contribuído para acelerar, progressivamente, o movimento migratório internacional das populações do planeta. No espaço-tempo europeu, a partir de meados da década de noventa, podem verificar-se algumas tendências de mudança demográfica e política tais como: o significativo aumento do número de pedidos de asilo político; o predomínio da reunificação familiar,

* Universidade Aberta.

¹ TANON, Fabienne, VERMES, Geneviève, 1993, *L'Individu et ses Cultures*, vol. 1, Éditions L'Harmattan, Paris, pp. 34 a 36.

a par da progressiva importância da migração temporária; a adopção de políticas que apoiaram a entrada de trabalhadores muito especializados e qualificados, em contraste com a persistência de uma imigração clandestina².

O traço comum às variáveis da mobilidade humana encontra-se na crescente diversificação de populações em relação aos respectivos países de proveniência. A presença de diversas *minorias étnicas*, no *espaço social transnacional* (Faist, 1999)³ das cidades da *União Europeia*, desafia, hoje, a definição do conceito político-cultural: *cidadão nacional*. Observe-se o Diagrama n.º 1⁴ Articulação de Conceitos I:

Em tais circunstâncias, por exemplo, para o cientista social canadense Kymlicka (2000)⁵ o último decénio do século XX pode ser considerado como uma década em torno do conceito de cidadania. Com efeito, no Ocidente e a partir da década de noventa, a teoria política concentrar-se-ia, em particular, nas questões da identidade cultural e da conduta dos cidadãos. Esta, de acordo com Putnam (1993), deverá pautar-se pelas seguintes atitudes: capacidade de confiar; desejo de participar e sentido de justiça.

De entre os marcantes acontecimentos políticos ocorridos no continente europeu, nos últimos vinte e cinco anos, destacou-se, a dez de Novembro de 1989, também para os espectadores da informação televisiva portuguesa, o advento de uma *nova (des)ordem mundial*, simbolicamente representada pela queda do *Muro de Berlim*, a qual arrastaria consigo o fim da *Guerra Fria*, o colapso comunista europeu e a implosão do *Bloco de Leste*.

A esta surpreendente reviravolta política seguir-se-ia a institucionalização da *União Europeia* acordada, então, pelos governantes de doze Estados-Nação(ões), a partir da pré-existente *Comunidade Económica Europeia/C.E.E.*, da qual Portugal era um dos Estados-membro, desde o dia um de Janeiro de 1986.

Aquele superpoder parece desafiar, no presente, os limites do próprio Estado-Nação moderno ao criar, através do *Tratado de Maastricht* (1992), o inovador estatuto de *cidadania europeia*⁶. A recente alteração do conceito

² Consulte-se RUIZ-RIOS, Luis, *Trends in International Migration. Continuous Reporting System on Migration*, SOPEMI, Annual Report, 2000 Edition, OECD, p. 19.

³ FAIST, Thomas, 1999, *Transnationalization in International Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture*, Universidade de Warwick, Setembro de 1999.

⁴ Este diagrama foi elaborado a partir de *Sociologia das Migrações*, Maria Beatriz Rocha-Trindade, 1995, Lisboa, Universidade Aberta.

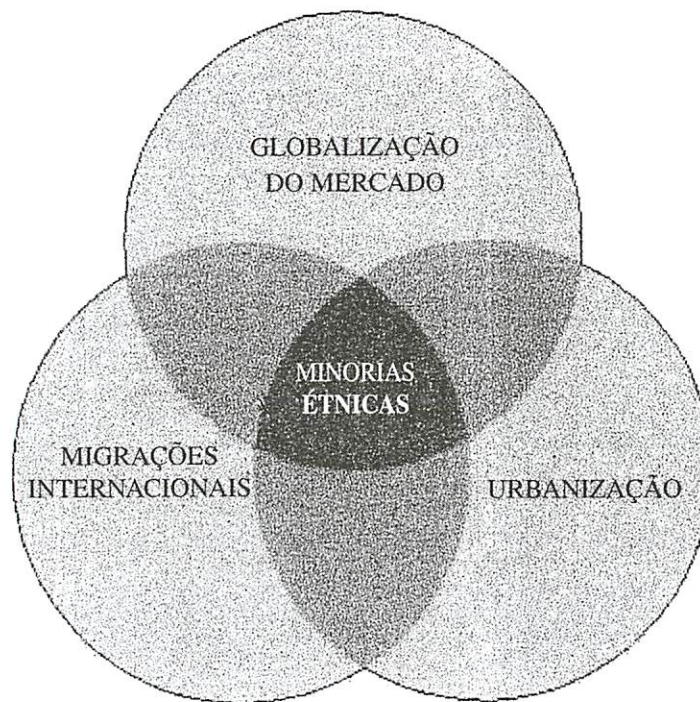
⁵ KYMLICKA, Will, 2000, *Citizenship in Diverse Societies*, New York, Oxford, University Press.

⁶ Embora a organização de um texto obedeça a critérios universais, nalguns casos justifica-se que o autor imprima a sua própria orientação assinalando ideias que considera fundamentais.

Parte I — Abordagens do Conceito de Cidadania

Articulação de Conceitos I

Revolução
das Comunicações
e dos Transportes



Acesso aos
Direitos e Deveres
de Cidada



Europeu de *cidadania* repercutiu-se também no Portugal *pós-colonial*⁷ dos últimos dez anos, devido a uma dupla tendência transformativa (ocorrida a partir da década de setenta) verificável a dois níveis:

- ❑ a nível macro-político (de baixo para cima, através da Sociedade Civil), com a *Revolução Democrática* de 25 de Abril de 1974 iniciou-se o fecho do ciclo da *descolonização* portuguesa e foi negociada (de cima para baixo, através dos representantes do Estado-Nação) a integração do país na, então, C.E.E.⁸;
- ❑ a nível micro-político, o movimento associativo imigrante, em Lisboa, partindo da Sociedade Civil (de baixo para cima) esteve na origem da *politização da etnicidade*, ou emergência política de *minorias étnicas*, oficialmente reconhecidas pelo Estado (de cima para baixo) e designadas como tal, a partir dos anos noventa.

Ainda no início deste último decénio, as políticas e estratégias, acordadas a nível intergovernamental naquele *Tratado da União* (1992) e reforçadas pelo *Tratado de Amsterdão* (1997), respeitantes às *minorias étnicas*, iriam condicionar, na perspectiva de um *sistema político de oportunidades*, as estratégias de apropriação de poder adoptadas pelas mencionadas minorias, desencadeando (numa vaga de fundo da sociedade civil e pela via das respectivas *associações*) da parte dos *imigrantes/estrangeiros* a progressiva reivindicação de uma expressiva participação política pública.

Aquilo que neste trabalho se procura equacionar, numa abordagem teórica inter⁹ e transdisciplinar¹⁰, é, antes de mais, a significativa mudança de paradigma político-cultural ocorrida no nosso país, durante o último quartel do século vinte, a qual pode ser constatada, partindo, por exemplo, da comparação de dois mapas portugueses oficializados naquele período:

⁷ Sublinhe-se que os movimentos de libertação colonial e de independência nacional, na Ásia e em África, em articulação com a revolução tecnológica e a dinâmica do mercado mundial, característicos do sistema capitalista, viriam a transformar o colonialismo externo (ultramarino) num colonialismo interno (exclusão social e marginalização das minorias étnicas). Nestas circunstâncias, a vulgarizada expressão *pós-colonial* parece ser tão ambígua quanto outras expressões afins, como por exemplo: *pós-moderna* ou *pós-nacional*. Com frequência, o Passado ainda não passou.

⁸ GEDDES, Andrew, 1996, *Immigration and Asylum as Political Issues in the European Union*, 1996, 23 págs. Comunicação apresentada no painel "Top-Down or Bottom-up? Contextual Factors in EU Policy Making" no *Encontro Anual da American Political Science Association*, São Francisco, 29 de Agosto a 1 de Setembro de 1996.

⁹ A interdisciplinaridade é uma abordagem teórica que propõe, através da conjugação de diversas metodologias de diferentes disciplinas, o estudo de um objecto comum, reconhecidamente, complexo.

¹⁰ A abordagem transdisciplinar, por sua vez, requer a formulação de uma filosofia moral.

- o mapa *Portugal não é um País Pequeno*, imposto e propagandeado, desde a década de cinquenta, pelo então *Presidente do Conselho de Ministros*, Professor Doutor António de Oliveira Salazar;
- o mapa negociado e divulgado pelos Estados-membros da *União Europeia*, aceite, no presente, pelo *Primeiro Ministro*, Engenheiro António de Oliveira Guterres¹¹.

Debatendo os conceitos e modelos teóricos que serão utilizados no enquadramento desta problemática, pretende-se sobretudo verificar os respectivos limites e contradições, os quais desde logo condicionam o eficaz exercício dos deveres e direitos de uma *cidadania participativa*. Esta tem vindo a ser definida como a capacidade de apresentar razões em público. De acordo com Chambers (1998) *a voz mais do que o voto constitui o veículo do poder*.

Ao modelo conceptual tradicional de *cidadão nacional*, em vigor no passado próximo, contrapõe-se nos nossos dias o conceito de *cidadão europeu* (também designado por *cidadão transnacional*). Se a nível do imaginário humano, utópico portanto, este paradigma é passível de ser delineado, a nível legal e prático, a sua concretização torna-se pelo menos problemática. Assim sendo, algumas das perguntas que podem ser formuladas são, por exemplo, as seguintes:

- As *Nações* serão fenómenos político-culturais primordiais como defendia, entre outros, Geertz (1973) ou, pelo contrário, caracterizar-se-ão pela especificidade histórica, fluidez e pluralidade (Kymlicka, 1995; Mattoso, 1998¹²; Cross, 1999)?
- Que relações estabelece o actual *Estado de Direito Democrático* (regime político assente, em simultâneo, na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* e na vontade expressa pela maioria¹³) com as respectivas *minorias étnico-culturais*?
- Encontrar-se-ão, no presente, em Lisboa, as ditas *minorias étnicas* particularmente marginalizadas, logo carentes de medidas políticas específicas, ou de *afirmação positiva*?

¹¹ O texto foi redigido até finais de Dezembro de 2001.

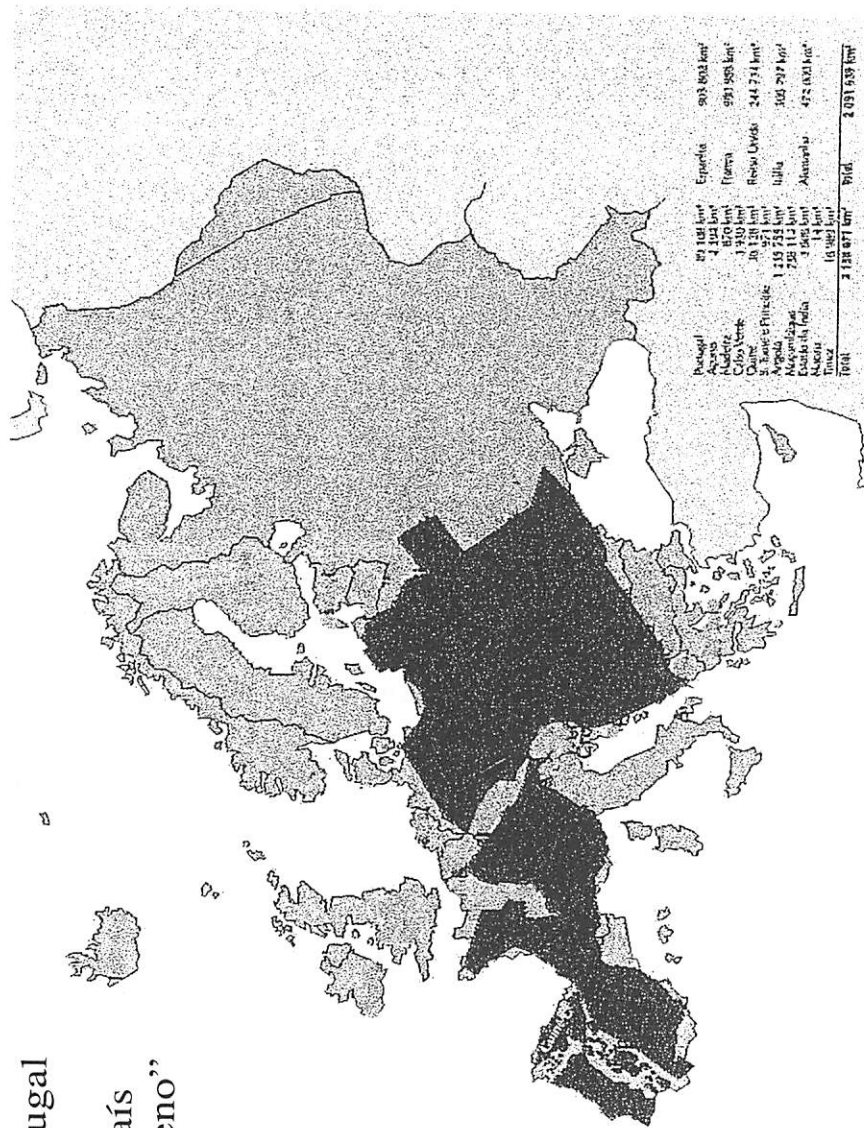
¹² MATTOSO, José, 1998, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, "Cadernos Democráticos", 1, Fundação Mário Soares.

¹³ "Alexis de Tocqueville já assinalava há cerca de 150 anos que a democracia só pode subsistir se antes for precedida por um determinado *ethos*. (...) O princípio da maioria só é tolerável se também a essa maioria não for facultado fazer tudo a seu alvitre, pois tanto maioria como minoria devem unir-se no comum respeito a uma justiça que obriga a ambas".

Cardeal Joseph Ratzinger, 1988, em entrevista ao jornal "El Mercurio"

Parte II — Portugal e a Demanda de uma Identidade Cultural Nacional

“Portugal
não é
um país
pequeno”



Sempre que se procura problematizar uma determinada questão científica, parece ser essencial analisar: os conceitos, os contextos e os desafios por ela colocados.

Como todo e qualquer conceito, o conceito de *cidadania* é polissémico, variando também no espaço-tempo, logo de sociedade para sociedade. Desta forma, a análise das metamorfoses político-culturais que ocorreram, no caso português, a partir da década de cinquenta, parece ser particularmente significativa a fim de se tentar compreender a hodierna (re)interpretação conceptual.

Em suma, a tese de doutoramento (1997-1º semestre; 1999-2001) procurou diagnosticar a situação político-cultural das *minorias étnico-culturais* residentes na capital portuguesa e europeia, *Lisboa*, nesta viragem de século e de milénio.

O objecto de estudo centrou-se, portanto, na transição contemporânea de Lisboa, nomeadamente, na mobilidade humana e na consequente mudança que a presença de *minorias étnicas* desencadeou também no conceito de cidadania.

Os objectivos da pesquisa visaram em particular: a análise, o debate e a (re)interpretação das transformações político-culturais ocorridas na capital portuguesa no último quartel do século XX, a saber:

A *Cidadania Europeia* e a emergência de *minorias étnico-culturais*; no espaço-tempo da *União Europeia*;

Lisboa, do *centro* de um império colonial ultramarino para a *semi-periferia* a nível mundial.

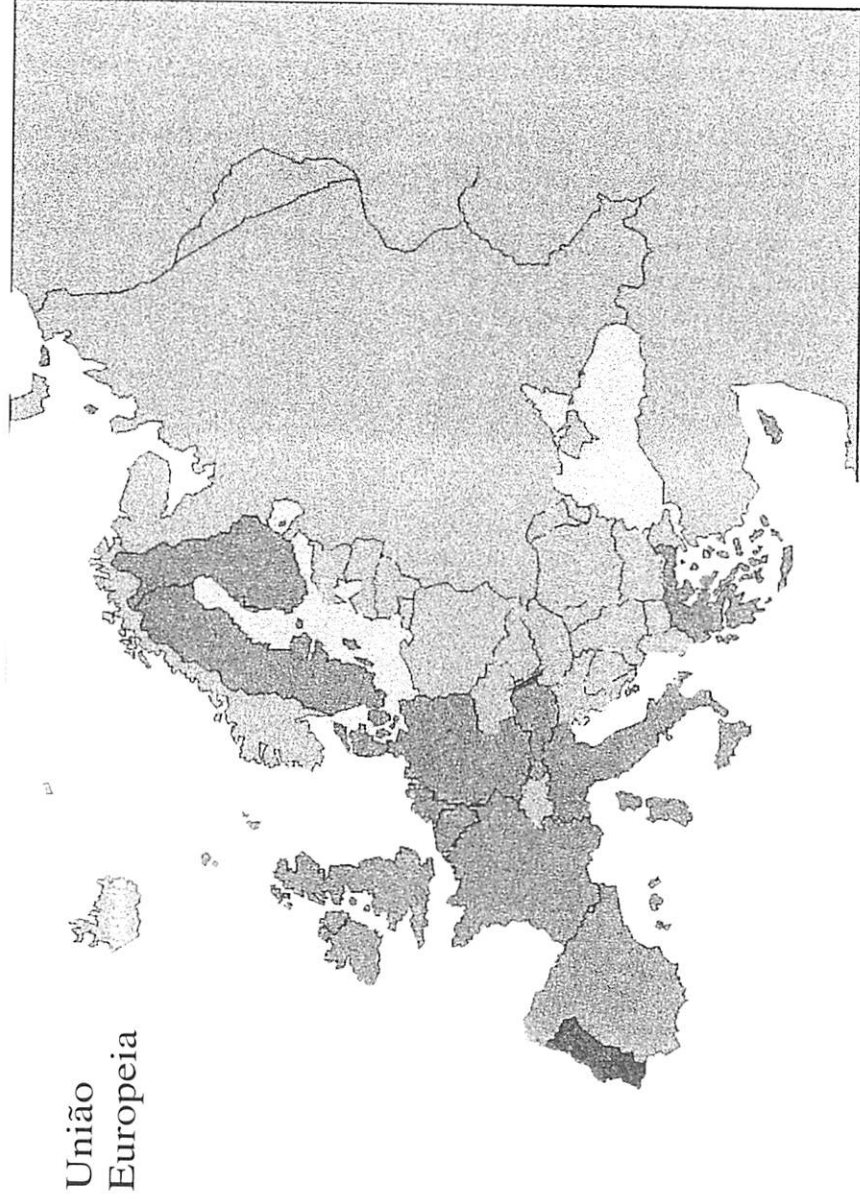
Uma problemática aborda-se partindo de uma pergunta. Como escreveu Lucien Febvre (1985)¹⁴: “*Elaborar um facto é construir. Se se quiser, é fornecer uma resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada*”. Assim sendo, as perguntas de partida formuladas foram as seguintes:

- A actual construção político-cultural da *União Europeia* configura e/ou condiciona as políticas e as estratégias para a imigração vigentes em Portugal?
- Como é que se constituíram e como se *integram/incorporam* (ou não), em Lisboa, as actualmente denominadas *minorias étnicas*?

As metodologias adoptadas inspiraram-se, antes de mais, no modelo de análise social designado por *Transformativismo* o qual afirma que as

¹⁴ FEBVRE, Lucien, 1985, *Combates Pela História*, Lisboa, Presença.

Parte II — Portugal e a Demanda de uma Identidade Cultural Nacional



relações existentes entre a *Sociedade* e o *Indivíduo* se caracterizam pela tensão dialéctica entre a *Tradição* e a *Inovação*. Da interacção entre a *sociedade* (as diversas *comunidades étnico-culturais*) e o *indivíduo* resultará a transformação de ambos: observe-se o Diagrama sobre Metodologia.

Procedeu-se ainda à análise de alguns discursos políticos, através de uma abordagem desconstrutivista inspirada em Foucault (1969). Para este ensaísta francês numa análise histórica e política importa, em primeiro lugar, desconstruir os epistemas¹⁵

Em relação à decimonónica abordagem estruturalista aplicada à evolução dos fenómenos sociais, muito embora o filósofo e historiador francês Michel Foucault¹⁶ tenha sido considerado como um dos elementos do *grupo estruturalista dos quatro* (conjuntamente com Barthes, Lacan e Lévi-Strauss), o referido autor acabaria por a rejeitar, considerando-a como demasiado estática, inflexível e monolítica para ser capaz de os enquadrar. Nesta medida, ele preconizaria, em larga medida, as actuais teses do transformativismo aqui adoptadas.

Na sua obra *Arqueologia do Conhecimento* (1969)¹⁷, Foucault procurara historiar os significados dos conceitos e a respectiva evolução espaço-temporal. O livro é, em simultâneo, um inquérito metodológico ao Conhecimento; ao Discurso e à História, bem como uma auto-crítica. A História para Foucault deveria despersonalizar-se e passaria a ser constituída por regras e relações complexas, estabelecidas sobretudo através da formulação dos discursos. Estes desempenham uma função, em certa medida, estrutural e não são, nesta interpretação, meros textos ou depoimentos, já que se exprimem nas práticas quotidianas e traduzem as respectivas mentalidades.

Em oposição ao tradicional modelo metafísico e antropológico da História, viria a propor uma *genealogia*¹⁸, cujo objectivo consistiria em revelar, não as raízes da presumível identidade europeia, considerada uma *máscara*, mas antes evidenciar todas as descontinuidades que a atravessaram e ainda a delimitam. Também para o mesmo pensador, por exemplo, a história da espacialidade (no sentido da noção de espaço) começara com

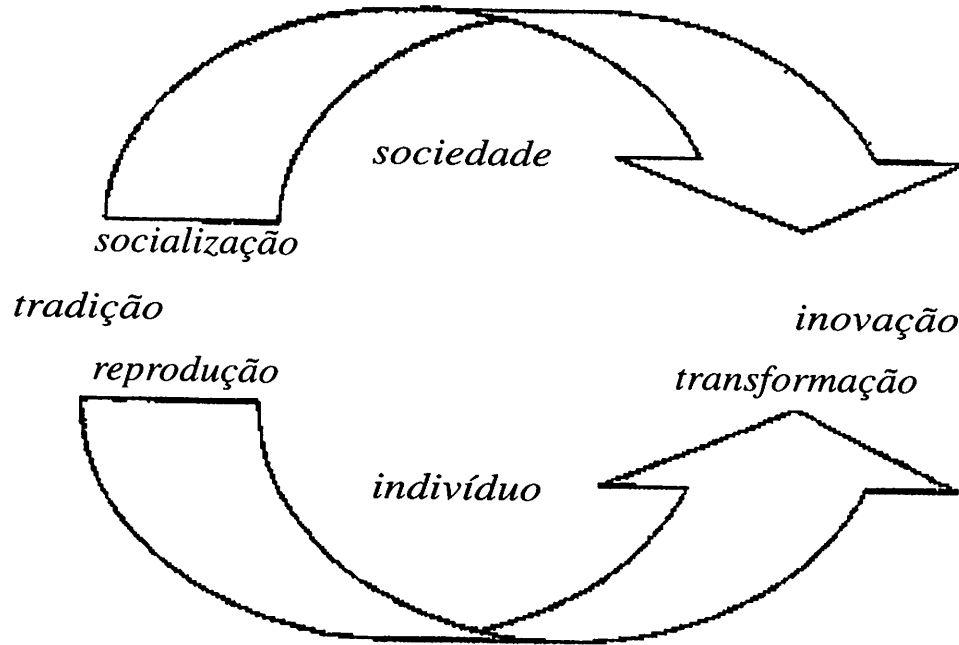
¹⁵ *Episteme* — conjunto de conhecimentos e valores pertencentes a um determinado grupo social num dado espaço-tempo.

¹⁶ Nascido em 1926, viria a falecer em 1984.

¹⁷ FOUCAULT, Michel, 1982, *The Archeology of Knowledge*, USA, Pantheon.

¹⁸ Parece-nos que as fotografias geológicas da crosta terrestre ilustram melhor a sobreposição das diversas *camadas* do pensamento europeu. Do mesmo modo, a imagem das várias camadas de uma cebola poderia simbolizar a complexidade e riqueza da herança multicultural europeia.

Metodologia



Modelo 4: *Transformativo*

As relações entre a *Sociedade* e o *Indivíduo* caracterizam-se pela tensão dialética existente entre a *Tradição* e a *Inovação*. (Fonte: PN. p. 36)

Galileu (1564-1642), o qual substituiria o mundo fechado da Idade Média por um universo infinitamente aberto.

Em 1971, num programa televisivo em Amsterdão, Foucault frisara a necessidade de, evitando teorias utópicas, responder à seguinte questão: — *como é que o poder opera na sociedade?*

De acordo com o filósofo francês (1972-73), a principal instituição que exprime a equação *poder/conhecimento*¹⁹ é a prisão. Desta forma, não pode ser surpreendente que as prisões se assemelhem às escolas, às fábricas, aos hospitais e às universidades. Não é sequer possível esperar que a política restabeleça os direitos do indivíduo, tal como foram definidos pela filosofia cristã ocidental. O indivíduo é, no presente, um produto do poder. Um corpo aprisionado. Por isso, torna-se fundamental desindividualizar a pessoa, através da multiplicação e da deslocação, criando diversas combinações que combatam o controlo do poder estabelecido.

Como frisara Thomas (1994)²⁰, o seu objectivo consistira em estabelecer em que medida o poder do Estado não era uma simples questão de repressão, mas possuía um carácter epistemológico e discursivo. Inspirando-se no desenho do *Panopticon*²¹ do filósofo Jeremy Bentham (1748-1832), Foucault salientara ainda o facto da vigilância e da observação se encontrarem, no presente, por toda a parte, a tempo inteiro²². Tais circunstâncias localizam os corpos no espaço-tempo e nas suas relações entre si. Acresce que os sujeitos vigiados, não sabendo nunca quando estão a ser observados, policiam-se a si próprios.

No plano político, Foucault viria a considerar o espaço como um elemento fundamental para todo e qualquer exercício do poder. Neste aspecto parece ter-se aproximado do conceito proposto por Arendt, *espaço público*, enquanto espaço da luz. Esta última imagem revela a nítida influência de Heidegger (1935)²³, o qual esclarecera que pertence ao espaço da luz tudo aquilo que se revela ou manifesta.

Um dos críticos de Foucault, Geertz²⁴, viria a resumir a obra do ensaísta francês nos seguintes termos:

¹⁹ Este binómio inspirou a nossa opção pelo conceito *político-cultural*

²⁰ THOMAS, Nicholas, 1994, *Colonialism's Culture, Anthropology, Travel and Government*, Polity Press, Cambridge, p. 41.

²¹ Como a palavra indica esta torre é um observatório global — *pan*. A referida torre permitia às diversas autoridades (médicos, professores, etc.) espiar e manipular o comportamento.

²² *Big Brother*.

²³ Professor e amante da jovem estudante Hannah Arendt. Leia-se a nota 32.

²⁴ Citado por HORROCKS, Chris, 1997, *Introducing Foucault*, Totem Books, 1.ª edição, New York, p. 170.

“Foucault era um objecto impossível — um historiador não histórico, um cientista humano anti-humanista e um estruturalista contra-estruturalista”.

Todas estas evidentes contradições revelam, na nossa perspectiva, que Foucault captara, por um lado, a complexidade do Conhecimento e, por outro lado, era apenas um ser humano. Contraditório, portanto.

No entanto, tal como salienta o sociólogo britânico Bob Carter (2000:37)²⁵, o contributo de Foucault tornou-se relevante sobretudo na medida em que reconheceu três elementos na produção do discurso: a estrutura linguística; os discursos e a actividade discursiva individual. Numa palavra, ele era um homem transdiscursivo. O mesmo é admitir que, dentro dos limites impostos pela estrutura linguística e pelos discursos dominantes, existe sempre uma margem de escolha do indivíduo, sendo, esta por isso, responsável pelos seus próprios discursos. Também na opinião de Horrocks (1997)²⁶, o principal erro da análise historiográfica de Foucault encontra-se na sua negação do factor humano e da relativa liberdade individual. Sem ela não pode ser exigida qualquer responsabilidade cívica.

Neste contexto, admite-se que, enquanto factor de mudança social, o papel do *indivíduo* pode ser tão importante quanto o do grupo, ou *comunidade cultural*. A relevância dos respectivos papéis, depende das *circunstâncias* históricas e estas, como é óbvio, são infinitamente variáveis e, portanto, imprevisíveis.

Aos métodos da História, que é a nossa formação de base, fomos buscar ainda a ideia da relação dialéctica *Passado/Presente*. Na perspectiva deste conceito operatório, não se pode minimamente compreender um deles sem tentar (re)interpretar o outro. E vice-versa, pese embora a impraticabilidade de se tentar aplicar à reinterpretação do passado, qualquer que ele seja, os valores e as categorias mentais do nosso presente. A distorção, das respectivas lógica e hierarquização de valores político-culturais, seria inevitável e dela resultaria um quadro até mesmo incompreensível.

A noção da compreensão fora estabelecida por Weber²⁷, o qual defendera a ideia de que se compreende (com + apreender) uma acção individual quando se conclui que:

“(...) na mesma situação teria provavelmente agido da mesma forma”.

²⁵ CARTER; Bob, *Realism and Racism*, “Critical Realism: Interventions”, Routledge, London and New York, 2000, pp.185.

²⁶ HORROCKS, op. cit., pág. 176.

²⁷ Citado por BOUDON, Raymond, 1990, *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva., (Trajectos) , págs. 53 e 54.

Parece, todavia, ser possível compreender qualquer comportamento individual ou colectivo, sem, necessariamente, pensar-se em agir, em tais circunstâncias, do mesmo modo. De acordo com a tese do filósofo e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset (1926)²⁸, escolhe-se (sempre²⁹) antes de agir, já que essa escolha será determinada pelos valores culturais que, num dado momento, cada indivíduo tiver decidido adoptar.

O reconhecimento da relatividade espácio-temporal dos valores político-culturais revelou-se, com efeito, fundamental para constatar quer a paridade de todas as culturas em presença quer a futilidade de qualquer espécie de tentativa de hierarquização das mesmas, quando consideradas *per se*. No século dezanove, o historiador alemão, Dilthey³⁰ a propósito da questão dos valores culturais, escrevera o seguinte:

“Toda a época é determinada de uma forma intrínseca pelo sentido da vida, do mundo sentimental, da elaboração dos valores e das respectivas representações ideais dos fins.(...) Assim como ela se originou pela insuficiência da época precedente, do mesmo modo leva consigo os limites, os desacordos e as dores que preparam a época futura”.

As tragédias do futuro estão, desde já, inscritas nas dores do presente. Estas derivam, em larga medida, da dificuldade em levar à prática aquilo que as teorias ocidentais do passado têm vindo a reconhecer: a liberdade e a igualdade, em termos de Direitos Humanos, são inatas e universais. Aquele pensador alemão influenciaria Heidegger, em particular, através do seu conceito de *vida fática*³¹, o qual pode ser sintetizado na seguinte afirmação por ele produzida:

*“As pessoas vivem socialmente, sempre com outras pessoas, e vivem historicamente. As suas experiências do mundo mudam com o tempo”*³².

²⁸ José Ortega y Gasset, escritor e filósofo espanhol, nasceu em Madrid, em 1883, e faleceu na mesma cidade, em 1955. Autor de ensaios. O mais famoso é talvez *A Rebelião das Massas* (começou a ser publicado em 1926). Fundador da *Revista de Occidente*.

²⁹ A ênfase é nossa.

³⁰ Historiador alemão do século dezanove, in ABBAGNANO, *História da Filosofia*, Lisboa, Presença, 1970, vol. XII, p. 216. Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi filósofo da História. Enfatizou a *vida fática*, a experiência vivida dos mundos prático e social, com todas as percepções, avaliações e respostas que ela implica. De acordo com o autor, o conhecimento da *vida fática* só pode ser interpretativo.

³¹ Fatalismo — Doutrina filosófica ou atitude religiosa que considera todos os acontecimentos regidos por um destino inelutável. A Natureza encontra-se submetida a uma necessidade transcendente.

³² COLLINS, Jeff and SELINA, Howard, 1999, *Introducing Heidegger*, Icon Books UK, Cambridge, p. 48.

Esta constatação justifica *per se* a constante necessidade de reinterpretar o nosso mundo. Na condição de intérprete do século vinte, o alemão Martin Heidegger (1889-1976) tem sido classificado como um filósofo idealista (o último?) preocupado com diversos temas, entre os quais podem destacar-se problemáticas fundamentais como: — *O que é?: Ser, Tempo, Morte e Angústia Vital (Angst)* e o questionamento das grandes tradições filosóficas ocidentais.

Para alguns dos seus críticos, aquele pensador recuperou a fenomenologia (uma filosofia da consciência); contribuiu para a hermenêutica (como é que nós interpretamos) moderna de autores como Hans-Georg Gadamer; influenciou profundamente o existencialismo de Maurice Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre; lançou, *avant-la-lettre*, as bases do pós-estruturalismo de Jurgen Habermas e Michel Foucault e do desconstrutivismo de Jacques Derrida.

A crítica cultural e social heideggeriana opôs-se, frontalmente, às condições da sociedade moderna industrial (*miséria industrial e felicidade comercial banal*) e aos seus correlativos *cultura de massas* e pensamento tecnológico, advogando como estilo de vida alternativo um conservadorismo rural (*aurea mediocritas?*) e uma plataforma proto-ecológica, em vez da *extracção exaustiva e da implacável apropriação* dos recursos (Collins, 1999: 10)³³.

De acordo com Heidegger, a *cultura de massas* caracteriza-se por um conjunto de *forças escravizantes*, como por exemplo: a intensa mecanização do trabalho laboral; a *standardização* dos produtos; a vida nas cidades (pelo que a proposta de regresso à paz dos campos é óbvia, como contraponto à violência urbana); a nova cultura de entretenimento comercializado (desportos; cinema; rádio; televisão) e a informação/ manipulação da opinião pública.

Tal como era para Mozart compor, para aquele filósofo a melhor forma de interpretar o *Ser* e o *Tempo* consistia em: *ouvir tudo ao mesmo tempo*³⁴. O *Ser* existe no mundo negociando com aquilo que recebe do passado, vivendo as suas projecções para o futuro e ocupando-se, no presente, com as questões à medida que elas lhe surgem. Nesta perspectiva, passado, presente e futuro são simultâneos. Recentemente, por exemplo, o escritor português

³³ COLLINS and SELINA, Jeff and Howard, 1999, *Introducing Heidegger*, Icon Books UK, Cambridge, 175 págs.

³⁴Montaigne, a propósito da interpretação do tempo, escrevera o seguinte: “*Não existe nenhum tempo presente, porque o que chamamos presente, não é mais do que o entrelaçar do futuro com o passado*”.

laureado com o Prémio Nobel, José Saramago (2001) lembrou a este respeito que:

“O passado é histórico, o presente caótico e o futuro utópico”.

Nos Estados Unidos, ainda na década de cinquenta, a filósofa de origem alemã Hannah Arendt (1958)³⁵, inspirando-se na tradição político-cultural grega, advogara a seguinte tese: o espaço público nobilita o ser humano, o qual só existe na *luz* desse mesmo espaço público. Com efeito, o espaço-tempo sombrio das ditaduras retirou sempre aos indivíduos esse direito inalienável à *luz* da ribalta político-cultural, remetendo-os para as sombras ou trevas. O mesmo é dizer, negando-lhes, em última instância, o direito à expressão e, por fim, à existência.

Pelo contrário, o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), professor de Arendt, desconstrutivista *avant-la-lettre*, e autor das estratégias conceptuais do *Ser no Mundo* e do *Ser com os Outros*, mostrara-se céptico em relação ao espaço público, onde o ser humano se expõe. O que aquele ensaísta temia eram a banalização da palavra e a respectiva perda de significado, como numa luz pública que tudo obscurece.

Arendt, utilizando o testemunho de Santo Agostinho³⁶ como o de um modelo da possibilidade de, em simultâneo, ser-se *cristão* e *cidadão*³⁷, considerava que Heidegger confundira, nas anteriores afirmações, dois planos distintos: o isolamento do acto de pensar e a necessidade de verbalizar aquilo que se pensa. Sublinhe-se, ainda, que, nos nossos dias, o exercício consciente da cidadania decorre da aplicação prática, dos princípios cristãos e não o inverso. A filósofa defendia, por isso, a necessidade da alternância entre o pensamento e a acção. Neste sentido, renunciava o consciente activismo político de, por exemplo, Michel Foucault.

O mundo, afinal, é um espaço-tempo entre as pessoas e é também tudo aquilo que as pessoas criam entre si. Por outro lado, este é o carácter irreversível dos assuntos humanos: não se pode desfazer o que já foi dito (*as palavras são como pedras*, Virgílio Ferreira) ou feito.

³⁵ ARENDT, Hannah, 1991, *Homens em Tempos Sombrios*, Lisboa, Relógio d'Água. Comentada por Teresa Cadete, 2001, *O Anjo Terrível da Memória, Problematizações da Tolerância. Representações da Coexistência*, Estudos Gerais Livres “Prof. Manuel Viegas Guerreiro”, Ciclo de Conferências 2001, Reitoria da Universidade Clássica, Lisboa, 31 de Janeiro de 2001.

³⁶ De certo, inspirado no exemplo do Apóstolo São Paulo (séc. I d. C.).

³⁷ Em termos pessoais, a autora desta tese identifica-se como *Católica* e *cidadã*. Consta, de algum modo, uma auto-identificação plural e mutável de influência pessoana.

Analisando a história europeia das comunidades minoritárias judaicas, Arendt concluiu que àquelas, através dos séculos e de uma forma quase sistemática, tinham sido vedadas as carreiras de acesso à *luz* do espaço público. Esta carência sistémica e sistemática seria compensada, em larga medida, pelo *calor* do espaço privado intra-comunitário. A solução por ela proposta para o futuro das relações humanas consistia na conciliação de duas tradições culturais europeias: a cristã (pedir perdão³⁸) e a contratualista ou jus naturalista (negociar contratos). Ontem como hoje, a (re)negociação de contratos exprime, de facto e em simultâneo, a estratégia (meio) fundamental e o principal objectivo (fim) do exercício consciente da cidadania. Isto é, o exercício consciente dos deveres e direitos de cidadania constitui, em simultâneo, um meio e um fim.

Pieterse e Parekh (1995)³⁹ inspirados, de certo, no binómio conceptual proposto por Michel Foucault (1969), *Conhecimento/Poder*, de acordo com o qual o domínio do conhecimento é fundamental para se exercer o poder, chamaram também a atenção dos seus leitores para a necessidade de desconstruir, nos nossos dias, os paradigmas político-culturais impostos, no passado recente, pelo imperialismo ocidental europeu. Isto é, a tarefa que está por realizar resume-se a *descolonizar os imaginários*, dado que o imperialismo conceptual do Ocidente europeu, dominante na primeira metade do século vinte, ainda não passou.

O livro por eles publicado resultara de uma conferência internacional organizada pelo primeiro, na cidade de Amesterdão, em 1991, e compilava treze comunicações que debatiam temas como: liberalismo; colonização/descolonização; auto-colonização; darwinismo social; políticas culturais e globalização, analisados com base num conceito *-episteme*⁴⁰, definido por Foucault. Saliente-se que para o filósofo francês o ainda actual epistema do *Modernismo*⁴¹ iniciara-se no século dezanove e vigorara até à Segunda Guerra Mundial, propondo como valores político-culturais paradigmáticos: o Estado-Nação centralizado, a industrialização e o liberalismo individual.

A supracitada obra (1991), publicada após a conferência, fora estruturada em três partes, segundo uma perspectiva diacrónica de alguns dos

³⁸ Essa tem sido o corajoso comportamento Católico e cívico do Papa João Paulo II, na esteira do Sumo Pontífice João XXIII.

³⁹ PIETERSE and PAREKH, N., Jan and Bhikhu, *The Decolonization of Imagination*, London and New Jersey, Zed Books Ltd, 1995.

⁴⁰ *episteme*- conjunto de conhecimentos pertencentes a um grupo social, a uma época in *Dicionário da Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2 vols, Lisboa, 2001.

⁴¹ De salientar que já na Idade Média, alguns autores europeus gostavam de escrever, por exemplo: nós, os modernos.

imaginários⁴² do presente, estratificados e em confronto, como, por exemplo, os de: dominação; globalização e pluralismo cultural. Analisando a histórica aliança estabelecida entre Cultura e Colonialismo (processo ocorrido durante a construção dos impérios ultramarinos europeus) os autores salientavam o papel do Poder, neste caso coincidente com o do Estado-Nação. Se ao Estado-Nação(ões) cabe, em primeiro lugar, a função de estabelecer fronteiras, na opinião de ambos⁴³ o poder estatal do Ocidente fortalecera-se, em particular, através da utilização discursiva de cinco conceitos fundamentais (raça, progresso, evolução, modernidade e desenvolvimento):

“O exercício do poder tem sido fundamentado nas noções de raça, progresso, evolução, modernidade e desenvolvimento enquanto categorias que se propagam no tempo e no espaço”.

De acordo com esta afirmação, o Estado não se limita apenas a estabelecer fronteiras, mas também cria hierarquias culturais. Qualquer um dos cinco conceitos que, subliminarmente, subjazem às políticas culturais adoptadas pelo actual poder europeu, projecta uma imagem da expansão europeia e ocidental como um dever/direito civilizacional e moral. As poderosas metáforas políticas nunca são inocentes, porque visam consolidar os imaginários individuais e colectivos. A alternativa político-cultural, proposta por aqueles sociólogos, à tradicional abordagem pode talvez sintetizar-se nos seguintes termos:

Ao longo dos últimos séculos, *in Nomine Domini*, os Europeus do Ocidente, seguidos, no século vinte, pelos Estados Unidos, conquistaram e dominaram um vasto espaço planetário, o qual foi, sistematicamente, nacionalizado e aculturado. No presente, em nome do reconhecimento e da preservação da múltipla identidade cultural humana, urge descolonizar as mentalidades, transformando o herdado e estreito eurocentrismo, numa atitude de *policentrismo* alargado.

⁴² Foucault designou-os por *episteme*, definindo-os como o apriori histórico que, num dado período determina a compreensão do Ser, estabelecendo a ordem de acordo com a qual podem surgir ideias, constituir-se ciências, formar-se um campo de racionalidade que sustente todos os discursos produzidos durante a sua vigência. Para Foucault, a partir da Idade Moderna (sécs. xvi a xviii) e até ao século vinte poderiam ser encontrados quatro *episteme*: O primeiro, *Pré-Clássico ou Renascentista* (até meados do séc. xvii); o segundo, *Clássico* (até aos finais do séc. xviii); o terceiro, *Moderno* (até meados do século xx); e o quarto e último, *Desconstrutivista* (até ao início da década de oitenta). Ainda para o mesmo autor, o *Homem* (sic) é uma invenção recente que não tem mais de dois séculos.

⁴³ *“The effect of power has been built into the notions of race, progress, evolution, modernity and development as hierarchies extending in time and space”.*

Neste contexto de debate político-cultural internacional, o conceito de cidadania, aparentemente bem (re)definido desde o século dezanove, no Ocidente europeu, enfrenta, sobretudo na última década, um duplo desafio: fornecer uma resposta às questões relacionadas com a construção de uma *cidadania europeia*; e encontrar soluções para o repto lançado pela crescente presença de *minorias étnico-culturais* nas sociedades ditas *maioritárias*.

No quadro que temos vindo a traçar e assumindo, desde logo, os nossos próprios valores, contradições e limites, procurar-se-á atender, por conseguinte, ao significado dos valores espaço-temporais europeus e nacionais, ao mesmo tempo que se tentará constatar os respectivos limites e contradições. Afinal, quando os membros da *Organização das Nações Unidas*, inspirando-se na primeira declaração francesa (1789), redigiram a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), ter-se-á talvez verificado uma significativa omissão. Esqueceram-se de declarar também o direito humano à contradição.

Uma terceira noção, aqui igualmente considerada, foi a noção de interdisciplinaridade, patente, desde o início, na preocupação de cruzar, transversalmente, algumas metodologias de diferentes disciplinas. Pareceu-nos, pois, que um tal cruzamento de olhares permitiria constatar, não apenas a complementaridade dos conhecimentos e saberes que se destinam à compreensão (com + apreender⁴⁴ = apreender em conjunto) dos fenómenos sociais e humanos, mas proporcionaria, sobretudo, uma focagem mais nítida da transdisciplinaridade dos temas em debate. Estes podem, por conseguinte, ser “olhados” através de diversas ópticas disciplinares, cujas metodologias também são passíveis de ser articuladas entre si.

Por outras palavras, o tema que se deseja problematizar, reconhece-se à partida, parece partilhar as mais diversas áreas de uma série de disciplinas. Isto é, encontramos-nos perante uma problemática, em definitivo, complexa. O mesmo não é dizer complicada.

Acresce a todas estes desafios um paradoxo bastante comum: se os conceitos empregues pelos especialistas se encontram sobre-analisados, apresentam-se, em simultâneo, sub-definidos, dado que o observador, com frequência, não debate as suas próprias premissas as quais se lhe afiguram inquestionáveis. E é sobejamente reconhecido que falsas premissas só poderão produzir resultados erróneos.

⁴⁴ Aqui utiliza-se o verbo no sentido de *abracar com o espírito* (vide MACHADO, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 vols., Alfa, Lisboa, 1991).

Assim, por exemplo, a delimitação dos conceitos, que os autores tentam estabelecer, é singularmente escorregadia. No instante em que julgam tê-la alcançado, ela parece extravasar as frágeis e imaginárias fronteiras conceptuais humanas (um pouco à imagem e semelhança do que sucedeu e sucede, na Europa, no passado como no presente, com algumas das fronteiras nacionais). Talvez por isso, Ortega y Gasset (1937)⁴⁵ tenha a este respeito advertido o seguinte:

“(...) uma definição, se é verídica, é irónica, encerra reservas tácitas e quando a não interpretamos assim, produz funestos resultados”.

Conscientes, na medida do possível, dos eventuais limites e contradições das nossas próprias hipóteses, não nos furtámos, todavia, a tentar definir os termos que nos pareceram ser mais pertinentes: *cidadania* e *cultura*.

Relativamente à noção de *Cultura*, esta parece desempenhar, no presente, o papel outrora reconhecido à Filosofia, na Atenas do séc. v a. C. Por essa razão, recorreu-se à ideia platónica acerca da importância do *diálogo*, como instrumento (re)produtor de cultura. Isto é, nesta acepção da palavra, o termo cultura é, antes de mais, sinónimo de diálogo, ou melhor polílogo (Sardar, 2001⁴⁶). De igual modo, Lévy-Strauss (1955)⁴⁷ sublinhara a importância do diálogo enquanto principal protagonista do drama da existência humana no planeta que habitamos. Se não, analise-se o seguinte excerto:

*“O Mundo começou sem o homem e acabará sem ele. (...). Sem dúvida que ele construiu **cidadades**⁴⁸ e cultivou campos; mas quando pensamos neles, estes objectos são, eles próprios, máquinas destinadas a produzirem inércia a um ritmo e numa proporção infinitamente mais elevada que a quantidade de organização que implicam”.*

A humanidade educa-se a si própria, dado que tudo o que o ser humano produz visa traduzir os seus sonhos, sentimentos, emoções, necessidades e raciocínios. Desta forma, na análise das realidades humanas dever-se-ia talvez utilizar a conjugação reflexa, visto que: sonhar quer dizer sonhar-se;

⁴⁵ ORTEGA Y GASSET, *A Rebelião das Massas*, Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano, 1971, p. 18.

⁴⁶ SARDAR, Ziauddin, 2001, *Diálogo entre Civilizações: Passado e Futuro — perspectivas Islâmicas*, Conferência organizada pela Comunidade Islâmica de Lisboa, Forum Lisboa, Lisboa 20 e 21 de Outubro de 2001.

⁴⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, 1975.

⁴⁸ O sublinhado é nosso.

sentir significa sentir-se; construir é sinónimo de construir-se. E tal como ecoava a filosófica memória de pedra do frontão, no *Partenon* de Atenas (*conhece-te a ti próprio*), o único sentido da vida inteligente é o do auto-conhecimento, ou seja conhecer-se. Todavia, o auto-conhecimento realiza-se de preferência em diálogo consigo, com o Mundo e com o Outro, ou melhor, em polílogo com todos os Outros. Nesta mesma perspectiva, o supracitado antropólogo prosseguira do seguinte modo:

“Cada palavra trocada, cada linha impressa, estabelecem uma comunicação entre dois interlocutores”⁴⁹, tornando estacionário um nível que se caracterizava anteriormente por um afastamento da informação⁵⁰, portanto, uma organização maior”.

No princípio era o *Logos* (a Palavra). E o *Logos* era Deus. Se Deus é simbólico e uno, o seu anjo caído é diabólico⁵¹ e múltiplo. O aparecimento da raça humana, no planeta Terra, permitiu desenvolver o diálogo e a respectiva multiplicação em polílogo. O polílogo (poli+logos) surge neste trabalho caracterizado como o instrumento privilegiado de toda e qualquer relação intercultural a saber: *connosco*, com os outros e com o mundo em que vivemos (Heidegger, 1927). Sendo perspectivado como um exercício com um duplo objectivo: obter e articular a informação (formar por dentro); procurar aceder à Luz (sair da caverna na interpretação platónica) e à Verdade Absoluta, dado que o ser humano por si só apenas é capaz de reconhecer verdades relativas.

Por fim, como o antropólogo Lévi-Strauss (1955)⁵² concluíra:

“Em vez de antropologia, seria necessário escrever entropologia⁵³, o nome de uma disciplina dedicada ao estudo, nas suas manifestações mais elevadas, deste processo de desintegração”.

A simples constatação (ou temor) de que, por exemplo, o equilíbrio da Natureza tenha sido rompido pela intervenção humana, força-nos a concluir que, à imagem e semelhança do deus hindu *Xiva*⁵⁴: a humanidade constrói, preserva e destrói, ou se se quiser desconstrói. Este simbólico paradigma

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Esta distinção é da autoria do sacerdote jesuíta, Doutor Vasco Pinto de Magalhães (2001).

⁵² LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, 1975.

⁵³ O sublinhado é nosso.

⁵⁴ Terceira pessoa da Trindade hindu. Deus antropomórfico, ao mesmo tempo, destruidor e fecundador. À sua imagem e semelhança, por exemplo, a mão humana possui a mesma ambivalência: acaricia e mata.

poderia ser utilizado para representar a própria reconstrução do conceito de *cidadania* que nos propomos analisar. E não é certamente por acaso que a mais recente filosofia ocidental contemporânea se denomina *desconstrutivismo*. Assim sendo, desconstrua-se portanto.

No âmbito das abordagens do conceito de cidadania, propôs-se a seguinte definição: *conjunto de deveres e direitos acordados entre todos os cidadãos para o bem colectivo e pessoal*.

Se o exercício consciente da cidadania consiste na prática das virtudes cívicas, a educação para a cidadania visará corrigir os comportamentos dos cidadãos. Do conjunto de virtudes cívicas destacaram-se as seguintes: os cidadãos deverão ser activos (atentos e participativos na crítica às atitudes e aos discursos políticos dos seus legítimos representantes); críticos da injustiça; respeitadores e responsáveis pelos direitos dos outros.

O quadro que a seguir se apresenta, inspirado num quadro proposto por Turner (1990:209), procura sistematizar as relações que podem ser estabelecidas, em termos político-culturais, entre as tradições culturais e os modelos políticos de *cidadania* que têm coexistido no Ocidente. Observe-se o *Quadro n.º 1*:

Quadro n.º 1
Cidadania e Cultura

<i>Sociedade Civil (Revolução)</i>	<i>Estado-Nação (Reformas)</i>	
<i>-de baixo para cima-</i>	<i>- de cima para baixo-</i>	
<i>Tradição francesa</i>	<i>Caso inglês</i>	<i>+ Espaço Público</i>
<i>Liberalismo americano</i>	<i>Fascismo germânico (Nazismo)</i>	
Fonte: Turner, <i>Outline of a Theory of Citizenship</i> , (1990:209)		

Note-se que, como aquele autor também verificara a propósito da teorização sobre o conceito de *cidadania*, enquanto instituição ela é constitutiva da própria comunidade *societal*.

O actual debate em torno das transformações etimológicas do referido conceito parte, em geral, do enquadramento conceptual proposto por T.H. Marshall⁵⁵. A sua ideia teórica inicial fora apresentada na obra *Citizenship*

⁵⁵ MARSHALL, T.H., *Citizenship and Social Class*, in *Class, Citizenship and Social Development: Essays by T.H. Marshall*, New York, Anchor Books, 1964.

and Social Class (1949; 1963) e mais tarde, desenvolvida num outro livro *Social Policy* (1965). Evidenciando a flagrante contradição existente entre a (teórica) igualdade política e as (práticas de) desigualdades económicas e sociais, originadas pelo mercado capitalista e pela existência da propriedade privada, a solução por ele sugerida fundava-se no alargamento dos direitos de cidadania (em particular, através dos direitos sociais conferidos pelo Estado-Providência), a fim de procurar limitar os efeitos negativos daquela contradição.

Segundo Marshall (1963) poderiam ser consideradas três dimensões da cidadania: a civil; a política e a social. A primeira fora alcançada no século dezoito e os direitos civis, então exigidos pelos burgueses, compreendiam a liberdade de expressão; o direito a um julgamento justo e a igualdade de acesso ao sistema legal. O livre acesso aos tribunais parecia resumir, portanto, aquele conjunto de reivindicações da sociedade civil.

No século dezanove, os trabalhadores tinham lutado pela igualdade política, em termos de aceder ao processo parlamentar (direitos eleitorais e possibilidade de intervir nas instituições políticas que articulavam os interesses individuais e associativos, como é, por exemplo, o caso dos partidos políticos). O Parlamento (no caso inglês) tornara-se a sede privilegiada para o exercício deste tipo de direitos. Já o século vinte, testemunharia a expansão dos direitos sociais. O sistema de segurança social, instituído pelo Estado-Providência, garantiria aos mais desfavorecidos a salvaguarda dos referidos direitos.

Quinze anos volvidos, as inevitáveis e intermináveis tensões verificadas entre as necessidades de lucro da economia capitalista, os direitos dos cidadãos à segurança social do Estado-Providência e as exigências impostas aos cidadãos pelo Estado moderno⁵⁶ foram traduzidas e sintetizadas, pelo mesmo autor, através da expressão *hyphenated*⁵⁷ *society* (Marshall, 1981).

A importante investigação de Marshall limitara-se, no entanto, ao caso britânico e era demasiado evolutiva e linear. A prová-lo e na sequência da recessão económica e da emergência de políticas monetárias globais, típicas da década de oitenta, viria a ser estabelecido um consenso corporativista entre as potências do Ocidente, parte da reorganização radical imposta, a partir de então, por um capitalismo global.

⁵⁶ Em particular a cobrança de impostos.

⁵⁷ Sociedade do traço de união.

Além disso, como assinalara Turner (1990), qualquer teoria sobre cidadania deverá também produzir uma teoria sobre o Estado, a qual não se encontrava patente na obra do supracitado autor britânico. Por outro lado, a expansão da cidadania social resultara, sobretudo, da violência ou da sua ameaça, obrigando o Estado a interferir, na condição de estabilizador e regulador do sistema social.

Segundo Parsons (1966) o Cristianismo (bem como, mais tarde, o Islamismo) tornara possível a separação do político e do social, desenvolvendo, em simultâneo, a noção de relações sociais independentes da *etnia*, verificando-se, desta forma, uma mudança dos valores particulares para valores universais (Turner, 1990), como é, por exemplo, o caso do valor da tolerância.

Todavia, nos nossos dias, mais do que serem toleradas, as *minorias étnicas* reivindicam o reconhecimento dos mais elementares Direitos Humanos, a saber: paridade e respeito político-culturais.

Alguns dos textos clássicos sobre a tolerância encontravam-se já imortalizados no livro sagrado *A Bíblia*. Este conjunto de livros, como é sabido, viria a ser adoptado como fundamento cultural comum às três religiões monoteístas do Ocidente (por ordem cronológica): *Judaísmo*; *Cristianismo* e *Islamismo*. No entanto, todas elas parecem exprimir uma aparente ambiguidade de valores, a qual oscila entre a universalidade e a pluralidade. A título exemplificativo, quatro parábolas cristãs ilustram, em particular, o valor da tolerância⁵⁸: a do *trigo e o joio* (que crescem lado a lado, até à altura da ceifa); a do *bom samaritano* (o único transeunte, *minoritário*, que se compadeceu da tragédia do viajante inanimado, *maioritário*); a da *samaritana* (a mulher *estrangeira* que, à beira de um poço, deu de beber a Jesus Cristo) e a do *banquete para o qual são convidados os mendigos* (dado que os presumíveis homenageados se encontravam demasiado *pre-ocupados* para, respeitando o convite, poderem estar presentes).

Em tais circunstâncias, a generosidade e a tolerância para com os excluídos começam por ser um valor religioso. Por exemplo, em pleno século dito de racionalidade iluminista, o escritor setecentista Voltaire⁵⁹ ainda fundamentará na religião o seu entendimento do valor da tolerância. No entanto, talvez contagiado pelo onnipresente cientismo contemporâneo, no século vinte, entre outros, Karl Popper considerará a tolerância como uma atitude científica.

⁵⁸ Todo aquele que não tolera, não será tolerado.

⁵⁹ VOLTAIRE, *Tratado Sobre a Tolerância*, Lisboa, Antígona, 1999.

Para o politólogo americano John Rawls (1995)⁶⁰, autor de uma teoria sobre a justiça, na ausência de um aparelho legal que a salvasse, verifica-se uma impossibilidade prática de garantir a tolerância, tendo argumentado (1971; 1985⁶¹: 232-234), por isso, que a liberdade e igualdade de direitos e oportunidades para todos deveriam constituir as bases de uma sociedade equitativa e justa. O mesmo autor sublinhara ainda que a ideia da sociedade como um sistema equitativo de cooperação implica um conceito de cidadãos como pessoas livres e iguais. Qualquer destes argumentos parece enfatizar mais o valor do respeito pela dignidade humana do que o valor da tolerância.

Ainda para Rawls, tentar resolver o problema da tensão existente entre liberdade e igualdade será exequível através da utilização do conceito de *equitatividade*. Este conceito parte do pressuposto que o Estado-Nação(ões) desempenhe um papel central, garantindo a justiça e intervindo para limitar a liberdade individual sempre que esta infringir os direitos igualitários ou a igualdade de oportunidades dos outros. Esta visão parece, com efeito, pretender articular, no presente, os princípios liberais e socialistas, herdados do passado (Lukes⁶², 1991:52). Porém e ainda na perspectiva de Rawls, o enquadramento legal deve, por exemplo, privilegiar a liberdade e os direitos do indivíduo sobre os direitos da comunidade.

Van Steenberg (1994) ao analisar as relações sociais implícitas na ideia de *contrato social*, afirmou que o *contrato* se relaciona com uma visão da sociedade como um grupo de *indivíduos independentes e livres*. A esta visão moderna contrapõe-se o tradicional ideal cristão de *caridade* para com os desprotegidos, colocando estes últimos, na prática, na *dependência* dos primeiros. A contradição e tensão ideológicas que derivam dos dois conceitos (*caridade* e *contrato*) reside na coexistência e no confronto de duas ideias antagónicas: *dádiva* (cristã) e *troca* (negociação moderna).

Esta profunda contradição político-cultural, propunha o autor, deveria ser ultrapassada por duas noções mais adequadas à realidade social: *interdependência* e *solidariedade*. A última noção resultaria, portanto, da constatação da incontornável interdependência existente entre todos os membros de uma qualquer sociedade.

A proposta de Steenberg poderá ser representada através do seguinte quadro — “Confronto e Transformação de Valores Político-Culturais na Europa”:

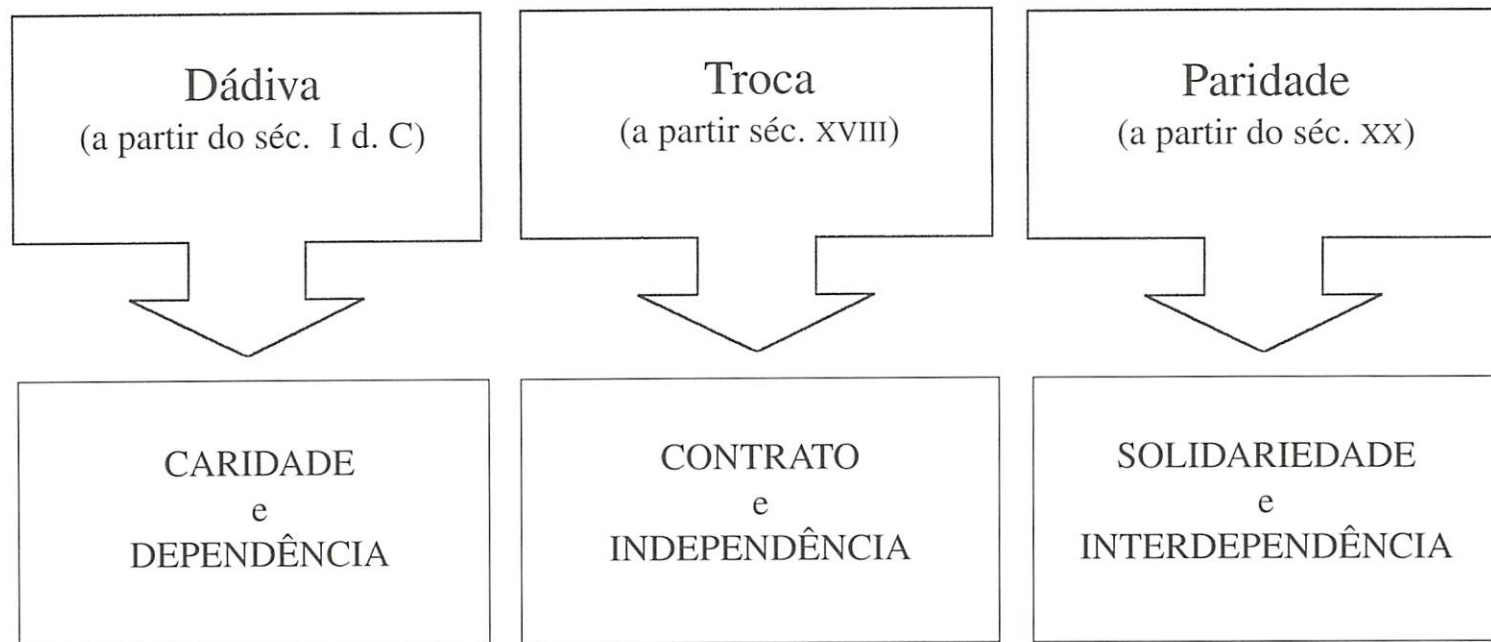
⁶⁰ “Conferências do Convento”, Estudos Gerais da Arrábida, Seminário *Cidadania e Sociedade Civil*, org. João Carlos Espada, 9 a 13 de Outubro de 1995.

⁶¹ RAWLS, John, 1985, *Justice as Fairness: Political not Metaphysical*, New York, “Philosophy and Public Affairs”, 14131.

⁶² LUKES, Steven, 1991, *Equality and Liberty: must they conflict?*, pp. 48-66 in HELD, *Political Theory Today*, Cambridge, Polity Press.

Parte I — Abordagem do Conceito de Cidadania

Transformação e Confronto de Valores Político-Culturais
na Europa



Reconhecer o carácter imprescindível da interdependência e da solidariedade sociais permite ultrapassar a tensão existente entre as ideias de *dádiva*, inscrita na dependência da caridade cristã e de *troca*, consagrada pela independência (ou liberdade) contratual do Iluminismo. Desta forma, todos os membros de uma determinada sociedade devem compartilhar de um modo de vida, igualmente, condigno. Nas palavras do referido sociólogo⁶³:

“(...) o valor da igualdade social de todos os membros de uma sociedade (...) inclui o ideal de capacitar todos os indivíduos para atingirem a plena condição de membro na comunidade, e participarem naquilo que uma dada sociedade considera como as formas válidas e convenientes do seu estilo de vida”.

Também Sousa Santos (1998)⁶⁴ sublinhara a ideia de que a *solidariedade* é um valor aceitável apenas entre iguais. Trata-se, sem sombra de dúvida (ou de pecado), do reconhecimento da paridade humana e, portanto, cultural. Afinal, o princípio cristão da fraternidade universal confirma, desde o início, que todos os seres humanos são filhos de Deus e herdeiros do Céu e da Terra, ainda que, a actual prática de um intransigente *Capitalismo Global* tenha vindo a acentuar as clivagens sociais, até mesmo quando a acção é desencadeada pelos países mais ricos em nome da ajuda ao *desenvolvimento*.

Para Castells (1998)⁶⁵, quando se debatem estas questões, torna-se fundamental estabelecer a distinção entre o tipo de sociedade e o seu modo de modernização ou desenvolvimento. Nesta medida, uma sociedade pode definir-se como capitalista, tendo como principal objectivo a obtenção do máximo de lucro ou capital, ou então, pode ser estadista, isto é, adepta de um poder centralizador e burocrático. Referem-se aqui características do tipo de poder.

⁶³ VAN STEENBERGEN, Bart, *The Condition of Citizenship*, London, Sage Publications, 1994, p. 60.

“(...) equal social worth for all members of society (...) includes the ideal of enabling everyone to achieve full membership in the community, and to participate in what a particular society has come to regard as valued and worthwhile ways of living”.

⁶⁴ SOUSA SANTOS, 1998, *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Gradiva, “Cadernos Democráticos”, p. 9: “(...) a única solidariedade possível é uma solidariedade entre iguais”.

⁶⁵ CASTELLS, Manuel, *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Blackwell, 3 vols., 1998.

Quanto ao seu modo de desenvolvimento, será industrializada ou de informação (a *Era da Informação*). Assim sendo, a sociedade, em que convivemos, caracterizar-se-ia por um *Capitalismo Informacional*. Em suma, o sistema capitalista continua a regenerar-se, no presente como no passado, através de uma nova metamorfose.

Alguns historiadores de inspiração marxista consideraram que o sistema económico do capitalismo europeu tem conhecido, ao longo dos séculos (séculos XII a XX) várias etapas evolutivas: pré-capitalismo, capitalismo comercial, capitalismo industrial, capitalismo financeiro. Na prática, as referidas etapas não se eliminam segundo uma perspectiva diacrónica, mas antes coexistem até no mesmo espaço-tempo nacional. Por essa razão, designar um sistema económico nacional por capitalista informacional significa reconhecer que este é predominante, mas não exclusivo. Tal como ocorre no caso das camadas da superfície terrestre, as quais se sobrepõem sem nunca se eliminarem.

A capacidade do sistema capitalista de reutilizar a evolução tecnológica para se desenvolver e reorganizar está na origem de um dos maiores erros de interpretação histórica: a teoria da evolução histórica marxista-leninista. Para esta interpretação teórica, o curso da História era linear (como a flecha do tempo) e, no futuro, o sistema capitalista viria a ser substituído por um inovador modo de produção, o socialista.

Até à data, o Capitalismo não implodiu tal como aquelas previsões apocalípticas⁶⁶ e utópicas pretendiam profetizar. Antes pelo contrário. À imagem e semelhança da *Fénix* na mitologia grega parece renascer das próprias cinzas, graças à versatilidade com que tem vindo a conciliar tradição e inovação.

⁶⁶ Sobre as utopias relacionadas com a visão apocalíptica de São João leia-se: ECO, Umberto; JAY GOULD, Stephen; CARRIÈRE, Jean-Claude; DELUMEAU, Jean, *Conversations About The End of Time*, London, Penguin Books, 1999, 228 págs.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah, 1991, *Homens em Tempos Sombrios*, Lisboa, Relógio d'Água.
- ARON, Raymond, 1991, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BOUDON, Raymond, 1990, *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva., (Trajectos)
- ABBAGNANO, *História da Filosofia*, Lisboa, Presença, 1970, vol. XII.
- BAGANHA, M. Ioannis, 2000, *Is an Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa, Fundação Luso- Americana.
- BARROS MOURA, José, 1999, *Cidadania Europeia, Uma Construção Racional*, Lisboa, "Cadernos Democráticos, n.º 10, Fundação Mário Soares, Gradiva.
- BAÜBOCK, Rainier, 1992, *Immigration and Boundaries of Citizenship*, CRER, Warwick University.
- BAÜBOCK, Rainer, 1994, *From Aliens to Citizens: The Status of Immigrants in Europe*, European Center Vienna, Avebury.
- BOBBIO, Norberto, 1992, *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro, Campus.,
- BOUSETTA, Hassan, 1997, *Citizenship and Political Participation in France and the Netherlands*, , ERCOMER, Utrecht, N.L.
- CARTER; Bob, 2000, *Realism and Racism*, "Critical Realism: Interventions", Routledge, London and New York.
- CASTELLS, Manuel, 1998, *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Blackwell, 3 vols.
- COLLINS, Jeff and SELINA, Howard, 1999, *Introducing Heidegger*, Icon Books UK, Cambridge.
- COHEN, Robin, 1997, *Global Diasporas*, UCL Press, University of Warwick, U.K..
- CORDEIRO, Albano, 1996, *Diversidade Cultural e Nova Cidadania*, conferência na Universidade Aberta, Lisboa.
- COSTA, Alfredo e PIMENTA, Manuel, 1991, *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, estudo elaborado pelo Centro de Reflexão Cristã, Universidade Católica.
- COURGEAU, D. , 1988, *Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale*, Paris, Editions de l'I.N.E.D.
- DAHRENDORF, Raul, 1994, *The Changing Quality of Citizenship*, in B. Van Steenberg (ed.), *The Condition of Citizenship*, Londres, Sage.
- Dicionário da Língua Portuguesa*, 2001, Lisboa, Academia das Ciências, Verbo, 2 vols.
- ECO, Umberto; JAY GOULD, Stephen; CARRIÈRE, Jean-Claude; DELUMEAU, Jean, 1999, *Conversations About The End of Time*, London, Penguin Books.
- (Re)Fazer a História ao Comemorar, 2000, Lisboa, Conferência e Assembleia Geral da Euroclio, organizada pela Associação de Professores de História, 22-25 de Março de 2000, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FAVELL, Adrian, 1997, *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*, London: Macmillan.

- GÁRCIA, Javier Castaño, 1996, *Reflexiones en Diversos Ámbitos de la Construcción de la Diferencia*, Universidade de Granada.
- GARCÍA, Soledad, 1999, *Minorias Urbanas. Que Direitos?*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- HORROCKS, Chris, 1997, *Introducing Foucault*, New York, Totem Books, 1.^a edição.
- JOLY, Danièle, et alia, 1997, *Refugees in Europe: The Hostile New Agenda*, MRG, U.K.
- LAYTON-HENRY, Zig, 1992, *The European Context*, Coventry, "The Politics of Immigration", Institut of Contemporary British History, Warwick University.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1975, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70.
- Liberdade e Cidadania. Cem Anos Portugueses*, 1999, Lisboa, exposição comemorativa do 25.º aniversário do 25 de Abril de 1974, por proposta de Henrique Cayatte.
- LOURENÇO, Eduardo, 1999, *Existe uma Cultura Portuguesa?*, Porto, Edições Afrontamento.
- LUKES, Steven, 1991, *Equality and Liberty: must they conflict?*, pp. 48-66 in HELD, *Political Theory Today*, Cambridge, Polity Press
- MACHADO, 1991, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 vols., Lisboa, Alfa.
- Migration, Citizenship and Ethno-National Identities in the European Union*, 1995, edited by Marco Martiniello, Avebury, Aldershot (England).
- MATTOSO, José, 1998, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, "Cadernos Democráticos", 1, Fundação Mário Soares,.
- ORTEGA Y GASSET, 1926, *A Rebelião das Massas*, Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano, (1971).
- PIETERSE and PAREKH, N., Jan and Bhikhu, 1995, *The Decolonization of Imagination*, London and New Jersey, Zed Books Ltd.
- RAWLS, John, 1985, *Justice as Fairness: Political not Metaphysical*, New York, "Philosophy and Public Affairs", 14131.
- REX, John, 1996, *Ethnic Minorities and the Nation State. The Political Sociology of Multicultural Societies*, CRER, Warwick University, U.K.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1995, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE, 1999, *Réseaux de Transnationalité. Le Cas Portugais*, in "Ethnologie Française", Paris.
- RUIZ-RIOS, Luis, 2000, *Trends in International Migration. Continuous Reporting System on Migration*, SOPEMI, Annual Report, 2000 Edition, OECD.
- SARDAR, Ziauddin, 2001, *Diálogo entre Civilizações: Passado e Futuro – Perspectivas Islâmicas*, Conferência organizada pela Comunidade Islâmica de Lisboa, Forum Lisboa, 20 e 21 de Outubro de 2001.
- SOUSA SANTOS, 1998, *A Reinvenção da Cidadania*, Lisboa, Gradiva.
- TABUCCHI, Antonio, 1984, *Pessoa Mínima*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- TANON, Fabienne, VERMES, Geneviève, 1993, *L'Individu et ses Cultures*, vol. 1, Paris, Éditions L'Harmattan.

- THOMAS, Nicholas, 1994, *Colonialism's Culture, Anthropology, Travel and Government*, Cambridge, Polity Press.
- TODOROV, Tzvetan, 1989, *Nous et les Autres. La Réflexion sur la Diversité Humaine*, Paris, « La Couleur des Idées », Seuil.
- VAN STEENBERGEN, Bart, 1994, *The Condition of Citizenship*, London, Sage Publications,.
- VOLTAIRE, 1999, *Tratado Sobre a Tolerância*, Lisboa, Antígona.

COSMÓPOLIS E COSMOPOLITISMO

Maria Isabel João*

Esta comunicação procura colocar em evidência os sentidos que os termos cosmópolis e cosmopolitismo assumiram em várias épocas e mostrar a importância que este género de concepções teve em diversos movimentos políticos e culturais. Por isso, partindo da antiga Hélade e da primeira civilização cosmopolita, a helenística, passa pelos principais momentos na construção da ideia geral da humanidade e do mundo. Termina com o enunciar de questões que se prendem com o actual processo de mundialização e com a ideia de que estamos, hoje, em condições únicas na história para desenvolver uma actuação verdadeiramente cosmopolita.

Breve história dos conceitos

No quadro da filosofia helénica, a ideia de Cosmos corresponde a “uma totalidade viva e ordenada, no seio da qual se situam todas as coisas e que é habitada por homens e deuses”¹. O Cosmos engloba, portanto, o natural e o sobrenatural, o mundo dos homens e da natureza e o mundo dos deuses. Já a Polis se refere, explicitamente, ao mundo dos homens. É a cidade, sede do poder e da governação, regida por leis e formada pelo conjunto dos cidadãos livres, conscientes das suas diferenças em relação aos outros que eram vistos como “bárbaros”². O mundo helénico foi dominado pela Cidade, centro do exercício do poder e da cidadania, que permitia distinguir os gregos civilizados dos “bárbaros”, considerados inferiores por desconhecem essa forma de organização social e política. A divisão da

* Universidade Aberta.

¹ Lucien Jerphagnon (dir.), *Dicionário das Grandes Filosofias*, Lisboa, Edições 70, 1982, p. 69

² *Idem, ibid.*

Hélade em unidades políticas de pequena dimensão não proporcionou as condições para a emergência de uma visão unificadora do mundo. Apesar de se terem estabelecido ligas de cidades e de algumas delas terem desenvolvido políticas imperialistas, o núcleo fundamental continuava a ser a *polis* e não havia uma concepção imperial, capaz de aglutinar os vários povos em presença.

É no contexto do desenvolvimento da civilização helenística, depois das conquistas de Alexandre e no mundo das grandes monarquias que sucedeu ao seu Império, que se reúnem as condições para criar a primeira cultura cosmopolita, como refere Paul Petit³:

Escapando ao particularismo da Hélade, esta civilização é cosmopolita: inclusive as cidades que permanecem independentes ou isoladas estabelecem entre si laços diplomáticos, ampliam o seu direito local, conferindo-o mais liberalmente aos estrangeiros (isopolitia), abrem-lhes as suas associações e clubes, resolvem conflitos pela arbitragem, multiplicam nos templos o direito de asilo. [...]. As grandes cidades acolhem, de todos os lados, os mercadores, os intelectuais e artistas, apresentando um mosaico de população (Éfeso, Alexandria), conhecido antes apenas pelo Pireu, na sua fase áurea. As monarquias, finalmente, cuja origem é idêntica, todas resultantes da vitória macedónia, sentem-se aparentadas apesar das suas lutas [...]. Filósofos, poetas e artistas viajam e passam de uma corte a outra [...].

Reina por toda a parte um espírito mais aberto, menos constrangimentos e um certo individualismo, resultante da ruptura dos antigos laços e do gosto pelos êxitos pessoais, que contribuem para reforçá-lo. Não admira, por isso, que seja nesse contexto que surge uma das maiores criações do espírito das elites helenísticas, o estoicismo. Fundado por Zenão de Cítio (fenício de Chipre, que vive entre 336-264 a.C.) e outros filósofos da época, tem célebres continuadores entre os romanos, como Séneca (4 a.C.-65 d.C.) e o imperador Marco Aurélio (121-180). Não cabe no âmbito desta comunicação fazer sequer uma aproximação à filosofia dos estóicos. Contudo, importa sublinhar que para eles o “Mundo era uno e pleno” e constituído por individualidades, mais ou menos coerentes, e ligadas entre si por uma simpatia universal que as transforma num organismo⁴. No quadro da sua doutrina moral, dominada pela Virtude, a cada parte cabe uma função precisa com vista ao bem do conjunto. O seu individualismo é suavizado por um “sentimento da fraternidade humana” e “cabe-lhe o mérito de ter

³ Paul Petit, *O Mundo Antigo*, Lisboa, Ática, 1976, pp. 179-180

⁴ Lucien Jerphagnon (dir.), *ob. cit.*, p. 113

feito do homem o centro pensante do universo” e afirmado o primado da moral, que tornou possível o nascimento de um humanismo⁵.

Para os estóicos, a cidade do homem culto é o mundo e, como tal, deve obedecer às leis do universo, que consideram dotado de razão divina⁶. Daí vem a noção de cosmópolis: cidade do mundo. Numa primeira fase, a sua doutrina política é uma resposta a um mundo em profunda transformação, onde a cidade antiga declinou e os indivíduos se vêem desprendidos das formas anteriores de solidariedade. Com Alexandre da Macedónia, a Cidade-estado é substituída pela organização monárquica e imperial, propiciando a junção sob um mesmo domínio de uma grande diversidade de povos. A cultura grega é o elemento unificador desse vasto universo de homens e de culturas em processo de fusão. Não é, certamente, por acaso que os grandes estóicos são oriundos de cidades periféricas, mais permeáveis à mistura no imenso cadinho. Segundo Plutarco, para Zenão os homens não se devem separar em cidades e em povos com as suas leis particulares, “porque todos os homens são concidadãos, uma vez que para todos existe uma única vida e uma única ordem das coisas, como para um rebanho unido sob a regra de uma lei comum.”⁷

Tal como no período helenístico, no final da República romana, o horizonte alarga-se à medida que as viagens, as trocas comerciais, o movimento das conquistas contribuem para criar a consciência de uma “universalidade” e da necessidade de encontrar nela um lugar. Roma torna-se o centro de um mundo onde existe uma grande diversidade étnica e cultural, que é preciso subordinar a uma ordem e a um domínio. O Império acaba por ser a resposta e ao Príncipe que o governa cabe a suprema missão de preservar um património que pertence ao *populus romanus*. Pelo menos na teoria, aquele tem de subordinar a sua acção política ao interesse público, uma ideia herdada do tempo em que a *res publica* era constituída apenas por uma cidade e que foi mantida através do principado, graças à influência grega do imperativo da dedicação cívica⁸. Neste ponto crucial, o principado é muito diferente das monarquias orientais e helenísticas, baseadas no poder discricionário dos governantes.

A unificação do mundo mediterrânico, doravante sob o domínio romano, não se realiza sem convulsões. Alguns romanos aceitam com difi-

⁵ Paul Petit, *ob. cit.*, p. 184

⁶ Jean Touchard (dir.), *História das Ideias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1970, p. 77

⁷ Citado por Jean Touchard (dir.), *ob. cit.*, p. 77

⁸ *Idem, ibid.*, p. 111

culdade a fusão provocada pelas conquistas e reação contra os estrangeiros. Os povos submetidos, por sua vez, não podem deixar de nutrir um certo desafecto e mesmo ódio por Roma, cidade que é vista como corrupta, viciosa e rica por causa da pilhagem do resto do império. Porém, um grupo social oriundo da aristocracia culta, chamado progressivamente a assumir responsabilidades políticas, vai colocar a tónica nos benefícios do Império Romano. Destacam, então, a *pax romana*, que se sobrepôs aos permanentes conflitos entre as cidades e os reinos antigos, e a unidade cultural, a prosperidade e o bem-estar que resultam do domínio de Roma. Várias correntes filosóficas fazem eco destas ideias, mas o estoicismo contribui mais do que qualquer outra para defender um sentimento de unidade que encontra a sua expressão política concreta no Império. Assim, “de Panécio a Marco Aurélio, todos demonstraram que a verdadeira cidade do homem é o universo, e que, acima das diferenças de raça, de origem, de idioma, reinava uma profunda união na humanidade.”⁹ Mas trata-se de um mundo que é ainda em grande parte desconhecido e de uma espécie humana de contornos imprecisos e largamente ignorada.

Ao nível político, o Império Romano confunde-se com a cosmópolis que é, afinal, um universo duplamente limitado, por causa dos seus limites geográficos e da exclusão da maior parte dos seus membros. O Edicto de Caracala vem alargar este universo ao estabelecer que todos os habitantes do império, livres por nascimento, têm direito de cidadania. Por isso, os “bárbaros” são agora todos aqueles que estão fora das suas fronteiras e não se encontram abrangidos pela civilização greco-romana. Esta divisão entre “civilizados” e “bárbaros” vai manter-se ao longo dos séculos e reencontramo-la na ideologia colonialista da época contemporânea. Apesar disso, subsiste como um fundo permanente, por vezes de forma confusa, a ideia da unidade do género humano e como horizonte uma possível solidariedade entre todos os homens, que se mantêm no pensamento cristão. Mas estas noções não excluem a consciência do enraizamento dos homens na sua cidade, na sua terra de origem, e o patriotismo coexiste com a noção mais ampla da necessária concórdia entre todos os homens: “*Como Antonino, escrevia Marco Aurélio, a minha cidade, a minha pátria, é Roma; como homem, é o mundo*”¹⁰.

Aspectos da filosofia da velha *Stoa* — o Pórtico, sítio de Atenas onde os primeiros filósofos desta escola gostavam de se reunir — inspiram os

⁹ *Idem, ibid.*, p. 119

¹⁰ Citado em Lucien Jerphagnon (dir.), *ob. cit.*, p. 115

padres da Igreja e sobrevivem no pensamento cristão. Todavia, as diferenças são profundas e o cristianismo é inovador na forma de pensar o mundo e a relação entre as coisas humanas e as divinas. Quanto ao ponto que nos interessa, o que conta para os cristãos é a ligação com Deus e com o seu semelhante, seja ele estrangeiro ou escravo. Por isso, entre os elementos marcantes da doutrina cristã ressalta a ideia da *universalidade*. Os Apóstolos pregam a todos e não fazem distinções quando se trata de divulgar a nova fé. Por isso, a Igreja afirma-se ecuménica e destina-se a todos os homens, de todas as etnias e grupos sociais. A sua história posterior vai manter este princípio de um apostolado universal, mas não exclui os enraizamentos regionais e nacionais. Ao combinar a ideia universal com as realidades culturais dos povos e com o apoio aos Estados, a Igreja oscila entre uma visão que, de um ponto de vista político, sustenta a ideia de Império e, em simultâneo, não renega o particular. O cristianismo conhece múltiplas divisões, a que não são alheias as tensões políticas e culturais. Nas épocas medieval e moderna, vai ser um eixo importante da construção de várias nações, tal como vai servir de justificação messiânica para a expansão dos reinos ibéricos.

Apesar das utilizações políticas que, tal como outras religiões, tem tido ao longo da história e das ambições dos Príncipes da Igreja, para o cristianismo “o homem essencial não é o cidadão empenhado na obra política sob a égide da Lei comum”¹¹. Separa o poder temporal e o poder espiritual. Os reis e os príncipes recebem o poder de Deus porque lhes é atribuída a missão de velar pelos seus súbditos e de permitir-lhes, por seu lado, que zelem pela salvação da sua alma. Por outro lado, a fragmentação política medieval, os enraizamentos locais, a solidariedade de homem para homem em que assenta todo o sistema sócio-político não são favoráveis ao exercício da cidadania nem a visões universalistas. Todavia, as cidades mantêm-se como um reduto de uma certa rebeldia e como um espaço de liberdade, como refere o conhecido provérbio alemão.

É preciso a abertura do mundo, proporcionada pelas grandes viagens marítimas, e o movimento cultural do Renascimento para se forjar uma ideia mais realista do mundo e para que os Humanistas se comecem a interrogar, cada vez com mais acuidade, sobre o governo, sobre a distribuição da riqueza e sobre a possibilidade de uma sociedade mais justa. Estas questões não estão ausentes do pensamento medieval, mas agora há quem comece a acreditar que é possível tomar o destino humano nas próprias mãos. Naturalmente,

¹¹ Lucien Jerphagnon (dir.), *ob. cit.*, p. 70

com a ajuda da suprema Providência divina. Os europeus ao mesmo tempo que se confrontam com os Outros e vão inventando uma ideia de Humanidade — “ou seja a unidade do género humano na pluralidade”¹² — colocam-se também a si e ao seu governo em causa.

Estão, assim, lançadas as bases para a grande revolução intelectual do século XVIII¹³ e para o desenvolvimento do cosmopolitismo. Em primeiro lugar, destaque-se o individualismo que solta os homens das suas amarras tradicionais e permite conceber o mundo como um conjunto de indivíduos, isto é, de autênticos átomos unidos entre si pelas leis da natureza e subordinados a uma ordem universal que os transcende. Em segundo lugar, saliente-se a ideia da liberdade: a liberdade de pensamento, de consciência, mesmo de escolher a religião, de expressão das ideias; a liberdade do comércio, da navegação e da indústria; a liberdade política e, o seu imprescindível corolário, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei (ainda não a igualdade social da futura democracia, apesar de alguns já apontarem nesse sentido). A noção de **súbditos** é substituída pela de **cidadãos** e as relações deveriam estabelecer-se entre governantes e governados, dependendo a legitimidade dos primeiros da forma como defendem o bem comum e o interesse geral da Pátria. Estas ideias são o fermento das revoluções liberais e a base de uma visão do mundo que acentua o papel dos indivíduos, da liberdade, da mobilidade e de uma ordem supostamente natural que poderia trazer a felicidade à humanidade.

É neste contexto que surge a generosa ideia de que seria possível alcançar a paz perpétua estabelecendo relações entre os Estados que tivessem em conta o interesse geral da humanidade. Dentro de uma concepção atómica e abstracta da sociedade humana, simultaneamente individualista e genérica, o chamado direito das gentes defende, então, que os cidadãos de uma aldeia, de uma cidade, de uma província têm direitos e deveres em relação aos seus próximos, mas também os têm em relação aos habitantes da Europa e do mundo.

Pois, “sendo a Sociedade universal do género humano uma instituição da própria natureza, isto é, uma consequência necessária da natureza do homem, todos os homens, não importa de que Estado, estão obrigados a cultivá-la e a cumprir os respectivos deveres. Não podem dispensar-se de o fazer por qualquer associação

¹² Vitorino Magalhães Godinho, *O papel de Portugal nos séculos xv-xvi. O que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 49

¹³ Ver sobre o assunto a obra de Paul Hazard, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Lisboa, Presença, 1983.

particular. Logo que se unem em sociedade civil para formar um Estado, uma nação individual, podem tomar compromissos particulares para com aqueles a quem se associam, mas continuam sempre responsáveis pelos seus deveres perante o género humano."¹⁴

O século das Luzes quer, deste modo, que em nome das leis da Natureza e da Razão se acabe com as guerras e o seu estendal de misérias, de repetidos massacres e de desespero humano. O abade de Saint Pierre vai mesmo mais longe e antecipa a ideia de uma União, subscrita pelos soberanos dos Estados de forma voluntária, que fosse capaz de garantir a paz e a felicidade, tão cara ao pensamento da época¹⁵. Sabemos que o resultado destas ideias se traduz na emancipação das colónias da América, com os Estados Unidos na dianteira, e na Revolução Francesa, que abalou as estruturas da velha Europa. A repugnância pela escravatura e a luta pelo abolicionismo são também uma das suas consequências mais evidentes. Porém, o mundo continua a dividir-se em "civilizados" e "selvagens", aos quais está muito longe de reconhecer-se idênticos direitos. As ideias dominantes identificam a Europa com a Civilização e o discurso colonial vai deslocar-se de uma perspectiva religiosa para princípios laicos, ligados à ideia de exercer um papel civilizador.

Nesta altura, é importante recordar o antropólogo Claude Lévi-Strauss quando afirma que "a noção de humanidade, englobando, sem distinção de raça ou de civilização, toda a espécie humana teve um aparecimento muito tardio e uma expansão limitada"¹⁶. É, de facto, uma noção demasiado abstracta e de elites que está, por um lado, ligada ao lento percurso que conduziu os seres humanos ao contacto uns com os outros, e, por outro, se entronca no desenvolvimento do pensamento filosófico e científico. A teoria de uma origem comum na região da África e de um património hereditário da espécie é o resultado do desenvolvimento da paleontologia, da arqueologia, da biologia e da genética, mas o debate e a investigação científica

¹⁴ Emmerich de Vattel, "Le Droit des gens, ou Principes de la loi naturelle appliquée aux affaires des nations et des souverains", 1768 citado *Idem, ibid.*, pp. 176-177

¹⁵ Abade de Saint Pierre: "Memória para tornar perpétua a paz na Europa" (1712); "Projecto para tornar perpétua a paz na Europa" (1713); "Projecto de paz perpétua entre os Soberanos cristãos" (1717) citado *Idem, ibid.*, p. 178. Em idêntica ordem de ideias se insere a obra de Kant, *Projecto de Paz Perpétua*, de 1795, onde desenvolve uma filosofia da história segundo a qual o natural desenvolvimento da espécie humana facultaria as condições para a instauração de um governo legítimo, republicano e universal, que faria reinar uma paz perpétua. Sobre a ideia de "União Europeia" e os projectos da "Paz Universal" ver: Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 33-37

¹⁶ Claude Lévi-Strauss, *Raça e História*, 3.ª ed., Lisboa, Presença, 1980, p. 21

continuam. As percepções dos seres humanos em geral, desde a mais remota Antiguidade, estão marcadas pelo etnocentrismo, isto é, por uma visão do mundo centrada em “nós”. O humano é visto como uma característica do grupo a que se pertence, seja a tribo, o grupo linguístico, por vezes mesmo, a aldeia. De tal modo, que um grande número de populações primitivas se designam por um nome que significa os “homens” ou, ainda de forma mais enfática, pelos “bons”, os “excelentes”, os “perfeitos”¹⁷. Isto implica, como refere o antropólogo francês, que aqueles que não possuem as mesmas virtudes são identificados por “maus”, “perversos”, “macacos de terra” ou “ovos de piolho”. Noutros casos, não se lhes reconhece sequer a existência real e são vistos como “fantasmas” ou “aparições”¹⁸. Assim, enquanto os Espanhóis enviavam comissões para verificar se os Ameríndios possuíam alma, estes, por sua vez, dedicavam-se a afogar os prisioneiros brancos para verificar através de uma vigilância prolongada se o cadáver estava sujeito a putrefacção. Ambos os povos punham em dúvida a natureza humana do outro.

Contudo, os estudos sobre os primeiros encontros entre os Europeus e os mais diversos povos, no século XVI, mostram uma gama de sentimentos e de reacções bem humanos e universais: a perplexidade, a estranheza, a curiosidade, a desconfiança, por vezes, a repulsa, o medo e o confronto de ambas as partes¹⁹. O olhar reflecte, inevitavelmente, a experiência do observador, o seu quadro de valores e de noções, a partir dos quais apreende os outros, os identifica e os classifica, como se pode constatar na carta de Pêro Vaz de Caminha ao rei D. Manuel ou, do outro lado, nas reacções dos japoneses aos *namban* (bárbaros) que chegam em grandes navios.

A pluralidade é inerente a tudo o que é humano. As reacções cosmopolitas e universalistas são formas de procurar ultrapassar o particularismo e de conceber o mundo e o género humano como um todo, do qual cada um de nós, como indivíduo e como membro de um grupo, faz parte. Para uns, aquilo que está próximo e é conhecido, que pode ser identificado connosco, é o melhor, sobretudo se for situado no tempo mítico de uma “idade do ouro”, no passado mais ou menos distante do grupo. Para outros, pelo contrário, o que está distante, longínquo, que é desconhecido pode representar o paraíso perdido pelos homens na igualmente mítica

¹⁷ *Idem, ibid*, p. 22

¹⁸ *Idem, ibid*.

¹⁹ Stuart B. Schwartz (ed.), *Implicit Understandings. Observing, reporting and reflecting encounters between europeans and other peoples in the early modern era*, Cambridge University Press, 1994; Luís Albuquerque e outros, *O Confronto do olhar*, Lisboa, Caminho, 1991

“idade do ferro”. Na *Ilíada*, Homero evoca um povo, uma das populações mais distantes conhecidas pelos gregos, como “les plus justes des hommes” e na *Odisseia*, imagina que “aux confins de la terre [...] la vie pour les mortels n’est que douceur”²⁰.

Os europeus, entre os séculos XVI e XVIII, não perdem a esperança de encontrar o paraíso terreal e, no quadro das concepções naturalistas, alguns tendem a vê-lo representado nos povos e sociedades que vivem conforme as leis da natureza. A civilização é artificial, gera a maldade, a corrupção, a infelicidade, por isso há quem pense que os povos felizes são os que vivem em “estado natural” ou “selvagem”. Daí ao conhecido mito do “bom selvagem” vai um pequeno passo. Os outros têm as qualidades que nós já perdemos e, por isso, retroprojecta-se neles uma certa superioridade, que devia servir de lição moral para todos os “civilizados”. O contacto com o Novo Mundo é marcado por muitos equívocos desse tipo e o sucesso de alguns relatos alimenta um certo imaginário europeu e utopias como a de Thomas More²¹.

Os intelectuais do século XVIII colocam noutros lugares e na boca de outros povos as críticas que querem fazer à sociedade da sua época, como nas célebres *Lettres Persanes* de Montesquieu, publicadas em 1721. Uma vez, estas sociedades são invocadas como exemplo de superioridade moral, como no caso dos taitianos “inocentes e doces” de Diderot²², ou até mesmo de superioridade civilizacional, como quando se trata do debate religioso e se defende que os aspectos bons de Jeová vieram dos povos orientais, detentores de uma civilização mais avançada²³. Mas o Oriente serve também como modelo do “despotismo” que é assim visto como um fenómeno oriental, “asiático”²⁴. Desse podia dizer-se mal sem correr um risco imediato, porque as masmorras dos tiranos europeus continuavam a funcionar em pleno, como pôde comprovar Voltaire, em 1717²⁵. No contexto da Europa, a anglofilia é geral e a Inglaterra apresentada como o bom exemplo por excelência do ponto de vista político.

²⁰ Citado por Tzvetan Todorov, *Nous et les Autres, La réflexion française sur la diversité humaine*, s.l., Éditions du Seuil, 1989, p. 356

²¹ *Idem, ibid.*, p. 359

²² Diderot, “Supplément au voyage de Bougainville”, citado *Idem, ibid.*, p. 369

²³ Paul Hazard, *ob. cit.*, cap. V, p. 69

²⁴ *Idem, ibid.*, p. 174

²⁵ Foi encarcerado por 11 meses na Bastilha. Voltaire, *Romances e contos completos*, Lisboa, Arcádia, 1966, p. 11

No mundo dos letrados e dos sábios europeus, o olhar sobre os outros é, sobretudo, uma crítica de nós. Ora, é essa capacidade de se pôr em causa que, apesar de só ser praticada por uma minoria, tem de ser valorizada e vista como um exemplo de um certo tipo de cosmopolitismo que abre as portas para uma concepção das relações humanas assente na reciprocidade. Ainda estamos longe disso, é evidente. O caminho das ideias é demorado e há uma grande distância entre a teoria e a realidade. Mas é importante sublinhar que, pelo menos desde o século XVI, há uma abundante literatura de viagens, que traduz uma efectiva curiosidade em relação aos outros e que não tem paralelo noutras culturas. De várias formas, a cultura das elites europeias abre-se ao mundo e torna-se cosmopolita na medida em que incorpora saberes, gostos, bens que são provenientes de outras regiões do planeta.

Os relatos de viagens são a base de muitas ideias negativas e positivas sobre os outros. Os olhares e os discursos não são, evidentemente, monolíticos. Entre as elites começa a haver um acentuado gosto pelo exotismo, ou seja, por atitudes em que o outro, por ser diferente, é sistematicamente preferido ao mesmo²⁶. Em muitos casos trata-se, como referimos antes, de continuar a pensar sobre nós ou de idealizações, pouco conformes com a realidade dos povos, mas há um interesse crescente pelo que é estranho, no sentido em que é misterioso, fora do habitual, extraordinário e também, em grande medida, desconhecido e novidade.

O cosmopolitismo está presente, de uma forma intensa, em épocas de grandes e profundas mudanças. É uma resposta no sentido da abertura ao cosmos — pelo menos, tal como os homens o podem conceber nas várias épocas, com todas as limitações que lhes são inerentes. É, além disso, uma forma de procurar encontrar um nexo entre os vários níveis da identidade, isto é, entre a unidade na multiplicidade que não só caracteriza o mundo, mas também cada um dos seus átomos. Para uns poder-se-á afirmar como uma forma de cortar com as raízes, de desligar-se dos laços que o prendem à terra de origem. Não é por acaso que alguns estoícos foram grandes viajantes e um dos mais célebres, Séneca, nasceu em Córdova, passou a Roma na juventude, fez uma longa estada no Egipto, foi exilado na Córsega e regressou, finalmente, à capital do Império e a um fim trágico, por ordem de Nero²⁷. O seu mundo era o mediterrânico, tal como o dos homens do Renascimento e do Iluminismo foi a Europa, só alguns se aventurando nas

²⁶ Tzvetan Todorov, *ob. cit.*, p. 371

²⁷ “Sénèque (4 av. J.-C. – 65 apr. J.-C.)” in *Enciclopedia Universalis*, vol. 14, Paris, 1968-75, p. 871-873

perigosas viagens oceânicas de que recebiam notícias. Mas a viagem pode ser também mental e não só a deslocação no espaço físico.

Em Portugal, temos o exemplo desse espírito nos chamados “estrangeirados” e na sua simpatia por tudo o que está para além dos Pirenéus, especialmente a França e a Inglaterra. Trazem uma lufada de ar fresco ao país. Cultivam as línguas e a produção intelectual estrangeira, voltam-se para o exterior e dele colhem ideias que podem mudar a sociedade, como as reiteradas propostas feitas aos reis para desenvolver as indústrias (que são, afinal, um projecto que está de acordo com o interesse do Reino). Assim sendo, só como exercício de pura abstracção irrealista podemos conceber um ser humano totalmente desligado dos laços com os seus próximos e com os espaços habitados por si, pairando no mundo. Por isso, a frase do imperador Marco Aurélio, já citada, continua a ser verdadeira.

1. Um mundo dividido e sempre em mudança

O século XIX vai ser profundamente abalado pelo impacto das ideias da centúria anterior. O movimento das nacionalidades é, naturalmente, um deles e apresenta-se como um desenvolvimento lógico da noção do contrato entre os governantes e os governados, do exercício da cidadania no quadro da unidade política que é o Estado-nação. Os românticos que, por toda a Europa, lutam para libertar-se da tirania dos Impérios e para construir a sua Pátria, designam-se a si mesmos como patriotas e buscam, na história remota dos antepassados, real ou imaginada, nos falares vernáculos e populares, nas tradições e no folclore, nas epopeias fundamentais e nos cancioneiros, as bases para edificar uma cultura nacional. É um movimento de valorização do que é nosso e de identificação político-cultural, no quadro de uma unidade soberana, com fronteiras delimitadas, que é o Estado. Mas este movimento é, simultaneamente, fruto do cosmopolitismo dos intelectuais da época que aprendem uns com os outros a forma de criar as culturas nacionais e até de uma certa emulação entre eles para descobrir os antepassados, para reinventar os cancioneiros, as tradições populares e para construir os monumentos, no sentido mais lato do termo, que permitem afirmar a cultura da nação. “Consequentemente”, como observa Anne-Marie Thiesse, “não há nacionalismo patriótico sem cosmopolitismo intelectual”²⁸. E mesmo sem

²⁸ Anne-Marie Thiesse, *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 68

internacionalismo, porque os patriotas de toda a Europa também se sentem solidários e acorrem a ajudar os seus irmãos em causas como a libertação da Grécia da tirania dos turcos.

Porém, alguns Estados europeus continuam a manter Impérios e, no último quartel do século XIX, produz-se um movimento imperialista sem paralelo sobre vastas regiões do mundo, porque é servido por meios financeiros, económicos e militares sem precedentes²⁹. O Império é uma construção política com profundas raízes históricas, que se baseia na expansão de um povo para fora das suas fronteiras originais, na conquista e no domínio de um Estado³⁰ sobre outros Estados e formações políticas que podem apresentar características pré-estaduais. Muitos foram os impérios que se sucederam nos vários continentes, uns mais efémeros do que outros.

A ideia de Império manteve na história da Europa uma enorme importância e os povos radicados neste continente, depois de terem sofrido ao longo dos séculos múltiplas invasões e miscigenações, encetaram também um processo de expansão: primeiro, com o movimento das Cruzadas e, posteriormente, com a expansão por via marítima, iniciada pelos portugueses, no século XV, e continuada por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses. Nas épocas moderna e contemporânea, os Impérios europeus foram a consequência da existência de Estados, relativamente centralizados, que viam neles uma forma de afirmar o seu poder e hegemonia sobre determinadas parcelas do globo. Na base da sua formação estiveram, naturalmente, diversos tipos de interesses e ideologias que forjavam as justificações necessárias, aos olhos dos próprios e dos outros, para o exercício desse domínio.

A edificação dos Impérios criou espaços de cruzamento de povos, de mestiçagens étnicas e culturais, de sincretismos e contribuiu para a expansão dos elementos identitários dos conquistadores, com especial destaque para as línguas e as religiões. Gerou também movimentos contraditórios de aproximação e de rejeição, de integração e de exclusão, em particular daqueles que eram considerados cidadãos de segunda categoria ou escravos e de

²⁹ Basta referir que, em 1800, colónias ou antigas colónias europeias (nas Américas) controlavam 35% da superfície terrestre, em 1878, essa percentagem eleva-se para 67% e, em 1914, chega a 84%. A partilha do Império Otomano entre a Grã-Bretanha, a França e a Itália, no final da Grande Guerra, ainda eleva essa percentagem. São poucos os países que conseguem manter uma independência significativa. Samuel P. Huntington, *O choque das civilizações*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 57

³⁰ Segundo a definição de Max Weber: "une entreprise politique de caractère institutionnel dont la direction administrative revendique avec succès, dans l'application des règlements, le monopole de la contrainte physique." Citado por Aymeric Chauprade, *Géopolitique, Constantes et changements dans l'histoire*, Paris, Ellipses, 2001, p. 756

todos os que se mantiveram refractários ao centro de poder dominante. Por isso, as memórias são uma das heranças mais fortes dos grupos sociais e dos povos que fizeram parte de Impérios. Aquilo que para uns pode ser uma forma de glória e de afirmação da sua grandeza, para os outros é uma tragédia e uma humilhação. Estou a simplificar, obviamente. As sociedades não são homogêneas, os contactos não foram todos do mesmo tipo entre os vários grupos sociais e étnicos e as memórias também são forjadas ou, pelo menos, objecto de manipulações que visam legitimar a edificação de novas formas de poder e de outras construções políticas opostas aos antigos senhores.

Assim, se é verdade que os países que foram o centro de Impérios criaram os seus mitos de grandeza e de idades heróicas a eles ligados, também podem sentir-se frustrados e alimentar visões de decadência pelo facto de terem sido arredados do palco da história por novos concorrentes e pelo desmoronamento do seu Império³¹. No extremo oposto, os povos que lutaram pela sua independência e os grupos sociais que tomaram o poder legitimam os novos Estados, com fronteiras muitas vezes traçadas pelos antigos colonizadores e pouco conformes com a diversidade etnocultural que os caracteriza, buscando no fundo dos tempos mitos de origem e procurando afirmar uma identidade que é, na realidade, muito incipiente ou mesmo inexistente. Neste aspecto, as elites dos países colonizados seguem, de perto, o modelo do movimento das nacionalidades e do nacionalismo europeus. De um lado e de outro, produzem-se visões maniqueístas e redutoras da história que, afinal, continuam a servir para legitimar os regimes vigentes e o exercício do poder.

O século xx produziu duas guerras mundiais e uma enorme quantidade de conflitos regionais. De forma muito genérica, pode-se afirmar que na sua base estiveram os confrontos nacionalistas, no seio da Europa, e o seu avatar — os imperialismos. Mas não podemos ignorar que, por todo o lado, os Estados existentes ou emergentes fazem o jogo que lhes parece mais adequado aos seus interesses, como é o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que sai dos tratados do pós-guerra com uma área de influência bastante alargada. Além disso, duas potências extra-europeias surgem com força na cena internacional: os Estados Unidos da América, que desde a doutrina Monroe e, sobretudo, após a derrocada do Império Espanhol, no final do século xix (no qual tiveram parte activa), seguem as

³¹ Como refere o título do historiador das relações internacionais J.-B. Duroselle, *Tout empire périra*³¹

Com o subtítulo, *Une vision théorique des relations internationales* (Publications de la Sorbonne, 1981. Reeditado pela Armand Colin, 1992, com um subtítulo simplificado para *Théorie des relations internationales*.

pisadas da talassocracia britânica, e o Japão, que, depois do arranque para uma era de crescimento económico, não esconde o seu apetite imperial. Os conflitos pela posse e pela expansão de territórios, que sempre marcaram o processo histórico, atingem uma intensidade inigualável, por causa dos meios de destruição colocados à disposição dos homens pelas revoluções tecnológicas e industriais. Assim, de ambos os conflitos mundiais emergem organizações internacionais que pretendem ser um *forum* para a resolução pacífica dos problemas entre os Estados e para o diálogo entre os povos, ou seja, a primeira concretização política do sonho dos idealistas dos séculos anteriores.

Em 1919, a Sociedade Das Nações, um projecto animado pela política do presidente Thomas W. Wilson dos E.U.A. e pelos Estados europeus vencedores da guerra, encontra dificuldades de toda a ordem para se impor. Mostra, de imediato, a sua debilidade quando o presidente Wilson não obtém o apoio do Congresso americano para a entrada daquele país. O objectivo da organização seria criar as condições para a segurança colectiva, arbitrar as disputas internacionais e conseguir acordos sobre o desarmamento. Este último intento não era novo e já tinha antecedentes nas Conferências de Haia de 1899 e 1907, sem efectivos resultados³². O apogeu da S.D.N. coincide com a euforia de meados dos anos 20, quando os presidentes francês Aristides Briand e o alemão Gustav Stresemann encetam uma política de reaproximação. O primeiro actua também noutras frentes, nomeadamente através de um pacto franco-americano, em 1927, e procura desenvolver uma política de conciliação que afaste o espectro da guerra. Em 1929-1930, Briand lança o projecto de uma União ou Federação europeia, uma ideia “muito vaga e manifestamente prematura”³³, que não trouxe resultado algum.

Depois do fracasso da primeira surge a sua substituta, a Organização das Nações Unidas. O acordo estabelecido entre os antigos Aliados mais importantes ocorre logo em Outubro de 1943, mas somente após diversas negociações se concretiza o projecto. A redacção da Carta das Nações Unidas é feita, em 1945, em São Francisco. A diferença em relação à S.D.N. consiste em encontrarem-se entre os seus membros as principais potências, apesar da China não ter sido admitida até 1971³⁴. Possui igualmente um poderoso órgão executivo, o Conselho de Segurança, composto por

³² “Desarme” in Jan Palmovski, *Historia universal del siglo xx*, Madrid, Editorial Complutense, 1998, p. 213

³³ Jacques Néré, *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Ática, 1976, p. 362

³⁴ “ONU (Organización de Naciones Unidas)” in Jan Palmovski, ob. cit., p. 592

membros permanentes e temporários. Os primeiros têm direito de veto sobre qualquer decisão do Conselho. Na Assembleia Geral, os países representados dispõem de um voto e as decisões da O.N.U. assumem a forma de *resoluções*, que são vinculativas (mas nem sempre cumpridas pelos Estados visados), e de *recomendações* aos países. A Carta das Nações Unidas protege a soberania dos Estados oficialmente reconhecidos e a delimitação das suas fronteiras, como provam as resoluções que condenam Israel, por causa dos territórios ocupados nas sucessivas guerras israelo-árabes, a Turquia, devido à cisão de Chipre, ou o Iraque pela ocupação do Koweit, em 1990³⁵.

A O.N.U. é uma organização internacional que pretende ser um espaço de vigilância e de mediação dos conflitos entre as nações, mas o seu poder é limitado pelo facto de não dispor de um exército próprio e de depender para as intervenções militares das tropas disponibilizadas pelos Estados membros. Além disso, no contexto da Guerra Fria, a organização fica diversas vezes paralisada pelo veto dos países líderes de cada um dos blocos, no Conselho de Segurança. Depois da implosão da U.R.S.S. e da consequente preponderância, praticamente hegemónica (mas nem por isso menos vulnerável), dos E.U.A. sobre o mundo, podem ser apontadas duas razões principais para as dificuldades de afirmação da O.N.U. na cena internacional: por um lado, o número crescente de Estados que têm surgido e o aumento da quantidade dos seus membros (191, com o ingresso de Timor Leste), que torna difícil alcançar os necessários entendimentos; e, por outro lado, a influência que a primeira hiperpotência da história não deixa de ter sobre as suas principais decisões ou, o que pode ser mais grave, a tendência para agir de forma unilateral, à margem daquela organização internacional³⁶.

Apesar da complexidade dos problemas do mundo actual, a existência da O.N.U. e o reforço do seu poder e operacionalidade pode ser uma via para conter a escalada das guerras e para encontrar, pelo diálogo e pela cooperação, os caminhos para construir um mundo mais equilibrado. Por isso, diversos países da União Europeia e muitos analistas políticos têm insistido na necessidade de resolver os problemas que afectam o mundo actual, como a questão israelo-palestina e a existência, ou não, de armas de destruição maciça no Iraque, no quadro da O.N.U. e do direito internacional que regula as relações entre os povos. Uma perspectiva que foi ultrapassada pela intervenção da coligação anglo-americana no Iraque e pelo desencadear da guerra. Por isso, actualmente, a questão transfere-se para o papel que a

³⁵ Aymeric Chauprade, *Géopolitique, Constantes et changements dans l'histoire*, Paris, Ellipses, 2001, p. 718

³⁶ *Idem, ibid.*, p. 719-720

O.N.U. deveria ter no pós-guerra e na reconstrução daquele país. Uma corrente política mais moderada, preocupada com os necessários equilíbrios no mundo e com a preservação do papel da Nações Unidas nas relações internacionais, defende que esta organização deve assumir a liderança do processo de reorganização do Estado iraquiano, após a derrota do regime de Saddam Hussein. Mas é provável que não seja essa a opção da actual administração dos Estados Unidos e que as Nações Unidas fiquem remetidas a uma função secundária e subalterna nas relações mundiais.

Em qualquer caso, a ordem internacional do pós-guerra tem vindo a sofrer dramáticas mudanças sob os nossos olhos. Uma pareciam positivas e um bom augúrio para o futuro, como o fim da Guerra Fria e as sucessivas conferências para o desarmamento, ou pelo menos para o controlo dos arsenais nucleares, químicos e biológicos. O fracasso destas negociações e a assunção pela administração americana de uma política unilateral, com a recusa em assinar sucessivas convenções internacionais e a consequente desvalorização do papel da O.N.U., são motivo de inquietação e podem funcionar como catalisadores de maiores tensões e de novos conflitos no mundo. A esperança de que as transformações que se seguiram à queda do muro de Berlim pudessem trazer uma promessa de paz e de uma nova ordem mundial mais justa está a desmoronar-se rapidamente.

O quadro político dos Estados-nação está longe de ser ultrapassado nas relações internacionais e a geopolítica desperta um interesse renovado como instrumento de compreensão daquelas. O termo foi inventado por um jurista sueco e germanófilo, Rudolf Kjellen, professor de Ciência Política e de História, em 1900³⁷. Pode ser definido como a relação existente entre a política dos Estados e o espaço geográfico, o qual tem de facto múltiplas implicações que se prendem com a localização e a dimensão física e demográfica do país, com a sua inserção em espaços identitários, como são os grandes quadros civilizacionais, com o controlo dos recursos naturais (alguns tão vitais como a água e as fontes de energia, como o petróleo e o gás), com as estratégias defensivas e ofensivas seguidas ao longo da sua história. Não se trata de recuperar qualquer determinismo na análise histórica, mas de reconhecer que é preciso ter em conta uma multiplicidade de factores quando se quer compreender a acção dos seres humanos³⁸. Esta

³⁷ *Idem, ibid.*, p. 29

³⁸ O autor citado nas notas anteriores toma a mesma posição na sua introdução, mas ao longo da sua vasta obra pende para uma visão determinista, como se pode constatar por títulos como “La géographie physique, premier déterminisme géopolitique”, *ob. cit.*, p. 201

é, inevitavelmente, condicionada pelo contexto em que os homens operam e há que considerar todos os aspectos que os movem para a acção.

Na actualidade, o debate sobre as relações internacionais pode dividir-se em três grupos: os partidários de posições soberanistas (que continuam a dominar a *Realpolitik* dos E.U.A. e o seu *leadership* mundial³⁹ e a da grande maioria dos Estados do mundo); os internacionalistas, que pretendem manter ou reforçar a capacidade de actuação e de intervenção das organizações internacionais, sem realmente ultrapassar o princípio de que se trata de relações entre Estados soberanos; os transnacionalistas⁴⁰, que preconizam a necessidade de ir além disso e de substituir um modelo de relações centrado no Estado por outro de carácter mundial em que o uso da força, ou a sua ameaça, dêem lugar à negociação entre uma pluralidade de agentes e de organizações, nem todos estaduais. A perspectiva transnacional resulta da constatação da interdependência crescente das economias e das sociedades e da necessidade de concertar políticas que não se compadecem com os limites impostos pela soberania estadual. A União Europeia pode ser vista como o exemplo de uma organização que ultrapassa o quadro tradicional das soberanias e se apresenta com características transnacionais, pelo menos no domínio da integração económica. No que se refere à política externa e de segurança comum as clivagens são profundas e mais uma vez ficaram patentes a propósito da intervenção anglo-americana no Iraque.

É óbvio que a humanidade está longe de ter uma cosmopolítica que não seja a mera expressão do interesse de alguns Estados poderosos no controlo do mundo ou, no mínimo, de determinadas áreas geográficas, por razões de ordem económica ou estratégica. O termo já foi utilizado por Teófilo Braga, no *Sistema de Sociologia*, referindo-se à acção cosmopolítica de Roma que forjou as bases de uma unificação europeia⁴¹. A Ciência é vista, por este autor republicano e positivista, como o principal agente de “unificação

³⁹ Os EUA não estão em organizações onde não podem exercer direito de veto; apesar de terem sido dinamizadores de políticas de desarmamento em sectores sensíveis, como as armas nucleares, bacteriológicas e químicas, depois recusam-se a ratificar os tratados e a ser objecto de fiscalização por parte de organizações da ONU, ao mesmo tempo que as impõem aos outros. O seu orçamento militar representa 40% do total dos orçamentos militares dos países do mundo e o resto dos países da OTAN fica nos 20%. A Ásia vem a seguir com 19%. *Idem, ibid.*, p. 758-759; Jean-Claude Ruano-Borbalan, “Les États-Unis dominant-ils le monde?” in *Sciences Humaines*, N° 125, Mars 2002, p. 21.

⁴⁰ O termo transnacionalismo surge nos anos 60 significando que “a sociedade internacional não é apenas inter-nacional, tem interesses que excedem tal formato; não é a simples expressão da coexistência de Estados, é também o conjunto das relações estabelecidas entre organizações e homens a despeito das barreiras estaduais.” Ver Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 1997, p. 157.

⁴¹ Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1884, p. 89.

social”, na medida em que estabelece a continuação das leis naturais nos fenómenos sociais e possibilita o desenvolvimento da solidariedade e a propagação do ideal unificador da Humanidade. A inspiração iluminista deste pensamento é clara e tem subjacente o sonho revolucionário da fraternidade entre os povos. Porém, o sistema político e conceptual de Teófilo Braga é eurocêntrico e, naturalmente, marcado por uma ideia de Civilização que exclui uma grande parte dos povos do seu grémio.

De modo geral, é mais frequente pensar-se em termos de grandes regiões, cuja suposta unidade é estabelecida pela proximidade física existente entre os países ou por afinidades políticas e culturais. Por isso, o mundo tem conhecido sucessivos acordos e pactos entre Estados pautados por objectivos de carácter meramente comercial, pelo desenvolvimento das relações económicas e por interesses mútuos no âmbito da defesa militar. Este género de aproximações pode estar ligado a objectivos políticos de maior alcance, que visem estabelecer uma efectiva unidade política entre países que têm afinidades históricas e culturais. A *Pan-Idee*, forjada nos anos 30 do século passado por um geopolitólogo alemão, Karl Haushofer, insere-se nesta óptica e os panismos foram definidos por François Thual nos seguintes termos:

*Les panismes sont des mouvements politico-idéologiques où le regroupement de tous les membres d'une communauté éparse devient l'objectif fondamental des dispositifs géopolitiques. Ces mouvements sont de deux sortes: soit ils se fondent sur des critères ethno-linguistiques, comme para exemple le pan-turquisme, le pan-mongolisme, le pan-germanisme; soit sur des critères géographiques: le pan-américanisme, ou des groupements plus vastes encore comme le pan-arabisme; soit encore sur des critères religieux comme la pan-orthodoxie. Dans tous les cas, il s'agit des mouvements de rassemblement, d'unification et de fusion qui ont tous les mêmes caractéristiques.*⁴²

Este tipo de projecto unificador pode estar ligado ao desejo de influência, de hegemonia ou até mesmo de expansão territorial de um país dominante, mas também não é de descartar a vontade de concertar estratégias comuns e o benefício que pode advir de pertencer a um amplo espaço de intercâmbio entre nações. Para além das retóricas, a realidade depende muito das correlações de forças e do equilíbrio possível. Os países que foram o centro de antigos impérios continuam a alimentar organizações e ideias deste género, como a *Commonwealth of Nations*, a francofonia e a lusofonia.

⁴² Citado em Aymeric Chauprade, *ob. cit.*, p. 455

Não vale a pena repetir o que tem sido dito sobre a mundialização — que outros preferem designar por globalização. Trata-se de um fenómeno ligado ao desenvolvimento das tecnologias, das comunicações, da circulação rápida das pessoas, das mercadorias e dos capitais. Sabe-se que não é totalmente novo e podemos remontar aos séculos xv e xvi, às grandes navegações europeias que abriram as comunicações oceânicas e permitiram conhecer os contornos do globo terrestre. Mas já antes, ao longo dos milénios, a espécie humana se expandira pelo planeta através das migrações. Ao mesmo tempo enraíza-se e tende a viver em mundos mais ou menos fechados, consoante as épocas, os géneros de vida e os estádios de desenvolvimento das sociedades. Apesar da facilidade de comunicação entre as várias partes do mundo actual e da possibilidade, inédita na história, de poder estar virtualmente em qualquer parte, por meio de ondas electromagnéticas e de satélites, uma grande parte da humanidade continua a viver limitada pelos horizontes tradicionais e ensimesmada pelas preocupações quotidianas de sobrevivência.

Assim sendo, a expansão do que o sociólogo americano Benjamin R. Barber chama o *McWorld*⁴³ e das tendências para a homogeneização suscita fenómenos inversos de carácter fundamentalista, tradicionalista e conduz ao exacerbar do particular. As tradições, mesmo as mais arcaicas, as particularidades do modo de ser e de estar colectivos são consideradas um elemento essencial da identidade e valorizados com paixão própria de quem acredita que delas depende a preservação das características do grupo humano a que pertence e a sua continuidade. Para tal não deixa de contribuir também a consciência aguda das profundas desigualdades existentes no mundo, como resultado do crescimento económico e do desenvolvimento científico-tecnológico de uma parte deste e do atraso relativo em que se mantém a maioria dos países. Como refere David S. Landes, o abismo em termos de rendimento *per capita* entre a Suíça, um dos países mais ricos, e Moçambique, um dos mais pobres, é de cerca de 400 para 1; há 250 anos essa diferença seria talvez de 5 para 1 e entre a Europa e a Índia ou a China andaria em torno de 1,5 ou 2 para 1⁴⁴. Foi o processo de industrialização, iniciado pela Inglaterra no final do século xviii, e o arranque do crescimento económico moderno que aprofundou o fosso entre as regiões do mundo que tiveram capacidade e condições para se lançar nele e desenvolver-se e

⁴³ Benjamin R. Barber, *Djihad versus Macworld: mondialisation et intégrisme contre la démocratie*, Paris, Hachette, 2001

⁴⁴ David. S. Landes, *A riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 2001, p. xx

aquelas que mantiveram formas recuadas de produção da riqueza. Na divisão internacional do trabalho, um número elevado de países torna-se produtor de matérias-primas e de bens menos cotados pelos mercados ou é remetido para um papel marginal, ao mesmo tempo que tem de importar produtos industriais mais caros para satisfazer as necessidades das suas populações e para promover o almejado progresso.

A explicação histórica do processo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento tem feito correr rios de tinta e não pode ser reduzida a uma visão simplista e maniqueísta, que só serve para consumo ideológico. A distribuição profundamente desigual da riqueza, a pobreza e a exclusão social não são fenómenos específicos dos países subdesenvolvidos. São problemas de âmbito mundial, que afectam todos os países, e o terreno propício para proliferar o crime organizado e o terrorismo⁴⁵. De igual modo, a preservação do meio ambiente só pode ser equacionada de forma eficaz em termos internacionais e até mesmo a aplicação dos direitos humanos, velha aspiração dos revolucionários do século XVIII, requer uma abordagem que ultrapassa o quadro dos Estados-nação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela O.N.U. em 1948, continua a não ser respeitada e a própria democracia, o sonho antigo de uma paridade entre os cidadãos que os possa tornar senhores do seu destino, está longe de ter sido alcançada na generalidade do mundo. Em sociedades marcadas por profundas assimetrias e por diversos tipos de exclusão das pessoas, construir uma verdadeira democracia afigura-se como uma obra ciclópica.

O aumento do número das organizações e das conferências internacionais indica, apesar do reconhecido fracasso da última, realizada em Joanesburgo⁴⁶, que há uma absoluta necessidade de estabelecer acordos e políticas concertadas entre os Estados para enfrentar os problemas mundiais. Além disso, a quantidade crescente de Organizações Não Governamentais (ONG), a emergência de uma opinião pública internacional e o exercício de uma cidadania cada vez mais alertada para os grandes problemas que afectam a humanidade são a expressão de algo novo que abre um horizonte de esperança para o futuro. O espaço da liberdade é sempre conquistado e implica a possibilidade da escolha. Como refere Edgar Morin,

⁴⁵ O debate de cinco dias da Assembleia Geral da Nações Unidas conclui-se em 4 de Outubro de 2001, sem resolução final por causa das divisões entre os países membros sobre a definição do termo. Referido por Nacer-Eddine Ghazali in Pascal Boniface (coord.), *As lições do 11 de Setembro*, Livros Horizonte, 2002, p. 55, nota 4.

⁴⁶ Cf. *Visão*, n.º 496, 5 a 11 de Setembro 2002, pp. 84-89. Em especial, destaco a opinião de Viriato Soromenho Marques, membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

“une liberté apparaît quand l’être humain dispose des possibilités mentales de faire un choix e de prendre une décision, et quand il dispose des possibilités physiques ou matérielles d’agir selon son choix et sa décision. Plus il est apte à user de stratégie dans l’action, c’est à-dire à modifier son scénario initial en cours de route, plus grande est sa liberté.”⁴⁷. Nas complexas sociedades contemporâneas, a liberdade continua a ser conquistada passo a passo e a ser fundamental para humanizar o mundo.

Hoje a humanidade parece, finalmente, ter reunido as condições que tornam possível conceber-se como uma unidade na diversidade. O entendimento e a solidariedade entre os seres humanos aparecem, cada vez mais, como uma necessidade da própria sobrevivência colectiva, que não pode ser desligada da preservação da natureza. Retomamos, assim, o sentido original da ideia de cosmos: visão integrada do mundo dos seres vivos e dos seres inanimados do planeta, do material e do espiritual, unidade plural que está no cerne da beleza da Terra. Os seres humanos têm de encontrar um lugar no cosmos que não agrida o seu equilíbrio e não ponha em causa a sua própria existência. A única forma de alcançar esse desiderato consiste em pensar globalmente os problemas da humanidade e da relação entre esta e o meio ambiente. A cosmópolis é, no fim de contas, o espaço ocupado pelas sociedades humanas politicamente organizadas e uma parte essencial do mundo em que urge desenvolver formas de cooperação e de coexistência que favoreçam a integração e a liberdade. O cosmopolitismo pode ser a resposta, isto é, um individualismo temperado pela consciência da necessária solidariedade humana e uma acção política que não se fique pelos interesses unilaterais e contraditórios dos Estados-nações, mas que consiga perspectivar o futuro em termos de maior igualdade, de justiça e de paz.

(Comunicação feita em Outubro 2002)

⁴⁷ Edgar Morin, *L’identité humaine*, Paris, Éditions du Seuil, 2001, p. 247

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Luís e outros, *O Confronto do olhar*, Lisboa, Caminho, 1991
- BARBER, Benjamin R., *Djihad versus Macworld: mondialisation et intégrisme contre la démocratie*, Paris, Hachette, 2001.
- BONIFACE, Pascal (coord.), *As lições do 11 de Setembro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002
- BRAGA, Teófilo, *Sistema de Sociologia*, Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1884.
- CHAUPRADE, Aymeric, *Géopolitique, Constantes et changements dans l'histoire*, Paris, Ellipses, 2001.
- CORVISIER, André, *O Mundo Moderno*, Lisboa, Ática, 1976.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI. O que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- HAZARD, Paul, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Lisboa, Presença, 1983.
- HUNTINGTON, Samuel P., *O choque das civilizações*, Lisboa, Gradiva, 1999.
- JERPHAGNON, Lucien (dir.), *Dicionário das Grandes Filosofias*, Lisboa, Edições 70, 1982.
- LANDES, David. S., *A riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e História*, 3.ª ed., Lisboa, Presença, 1980.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 1997.
- MORIN, Edgar, *L'identité humaine*, Paris, Éditions du Seuil, 2001.
- NÉRÉ, Jacques, *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Ática, 1976.
- PALMOVSKI, Jan, *Historia universal del siglo XX*, Madrid, Editorial Complutense, 1998
- PETIT, Paul, *O Mundo Antigo*, Lisboa, Ática, 1976.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- RUANO-BORBALAN, Jean-Claude, "Les États-Unis dominant-ils le monde?" in *Sciences Humaines*, N.º 125, Mars 2002, pp. 16-22.
- SCHWARTZ, Stuart B. (ed.), *Implicit Understandings. Observing, reporting and reflecting encounters between europeans and other peoples in the early modern era*, Cambridge University Press, 1994.
- THIESSE, Anne-Marie, *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.
- TODOROV, Tzvetan, *Nous et les Autres, La réflexion française sur la diversité humaine*, s.l., Éditions du Seuil, 1989.
- TOUCHARD, Jean (dir.), *História das Ideias Políticas*, vol. 1 e 5, Lisboa, Europa-América, 1970.